

**INSTITUTO
HISTÓRICO
da Ilha Terceira**

B O L E T I M



INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

S É D E

Edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo — Angra do Heroísmo

DIRECÇÃO

Presidente — *Dr. Luis da Silva Ribeiro*

Tesoureiro — *Dr. Teotónio Machado Pires*

Secretário — *Tenente-Coronel José Agostinho*

TÔDA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA
À DIRECÇÃO DO INSTITUTO

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, idéas ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art. 17.º do Regulamento do Instituto).

Composto e impresso na Tipografia Andrade, Rua Lisboa, 115
Angra do Heroísmo

Boletim
do
Instituto Histórico da Ilha Terceira

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Sócios Efectivos

- Dr. Cândido Pamplona Forjaz—(Prof. efectivo do Liceu de Angra do Heroísmo)
- Dr. Elmeiro Borges da Costa Mendes—(Prof. Efectivo do Liceu de Angra do Heroísmo)
- Francisco Coelho Maduro Dias — (Escritor e Artista)
- Dr. Francisco Garcia da Rosa—(Prof. efectivo do Seminário Episcopal de Angra)
- Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior—(Secretário Geral do Governo do Distrito)
- Major Frederico Lopes—(Sub Director do D. R. M. N.º 17)
- P.º Inocência Enes—(Vigário da Igreja Paroquial dos Altares)
- João Carlos da Costa Moniz—(Compositor)
- P.º Joaquim Esteves Lourenço—(Vigário da Matriz de S. Sebastião)
- Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral—(Prof. efectivo do Liceu de Angra do Heroísmo)
- Tenente-Coronel José Agostinho (Director do Serviço Meteorológico dos Açores)
- Cónego José Augusto Pereira—(Presidente do Cabido da Sé de Angra)
- Dr. Luis da Silva Ribeiro—(Secretário da Camara Municipal de Angra)
- Dr. Mangel Cardoso do Couto—(Prof. efectivo do Seminário Episcopal de Angra)
- Dr. Manuel Coelho Batista de Lima—(Director do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo)
- Dr. Manuel de Sousa Menezes—(Tenente-Coronel Médico)
- Major Miguel Cristovão de Araujo—(Comandante do B. I. I. 17)
- Raimundo Belo—(Escritor)
- Dr. Teotónio Machado Pires—(Secretário da Junta Geral de Angra)

Sócios Honorários

- Prof. Doutor António de Medeiros Gouveia — (Secretário do Instituto para a Alta Cultura)
- Dr. Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares—(Juiz-Conselheiro)
- Ferreira da Rosa—(Tenente-Coronel do Exército dos E. U. do Brasil)
- Prof. Doutor Joaquim Bensaude—(Escritor e Historiador)
- Dr. José Bruno Tavares Carreiro—(Escritor)
- Dr. Luiz Bernardo Leite de Athaide—(Director do Museu Regional de Ponta Delgada)
- Dr. Manuel Coelho Batista de Lima—(Director do Museu Regional e do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo)
- Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral (Escritor e Etnógrafo)
- Rodrigo Rodrigues—(Escritor e Genealogista)
- Prof. Dr. Vitorino Nemésio—(Prof. Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa)

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



Vol. VIII

ANGRA DO HEROISMO
Tipografia Andrade

1950

A Ilha Terceira na História de Portugal

(Discurso proferido pelo Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Director do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, na Secção inaugural das Comemorações do V.º Centenário do Povoamento da Ilha Terceira, efectuada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no dia 27 de Junho de 1950).

Ex.^{mo} Senhor Ministro das Obras Públicas e Representante do Governo da Nação.

Ex.^{mo} Senhor Governador Militar dos Açores e Representante de S. Ex.^a o Ministro da Guerra.

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor Bispo de Angra.

Ex.^{mo} Senhor Governador do Distrito Autónomo.

Ex.^{mas} Autoridades Cíveis, Militares e Eclesiásticas.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Comemorar um acontecimento, um facto ou uma data é por vezes dever de justiça, que consiste em pagar tributo de gratidão a um individuo ou a uma colectividade e, simultâneamente, extrair do próprio facto a lição que a História nos oferece.

Comemorar, porém, cinco séculos da existência de um povo, que

com o seu próprio esforço criou condições de vida onde dantes ela não existia, é, sem duvida, um acto que se impõe como a melhor forma de honrarmos os nossos maiores e na chama do seu exemplo e da sua fé acalentarmos os nossos corações, tão arrefecidos por vezes das nobres virtudes do passado.

E, se esse povo contribuiu com o seu esforço e com a sua acção, em todas as oportunidades, para o prestígio e engrandecimento duma nacionalidade, sacrificando fazenda e vida, sempre que necessário, pela defesa e integridade da Pátria, justo é que a própria Nação se associe a esta homenagem, ouvindo falar dos seus méritos e honrando-o como a um dos seus mais dilectos filhos.

Por isso nos pareceu conveniente falar, neste momento e neste local, da vida dos primeiros que nesta terra foram, do seu esforço, dos seus trabalhos e das suas canseiras como criadores de novos agrupamentos humanos, do seu valor na guerra e das suas virtudes na paz, dos seus heroes, dos seus santos e dos seus mártires.

Não ouvireis uma douda lição, que transcenderia as nossas fracas possibilidades e imprópria seria do momento, mas tão simplesmente uma breve e sucinta notícia dos factos mais salientes dessa jornada gloriosa que são os cinco séculos de história da Ilha Terceira.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Em data que hoje não podemos determinar, mas que contudo sabemos anterior a 2 de Julho de 1439, encontraram as caravelas do Infante uma *Terceira Ilha*, em relação às anteriormente descobertas, a que haviam dado a designação colectiva de Ilhas dos Açores. A esta chamaram *Ilha de Jesus Cristo*, o que nos leva a supor, tendo em atenção o que entre os nossos navegadores era tradicional fazer-se, quanto à atribuição destes topónimos, que a Ilha tenha sido avistada em dia consagrado pela Santa Madre Igreja a Cristo Senhor Nosso. E, como já conjecturava o Dr. Gaspar Fructuoso no século XVI, conjungando o seu saber de Doutor da Igreja, com o conhecimento que tinha da navegação atlântica, particularmente dos mares dos Açores, possível é que a descoberta tenha coincidido com a quinta-feira de *Corpus Cristi*, cuja celebração se efectua nesta Ilha, com a maior

solenidade, desde os tempos mais recuados, nela tomando parte todo o clero, a antiga nobreza, autoridades civis, militares e muito povo (1).

O panorama que a Natureza oferecia à contemplação dos arroçados nautas henriquinos não deveria diferir muito do que haviam encontrado na já conhecida Ilha de S. Miguel. O relêvo era outro, é certo, mas lá estavam as mesmas costas, ora elevando-se altaneiras sobre o oceano ora descendo até ele suavemente e deixando oscular o negro basalto da sua orla pela branca espuma das salsas ondas. Lá estavam os mesmos bosques impenetráveis de frondosas árvores multiseculares, as mesmas ribeiras de frescas águas cristalinas, as mesmas aves que não temiam os homens, que lhes chamavam milafres e açôres, a mesma ausência de animais domésticos, o mesmo clima, a mesma fragrância de perfumes e o mesmo matiz de muitas e variadas cores que lhes oferecia uma flora rica e exuberante.

O descobrimento da *Ilha de Jesus Cristo* apresentava de novo ao Infante D. Henrique o problema que as Ilhas precedentemente descobertas no Atlântico haviam determinado. A riqueza, variedade e vigor da flora, a abundância das águas e a amenidade do clima eram outras tantas garantias de possibilidade da vida humana. Todavia, para que as condições que a Natureza oferecia pudessem ser aproveitadas e o povoamento das Ilhas Atlânticas se transformasse numa realidade, importantes dificuldades teriam de ser vencidas.

Em primeiro lugar as Ilhas ora descobertas engolfavam-se lá nos confins do *Grande Mar Oceano*, ainda na véspera conhecido por *Mar Tenebroso*, povoado de lendas e de fantasmas ciclópicos. Grande temeridade fôra já alcançá-las em frágil lenho, tendo por auxílio cartas onde a fantasia dos cartógrafos havia colocado entre as inúmeras Ilhas imaginárias as que tinham sido visitadas pela expedição portuguesa de 1336 (2).

Depois, a ausência absoluta de animais domésticos e dos que o homem normalmente utiliza e aproveita, e a falta de materiais de construção exceptuando a pedra e a madeira.

Finalmente, a carência de braços vigorosos capazes de, com ingente esforço, desbravarem florestas, roçarem matagais e limparem terras, transformando-as em campos agricultáveis e simultaneamente levantarem vilas e aldeias para suas próprias habitações.

O problema não poderia ser pronta, total e rápidamente resolvido.

As dificuldades eram numerosas e importantes. Todavia o Infante de Sagres soube vencê-las, paulatinamente, mas com firmeza e invulgar inteligência.

A Terceira, a *Ilha de Jesus Cristo*, permaneceu despovoada muitos anos ainda após o seu achamento, enquanto prosseguia lentamente o povoamento das Ilhas de Santa Maria e de S. Miguel.

Foi só em 1450, a darmos crédito à carta de capitania concedida a Jácome de Bruges, que a Ilha Terceira encontrou quem a solicitasse ao Infante.

O original desta carta parece ter sido intencionalmente destruído e o documento não ficou infelizmente registado na Chancelaria Real. No início do século XVI só dele restavam cópias ou apógrafos, através dos quais nós hoje o conhecemos. Deve ter havido interpolações e adultrações em mais de um passo, porém, do ponto de vista diplomático, nada nos habilita a afirmar que a sua data tenha sido alterada (3).

Este documento, feito em Silves a 21 de Março de 1450, marca pois, *de jure*, o início do povoamento da Ilha Terceira.

Se Jácome de Bruges partiu logo para a sua capitania, com os primeiros povoadores, ou se isto aconteceu alguns anos mais tarde, impossível é afirmá-lo, pois à míngua de documentos perdem-se os historiadores em deduções.

Pouco conhecemos hoje do primeiro capitão donatário. Sabemos apenas que era natural de Bruges, de origem flamenga por consequência, que viera para Ourense, na Galiza, onde se ligara a Inez Gonçalves e que se estabelecera depois na cidade do Porto, por espaço de 20 anos, na companhia da referida Inez Gonçalves e de Pero Gonçalves, filho de ambos. Mais tarde vamos encontrá-lo casado com Sancha Rodrigues de Arce ou de Toar, de quem parece ter tido três filhos, Gabriel de Bruges e duas filhas.

Seguindo o Doutor Gaspar Frutuoso e o P.^e M.^e Frei Diogo das Chagas, vemos que os primeiros povoadores foram recrutados no Continente Português, principalmente em Guimarães, Aveiro, Lagos e arredores do Porto e também na Ilha da Madeira. Entre os primeiros figuravam João Coelho, João da Ponte, João Bernardes, João Leonardes, o P.^e João Vaz Cardoso e Frei João de Deus, mais conhecido por Frei João da Ribeira. Dos colonos vindos da Ilha da Madeira destaca-

vam-se Pedro Alvares da Câmara, João de Ornelas Sávedra e o escudeiro da casa do Infante, Diogo de Teive, a quem Bruges investira no cargo de ouvidor, isto é, seu lugar-tenente (4).

A primeira aldeia que se estabeleceu na Ilha Terceira foi a de *Sant'Ana de Portalegre*, a cerca de dois quilómetros da actual freguesia de S. Sebastião, em data que julgamos anterior a 1455. O único vestígio deste povoado que hoje possuímos é um espaçoso recinto, denominado Rossio de Sant'Ana, que constitue património Municipal.

Estava dado início ao povoamento da Ilha Terceira.

O misterioso desaparecimento de Jácome de Bruges deu origem à divisão oficial da Ilha Terceira em duas capitánias, no ano de 1474.

As duas capitánias ficaram teoricamente demarcadas por uma recta, na orientação Sueste-Noroeste, que começava na Ribeira Seca e terminava na actual freguesia do Raminho.

Para nascente ficava a capitania da Praia, que coube a Alvaro Martins Homem, que na Ilha Terceira se encontrava havia três anos.

A poente da referida linha de demarcação estava a Capitania de Angra que, por especial privilégio, fôra escolhida por João Vaz Corte-Real, fidalgo da casa do Infante D. Fernando, que nesta Ilha se estabelecera havia algum tempo.

Com a divisão da Ilha em duas capitánias iniciou-se um período de rápido e progressivo desenvolvimento do povoamento e surgiu o primeiro florescimento das possibilidades económicas da Terceira.

Ferreira Drumond, aludindo a este facto, escreve nos «Anais da Ilha Terceira»: — «A sua grande representação (refere-se a João Vaz Corte-Real) e a de seu colega dito Alvaro Martins Homem, atraíram à Ilha muitas pessoas nobres, que se transportaram do reino, Ilha da Madeira e ainda países estrangeiros.

A estes se deram terras de *sesmaria*, e foi tal o progresso da agricultura e aumento da povoação, que admirou. Em consequência do que logo foram habitados todos os lugares de beiramar e fundadas a maior parte das igrejas paroquiais».

Continua ainda o mesmo autor: — «Viveu João Vaz Corte-Real em Angra, com grande estado, applicando-se ao comércio e às grandes obras que em seu tempo se começaram, como foram o completo encanamento da Ribeira que atravessa a cidade; o castelo dos moinhos, que hoje se chama Praça de D. Pedro IV, mandado edificar

conforme o plano do provedor das fortificações Pero Anes Rebelo, (...); as muralhas e casa da Alfândega; a Capela Mór do Mosteiro de S. Francisco, cujo padroeiro foi ele mesmo João Vaz; o hospital de Santo Espírito, criado por alvará de 15 de Março de 1492 e outras obras que em seu tempo se fizeram» (5).

As principais fontes de riqueza nestes primeiros tempos foram a criação de gados, a cultura dos cereais e a cultura e indústria primária, do pastel. Outras ainda se poderiam mencionar, em segundo plano, tais como a cultura da mostarda e o comércio e aproveitamento de madeiras.

Os gados cuja criação mais se desenvolveu foram o bovino e o lanígero, dos quais a carne era já exportada para Lisboa em 1507 (6).

Das culturas de cereais mencionaremos a do trigo e a da cevada. O trigo foi desde logo produzido em quantidades apreciáveis e a sua exportação parece ter começado antes do século XVI. No reinado de D. Manuel e nos reinados seguintes exportava-se o trigo anualmente, com a maior regularidade e em grandes quantidades. Em 1519 veio António Borges carregar à Ilha Terceira e à de S. Miguel mil e quinhentos moios de trigo. No ano seguinte João de Procel trouxe ordem para levar, só da Ilha Terceira, mil e trezentos moios do precioso cereal. Esta exportação continuou durante o século XVI no mesmo ritmo a ela crescendo o pão e o biscoito fornecido às armadas que da Índia, do Brasil e da Guiné regressavam a Portugal e a outras de comboio que de Portugal as vinham esperar aos mares dos Açores.

Da cultura do pastel, planta que teve larga aplicação na tinturaria, trata o foral do Almoxarifado, no seu artigo 30.º, cujo teor é: — «Vos encomendo e mando que mandeis fazer nessas ilhas vinte quintais de pastel, o melhor que puderdes por conselho de mestres, e pessoas que nisso entendam, o qual quero para mostrar e mandar a Flandres, ou à Feira de Medina, para se saber a valia dele os quais me enviareis logo a Lisboa...» (7).

Valentim Fernandes dá noticia desta cultura e do seu comércio, quando em 1507 se ocupa, no seu Manuscrito, da Ilha Terceira.

Em 1537 produzia esta Ilha desasseis mil quintais de pastel e a sua produção para o ano seguinte estava avaliada em vinte mil quintais (8).

O desenvolvimento económico da Ilha Terceira acentuou-se com o

descobrimto do Caminho Marítimo para a Índia. A própria armada de Vasco da Gama tomou, no seu regresso, a altura da Terceira e o irmão do grande navegador, Paulo da Gama, que adoecera durante a viagem, encontrou a sua última morada na Capela Mór da Igreja do Convento de S. Francisco de Angra. Todas as armadas que se lhe seguiram, até meados do século XVII, fizeram escala, na volta, pelo porto de Angra. Este porto passou a ser o entreposto obrigatório entre os portos de além-mar e o continente português.

Começaram então a afluir a Angra ricos mercadores biscaínhos, castelhanos, catalães, flamengos, franceses, ingleses e italianos, na mira de aqui obterem a especiaria, os panos, as pedras preciosas, o ouro e todas as preciosidades do Oriente, com mais facilidade e menor dispêndio. As riquezas do Oriente deveremos ainda acrescentar as que vinham do Brasil e das Índias Ocidentais, estas trazidas pelas armadas de Espanha, que então começavam a demandar este porto.

Em meados do século XVI Sebastião Moniz lamentava-se, em carta a El-Rei, que ninguém quizesse o ouro que com tanta abundância aqui chegava, vindo do Perú, por não estar amoedado. Por esta razão propunha a D. João III a instalação em Angra de uma Casa da Moeda (?).

O surpreendente progresso económico da Ilha foi acompanhado, como era natural, pela evolução das suas instituições politico-administrativas e pela criação de novos órgãos de administração pública.

Os antigos ouvidores gerais deram lugar ao corregedor, primeira e principal autoridade judicial, com superintendência em vários sectores da administração pública e jurisdição sobre todas as Ilhas dos Açores. Em 1503 fixou-se em Angra o primeiro Corregedor e a partir de 1544 seria esta cidade a sede da Correição das Ilhas dos Açores.

Em 1498, no próprio ano em que era criada a Misericórdia de Lisboa, estabelecia o Rei D. Manuel uma Misericórdia junto do Hospital de Santo Espírito de Angra, que seis anos antes se constituíra. Pouco depois enviava o mesmo soberano à Ilha Terceira o Foral da Alfândega, documento que continha os mesmos privilégios que o da Alfândega da cidade do Porto, o que bem demonstra a consideração em que era tido na Côrte o incipiente desenvolvimento do porto de Angra.

Anos volvidos, uma nova instituição se viria juntar à Alfândega.

instituição única no País e que durante mais de um século lhe prestou assinalados serviços. Referimo-nos à *Provedoria das Armadas*, que teve a seu cargo a recepção, o provimento de víveres e munições de guerra, a reparação naval e o comboio das Armadas que das partes de Além-Mar, da Índia e do Brasil regressavam a Portugal.

Já anteriormente a Terceira se revelara uma base naval da maior importância no descobrimento do Atlântico Ocidental. Em 1452 Diogo de Teive, o já referido escudeiro do Infante D. Henrique e Ouvidor de Jácome de Bruges na Ilha Terceira, atingiu os bancos da Terra Nova e no regresso descobriu as Ilhas das Flôres e Corvo.

Antes de 1474 João Vaz Corte-Real e Alvaro Martins Homem, a darmos crédito ao Doutor Gaspar Fructuoso e ao Prof. Sofus Larsen, alcançaram as mesmas paragens.

Poucos anos mais tarde, Fernão Dulmo, capitão das Quatro Ribeiras e João Afonso do Estreito prepararam uma expedição para o descobrimento da famosa ilha das *Sete Cidades*, que localizavam na região onde se encontram as Antilhas.

Finalmente, em 1492, Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador, ambos da Ilha Terceira e por mandado de D. João II descobriram o norte do Continente Americano, no mesmo ano em que Colombo alcançava apenas algumas ilhas da América Central.

Para as mesmas regiões do Noroeste do Atlântico navegaram entre 1500 e 1502 Gaspar e Miguel Corte-Real, tendo efectuado o reconhecimento das costas americanas e nelas se havendo finalmente perdido. Admite-se todavia, como muito provável, que Miguel Corte-Real tenha vivido naquele Continente, entre os indígenas, durante algum tempo.

Ao lado do desenvolvimento económico e da evolução político-administrativa, convém acentuar o progresso cultural e espiritual.

Antes de findar a era de Quatrocentos já na Ilha Terceira se encontravam estabelecidos dois conventos de Franciscanos, o de Angra e o da Praia. A estes se seguiram, em Angra, os Mosteiros de Religiosas de S. Gonçalo e da Esperança e o Convento dos Ermitas de Santo Agostinho, vulgarmente denominado Graça, fundados todos no século XVI.

O Convento de São Francisco de Angra não só ascendeu a cabeça de toda a *Provincia dos Açores*, nele residindo o provincial, mas tornou-se ainda um brilhante centro de cultura e formação inte-

lectual, sendo afamadas as suas aulas de Humanidades, Filosofia e Teologia.

Porém, de todas as instituições religiosas que Angra conheceu nos séculos passados, aquella que maior esplendor e projecção atingiu, sob o ponto de vista cultural, foi o *Real Colégio de Angra da Companhia de Jesus*.

Servido logo de início (1570) por homens da envergadura dos padres Luís de Vasconcelos, Sebastião Alvares e Pedro de Pinhão, bem depressa se transformou em templo de virtudes e saber, onde não só a juventude terceirense, mas a de todas as ilhas dos Açores, se vinha instruir e conhecer simultaneamente das coisas de Deus e da ciência dos homens. Bem lhe poderíamos chamar, com o ilustre Padre António Cordeiro, uma Universidade em miniatura.

Angra, a pequena vila de 1480, de poucos centos de vizinhos que se distribuíam ao longo da ribeira, entre o Castelo de S. Cristóvão e o porto, crescera à medida que a sua população se multiplicava, desenvolvendo-se em amplos arruamentos de perfeito traçado geométrico, delineados ainda pelo punho firme e voluntarioso do grande capitão que foi João Vaz Corte-Real.

A atestar duma forma eloquente o progresso realizado e a importante posição que a Terceira havia conquistado no orbe lusitano do segundo quartel do século XVI, encontramos dois factos da mais alta importância e que dispensam todos os comentários.

Por carta de D. João III, dada em Évora a 21 de Agosto de 1534, era Angra elevada a cidade. Desta carta, que deve constituir para os angrenses motivo de justificado orgulho, seja-nos permitido lêr os seguintes períodos: — *«Faço saber que vendo eu em a nossa Itha Terceira de Nosso Senhor Jesus Cristo a Vila de Angra era agora tão acrescentada em povoação, e assim enobrecida, Nosso Senhor seja louvado, por onde bem merece ser cidade: e havendo a isso respeito e assim aos muitos serviços que dos moradores da dita Vila tenho recebido, assim nos socorros e provimentos que dão ás nossas armadas e naus da India, quando ao porto da dita Vila vão ter, como em outros serviços em que me sempre servem, quando deles é necessário, como bons e leais vassallos, qae são: e tendo por muito certo*

que sendo feita cidade, e tendo os privilégios e liberdades que tem as outras cidades de meus reinos, ainda muito mais nobre será, por onde eu receberei dos moradores dela muitos mais; e querendo-a acrescentar, assim pelos ditos serviços que deles tenho recebido, como pelos que ao deante espero receber, e por lhe fazer graça e mercê, eu, de meu próprio moto, certa ciência, poder real absoluto, sem eles mo requererem, nem outrem por eles, me praz fazer, e por esta faço a dita Vila de Angra cidade; e quero e me praz que daqui em deante seja cidade; e se chame cidade de Angra» (10).

No mesmo ano, pela Bula *Aequum Reputamus*, dada em Roma a 5 de Novembro, criava o Papa Paulo III o Bispado de Angra e das Ilhas dos Açores, sendo erecta a nova Catedral na antiga Matriz do Salvador.

Angra, a mais antiga cidade dos Açores, transformava-se assim na pátria espiritual destas nove Ilhas.

Quási contemporânea da elevação a cidade e da criação do Bispado é a breve descrição que de Angra nos oferece Pampeo Arditi, italiano ao serviço da Corôa de Portugal, da qual destacaremos as seguintes palavras: — «*Os direitos reais segundo dizem são 7 a 8 mil ducados e a cidade de Angra, sede do Bispado, cabeça das mais Ilhas, é residência do Corregedor do Rei, que governa. Esta cidade é muito populosa e, segundo dizem, poderá ter 7 ou 8 mil habitantes, mais do que todo o resto da Ilha; é muito bonita, com boas casas, ruas largas e direitas, e nela se fabricam ótimas mobílias de excelentes madeiras.*»

Noutro passo havia escrito o mesmo autor: — «*Nela tocam todos os navios vindos das Índias Orientais e Ocidentais, do Brasil, S. Tomaz, Mina e Cabo Verde, a reabastecer-se de mantimentos, parecendo que Deus pôs milagrosamente esta Ilha no meio de tão grande mar oceano para salvação dos míseros navegantes, que muitas vezes lá chegam sem mastros nem velas, ou sem mantimentos, e aí se fornecem de tudo*» (11).

Minhas Senhoras e meus Senhores

Se os terceirenses mostraram toda a sua coragem, abnegação e espírito de sacrifício no progresso e desenvolvimento da sua terra, não é menos certo que, em todas as oportunidades, colaboraram devotadamente no prestígio e engradecimento da Nação. Nas horas mais sombrias da vida nacional lá os encontramos, sempre no primeiro plano, prontos a sacrificarem tudo pela defesa e integridade da Pátria.

Quem desconhece as sublimes e inequívocas provas do seu acendrado patriotismo, que em 1580 transformou a Ilha Terceira no último baluarte da independência nacional?

Governava então esta Ilha o Corregedor Ciprião de Figueiredo de Vasconcelos e Lemos que, na ausência do Capitão Donatário, assumia as funções de Capitão Mór da gente de guerra.

Logo que este magistrado teve conhecimento da aclamação de D. António em Lisboa e noutras cidades do Reino, sabendo como o povo da Terceira estava decidido a seguir a causa do Prior do Crato, resolveu aclamá-lo igualmente na cidade de Angra e nas Vilas da Praia e de S. Sebastião.

Não estava, porém, iludido o íntegro Corregedor, quanto à possibilidade do triunfo de D. António no continente português, naquela ocasião. O ouro, mais do que as armas, acabaria por triunfar. Todavia, se o Rei português conseguisse organizar fora do seu país um poderoso exército, talvez fosse possível com o apoio do povo, desse povo que nunca reconhecera outro Rei, bater as tropas espanholas e levá-las de vencida até à fronteira. A Terceira era uma base indispensável à execução deste plano. Tornava-se absolutamente necessário que resistisse ao invasor espanhol e se transformasse num derradeiro baluarte da Independência

A defesa da causa de D. António era a guerra com a Espanha, senhora de meio mundo, dispondo de exércitos numerosos e bem treinados e de poderosas armadas que tantas apreensões causavam à França e à Inglaterra. Ia a Ilha Terceira desafiar o poderio de Filipe II, cuja vontade não conhecia limites e a quem outros povos haviam justamente denominado «Demónio do Meio-Dia»!

Que poderia opôr a Terceira a esses exércitos e a essas armadas universalmente temidas, senão uns escassos milhares de camponeses e

mesteirais, armados à pressa, com armas antiquadas e sem experiência da arte da guerra!

Ciprião de Figueiredo sabia isto e o povo da Terceira também o sabia. Mas, jogava-se a causa da liberdade e independência da Pátria, por isso o povo e Corregedor não hesitaram jurar fidelidade ao Prior do Crato.

Procurou Filipe II, com modos pacíficos e palavras generosas, obter do Corregedor e do povo a entrega da Ilha. Os seus emissários foram, porém, recebidos com tal repulsa e demonstração de desgosto, que o Corregedor substituto que a estas Ilhas era enviado, se temeu e com razão, de desembarcar no porto de Angra, refugiando-se na Ilha de S. Miguel, que pouco antes de declarara pelo Rei espanhol.

Conhecendo esta decisão, tentou ainda Filipe II convencer Ciprião de Figueiredo, com a promessa de mercês, no caso da Ilha lhe ser entregue e a clara alusão a duras represálias, no caso contrário.

Da famosa resposta do intrépido Corregedor transcrevemos os seguintes períodos, que além de demonstrarem a nobreza do seu character e o seu elevado patriotismo, encerram conceitos de profunda e sã filosofia: — *«Mas como V. Magestade se esqueceo de tão devida razão, e da do sangue pelo muito parentesco que tendes com os Reys de Portugal, nem V. Magestade lhe cabe querer que eu o sirva como vassallo. nem a mim convem obedecer como subdito. Esta Ilha e moradores della são de El-Rey D. António, a quem juraram por seo Rey, e natural Senhor; assim pela successão do Reino lhe pertencer, e o povo della o ter eleito; como por a cidade e Camara de Lisboa isso escrever: as razões e justiça que para isso havia, não posso eu crer que V. Magestade não as tenha muitas vezes passadas pela memória. E ainda que outras não houvera mais que a eleição do povo, que nesse Reyno por muitos actos tem direyto do nomear Rey (faltando descendentes adquiridos) bastara entrar V. Magestade nelle com mão armada, estando em letigio, para ainda que tivereis muita justiça perderes todo vosso direyto: mas em Deos confio, que tudo ha de tornar ao estado, que nem V. Magestade por occupar o alheo perca sua alma, nem o que está por ora usurpado deixe de vir ao poder do seo dono: não me tenha V. Magestade por*

atrevido; mas julgue-me por desentere ssado; e prouvera a Deos que os Reys tiverão homens livres e pouco ambiciosos em seos conselhos; porque nem El-Rey D. António chegara aos termos que o pozerão tamanhas traições: nem V. Magestade a perigo de perder o seo, e pôr em risco toda a Christandade. Coitado daquele que ha de dar conta no final juizo das honras, mortes, fazendas de tantos, da liberdade e gosto da vida; porque para quem se perdeo não haverá arrependimento que baste em satisfação, por se lhe acabar o tempo. Se V. Magestade bem cuidar na hora da morte que nos espera e quantos males nella se nos hão de representar, e as penas, que pelos que tendes em Portugal feito eternamente haveis de ter, e justamente haveis de padecer lembrando-vos quam perto estais de se vos acabar tudo. Ah! como dareis uma volta tão grande ao passado porque tudo se vos ha de então ser prezente. Quanto melhor vos fará estar em vossos Reynos pacifico, vossos vassallos quietos, amado de todos os Reys Christãos, e servido de todos os seus: que com o que tendes feito em Portugal: não somente os christãos, mas todas as nações infieis vos terão intrinseco odio: cuydai quantos innocentes matastes com o vosso exército; cuydai nas honras das viúvas, e donzellas roubadas, e nos gemidos que ante a Divina justiça estão pedindo de vos: lembre-vos quantas casadas por adulterio forçosas são apostatadas; os templos de Deos que profanarão; as Religiosas que deshonrarão; a servidão em que puzestes os moradores de Portugal; e finalmente tudo o que nelle cauzastes, que Deos tem tomado á sua conta o tomar-vol-a com rigorosa justiça; como por um Reyno que mais que todos do mundo nobilitou, dando-lhe as suas sagradas chagas, com que nos redemio, por armas que foi signal e penhor de nunca o desamparar: as cousas que padecem os moradores desse afflitivo Reyno, bastavão para vos desenganar que os que estão fóra desse pezado jugo, quererião antes morrer livres, que em paz subjeitos; nem eu darei aos moradores desta Ilha outro conselho; porque não perca minha alma nem minha honra, que trocarei quantas vidas tivera, e podera possuir para morrer leal a meu Rey

que jurei: porque um morrer bem é viver perpetuamente; daqui me veio ter mais conta com perservar até o fim da vida nesta lealdade que temer os vossos apercebimentos de gente, navios e munições com que V. Magestade na sua me ameaça; porque confiando em Deos que pelleja por nós para os navios está o mar, e portos desta Ilha aparelhados, para as munições as fortalezas, e muitos poços para metter nelles toda a gente que nos vier buscar; a que se não perdoará; pelos males que resultão de perdões. Não me ponha V. Magestade culpa, porque jurei a D. António por meu Rey e Senhor, e de defender esta coroa, que tambem fizera o mesmo por vós se vos tivera jurado (posto que não com tanto gosto) porque basta ser Rey Portuguez: e se a desventura me chegasse a estado que ficasse com vida sujeito, e por fazer o que devo me mandassem matar; perdendo a vida pelo Senhor D. António, então a ganhava, e tão bem não perderia a memoria de minha lealdade, nem se pérderia a fama de vossa crueza e sem justiça. Eu não sirvo El-Rey D. António por interesse (posto que delle se podião esperar maiores mercês que de nenhum outro Rey); mas sirvo-o com a pureza de minha obrigação, de que resulta não me moverem mercês prometidas; que foy o laço em que cahio Portugal; porque fóra do que nenhuma couza me poderá mover a troco de vender a honra, e lealdade, que não tem preço, nem ha nenhum que eu tanto estime: lição que a muitos Fidalgos esqueceo. Nosso Senhor leve a V. Magestade para o seo Reyno, e restitua o de Portugal ao seo amado Rey o Senhor D. António, como os seos verdadeiros e leaes Portuguezes dezejamos. Desta muito noble e leal cidade de Angra, Ilha 3.^a de Jesu Christo em 13 de março de 1582».

Esta carta era uma declaração de guerra. Tornava-se necessário preparar rápida e eficazmente a defesa. Enquanto uns abriam trincheiras e construíam fortes, outros preparavam armas e ocupavam os principais pontos da costa. Na baía de Angra construíam-se os fortes de S. António e S. Benedito. Nestas obras trabalhou toda a população da cidade, incluindo a nobreza, o clero e o próprio Corregedor, que em certos dias ali iam dar auxílio aos pedreiros e trabalhadores encarre-

gados de abrirem as trincheiras. No breve espaço de alguns meses levantaram-se e guarneceram-se de artilharia, na orla costeira da Ilha Terceira, cêrca de doze fortificações.

Antes, porém, que estes preparativos tivessem terminado, estava à vista da Terceira a esquadra de D. Pedro Valdez, com a secreta intenção de dela se apoderar.

Era o dia 25 de Julho de 1581.

Escolhera o mestre de campo espanhol para o desembarque uma pequena baía, próxima da Vila de S. Sebastião e conhecida pelo nome de Baía da Salga.

Já se encontravam em terra cêrca de 500 soldados inimigos, quando ao campo de batalha chegaram as tropas de S. Sebastião comandadas por Baltazar Afonso Leonardes. Travadas as primeiras escaramuças sugeriu Frei Pedro, religioso de S. Agostinho, que se lançasse a confusão entre os espanhóis, fazendo investir contra as fileiras inimigas algum gado bravo. O estratagema deu resultado e quando o invasor ainda se não refizera da surpresa era duramente rechasado pela tropa terceirense, que de lança em riste e à cutilada operava prodígios. Entre mortos e prisioneiros perderam os espanhóis mais de quatrocentos homens, pertencendo ao número destes últimos os próprios commandantes da operação, D. João Valdez e D. João de Bassan.

Se o valor militar deste combate foi relativo, o mesmo não succedeu com o seu valor moral e político, que revestiu o mais elevado significado. Com efeito, a este combate se ficou devendo, em grande parte, a prolongada resistência da Ilha Terceira.

Em Junho de 1582 desembarcava o Prior do Crato na Ilha Terceira. A este tempo já a cidade de Angra tinha foros de capital do Reino. Nela se havia instalado a Casa da Moeda, as Casas da Suplicação, do Cível e do Crime, as Mesas do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, a Chancelaria Real, com escritvães e meirinhos da Côrte e todos os outros serviços inerentes à séde do Governo do Reino.

Por mais um ano deveria ainda resistir este minúsculo rochedo do Atlântico às poderosas armadas de Filipe II. E, honra nos seja, a sua conquista foi devida não à fraqueza ou traição dos terceirenses, mas à indicisão e tibieza de quem então a governava, o Conde de

Torres Vedras, Manuel da Silva, que em infeliz hora substituiu o heroico Ciprião de Figueiredo.

Findava um dos capítulos mais gloriosos da história da Terceira e uma das páginas de maior relêvo da História Nacional.

Se a entrada dos espanhóis na Ilha Terceira foi difficil, pela dura guerra que lhes moveram estes povos, a sua saída também não foi fácil e de novo as gentes da Terceira tiveram de pegar em armas contra o invasor.

Tendo D. João IV sido aclamado em Lisboa, logo despachou para a Ilha Terceira Francisco de Ornelas da Câmara, Capitão da Vila da Praia, com o encargo de o fazer aclamar e de obter a rendição das tropas espanholas que guarneciam a referida Ilha.

A grande fortaleza desta cidade, que então se denominava Castello de S. Filipe possuia forte guarnição e poderosa artilharia, por isso era justamente considerada, naquele tempo, inexpugnável.

Dest'arte a empresa de Francisco de Ornelas parecia particularmente difficil. Tomadas algumas precauções e preparados os ânimos aclamava-se D. João IV na Vila da Praia no dia 24 de Março de 1641 e três dias depois na cidade de Angra. Nesta mesma data punha-se apertado cêrco ao famoso Castello, governado então pelo Mestre de Campo D. Alvaro de Viveiros.

Durante um ano se combateu com tenacidade, valentia e bravura, impedindo que o Castello fosse socorrido por terra e por mar e capturando todos os socorros que lhe foram enviados pela Coroa de Espanha.

Pedro Jaques, João de A'vila, Roque de Figueiredo, Baltazar da Costa Pereira, Melchior Machado de Lemos, o Padre Francisco Cabral, António Pires do Canto, Bartolomeu Dias e os Irmãos Minhas Terras, são nomes que ficaram para sempre na História da Terceira.

Comentando este acontecimento escreveu o Padre António Vieira: — «...e rendeo-se o Castello, não a sitio de Capitães e soldados pagos, se não ao que por mar, e por terra lhes fizerão os moradores e lavradores com assombro do Mundo...»

A Ilha Terceira firmara mais uma brilhante página da História Nacional.

Quantos outros notáveis acontecimentos, occorridos nestes cinco séculos de vida do povo terceirense, não poderíamos igualmente referir!

A reclusão de D. Afonso VI no Castelo de S. João Baptista, a instalação em Angra da Capitania Geral das Ilhas dos Açores, o estabelecimento da Regência do Reino, na mesma cidade, em 1830, a utilização do aeroporto das Lages pela Grã-Bretanha e Estados Unidos da América do Norte, na última guerra mundial, não são meros episódios da história desta Ilha, mas acontecimentos que tiveram larga repercussão na vida nacional.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Se da análise dos factos passarmos à simples consideração dos homens, a nossa admiração será talvez maior ainda e compreenderemos melhor, sem dúvida, esta longa jornada de prodígios e sacrifícios

Que fecunda lição de coragem, heroísmo e abnegação não encerram as biografias de homens como Pero Anes do Canto, o Provedor das Armadas, que com 80 anos ainda enfrenta o inimigo junto da artilharia do porto de Angra; da nobre dama D. Violante do Canto, que põe todos os seus haveres à disposição do Prior do Crato, para que prossiga a luta com a Espanha; e desse bravo e intrépido João de A'vila animando os próprios soldados a conquistarem posições ao inimigo, com total desprezo pela chuva de balas e granadas que o envolvia; que dizer ainda dum Beato João Baptista Machado, que troca a vida fácil que lhe oferece a sua nobre condição pela roupeta da Companhia de Jesus e vai encontrar a palma do martírio evangelizando o gentio do Japão!

E quantos outros se não poderiam igualmente chamar, ungidos pelo mesmo fervor patriótico, pelo mesmo espírito de altos feitos, pelo mesmo heroísmo e pela mesma abnegação! Todos eles pertenceriam ao número dos que da lei da morte se libertaram.

E ao concluir esta desataviada exposição presto sentida homenagem a todos esses que com o seu esforço e o seu sacrifício fizeram da Ilha de Jesus Cristo baluarte altivo das excelsas virtudes da raça lusitana e inscreveram o nome da Terceira, em letras de ouro, na História de Portugal.

DISSE.

NOTAS

1) De forma alguma pretendemos attribuir às nossas palavras mais valor do que a uma méra hipótese. Pouco mais de um século após o descobrimento, já Gaspar Fructuoso não encontrava qualquer notícia segura acerca do dia em que o mesmo se effectuara. Limitou-se, por consequência, com louvável prudência, mas um tanto confusamente, a formular algumas hipóteses parecendo no entanto decidido a admitir, como mais provável, o dia de *Corpus Christi*.

Julgamos ainda conveniente chamar a atenção do leitor para o facto de Jácome de Bruges e os seus companheiros, ao estabelecerem-se na Praia, terem aí edificado a primeira igreja sob a invocação da Santa Cruz. Com a instituição da primeira igreja de Angra procurou-se também homenagear Jesus Cristo, sob a invocação do *Salvador*, com festa a 6 de Agosto, dia em que se comemora a *Transfiguração*.

Haverá relação entre estes dois factos e a data do descobrimento ?

2) Referimo-nos à expedição organizada por D. Afonso IV, em 1336, sob o comando de Nicoloso da Recco e Angiolino del Teggia da Corbizzi e cujo primeiro objectivo parece ter sido as Ilhas Canárias.

Estudando conjuntamente a carta enviada por D. Afonso IV ao Papa Clemente VI e a descrição de G. Boccacio, conclui-se que além das Canárias outras ilhas foram visitadas por esta expedição. Admite-se geralmente como provável que o tenham sido as ilhas que constituem o arquipélago da Madeira. Pretendem ainda alguns historiadores que esta expedição tenha alcançado os Açores.

Sem pretendermos entrar na controversia, notaremos apenas que o número de ilhas visitadas por esta armada é superior ao das Canárias.

A influência desta viagem na cartografia da época foi, todavia, apreciável. As ilhas que constituem os arquipélagos das Canárias e da Madeira começaram a ser representadas em número mais exacto, a sua posição relativa, forma, extensão e nomenclatura foram-se aproximando a pouco e pouco da realidade.

Prova eloquente do que acabamos de afirmar é a comparação das cartas de Dulcert (1339), Pizzigani (1367), Abraão Cresques (1375) e a anónima da colecção Pinelli-Walknaer (1384).

Cf. *História dos Descobrimentos Portugueses*, por Damião Peres. Pág. 8 e segs. Porto 1943.

3) Este documento tem levantado um dos mais intrigantes problemas de diplomacia que conhecemos na história açoreana. Embora não caiba no âmbito deste trabalho uma análise do problema, ao qual dedicaremos oportunamente o merecido estudo, não queremos deixar de apresentar os pontos capitais da discussão.

Desconhece-se o original da carta de capitania da Ilha Terceira, concedida pelo Infante D. Henrique a Jácome de Bruges. Admite-se mesmo que este original tenha sido destruído antes de 1522. Dele se conhecem os seguintes apógrafos :

- 1) Traslado do século XVI (anterior a 1522) existente no Livro I de Registo da Câmara da Vila da Praia.
- 2) Cópia transcrita pelo Doutor Gaspar Fractuoso nas *Saudades da Terra*, Livro VI, Cap. VII.
- 3) Cópia publicada pelo Padre António Cordeiro na *História Insular*, Livro VI, Cap. II.

Estes apógrafos apresentam entre si variantes, algumas das quais de certa importância.

Contra a autenticidade da carta têm-se invocado os seguintes argumentos :

- 1) Que o Infante D. Henrique não poderia usar da expressão *minha real autoridade*, porquanto esta fórmula era privilégio do Rei.
- 2) Que a carta opõe-se declaradamente à *lei mental*, de 8 de Abril de 1434, que determinava a reversão à corôa dos imóveis por ela doados, sempre que se extinguisse a linha varonil. Só por privilégio especial, concedido pelo Rei, em diploma por ele firmado, poderiam as mulheres suceder na posse ou administração dos referidos bens.
- 3) Que existe contradição entre a data da carta (2 ou 21 de Março de 1450) e as disposições que dela constam, no que se referem à recolha de receitas para a Ordem de Cristo e subordinação da Ilha, ao espiritual, à referida Ordem, porquanto nesta data as Ilhas dos Açores não lhe haviam sido ainda entregues.

Feita a crítica interna e a externa ao documento e analisadas as circunstâncias em que o mesmo foi produzido, poderemos concluir :

- 1) O documento foi lavrado de harmonia com os preceitos gerais então vigentes na chancelaria da Ordem de Cristo, embora tivesse sido do mesmo dispensado.
- 2) O Infante D. Henrique estava autorizado a proceder ao povoamen-

to das *sete Ilhas dos Açores* pelas cartas régias de 2 de Julho de 1439 e 10 de Março de 1449.

O espiritual destas Ilhas, logo que povoadas, estava antecipadamente concedido à Ordem de Cristo pela Bula do Papa Eugénio IV, *Et si suscepta regiminis*, de 9 de Janeiro de 1442. As Bulas de Nicolau V, Calisto III e Xisto IV, não foram mais do que confirmações, mais ou menos ampliadas, da Bula de Eugénio IV.

A carta de D. Afonso V, de 7 de Julho de 1454, em que este Rei faz doação para todo o sempre à Ordem de Cristo das terras ultramarinas adquiridas e por adquirir, é uma confirmação e ao mesmo tempo a condensação num só diploma de documentos particulares, como o relativo às Ilhas da Madeira e Porto Santo, datado de 26 de Setembro de 1453.

Para os Açores terá havido igualmente doações especiais de todas ou de algumas ilhas, com datas anteriores a 1454, mas que se consideram hoje, infelizmente, perdidas.

- 3) Entre 1450 e 1522 decorre um longo período durante o qual este diploma poderia ter sido viciado pelos interessados, assim se explicando o emprego de expressões como: *minha real autoridade* e o período relativo à sucessão da capitania na filha de Jácome de Bruges.
- 4) Que entre 1450 e 1474, data em que a capitania deixa de pertencer a Jácome de Bruges, é possível e até verosímil, que o donatário tenha feito confirmar a respectiva doação pelos sucessores do Infante D. Henrique e pelo próprio Rei. Daqui a dificuldade de se saber se estamos em face dum apógrafo mal trasladado, em que se aglutinaram períodos dum documento original com frases constantes de confirmações desse documento ou perante um diploma viciado, onde abusivamente se intercalaram diversas frases e palavras.

Admitindo-se mesmo que o documento tenha sido viciado em mais de um passo, nada nos habilita a afirmar com base nos elementos fornecidos pela análise do próprio documento, que se trata de um apócrifo e muito menos ainda que a respectiva data tenha sido alterada.

Cf. *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, por Manuel Monteiro Velho Arrada. Ponta Delgada, 1932.

Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua História publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques. Vol. I. Lisboa, 1944.

Archivo dos Açores. Vol. I. Ponta Delgada, 1878.

História Insulana. Pelo Padre António Cordeiro. Lisboa, 1717. (1.^a edição).

Anais da Ilha Terceira. Por Francisco Ferreira Drumond. Vol. I. Angra do Heroísmo, 1850.

4) Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI. Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino*. Livro VI, cap. I.

5) Francisco Ferreira Drumond, *Anais da Ilha Terceira*, vol. I, págs. 68-69. Angra do Heroísmo, 1850.

6) Cf. *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, pag. 117. Lisboa, 1940.

7) Cf. Francisco Ferreira Drumond, Ob. cit., loc. cit., pág. 36 (nota n.º 9) e pág. 489.

8) Carta de Pero Anes do Canto para El-Rei. Ilha Terceira, 14 de Maio de 1538. In *Arquivo dos Açores*, vol. I, pag. 123. Sobre a cultura do pastel vid.: *A Cultura do Pastel nos Açores. Subsídios para a sua História*. Por Carreiro da Costa. S. Miguel, 1946. (Separata n.º 4 do *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*).

9) Carta de Sebastião Muniz para El-Rei. Angra, s/d. Post 1534. In *Arquivo dos Açores*, vol. V, págs. 136-137. Ponta Delgada, 1883.

10) Apud Francisco Ferreira Drumond, Ob. cit., loc. cit., págs. 534-535.

11) *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. VI, pág. 179. Angra do Heroísmo, 1948.

A Terceira na época da Expedição Liberal

(Excerto de um capítulo da obra *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832* (1), por G. Lloyd Hodges. Tradução de João H. Anglin).

Pouco tenho dito sobre as características locais da Terceira. Vou pois referir-me agora a esta ilha com maior individuação

A Terceira é uma das mais férteis ilhas dos Açores, produzindo superabundância de cereais de toda a espécie, grande quantidade dos quais é exportada todos os anos não só para as ilhas vizinhas senão também para a mãe-pátria. Ali se encontram frutas variadas, tanto tropicais como europeias. Destas, uma das mais apreciadas é um pequeno morango, de sabor extremamente agradável, que se colhe em larga quantidade nas vertentes dos montes. O gado bovino é corpulento e de boa qualidade, mas os carneiros, uma espécie de merinos, são pequenos, ainda que numerosos.

(1) *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832 under the orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*, by G. Lloyd Hodges, Esq., late Colonel in the service of Her Most Faithful Majesty the Queen of Portugal. In two volumes. London: James Fraser, 215, Regent Street, 1833.

Sendo boas as pastagens, facilmente se obtém boa manteiga, a qual, porém, por seu mau fabrico, se estraga depois de conservada por 24 horas.

O vinho, branco, é de qualidade inferior, sendo porém considerado são e saudável e muito apreciado pelos habitantes.

Há abundância de peixe nas costas, de que o mais estimado é o *Peixe Judeu*, encontrando-se também o muje vermelho e a tartaruga, de ótima qualidade.

Em suma, a Natureza derramou com mão liberal os seus dons sobre a Terceira. Mas as suas complacências são por vezes acompanhadas de golpes de terror. Não é raro haver abalos de terra, cinco dos quais senti, e não muito leves, durante a minha estadia naquela terra.

Os habitantes são na sua maior parte esbeltos de corpo e de gênio brando, de hábitos sociáveis, hospitaleiros e muito comunicativos.

A generosidade é, em certa medida, traço característico do seu carácter; — leva-os, porém, às vezes, por seus excessos, à situação de vítimas das seduções do espírito de partido.

A este mesmo efeito os conduz a falta de conveniente instrução, além de os deixar expostos aos erros da superstição, que entre eles florescem e vicejam perniciosamente, promovidos pelo sistema do domínio sacerdotal, que há muito ali impera.

Só observando a natureza cega e degradante de algumas das suas cerimónias religiosas se poderá obter a noção adequada do profundo absurdo e da devassidão que as caracterizam.

Vou tentar, porém, narrar de forma breve uma das suas observâncias mais notáveis, a festa do Espírito Santo.

Todos os anos, em dia de Pentecostes, é escolhido em todas as aldeias dos Açores, pois a festa é comum a todas as ilhas, certo indivíduo a quem, para o efeito, passam a designar por «Imperador».

Em casa deste arma-se um altar dedicado ao Espírito Santo, sobre o qual se põe uma imagem simbólica.

Todos os domingos, depois de Quarta-feira de Cinzas até ao Domingo da Trindade, realizam-se festas em casa do «Imperador» sendo considerado falta de respeito à majestade convencional deste personagem não lhe fazer frequentes visitas e não tomar parte na sua refeição, por mais frugal que ela seja.

Aumenta, ou supõe-se que deve aumentar, a magnificência da festa, em gradação regular, desde a Páscoa até ao Pentecostes.

Aos sábados à noite há danças do Espírito Santo na residência do «Imperador», nas quais tomam parte homens e mulheres em conjunto, ao som das suas próprias vozes desafinadas, às vezes agravadas com o acompanhamento metálico de uma viola de arame.

As posições destas danças tem tão pouca graça ideal como delicadeza pessoal e as efusões extemporâneas dos executantes nada tem de piedoso que as recomende.

No Domingo anda o «Imperador» em cortejo, em diferentes partes do dia. Traz uma coroa de prata macissa, que, diga-se de passagem, é tirada da cabeça de determinado *santo*, numa igreja, e depois fica à sagrada guarda de *Sua Majestade Imperial* durante todo o período do seu reinado. Este é acompanhado por um cortejo de funcionários públicos e por meia dúzia de rapazinhos de pernas nuas, sujus, representando anjos.

Os indivíduos que compõem o cortejo ataviam-se com capas de seda, desbotadas, e com flores artificiais habilmente confeccionadas pelas freiras, fechando em geral a festa com o bater de um pequeno tambor ou com descargas de velhas e ferrugentas armas de fogo, excepto no dia de Pentecostes, em que todo o clero, tanto o secular como o regular, toma parte na solenidade.

Poucos indivíduos desta última classe de religiosos professos se encontram agora arredados do convívio social nas ilhas. Os da Ordem de Santo António (Capuchinhos) conservam ainda o seu traje especial e hábitos vagabundos, colhendo *in forma pauperis* abundantes meios para o seu sustento, entre os habitantes mais humildes.

No Domingo de Pentecostes de 1832, a que mais de perto me estou referindo, pediram-me os componentes da banda de música, de harmonia com os desejos dos habitantes, autorização para que aquela tomasse parte e tocasse no cortejo. Foi o pedido atendido, sabendo eu mais tarde que tal favor fora objecto de grato reconhecimento. De facto, passaram «os ingleses», naquela região, a ser objecto, de então por diante, de grande respeito e consideração.

As festas e as danças realizadas aos Sábados e Domingos nas seis semanas antes de Pentecostes, não pecam por escassez, nos seus diversos aspectos.

Os jantares são bons e constam de variedades de peixe, carne, galinhas e caça, em especial a última, visto não haver nas ilhas «leis de caça», sendo esta, durante todo o ano, uma recreação a que se não põem limites.

Em homenagem à dignidade do seu cargo recebe o «Imperador» muitos presentes para a sua mesa. Sem embargo, porém, o abatimento produzido nos seus haveres particulares constitui por vezes contraste mais intenso do que seria em circunstâncias diferentes, devido à penúria a que ele fica reduzido em razão do esbanjamento dos seus parques bens durante o breve sonho da sua realeza.

Indicaram-me certo indivíduo da Praia que dois anos antes empunhára este falso ceptro e que, vivendo em condições de certa abastança, caíra desde então na dependência da caridade das freiras, para sustento próprio e de sua família.

Terminada nas ruas, em Domingo de Pentecostes, a principal procissão, celebra-se missa cantada, a que se segue o sermão, laudatório dos milagres operados por Santo António.

E' degradante para a natureza humana observar a prostração da inteligência perante tais exhibições de blasfémia e de loucura; ver o «terno e dócil rebanho» conduzido a ciladas de que não tem consciência mesmo quando nelas cai; encontrar qualquer espécie de seres humanos chamados civilizados, objecto de tal troça, no século dezanove.

Que pessoa sensata pode afirmar que não é aqui necessária uma mudança! Esperemos que ela não venha longe e que traga melhores dias aos habitantes dos Açores, bem como uma melhoria dos seus governantes na mãe-pátria, a quem eles principalmente devem a sua ignorância e os seus vícios.

A propriedade, em quase toda a ilha Terceira, está centralizada nas mãos de duas famílias — os Ornelas e os Homem. (4).

(4) Sir Charles Stuart (actual Lord Stuart de Rothsay) esteve na Terceira no seu regresso dos Brasis, onde Dom Pedro lhe conferira o título de Marquês de Angra, honraria bem merecida por aquele hábil diplomata, pelos importantes serviços que, sem deixar de manter os direitos da sua nação, prestára à família real portuguesa, durante a crítica situação que esta atravessou por motivo dos projectos de Napoleão. Enquanto na Terceira, visitou Sir Charles a vila da Praia e outras partes da ilha, e, por intermédio do

São estas casas as mais antigas da terra, sendo os seus actuais representantes cavalheiros distintos que muito se teem sacrificado pela liberdade constitucional.

O snr. Teotónio de Ornelas, que por algum tempo esteve ausente das ilhas, em visita a Paris e Londres, foi em extremo cortês e atencioso com os officiaes britânicos. Com os portuguezes foi ainda mais além: a sua casa e a sua bolsa estavam sempre abertas para estes, durante a occupação dos Açores pelo Exército Libertador.

E' aprazível a situação da pequena vila da Praia, construída no centro de uma baía em forma de crescente e contígua a uma praia baixa de areia.

Limitam-na à esquerda altos e empinados declives, em cujo sopé, à borda do mar, está o forte do Espírito Santo, ligado, como já se disse, a uma série de redutos semelhantes, até ao forte de Santa Catarina, na extremidade oposta da baía. Perto deste último encontra-se uma pequena aldeia, de pitoresco aspecto, o Porto da Praia.

As cercanias estão intensamente cultivadas e são férteis e de população densa. As estradas passam pelas montanhas, sendo de encanto pitoresco a que atravessa S. Sebastião, à beira-mar.

Parece um paradoxo afirmar que, desde a extinção de um dos conventos de frades e do único mosteiro de freiras ali existente, a Praia perdeu muito da sua animação. A verdade, porém, é esta. Os recursos dos habitantes foram, do mesmo modo, como é facil de calcular, grandemente affectados por tais medidas, soffrendo também graves transtornos as classes mais pobres, pois que temos de admitir que estas, sob o sistema até então vigente, tiravam os seus meios de sustento principalmente dos reclusos moradores dos mosteiros de monges e monjas.

O convento da Praia, chamado de Nossa Senhora da Luz, foi não pequena fonte de diversão para os officiaes, devido ao espirito altamente acomodaticio das reclusas. Eram frequentes os convites mandados por estas últimas, os quais eram aceites sem hesitação, facto que

vice-consul, Mr. Hilliard Alton, comprou um pequeno tracto de terreno a fim de dar fundamento local ao título estrangeiro de Marquês. A gentileza do seu trato grangeou-lhe a simpatia geral naquella pequena ilha, cujas classes sociais lhe manifestaram o seu pesar quando ele dali se retirou.

quase me envergonho de confessar. Fôsem quais fôsem os regulamentos internos, certamente não pecavam por excessiva severidade.

As piedosas freiras, munidas de chaves, abriam portas e removiam trancas sem que de tal as impedisse a distraida autoridade superior e admitiam os amantes na intimidade, às horas combinadas. Chegavam mesmo a deixar o convento, do qual se conservavam ausentes a maior parte da noite, e voltavam antes do amanhecer do dia seguinte, para evitar escândalos desnecessários.

As amáveis disposições destas damas para com os nossos oficiais tornaram em absoluto escusado, da parte delas, um acto que se diz haver sido praticado, antes da nossa chegada, por um grupo de Voluntários de Dona Maria II.

Estes cavalheiros, em número de quarenta, escalaram os muros do convento e apoderando-se de um aposento no recôndito do edificio, ali se instalaram por toda a noite.

A política, porém, causava extraordinárias dissensões entre as belas reclusas e em consequência não pequenos incômodos aos mais amorosos da nossa unidade militar, pois sempre que os *corcundas* tomavam posse dos portões, ficavam os *malhados* ou constitucionais impedidos de entrar ou sair.

Os hábitos imorais destas mulheres eram coisa conhecida de toda a gente. Um médico irlandês, que por algum tempo fizera também serviço clínico no convento, informou-me que frequentes vezes tivera de exercer as funções de parteiro e que nessa época nasceram vários filhos ilegítimos das freiras, a dentro das paredes monacais. Facto curioso foi o de uma destas crianças ser de côr escura, embora a sua suposta mãe fosse completamente branca e uma das mulheres mais bonitas da comunidade.

Diz-se que não há dificuldade em arranjar chaves com que entrar em qualquer convento de freiras da Terceira ou das restantes ilhas. Basta apenas obter ordem de uma das frágeis irmãs para certo serralheiro de Angra, que, por vinte mil reis — cerca de 3 libras esterlinas — fornece as chaves.

Este homem, segundo me disseram, nunca quebrou a sua palavra com as sorores, pois nunca forneceu chaves sem a indispensável requisição destas.

Desnecessário se torna dizer que nestas habitações do vício e do

crime, a educação, quer intelectual, quer moral, tem tido pouco ou nenhum acolhimento.

Dentre os modos de ocupação das monjas tem lugar primacial a confecção de flores artificiais, de penas, de grande beleza, muito superiores às que se fazem em França ou Inglaterra, bem como os bordados em musselina, linho fino e seda. Também não devemos esquecer os doces e compotas, altamente apreciados na Inglaterra.

Algumas cultivam a música e várias freiras de outro convento de Angra possuem esplêndidas vozes, demonstrando gosto e ciência na arte do canto.

Ouvi aberturas de Rossini e de outros compositores, admiravelmente executadas por elas ao órgão.

Pedi-me um dia a madre abadessa autorização para que a banda de música tocasse no parlatório do mosteiro, pedido que foi prontamente atendido.

Assistiram ao concerto muitos oficiais, e as freiras, colocadas em linha por detrás das grades, exibiram todos os sinais imagináveis de santidade. Pouco tempo depois insistiram elas com alguns oficiais para que estes cantassem, o que elles fizeram, com grande satisfação do auditório feminino.

Em seguida manifestaram as monjas forte desejo de observarem a perícia dos militares nas danças, arrancando-lhes intermináveis gargalhadas uma dança escocesa, que presenciaram.

Foram depois, como refresco, servidos doces, vinho e licores, concluindo a festa pelo canto, em coro, entoado por todos os presentes, do hino constitucional. Notei, porém, que algumas freiras se mantinham em silêncio, sendo mais tarde informado que esta reunião suscitara as animosidades políticas das irmãs e dera origem a uma cena de turbulenta alteração.

E' em extremo atraente e apropriado o hábito das freiras da Terceira, que nada tem daquele aspecto severo tão peculiar nas monjas de Portugal. A cobertura de cabeça consta de uma alta touca, feita de uma variedade de malha, presa sobre a testa e ligada a uma espécie de solidéo de seda preta. O vestido é preto, com um lenço branco.

Os pés, em geral pequenos e bem feitos, são objecto de cuidadoso realce, que lhes dão os sapatos de forma extremamente elegante e as meias de finíssimo tecido de algodão, de bordado aberto.

Fôra resolvido em conselho que as tropas da Expedição se concentrassem em S. Miguel. Consequentemente, partiu o Almirante Sartorius para o Faial, a aprontar os navios o mais rapidamente possível. Por sua ordem foi logo despachada uma escuna, com ordens para o Capitão Mins se lhe juntar imediatamente, ao largo de S. Miguel, com a *Dona Maria* e a *Terceira*. O capitão Rose, da marinha, ficou em Angra, como agente dos transportes, a fim de dirigir o embarque das tropas e o carregamento dos mantimentos.

Foram nesta ocasião postas bem à prova a energia pessoal e a perseverança de D. Pedro, que aparecia em toda a parte onde se tornava necessária a sua presença, mesmo quando menos a esperavam.

Certa manhã verificou ele um caso aborrecido de incúria na alfândega, onde não haviam sido cumpridas as ordens que dera na véspera. Inquirindo do facto, chegou Dom Pedro à conclusão de que as culpas do ocorrido cabiam por igual a todos os funcionários. No momento, não deixou transparecer o seu enfado, para não levantar suspeitas. Na manhã do dia seguinte, porém, apareceu uma ordem demitindo todos os empregados e determinando perentoriamente que os seus sucessores entrassem em exercício de funções às 12 horas desse mesmo dia. Para se certificar do cumprimento exacto das suas ordens, compareceu Sua Magestade pessoalmente no local (1).

Nunca se tornou clara a necessidade de concentrar as tropas na ilha de S. Miguel, medida com que de forma alguma concordou o Conde de Vila-Flor.

Além dos incómodos que não deixaria de causar aos habitantes, pela excessiva procura de aboletamentos, mantimentos, etc., eram naquela ilha muito maiores as dificuldades de embarque do que na Terceira e Faial, onde as tropas se achavam aquarteladas.

A ordem emanou do próprio Imperador, não se descortinando a

(1) São inacreditáveis os abusos e a corrupção que se verificam nas alfândegas de Portugal e seus domínios de além-mar, muito em especial nos Açores. Informou-me um inteligente e respeitável comerciante britânico estabelecido em Angra que não é possível despachar na alfândega dali as cargas sem esportular os guardas com saculenta gorjeta e que, pelo mesmo processo suasório, é possível passar para terra, com facilidade e frequentemente, mercadorias proibidas.

razão da mesma a não ser no prazer pessoal que este tiraria de uma série de revistas e inspecções aos diversos regimentos, antes da partida final das ilhas.

As demoras, em certos casos necessárias, opostas à concentração de todas as tropas e navios da esquadra em determinado ponto, puseram a rude prova a paciência de S. Majestade.

Só em 30 de Maio, isto é, muito tempo depois da sua chegada a S. Miguel, é que ficaram as tropas ali inteiramente concentradas; e só naquele dia se juntou à força naval a corveta *Amélia*, do comando do capitão Bertram.

Chegára à Terceira numeroso corpo de oficiais de todas as patentes e *idades*. Tornava-se impossível colocá-los nas unidades devido à pequenez da nossa força. Foi, portanto, determinado formá-los num batalhão cujos soldados consistiriam de militares de posto inferior ao de capitão e cujas patentes superiores, tais como as de major, tenente-coronel, coronel e general, ocupariam os postos de porta-bandeira, tenente e capitão, etc.

Usavam estes cavalheiros uniformes vermelhos, com canhões e gola azul celeste. A unidade recebeu o nome de «Batalhão Sagrado» Alguns oficiais que haviam servido na cavalaria formavam um corpo à parte, sob a designação de «Corpo de guias», usando a farda e o equipamento de dragões, prontos a montar à nossa chegada a Portugal, tanto que lhes fornecessem cavalos. Este último corpo era de cerca de 80 homens e o Batalhão Sagrado de perto de 300 (1).

A 7 de Maio partiram para S. Miguel, no vapor *Superb*, o Imperador, seus ministros e comitiva, poucos dias depois de para ali terem

(1) Quando viram pela primeira vez este corpo, manifestaram os franceses certos sinais de troça, provocados, sem dúvida, não só pela idade avançada de alguns dos seus componentes, mas também pelo ar aristocrático que eles assumiam.

Os franceses desde então sempre o designaram por «*Le Sacre Bataillon*». Deve confessar-se que não era nada agradável aos britânicos verem aqueles cavalheiros sem preparação ostentando o uniforme nacional.

Receava-se que, por alguma fatalidade, não conseguissem eles acertar o passo com o ardor dos seus camaradas, quando em luta com o inimigo comum nas praias de Portugal.

ido o Conde de Vila-Flor e o estado-maior, ficando o comando da Terceira confiado temporariamente ao General Azeredo, velho soldado e homem de carácter.

Todas as tropas da guarnição da Terceira à nossa primeira chegada ali tinham seguido antes de D. Pedro para S. Miguel, com excepção dos Batalhões Britânico e Sagrado, do Corpo de Guias e da artilharia, forças que ficaram à espera de transportes que as conduzissem ao local da concentração. A razão da demora destes residia evidentemente em alguma falta, o que provocou a justa censura do Imperador, cuja impaciência deixou de conhecer limites. Este apareceu inesperadamente em Angra, vindo de S. Miguel, às primeiras horas da manhã de 24 de Maio, no vapor *Superb* (1). Logo exprimiu o seu desagrado às autoridades pela lentidão destas no embarque do remanescente das tropas e no carregamento dos mantimentos em depósito no arsenal e na alfândega.

Deveres do cargo determinaram a minha ida a Angra nessa manhã e logo que tive conhecimento da presença de Dom Pedro na cidade, fui procurá-lo. Informou-me que dera ordem para que marchássemos no dia seguinte da Praia para Angra, dizendo-me expressamente que confiava na minha actividade na superintendência dos transportes, de maneira que estes ficassem em condições de permitir o meu embarque para S. Miguel na quarta-feira seguinte.

O General Vascellos foi nesse dia nomeado comandante das tropas dos Açores, tendo regressado do seu estacionamento em S. Jorge a assumir o comando em vez do General Azeredo, que expressára o vivo desejo de acompanhar a Expedição como *soldado* voluntário do regimento de Dona Maria II.

Foi-lhe feita a vontade e mais tarde desembarcou nas praias de Portugal naquele humilde posto da hierarquia militar.

O General Saraiva foi nomeado Prefeito dos Açores, com Sub-prefeitos em cada ilha como auxiliares — sendo as autoridades locais distribuídas segundo a forma adoptada nas províncias da França.

O batalhão do meu comando, destacado agora do serviço da

(1) Este navio andava sempre agregado à Expedição e era o único barco a vapor de que então dispunhamos.

marinha, foi nomeado, em Ordem do Dia, para formar expressamente parte do exército libertador, sob o comandante-chefe Conde de Vila Flor.

Depois da entrevista com o Imperador, voltei à Praia, a fazer os necessários preparativos da partida. O soldado tem incutido no espírito o prazer das mudanças. E a perspectiva de uma mudança próxima como era a da chegada ao campo em que devíamos conquistar a vitória não deixou de animar os corações nem de emprestar actividade a todas as mãos.

Com tais sentimentos formavam contraste os que manifestavam os habitantes da pequena vila onde tínhamos o nosso quartel.

Os seus semblantes mostravam-se carregados e apreensivos, não sei, porém, se com a sombra do sentimento, se com a ideia da falta que lhes faria o nosso dinheiro, se com ambas as coisas ao mesmo tempo.

O que é certo é que manifestavam desgosto, simples ou composto, à medida que os preparativos da marcha os convenceram da nossa saída. Até os isolados muros do convento deram eco aos lamentos pela retirada «dos amigos ingleses».

Tenho sido obrigado (e voltarei a sê-lo) a falar de irregularidades internas do Batalhão britânico, motivadas pela embriaguês. E', porém, com viva satisfação que posso afirmar que durante a nossa permanência nas ilhas dos Açores não tive conhecimento de nenhuma *queixa, por parte dos habitantes*, contra os homens, quer colectiva, quer individualmente.

Quanto a irregularidades, observarei que certa frouxidão moral que as circunstâncias especiais da sua situação haviam criado entre as tropas portuguesas, atraíu nessa época a atenção do Imperador (que, como já disse, possuía um conceito severo neste particular) e provocou uma Ordem do Dia, de 10 de Maio, cujo fim era o de reprimir a conduta excepcional dos homens nas suas relações de convívio com as mulheres da ilha.

O dia 22 de Maio, em que fizemos a marcha da Praia para Angra, foi assinalado por chuvas torrenciais, frequentes nestas ilhas. Marchámos pela estrada de baixo, sob pesados e incessantes aguaceiros. No momento em que entrámos em Angra, às 10 da manhã, avistámos o vapor em que o Imperador ia partir para o Faial.

Ficámos comodamente aquartelados num convento, onde aguardámos o transporte *Borodino*, que, apesar dos possíveis esforços, só nos pôde receber no dia 27.

Durante a nossa estada em Angra, ou melhor, enquanto permanecemos na ilha Terceira, fomos objecto das maiores atenções e hospitalidade de Mr. Alton, vice-consul britânico, que, não obstante a imputação de favorável ao partido miguelista, não deixou de cumprir com a maior devoção de um irlandês, os seus deveres para com os seus concidadãos britânicos.

O snr. Teotónio de Ornelas, cavalheiro a quem já nos referimos como o mais distinto e mais rico proprietário da Ilha, obsequiou com um lauto jantar o corpo de oficiais, no dia da nossa chegada a Angra.

No dia seguinte foi-nos oferecido um baile na mesma sumptuosa residência. As senhoras, porém, consideraram a festa como provação superior às suas forças nas circunstâncias ocorrentes. Tão forte era o desgosto provocado pela ideia da partida dos seus «amigos» que muitas delas declinaram o convite e não compareceram. As que se convenceram de que deviam abrilhantar o baile com a sua presença, ponderaram que seria demasiada leviandade o tomar parte nas danças (1).

Dom Pedro chegou do Faial a hora adiantada da tarde, pelo que o baile se prolongou pela noite dentro.

Dois dias depois embarcava o Imperador para S. Miguel, renovando-me as suas instruções para que eu adotasse todas as providências tendentes a apressar a nossa partida. Não era coisa fácil. Entre outros aborrecimentos, tive de me haver com aquela espécie de monstro marinho, mais escorregadio ainda do que a «serpente americana do mar», o capitão de um transporte.

Finalmente, a 27, informou-me o comandante militar da ilha, General Vasconcelos, de que o agente dos transportes declarára o *Boro-*

(1) Certas pessoas levaram o seu espírito crítico ou romântico ao ponto de afirmarem que, se o baile do snr. Ornelas não teve melhor assistência, isso se deveu ao inesperado regresso do Faial do Imperador, cujos oficiais da respectiva comitiva se afirmava possuírem tantas e tão intimas amizades entre as senhoras da ilha, que o caso foi julgado pela sociedade local como impeditivo do exercicio dos direitos de promiscuidade de uma sala de baile.

pino pronto a fazer-se ao mar na manhã seguinte e de que ele próprio ordenára que os duzentos presos miguelistas que devíamos escoltar para S. Miguel embarcassem às sete horas (2).

Foram as suas ordens executadas no referente a estes infelizes presos, entre os quais havia muitas mulheres e crianças e o batalhão com a sua bagagem embarcou também a tempo.

No final de tantos obstáculos, seria demasiado condescendência do patrão do transporte permitir que este, depois de aprontado, se fizesse logo ao mar. Por isso, só levantámos ferro às nove horas da noite. Favorecidos por vento moderado em breve nos fizemos ao largo da Terceira e na tarde de 29 de Maio lançámos ferro nas alturas da costa de S. Miguel e desembarcámos em Ponta Delgada.

No artigo «O Distrito de Angra» publicado no 7.º volume do *Boletim*, na página 271, nas três linhas finais, onde se lê:

..... cometeu a imprudência de comunicar a sua conquista, bem como o intento de se dirigir ao convento às nove horas disfarçado no hábito de freira.

deve lêr-se :

... .. cometeu a imprudência de comunicar a um camarada malicioso a sua conquista, bem como o intento de se dirigir ao convento às nove horas, disfarçado no hábito de freira.

(2) Os prisioneiros de que aqui se faz menção foram feitos durante a luta na Praia entre miguelistas e constitucionais, estes comandados pelo Conde de Vila-Flor. Quase todos eles haviam sido julgados pelo tribunal militar de Angra, depois da chegada do Imperador. E' de justiça observar que a sua dedicação ao usurpador, evidenciada com firmeza e eloquência pela defesa, era um sentimento digno de melhor causa, que atraiu para os reus sentimentos de respeito, até nos tribunais em que foram julgados. Depois da sentença de prisão considerou Dom Pedro como acto não só compassivo mas também político, confiar estes presos à guarda dos ingleses, de preferência a entregá-los às tropas portuguesas da ilha, em virtude dos ódios políticos existentes. Confio em que tenhamos desempenhado aquela missão com humanidade e com o escrúpulo que as circunstâncias permitiam, para comodidade e bem estar dos infelizes presos.

Relação dos emigrantes açorianos para os Estados do Brasil, extraída dos "Processos de Passaportes da Capitania Geral dos Açores"

(Continuação de páginas 243 do Vol. 7.º)

Por ANTÓNIO RAIMUNDO BELO

ILHA DE SÃO MIGUEL

Ano de 1820 :

- António Tavares Correia, solteiro, de Rabo de Peixe, a Pernambuco.
- Luiz Jacinto, solteiro, do logar de São Vicente dos Fenais da Sr.^a da Luz, a Pernambuco.
- Francisco do Rego, solteiro, do logar dos Fenais, da Sr.^a da Luz, a Pernambuco.
- Manuel da Silva de Melo, casado, dos Fenais da Luz, a Pernambuco.
- José da Mota, solteiro, natural da Vila do Nordeste, a Pernambuco.

— José Carvalho, filho de José Carvalho, morador no lugar da Relva, a Pernambuco.

— Jacinto Pedro Ferreira, filho de José Pedro Ferreira, dos Arrifes, à cidade de Olinda em Pernambuco.

— António Carvalho, solteiro, da Bretanha, a Pernambuco.

— João Tavares de Sousa, de Rabo de Peixe, a Pernambuco.

— Manuel Joaquim, filho de Joaquim Pacheco Inácio, de Agua de Pau, a Pernambuco.

— João Raposo Leite, a Pernambuco.

— Apolinário José Pacheco, da Vila da Ribeira Grande, à cidade do R. de Janeiro.

— Manuel de Sousa, filho de outro, de S. Vicente, para Pernambuco. O despacho mandando passar o passaporte, foi feito no Val das Furnas, a 2 de Julho de 1820.

— Luiz Barbosa, filho de Manuel Barbosa, da Relva, para Pernambuco. Despacho no Val das Furnas.

— Manuel da Silva de Melo, casado, sargento supra da 8.^a Companhia do Regimento de Milicias da Vila da Ribeira Grande, a Pernambuco, a tratar dos seus negócios.

— Francisco de Sousa Viveiros, de S. António, para Pernambuco.

RESUMO

	Mascullinos		Femininos		Totalidades	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores		
Ano de 1820:						
A Pernambuco	15	—	—	—	15	
Ao Rio de Janeiro	1	—	—	—	1	
	16	—	—	—	16	16

ILHA GRACIOSA

Ano de 1770:

— João Batista de Betencourt, de quinze anos, filhos de Manuel Conde Pais e de Maria de Betencourt, naturais da Graciosa, a Minas Gerais, para a companhia de seu tio materno João de Betencourt, que o protegerá.

— António José da Cunha, filho de António da Cunha Pacheco, a Minas Gerais, para receber a herança de seu tio Francisco de Melo da Cunha, que faleceu solteiro.

Ano de 1775:

— Salvador José de Betencourt, à Baía, «para o efeito de recadar a herança que lhe pertence e a seus irmãos por falecimento de seu irmão por nome Francisco António de Betencourt que faleceu na dita cidade», no estado de solteiro.

— Francisco Leite da Silveira, à Baía, «como procurador bastante de D. Rosa M.^a da Piedade e de seu filho Joaquim Francisco da Silveira, moradores na dita Ilha, para o efeito de recadar todas as dividas que nos Estados da América ficarão devendo ao Dr. António da Cunha e Silveira marido da dita Dona Rosa».

— João José Espinola, à Baía, para a companhia de seu irmão Domingos José Espinola.

— João José Coelho, à Baía, para a companhia de seu cunhado Domingos José Espinola.

Ano de 1779:

— José Francisco de Betencourt, à cidade do Rio de Janeiro, para receber a herança de seu tio Manuel da Cunha.

— António José Vitorino, à mesma cidade.

Ano de 1780:

- Manuel Ramos da Camara, à Baía, com sua mulher Filipa de Novais de Melo, filha Maria Josefa e dois netos de menor idade.
- Manuel Gomes da Silva, à Baía.
- António José, à Baía.

Ano de 1781:

- Francisco de Melo Correia, ao Rio de Janeiro, com sua mulher D. Ana Maxima Betencourt e sua filha D. Ana.
- Manuel José Pereira, à mesma cidade.

Ano de 1785:

- António da Cunha e Silveira, ao Rio de Janeiro.
- José de Sousa, ao Rio de Janeiro, para a companhia de seu irmão Braz Diogo de Sousa.
- Pedro Correia Picanço, à mesma cidade.
- Pedro Machado de Vasconcelos, à mesma cidade.
- António de Sousa Betencourt, à mesma cidade.
- Manuel Correia do Amaral, à mesma cidade.
- Joaquim José da Silveira, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar o amparo de 2 irmãos.
- João Espinola, à Baía.

Ano de 1787:

- João Espinola de Betencourt, a procurar o amparo de um seu tio, na Baía.
- João Inácio da Silveira, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida.
- Faustino Fugaça Furtado, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

Ano de 1788:

— José Roiz Patricio, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida.

— Domingos José Betencourt, com sua mulher D. Ana de Vasconcelos, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida.

— Manuel Espinola, à Baía, a cuidar da cobrança de certa herança que lhe adveiu de um tio.

— Manuel Correia de Melo, à Baía, a procurar modo de vida.

— Manuel Correia Medina, à Baía, a cuidar de certas heranças.

Ano de 1789:

— Agostinho Correia Betencourt, ao Rio de Janeiro, para a companhia de Braz Diogo de Sousa, que o mandara buscar.

— Aniceto José da Cunha, à Baía, a procurar a companhia de um seu tio.

— Mateus da Silveira Machado, à Baía, a procurar a companhia de um seu primo, que o mandara buscar.

— Teotónio Pacheco de Melo, à Baía, a procurar a companhia dum seu tio que o mandara buscar.

— António José de Betencourt, à Baía, a procurar a companhia dum seu tio que o mandara buscar.

— António de Betencourt de Vasconcelos, à Baía, a cuidar da arrecadação de certa herança que lhe adveiu por falecimento de um seu tio.

— Manuel Fernandes Baleeiro, à Baía, a cuidar de certa herança pertencente à casa de seu pai.

— Aniceto José, à Baía, para receber certa herança.

RESUMO

	Mascullinos		Femininos		Totalidades	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores		
Ano de 1770:						
M. Gerais	1	1	—	—	2	2
	A transportar . . .					2

Ano de 1775: À Baía	Transporte				2
	4	—	—	4	
Ano de 1779: Ao Rio de Janeiro . .	2	—	—	2	2
Ano de 1780: À Baía	3	2	2	7	7
Ano de 1781: Ao Rio de Janeiro . .	2	—	1	4	4
Ano de 1785: Ao Rio de Janeiro . .	3	—	—	3	
À Baía	2	—	—	2	
Ano de 1789: Ao Rio de Janeiro . .	5	—	—	5	5
À Baía	1	—	—	1	
	7	—	—	7	
	8	—	—	8	8
					32

ILHA DE SÃO JORGE

Ano de 1770:

— André da Cunha e Sousa, das Velas, a Minas Gerais, a cuidar da administração dos bens que possui seu sogro Francisco Silveira.

— António Vieira, ao Rio de Janeiro.

— Jorge de Sousa Betencourt, filho de Pedro de Sousa Betencourt, ao Rio de Janeiro.

Ano de 1773:

— José António da Silveira, do Topo, ao Rio de Janeiro.

Ano de 1778:

— Luiz Tavares Chamberlin, filho de Inácio Ficher, da Vila das Velas, à cidade do Rio de Janeiro.

Ano de 1779:

— António de Sousa Pereira e António Machado Pires, à cidade do Rio de Janeiro.

Ano de 1781:

— António Alves de Lemos, à cidade do Rio de Janeiro.

Ano de 1785:

— José de Quadros, à cidade do Rio de Janeiro, a tratar de certa arrecadação de dinhelro pertencente a seu sogro o Capitão Manuel Gonçalves Peixoto.

Ano de 1786:

— João Machado Botelho, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida, com sua mulher Catarina do Rosário.

— Manuel da Silva, do Topo, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida, levando em sua companhia sua mulher Tereza Inácia, dois filhos menores Manuel e Maria e sua mãe viuva, Maria Madalena.

— Francisco Silveira Pacheco, do Topo, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida, levando em sua companhia sua mulher Barbara Micaela de Almeida e três filhos de menor idade chamados Maria, Manuel e Francisco.

— Manuel Pereira da Cunha, à cidade do Rio Janeiro, a procurar modo de vida, com sua mulher Ana de S. José e seus cinco filhos António, José, Manuel, Maria e Jorge.

— José de Sousa Brazil, à mesma cidade, a procurar modo de vida, com sua mulher Apolónia de S. José e seus cinco filhos Pedro de Sousa, António de Sousa, Izabel de Sousa, Ana de S. José e Izabel de S. José.

— João de Azevedo de Betencourt, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida.

— António Machado de Azevedo, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida, levando sua mulher Maria de S. Pedro e seus tres filhos Tomé, Francisco e Maria e seus sobrinhos Manuel Silveira, Rosa Inacia de Jesus e Rosa do Espirito Santo, Agueda Joaquina, Francisco e Rosa.

— Manuel Machado Eugenio, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida.

— Manuel Silveira, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— José da Silveira da Rosa, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida, levando em sua companhia sua mulher Maria Santa do Rosário e doze filhos Manuel Gonçalves, Manuel da Silveira, José, Martinho, Mateus, Ana, Joaquina, Luiza, Barbara, Rosa, Mariana e Maria.

— Manuel António à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— António de Azevedo Machado, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

Ano de 1787:

— João Inacio Machado, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida.

Ano de 1788 :

— Luzia da Conceição, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de seu tio Manuel Francisco Machado, que a mandara buscar para a favorecer.

— Joaquim de Quadros, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida.

— António Teixeira, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar a companhia e amparo de dois irmãos.

Ano de 1789 :

— Manuel, escravo pardo de José Monteiro de Castro, à cidade do Rio de Janeiro, por ordem do seu senhor, pelo escuzar de seu serviço.

Ano de 1790 :

— Manuel Machado Sequeira, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida.

RESUMO

	Masculinos		Femininos		Totalidades	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores		
Ano de 1770:						
Ao Rio de Janeiro...	2	—	—	—	2	
A Minas Gerais	1	—	—	—	1	
Ano de 1773:	3	—	—	—	3	3
Ao Rio de Janeiro...	1	—	—	—	1	1
Ano de 1778:						
Ao Rio de Janeiro...	1	—	—	—	1	1
Ano de 1779:						
Ao Rio de Janeiro ..	2	—	—	—	2	2
Ano de 1781:						
Ao Rio de Janeiro...	1	—	—	—	1	1
Ano de 1785:						
Ao Rio de Janeiro...	1	—	—	—	1	1
Ano de 1786:						
Ao Rio de Janeiro...	17	13	14	12	56	56
Ano de 1787:						
Ao Rio de Janeiro...	1	—	—	—	1	1
Ano de 1788:						
Ao Rio de Janeiro...	2	—	1	—	3	3
Ano de 1789:						
Ao Rio de Janeiro...	1	—	—	—	1	1
Ano de 1790:						
Ao Rio de Janeiro...	1	—	—	—	1	1
						71

ILHA DO FAIAL

Ano de 1768 :

- Gonçalo José Brum Terra e Silveira, à Baía.

Ano de 1771 :

— José Francisco da Terra, sua mulher Maria Jacinta e suas filhas Inácia Francisca, Genoveva Laureana e Tomázia, de 8 anos, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de seu compadre Manuel dos Santos Pinheiro, natural do Faial, casado com Quitéria de Jesus.

Ano de 1779 :

— Izabel Jacinta, solteira, da Ribeirinha, ao Rio de Janeiro, para seus irmãos, que a mandaram buscar.

— Manuel da Rosa, da Ribeirinha, à mesma cidade, com sua mulher Maria Rosa e um moço por nome Manuel de Medeiros.

— José António de Lima, da Ribeirinha, à mesma cidade, com sua mulher Rosa Clara e quatro filhos menores Francisco, Catarina, Mariana e António

— João Duarte, da Ribeirinha, com sua mulher Tereza Maria e sete filhos Manuel, José, Maria, Tereza, António, João e Catarina, ao Rio de Janeiro.

— António da Rosa Vieira, ao Rio de Janeiro.

Ano de 1780 :

— Francisco Pereira de Lacerda, ao Rio de Janeiro.

— Teodora Justina, ao Rio de Janeiro.

— António Nunes, de Pedro Miguel, ao Rio de Janeiro.

— José António de Faria, da Ribeirinha, com sua mulher à cidade do Rio de Janeiro.

— António Pereira de Escobar, dos Cedros, ao Rio de Janeiro.

— João Francisco, dos Flamengos, ao Rio de Janeiro.

— Padre Fr. Francisco de Paula, Religioso Franciscano do Convento da Ilha do Faial, ao Rio de Janeiro.

— Bernardo de Sousa da Fonseca, com sua mulher e filha, ao Rio de Janeiro.

— José de Freitas, dos Flamengos, com sua mulher e filha, ao Rio de Janeiro.

— Manuel da Rosa, da Ribeirinha, para o efeito de melhorar de fortuna, visto não fazer falta à agricultura, como nas obras de servir com sua mulher Rosa Maria e três filhos menores Tereza, Manuel e António e um cunhado de nome Joaquim Silveira, ao Rio de Janeiro.

— José Rodrigues, do Salão, com sua mulher Ana Jacinta e tres filhos menores, Manuel, Maria e Ana, visto não fazer falta à agricultura; ao Rio de Janeiro.

— Manuel da Rosa, do Salão, ao Rio de Janeiro, para melhorar de fortuna, visto não fazer falta na agricultura.

— Manuel Francisco Vicente, do Salão, ao Rio de Janeiro, com sua mulher Maria Rosa e seus filhos Maria, Ana, Manuel, José e Rosa e um seu sobrinho chamado António Silveira Alvernaz.

— Manuel Jorge, do Salão, ao Rio de Janeiro

— Manuel Francisco Machado, do Salão, ao Rio de Janeiro.

— António Inacio da Silveira, do Salão, ao Rio de Janeiro.

— Jorge da Terra, do lugar de João Frio, ao Rio de Janeiro, com sua mulher e filhos.

Ano de 1781 :

— Manuel Silveira, da Ribeirinha, ao Rio de Janeiro.

— Joaquim Pereira de Lacerda, alferes de uma das companhias do 3.º de Auxiliares da Ilha do Faial, ao Rio de Janeiro.

— Manuel Silveira, dos Cedros, à mesma cidade.

— Tomaz Bernardo, dos Cedros, à mesma cidade.

RESUMO

	Mascullinos		Femininos		Totalidades	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores		
Ano de 1768:						
A Baía.....	1	—	—	—	1	1
Ano de 1771:						
Ao Rio de Janeiro...	1	—	3	1	5	5
Ano de 1779:						
Ao Rio de Janeiro...	5	6	4	5	20	20
Ano de 1780:						
Ao Rio de Janeiro...	17	5	8	8	38	38
Ano de 1781:						
Ao Rio de Janeiro...	4	—	—	—	4	4
						68

ILHA DO PICO

Ano de 1770

— José Francisco Goularte, de 51 anos, natural da freguesia de Santa Luzia, termo da Vila de S. Roque, homem de estatura proporcionada, olhos verdosos, cabelo corredio e castanho, corado do rosto, os beiços grossos, à cidade do Rio de Janeiro, com sua mulher Ana Maria de São José de 38 anos e 4 filhos: Manuel de 18 anos, João de 15 anos; José de 5 anos e António de 2 anos, e um famulo por nome Pedro Luiz, de 24 anos.

— Pascoal Francisco, natural da freguesia de Santa Luzia, S. Roque, de 25 anos, de mediana estatura, olhos azuis, cabelo castanho corredio, corado do rosto, nariz delgado, beiços delgados, incorporado, à cidade do Rio de Janeiro, com sua mulher Luzia da Conceição, de 23 anos, e 2 filhos José, de 2 anos e Maria de 1 ano.

— Manuel Alves da Rosa, de 53 anos, natural de Santa Luzia,

S. Roque, de estatura proporcionada, olhos azuis, cabelo corredio castanho grizalho, corado do rosto e magro do corpo, boca e nariz grosso, à mesma cidade, com sua mulher Rosa de S. José, de 45 anos.

Ano de 1775 :

— Vicente José de Sena Pereira, filho do Capitão Bernardo António Sena Pereira, e de sua mulher Teodosia Bernarda, à cidade do Rio de Janeiro, onde tem 3 irmãos.

— Manuel Homem, cego de todo, à cidade da Baía.

Ano de 1779.

— Francisco Xavier da Silveira, à cidade do Rio de Janeiro.

— José Simões dos Santos, à Baía, para seu irmão João José da Costa, que o mandara buscar.

Ano de 1780 :

— Joaquim Silveira da Rosa, de Santo António, ao Rio de Janeiro.

— Manuel da Rosa, de Santo António, à mesma cidade.

— José Inacio de Sequeira, de São Roque, à cidade do Rio de Janeiro.

— Bernardo Homem, de S. Roque, ao Rio de Janeiro, com sua mulher.

— José de Melo, à cidade do Rio de Janeiro.

— José Francisco, de Santo António, à mesma cidade.

— Alferes Alexandre José da Silveira, de Santo António, à cidade do Rio de Janeiro.

— Manuel Ferreira Teles, de Santo António, com sua mulher, ao Rio de Janeiro.

— Manuel Vieira da Noya, de Santo António, ao Rio de Janeiro, com sua mulher, e uma irmã.

— António Gonçalves da Rosa, de Santo António, ao Rio de Janeiro.

— Manuel Vieira Nunes, de Valverde, ao Rio de Janeiro.

— José Caetano da Silveira, do Caes, à cidade do Rio de Janeiro.

— Tomaz António do Amaral, e sua irmã Rosa Micaela, à Baía, para seu irmão António Caetano do Amaral, natural de Santo António.

Ano de 1781:

— João Garcia, à cidade do Rio de Janeiro.

— Manuel Ferreira Neves, das Lagens, viuvo, de 60 anos, à mesma cidade.

— Rosa Inacia, do Caes, ao Rio de Janeiro, para a companhia de seu marido José Inacio de Sequeira, que a mandara buscar, e o seu filho Felisberto.

Ano de 1788:

António Rodrigues, à cidade, do Rio de Janeiro, para a companhia de seu irmão José Roiz Alvares.

— Manuel Pereira Goulart, à Baía, para a companhia de seu filho Manuel José Nunes, que o mandara buscar, com 3 irmãs, Rita Mariana, Izabel Bernarda, Rosa Mariana, e sua cunhada Rita Josefa e sua sobrinha Rosa Jacinta.

Ano de 1791:

— Manuel Joaquim, com sua irmã Maria Maxima da Soledade, ao Rio de Janeiro, a procurar a companhia de seu irmão Tinotio José de Carvalho, que os mandara buscar.

— Manuel José Pereira, ao Rio de Janeiro, a procurar modo de vida.

RESUMO

	Masculinus		Femininos		Totalidades	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores		
Ano de 1770:						
Ao Rio de Janeiro...	4	5	3	1	13	13
	A transportar....					13

Ano de 1775:	Transporte				13	
Ao Rio de Janeiro...	2		1	—	3	3
Ano de 1779:						
Ao Rio de Janeiro...	1	—	—	—	1	
A Baía.....	1	—	—	—	1	
Ano de 1780:	2	—	—	—	2	2
Ao Rio de Janeiro...	12	—	4	—	16	
A Baía.....	1	—	1	—	2	
Ano de 1781:	13	—	5	—	18	18
Ao Rio de Janeiro...	2	1	1	—	4	4
Ano de 1788:						
Ao Rio de Janeiro...	1	—	—	—	1	
A Baía.....	1	—	5	—	6	
Ano de 1791:	2	—	5	—	7	7
Ao Rio de Janeiro...	2	—	1	—	3	3
						50

ILHA DAS FLORES

Ano de 1780

— Francisco António, a procurar o amparo de um seu primo remediado de bens, no Rio de Janeiro.

Ano de 1787:

— João de Fraga, com sua mulher Francisca dos Santos, a procurar modo de vida, no Rio de Janeiro.

RESUMO

	Mascullinos		Femininos		Totalidades	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores		
Ano de 1780:						
Ao Rio de Janeiro...	1	—	—	—	1	1
Ano de 1787:						
Ao Rio de Janeiro...		—	1		2	2
						3

NOTAS RELATIVAS À ILHA TERCEIRA

ANO DE 1735

Francisco Machado Jaques

A 3 de Fevereiro deste ano, no tabelião Vanzitar, de Angra, Maria de São José, da Ilha Terceira, constituiu procurador na cidade do Rio de Janeiro e em Minas dos Macaãudas, a seu irmão Manuel Machado Jaques e o Capitão Maior João de Melo, moradores nas ditas Minas, para cobrarem de seus irmãos o que lhe pertencer por morte de seu irmão Francisco Machado Jaques.

Manuel Camelo da Rosa

Neste ano, faleceu na cidade do Rio de Janeiro, Manuel Camelo da Rosa, natural da Ilha Terceira. Foram seus herdeiros Manuel Gomes de Melo e mulher Maria Luiza e Brites Josefa, viuva do Pedro de Mendonça, que se fizeram representar pelo Padre Manuel de Paiva, morador na Vila de São Salvador.

ANO DE 1737

Caetano de Sousa Ferreira

- e seu irmão *Joaquim de Sousa Ferreira* filhos de José de Sousa Ferreira, naturais da Ilha Terceira, estavam no Brasil. Procuração do

pai aos filhos, com livro igual administração, de 30-12-1737, no Tabelião Melo, de Angra.

ANO DE 1748

Francisco Moniz Barreto do Couto

capitão duma companhia de infantaria paga da Baía, onde faleceu cerca de 1748. Natural da Ilha Terceira, Açores. Filho primogenito do fidalgo Guilherme Moniz Barreto do Couto e de sua mulher, D. Maria Rodrigues Faleiro. Irmão do Cônego da Sé de Angra, Silvestre Moniz Barreto e de António Moniz Barreto, que foi Governador e Capitão General de Macau. Casado com D. Clemencia Maria Araujo, que faleceu na Baía deixou a filha D. Joana Corte-Real que também faleceu na Baía, e o filho.

Manuel Moniz Barreto do Couto

que nasceu na freguesia da Sé, da Baía, e casou em Angra, com D. Teodora Benedita de Castro Noronha, de quem houve um filho, que foi o Alferes Bernardo Moniz Barreto. Em Junho de 1870, Manuel Moniz Barreto, viuvo, casou com D. Joana Luzia, filha de Manuel Diogo Moniz Barreto (Da escritura de 28-8-1775 do tabelião d'Angra, Mendonça, e de 17 de Junho de 1780, do tabelião Veríssimo).

Por instrumento de 28 de Maio de 1758 do tabelião Mendonça, d'Angra, Manuel Moniz Barreto do Couto, «pessoa da principal nobreza», e sua mulher Teodora Benedita de Noronha e Castro e Francisco Gonçalves Xavier, curador do primeiro, constituíram procurador, na cidade da Baía, ao Dr. Desembargador Bernardo de Sousa Estrela, «para empenhar na quantia de 300\$000 reis, uma morada de casas nobres que possuía na Baía, a qual lhe adviera por falecimento de sua mãe D. Clemencia Maria de Araujo e legitima de sua irmã d'ele D. Joana Corte-Real de quem foi herdeiro».

Em 1818, Francisco Moniz Barreto, filho do João Moniz Barreto, já defunto, vai à Baía a certo negócio da sua utilidade. Em 1820, Dona Ana Matilde Moniz Barreto Corte-Real, viuva do coronel de Milicias da Vila da Ribeira Grande, Joaquim José Raposo Bicudo Correa, vai para a Corte do Rio de Janeiro, levando em sua companhia sua irmã

D. Maria Clotilde Moniz Barreto Corte-Real, e seus criados — Maria Caetana, José de Aguiar, Lourenço e Vital Vieira.

Em 1833, Francisco Moniz Barreto, menor, filho de Bernardo Moniz Barreto, de Angra, foi para o Rio de Janeiro.

ANO DE 1750

Francisco Machado Romeiro

natural da Ilha Terceira, residente na freguesia de Furquim, da cidade de Mariana, em 30-12-1750, no Tabelião Joaquim José de Olívia, fez procuração a seu irmão Amaro Romeiro de Santa Barbara, para comprar um prédio em São Bartolomeu, desta ilha.

ANO DE 1752

Pedro Martins Coelho

Antónia Maria, solteira, filha de Manuel Martins Coelho e de sua mulher Agada Lopes; André Martins, como legal administrador de sua filha Felícia Antónia; Francisco Rodrigues, em nome de sua mulher Maria Josefa e Francisco Toste, em nome de sua mulher Francisca Antónia, todos da Ribeirinha, por instrumento de 23-9-1752, no tabelião Mendonça, de Angra, constituíram procuradores no Estado do Brazil, a António Ribeiro da Silva e João Dias, moradores em Lisboa, para cobrar e arrecadar no Juízo dos Defuntos, a herança de seu irmão e tio, Pedro Martins Coelho, falecido nas Minas do Ribeirão do Carmo, cidade de Mariana.

ANO DE 1753

João Inácio Coelho

Por instrumento de 3 de Janeiro, no tabelião Mendonça, de Angra, Antónia de São João, viuva de António Coelho, constitui procurador na cidade do Rio de Janeiro, ao Tenente Coronel Pantalhão Ferreira Maurício, para receber a herança de seu filho João Inácio Coelho, natural da Ilha Terceira, falecido na mesma cidade, onde era oficial de ourives.

ANO DE 1754

José Vieira Carneiro

Por instrumento de 25 de Abril, no tabelião Mendonça, de Angra, Dona Rosa Maria do Nascimento, viuva do Capitão António de Sousa Pinto, constituiu procurador André Francisco Vieira e António Correia da Camara, residentes no Rio de Janeiro, para receber todo o dinheiro que se achar na mão de D. Constança Clara Josefa, viuva do tenente José Vieira Carneiro, assistente em Vila Rica, que pertencer à outorgante.

Matias Raposo de Faria

A 6 3-1754, no tabelião Mendonça, de Angra, Manuel Lucas, morador em Santa Barbara, como tutor dos menores José e Maria, filhos de Mateus Roiz, já defunto, e de sua mulher Antónia Maria, e Maria de São José, viuva de Matias Roiz, contrataram com o P.^e Bartolomeu Oliveira Machado, de Santa Barbara, a cobrança, por um terço, dos bens que ficaram por falecimento de Matias Roiz, ou Matias Raposo de Faria, de quem eram únicos herdeiros, morador que foi no lugar chamado Serra do Frio no Brazil.

ANO DE 1756

Francisco Coelho Machado

de 22 anos, filho do falecido Alferes José Machado Coelho, de Angra, para o Rio de Janeiro, a seguir a ocupação do piloto. Vendeu os bens que possuía na Ilha Terceira.

António Mendes Linhares

faleceu no Rio de Janeiro. Era filho de Manuel de Sousa Rego e de D. Maria de São Pedro, do lugar da Serra, das Lagens, e irmão do Alferes João do Rego de Menezes. — Escritura de contrato de arrecadação de herança de 7-10-1758, do Tabelião Mendonça de Angra.

ANO DE 1760

Manuel Ferreiru Geraldo

Por instrumento de 6 de Março, no Tabelião Mendonça, de Angra, António Vaz da Costa e Mateus Pereira, de Santa Barbara, constituíram procuradores no Rio de Janeiro, ao Capitão Vicente Ferreira de Sousa e Francisco Ferreira Geralda, para receberem tudo o que lhes ficou pertencendo por morte de Manuel Ferreira Geralda, irmão dos mandantes, falecido nos Estados do Brazil.

Alferes Francisco Cardoso Gato

Manuel Gato, Manuel da Costa, Pedro Machado de Lemos e Vicente Romeiro, de Santa Barbara, constituíram procurador no Rio de Janeiro, a Pedro Craveiro, para receber a herança do pai e sogro deles, Alferes Francisco Cardoso Gato, falecido no Brazil.

José de Barcelos Machado

Por instrumento de 7 de Novembro, do tabelião Mendonça, de Angra, os Religiosos Capuchos de extra-muros de Angra, constituíram procurador no Rio de Janeiro, a Manuel dos Santos, Sindico Gera destas Ilhas, e morador na dita cidade, para «procurar e requerer no Tribunal dos Defuntos e Ausentes, da Cidade do Rio de Janeiro, dusentos mil reis que no seu testamento lhes deixou José de Barcelos Machado, que faleceu na freguesia de Santa Barbara do Mato de Dentro, o qual era natural desta Ilha Terceira, e freguesia da Igreja de N. S.^a da Boa Hora, de que ficou por testamenteiro Luiz Fernandes de Oliveira, cujo dinheiro se acha depositado na Vila Real do Sabará».

ANO DE 1764

João da Rocha Machado

Barbara Josefa, solteira, filha de João da Rocha de Freitas, de Angra, constituiu procurador no Rio de Janeiro, ao Capitão Vicente Ferreira de Sousa, e em Minas. a José Rodrigues Duram, Gregorio Mar-

tins e Francisco José, para receberem do testamenteiro de João da Rocha Machado, falecido em Minas, 200\$000 reis, que ele deixou (Prc. de 9-2-1764, no Tab. Mendonça, de Angra).

ANO DE 1766

Manuel Pereira, natural de Angra, na Baía.

ANO DE 1773

Joaquim José Vanzitar Emmaus

Natural de Angra, Ilha Terceira.

Em 1773, foi para a Baía, chamado por seu tio Pedro Moraes de Castro. Filho do Capitão Vicente José Vanzitar, irmão de José Joaquim Emmaus de Castro, ou José Joaquim Vanzitar Emmaus, que em 1780, também foi para o Brazil, e de D. Teodorá Joaquina de Castro e D. Inácia Violante. Primo de José de Betencourt da Silveira e Melo, Professor da Ordem de Cristo, filho de José Pereira de Melo Vanzitar, que foi tabelião em Angra (1775). Em 3 de Janeiro de 1781, seu tio, o Tenente Francisco Vanzitar Emmaus, também de Angra, fez-lhe doação «de todos os serviços que havia feito a S. Magestade no exercicio Militar, no Castelo de São João Batista de Angra, os quais serviços todos constam de papeis que o mesmo Doador tem em seu poder, e não foram até ao presente remunerados, e sem acrescentamento ou mercê da magnificencia e liberalidade Regia feita a ele Doador, o que tudo poderá requerer para si o Doador em nome dele Doador». Em 27 de Agosto de 1827, António Joaquim Emmaus, natural de Lisboa, desligou-se do Batalhão n.º 5. (Do Registo de Passaportes da Capitania Geral dos Açores; das escrituras de 26-9-1780 e 3-1-1781). Procuração de 9-10-1780, do Tabelião Mendonça de Angra.

ANO DE 1775

Salvador Martins

José Pereira Luiz, tenente de um dos fortes de Angra, e mercador da loja, constituiu procurador na cidade de S. Luiz do Maranhão

ao Capitão Mor Inacio Gomes Leitão e ao Alferes Francisco Machado de Sousa, com poderes para cobrar do Capitão Manuel Gonçalves Chaves, cem mil reis e todo o mais dinheiro que tocava à legitima de Beatriz do Espírito Santo, mulher de Bento Godinho, dos Biscoitos, por falecimento de seu pai Salvador Martins, ocorrido no lugar de Hopicudo do Maranhão. (Procuração de 14-11-1775, do Tabelião Betencourt de Angra).

José do Canto

Orfão, filho do Capitão Tomaz do Canto, da Vila da Praia, «por ordem do Dr. Juiz de Fóra e orfãos da dita Vila, remetido a seu irmão João Paulo do Canto para lhe dar algum genero de estabelecimento, pelo não poder ter nesta ilha proporcionado à sua qualidade, por ser das principais familias da mesma». Ao Rio de Janeiro.

ANO DE 1785

Francisco Soares de Castro

à Vila Boa de Goyages.

ANO DE 1791

João Vieira de Barcelos Merens

Por instrumento de 7 de Dezembro, no tabelião Vicente José Betencourt Silveira, de Angra, Dona Faustina Bernarda Vitorina, viuva do Dr. Luiz Barcelos Merens, de Angra, constituiu procurador na cidade do Rio de Janeiro, ao Tenente José Alves de Azevedo, com poderes de conceder licença para casamento ao filho dela, João Vieira de Barcelos Merens, assistente na mesma cidade.

André Joaquim Bello

Natural da Vila da Praia, filho de Manuel Gomes de Aguiar.

A 15-11-1791, «por se achar na idade de procurar comodo de vida, e nesta terra não o ter», foi-lhe concedido passaporte para a

cidade do Rio de Janeiro, «onde tem seus parentes remediados dos bens de fortuna». Em 21-2-1805, casou em Santa Catarina, do Cabo da Praia, desta ilha, com Vitória Luiza, filha do Capitão Francisco Luiz Arruda. Era irmão de Raimundo José Bello.

ANO DE 1807

Convento de N. Sr.^a da Conceição da Vila da Praia

Neste ano, a 3 de Fevereiro, foi passado passaporte a Frei António da Trindade, Irmão Converso, filho da Província de São João Evangelista dos Religiosos Menores observantes destas ilhas, que iam pedir esmola nas Américas e Capitánias do Sal, para reedificação do Convento de N. Sr.^a da Conceição da Vila da Praia, mandados pelo seu Prelado Ministro Provincial, a quem no Definitório da mesma Província foi S. A. R. servido a este fim conceder licença por Provisão do Desembargo do Paço registado na Secretaria deste Governo a 11 de Outubro de 1806. Do mesmo teor, foram passados passaportes a Frei José do Menino de Jesus, Frei João da Cruz e a Frei João do Rosário; e a 3 de Junho, um passaporte, para o mesmo fim, a Frei Francisco de Santa Ana, com licença do Desembargo do Paço de 5-11-1803.

Sobre as Festas do Espírito Santo

Censuras e leis da Autoridade Diocesana desde 1560

pelo Cônego J. A. PEREIRA

As ordenações da Autoridade Eclesiástica, coibindo abusos ou estabelecendo preceitos a regulamentar a popular devoção ao Espírito Santo, apresentam-nos actualmente um interesse etnográfico, que não simplesmente histórico; poisque nos dão noticia de vários usos e abusos que o Povo, a quem esta devoção ficou entregue, nela foi introduzindo no rodar dos tempos.

Em cada ilha açoreana, mesmo em cada freguezia, se estabeleceram formas diferentes de honrar «o Senhor Espírito Santo» — formas, que em parte ainda se conservam, noutra se foram alterando, também diferentemente, conforme a indole de cada povo.

As notas que apresentamos, provenientes como são da Autoridade Diocesana, embora às vezes se refiram a casos particulares, teem ordinariamente um character genérico, como lei geral para a Diocese.

Começamos pelo que determinam as *Constituições do Bispado*, publicadas em 1560.

Na Constituição 11.^a do Titulo 17.^o é estabelecido desta forma o que diz respeito aos festejos do Espírito Santo:

—Somos informados que, em muitos lugares do nosso Bispado se fazem em muitos domingos e festas do ano, «Imperadores» e, com côr de que vão tomar a Corôa de Espírito Santo, gastam em comidas e festas o que não teem e, em algumas partes, fazem diversos «Imperadores», e o que piór é, com diversas superstições se encomendam ao

Espirito Santo. No qual, querendo nós prover como seja mais serviço de nosso Senhor, pela presente defendemos que em nosso Bispado não se façam festas de Imperadores senão na festa do Espirito Santo, que até agora por sua devoção se acostumou fazer, ou quando vão nas procissões de Corpus-Christi, Visitação ou do Anjo, com tanto que no mesmo lugar ou procissão nem haja dois, nem Imperador e Imperatriz juntamente, senão um só. E que, quando entrarem nas igrejas com o Imperador ou Imperatriz, entrem honestamente sem arruído de vozes e sem tangeres, nas quais igrejas não estarão mais tempo que aos officios divinos, ou fazer oração e passar.

«E qualquer que o contrário fizer, pela 1.^a vez pagará um arratel de cêra para o Sacramento e pela 2.^a, a pena dobrada e pela 3.^a pagará um cruzado para a dita cêra e para o nosso meirinho ou quem o acusar. E se algum dos sobreditos fôr tão atrevido que nas ditas igrejas se suba ao púlpito ou a outro semelhante lugar para prégar, fazer ou dizer cousa alguma, o condenamos em 500 reis pela 1.^a vez, e pela 2.^a em 1\$000 reis, a metade para a fábrica da mesma igreja e a outra para o meirinho ou quem o acusar». —

Depois, os seguintes Prelados foram condenando os abusos que iam surgindo aqui ou ali, em descrédito da referida Devoção ou desrespeito geral das cousas e pessoas da Igreja. Assim:

D. Jerónimo Teixeira (1600-1612) proibiu que os foliões das Festas do Espirito Santo bailassem na Capela-mór das igrejas, como faziam na ocasião de serem coroados os «Imperadores». E o Visitadôr, por ordem deste Prelado, o Dr. Manuel Gonçalves Pacheco, proibiu que os foliões entrassem na igreja a cantar cantigas profanas.

Em 1645 o Visitador (sede vacante) Cônego João Diniz Pereira, no livro de Visitas da freguezia dos Altares, deixou esta nota: — «E' costume nesta freguezia, irem os Ministros eclesiásticos às casas dos «Imperadores», a dar-lhes o cetro e tirar-lhes a corôa da cabeça, e assistirem à mesa, no dia do Espirito Santo, sendo indecencia grande do hábito eclesiástico; e assim, mando que, daqui por diante, sómente as corôas entrem dentro da igreja e os foliões que acompanham as pessoas ou imperadores não estarão com a música e o tambôr na igreja; e os ditos Ministros eclesiásticos não assist'irão à mesa dos imperadores nem irão a suas casas a dar-lhe o cetro nem tirar-lhes a corôa

sob pena de excomunhão.» — Depreende-se desta rigorosa proibição, que tais cerimónias eram feitas pelos sacerdotes revestidos de sobre-peliz e estola!

Em 1636, D. Fr. António da Ressurreição, na visita Pastoral à ilha do Faial, proibiu que se comessem, depois do anoitecer, os *gastos* (do Espírito Santo).

D. António Vieira Leitão (1694-1714) proibe «os *Impérios de Mulheres* que se fazem sob pretexto de festejarem o Espírito Santo, mas não servem mais que para se ofender com eles o mesmo Senhor, pelos enfeitos indecorosos e profanos de que as ditas mulheres usam em tais actos, e pelo concurso de homens que a elles vão com práticas indecentes e outras enormidades, de que resulta geral escandalo».

Esta proibição é feita sob pena de excomunhão maior *ipso facto*, e de 56 cruzados de multa aos contraventores.

Os «*Impérios de Mulheres*» foram novamente condenados por D. Fr. Valério, na sua Pastoral de 2 de Fevereiro de 1745.

O mesmo D. António Vieira Leitão determinou que, segundo as Constituições do Bispado, não houvesse em cada freguezia, mais do que um «*Império do Espírito Santo*». Por isso, o Visitador, Padre Francisco Barbosa da Silva, que ele mandou à ilha de S. Miguel, proibiu que se continuasse a fazer o «*Império*» da Senhora da Vida, em Ponta Garça, que se havia separado do que se fazia junto ao adro da igreja paroquial, o qual seria o único a existir naquela freguezia.

O mesmo D. António determinou também que o «*Império da Misericórdia*» em Vila Franca, se fizesse no dia do Pentecostes e que o «*de Santo André*», fosse feito na 1.^a oitava da Festa, «para que os pobres aproveitassem das esmolas que se tiravam para o dito ministério».

D. Fr. Estevam, na Pastoral de 9 de Maio de 1841, adverte os fieis «que se abstenham daqueles divertimentos que, em si e nas suas circunstâncias, envolvam crimes e pecados, como são os que se cometem nos dias da coroação do Espírito Santo, debaixo do falso pretexto de mais festejo e devoção».

E, na Pastoral de 10 de Fevereiro de 1843, diz: «Aprovamos a verdadeira devoção ao Espírito Santo, naquele sentido em que a Igreja a aprova e sempre aprovou; e, neste mesmo sentido, Reprovamos, Condenamos e, em nome do Divino Espírito, Anatematizamos os abu-

«... os excessos criminosos de qualquer natureza que sejam, com que se tem praticado e se houver de praticar a mais bem entendida devoção deste Senhor».

D. João Maria, na Pastoral de 10 de Agosto de 1876, a propósito das questões que foi encontrar na freguesia da Fajázinha, da ilha das Flores, proíbe que saíam imagens de santos a acompanhar os cortejos das coroações do Espírito Santo; e que os Párocos se intrometam nos negócios temporais das Associações do Espírito Santo ou se encarreguem de tomar parte na administração dos seus fundos e rendimentos, mandando, no entanto que não deixem de lhes prestar as atenções e serviços do costume, pelo pretexto de lhes não pagarem esses serviços.

Em Circular de 28 de Março de 1881, regulamenta:

1.º — Que ninguém se acha habilitado para benzer corôas que não sejam de prata.

2.º — Declaramos profanadas e indignas do culto dado ao mesmo Espírito Santo, todas as corôas que não forem daquele metal.

3.º — Proibimos novamente que se exponha a corôa do Espírito Santo e se façam festas ao mesmo, fóra do tempo que decorre da Dominga da Páscoa à da S.^{ma} Trindade, sem licença nossa ou do muito reverendo Ouvidôr, ouvido o respectivo Pároco, a qual não será concedida se não por justos e ponderosos motivos.

4.º — Por ocasião de estar a corôa em casas particulares, não se praticarão ali, outros actos que não sejam de oração e de piedade.

5.º — Logo que outra coisa conste ao respectivo Pároco, mandará tirar de tal casa a corôa, de que se tenha abusado, e não prestará honras religiosas a tais festas.

6.º — As corôas decentes, destinadas ao culto público, serão conservadas nas igrejas e, em casas particulares, só com licença do respectivo Pároco; não sendo licito expô-las ao culto público e iluminá-las, a não ser no tempo pascal declarado, ou com a necessária licença.

7.º — Todos os votos feitos em contravenção destes preceitos serão comutados em esmolas para a Caixa da Bula, por qualquer Confessor aprovado.

8.º — E' inteiramente proibido coroar mulheres, ainda que menores, ou de qualquer modo que seja.

Em Circular de 2 de Maio do mesmo ano, condena o abuso «das *mascaradas*», realizadas na ocasião e a pretexto das festas do Espírito Santo. E ordena aos Párocos que comuniquem aos fieis esta repreensão e neguem orações e honras eclesiásticas e religiosas aos Impérios e Associações que, a titulo de festejar o Espírito Santo, cometem tais excessos.

Nas Conferencias Eclesiásticas promovidas em 1892 por D. Francisco José Ribeiro, ao serem discutidos os abusos das festas do Espírito Santo, um Pároco disse que, na ilha de S. Miguel, encontrara uma ordem da Autoridade Administrativa, em virtude da qual, sabendo-se que em alguma casa havia baile ou falta de respeito para com a Corôa, o Regedôr, acompanhado pelo Pároco, ia a casa do Imperador, tirando-se a corôa do altar (da casa) e levando-se para a igreja paroquial.

Nas reuniões deste ano, todavia, a Conferencia limitou-se a estabelecer esta vaga conclusão — «a necessidade do exacto cumprimento das determinações dos Ex.^{mos} Prelados relativas aos abusos praticados por ocasião das Festas do Espírito Santo e a conveniencia de se reprimirem novos abusos que se tem introduzido nestas festas».

Nas Conferencias porém reunidas em 1894, foi tratado o assunto com mais atenção e, no estudo do quesito 8.^o relativo a estas Festas entre outras foram tomadas estas medidas:

— Proibir: que a Corôa do Espírito Santo, levada por homens ou rapazes, ande em peditório pelas ruas e praças públicas e até pelas tabernas;

— Que nas casas, que recebem a Corôa, se pratiquem actos, tais como danças, jogos, descantes populares e outros divertimentos profanos;

— Que se levantem «impérios» dirigidos por crianças, nos quais, quasi sempre se expõem ao culto corôas de lata;

— Que se façam as coroações em casa;

— Que as mudanças de corôa se realizem de noite, à luz dos archotes, com mulheres em cabelo;

— Que o Pároco tome parte na administração dos Impérios;

— Que se levem alimentos para os «Impérios» transformando assim em sala de banquete o lugar que deve ser destinado a actos de caridade e de Religião;

— Recomendar que as Irmandades do Espirito Santo tenham Estatutos aprovados; que a pessoa que tem de ser coroada se confesse e comungue nesse dia; e determinar que qualquer fiel do sexo masculino poderá ser admitido à coroação; mas do sexo feminino só até à idade dos 10 anos.

Depois estabelecem-se as *Cerimónias* e orações com que não de ser feitas as orações na igreja.

Em 1923, o Vigário Capitular *Dr. J. dos Reis Fisher*, numa tabela de emolumentos paroquiais que organizou, diz: «as coroações fóra do tempo pascal só poderão realizar-se com licença do Ordinário concedida em Alvará da Camara Eclesiástica, sujeito à taxa de 120\$00 para Obras Pias.

Em Provisão de 16-IV-1925, D. António C. Meireles determinou que, «sem licença do Ordinário, passada em Alvará da Camara Eclesiástica, não serão permitidas as coroações e actos afins, de tarde, isto é, fóra do tempo da Missa; licença que só será concedida por motivo razoável e satisfazendo a taxa de 60 escudos para as Obras Pias».

.....

Apezar de tudo, continuam a dar-se muitos destes abusos condenados e outros já nasceram nos últimos tempos; como são: — as mudanças de corôa, feitas às 9 e 10 horas da noite, sendo meninas já crescidas as portadoras dos emblemas do Espirito Santo; e o outro costume de se fazerem transferencias particulares da Corôa em pequenos charabancs, ou a pé, sem qualquer acompanhamento.

Vimos este ano uma destas mudanças feita num camião de carga!

A Imagem do "Menino-Deus da Real Protecção"

Pelo Cónego J. A. PEREIRA

Reclinada no presépio que hoje faz parte do altar que fica ao lado esquerdo da Capela-mór da Matriz da Vila da Praia, existe, como figura principal, uma imagem do Menino Jesus, que mede uns 15 centímetros de altura, cinzelada em prata e cingida por uma fita de seda, bordada a oiro:

E' a Imagem do *Menino-Deus da Real Protecção*, que pertenceu ao presépio do Mosteiro de Jesus, que existiu naquela Vila.

Certamente, desde os primeiros tempos, possuiu o Mosteiro de Jesus, da Vila da Praia, esta imagem, que sempre foi tida em grande apreço não só por ser toda de prata, mas também por ser a principal dentre as imagens do Presépio daquele Mosteiro.

Uma das primitivas Religiosas deste Mosteiro, Sôror Maria do Espirito Santo, fundou ali uma «Confraria dos Escravos do Menino-Deus» cujos estatutos só foram superiormente aprovados, em 1787, quando foi restaurada a referida Confraria, que havia decaído bastante.

Tendo nascido, a 6 de Janeiro de 1669, a Infanta D. Maria Iza-bel, com compleição muito debil, D. Pedro II e sua Esposa, D. Maria Francisca de Saboia, fizeram promessas a várias imagens de mais afamada devoção no País, pela saúde da Infanta.

Entre essas imagens, foi considerada a Imagem do Menino-Deus, do Presépio das Religiosas do Mosteiro de Jesus, na Vila da Praia.

Mandou El-Rei abonar-lhe, pela alfandega de Angra, duas arrobas de cêra anualmente.

Sobreviveu a Infanta e, na Capela Real, fez-se grande festividade, na qual prégou o P.^e António Vieira.

Corre na tradição que esta Imagem do Menino-Deus foi, nesse ano de 1669, levada ao Paço Real, voltando pouco depois ao seu referido Mosteiro, e ficando desde então considerada como a *Imagem do Menino-Deus da Real Protecção*, como, de facto, se viu, d'ali em diante, receber ela obséquios próprios da protecção e devoção régias.

No ano seguinte, o Capitão General de Angra, certamente por ordem do Governo ou de S. Majestade directamente, mandou solenizar com grande pompa, a festa da Imagem do Menino-Deus, no dia 6 de Janeiro, na igreja daquele Mosteiro.

Para tanto, transportou-se ele à Praia, com o seu Estado-maior e grande concurso de fidalgos, acudindo também muitas pessoas de Angra e doutras partes da Ilha.

Assim foram continuando a fazer os outros Capitães-Generais, considerando-se por isso esta festa, como official, e feita a expensas do Governo de S. Majestade. Nada mais era preciso para a tornar notavel e afamada em toda a Ilha.

Quando, por ocasião das lutas liberais, as Religiosas abandonaram o dito Mosteiro, o Conde de Vila-Flor, em officio de 2 de Janeiro de 1830, dirigiu-se ao Cabido, a dizer que, — «o Menino-Jesus da Real Protecção, existindo na Vila da Praia, cujo se acha na dita igreja hoje ao desamparo, pela saída das Religiosas, manda que seja removido daquele lugar, ordenando que o Cabido desse as providencias necessárias sobre a dita remoção».

O Cabido, em sessão para tal convocada, acordou em que — «a mesma Santa Imagem fosse removida para o convento de S. Gonçalo, desta cidade e que aí tivesse todo o culto, praticado no Convento da sua existencia, fazendo-se a sua festa no dia 8 da Janeiro, por não poder ser no dia 6 deste mês, igualmente com todas as suas alfaias e joias».

Não podia realizar-se então a festa no costumado dia 6, porque

no Convento de S. Gonçalo, prevalecia a festa que nesse dia era feita em honra do — «Senhor Divino Imperador» — Imagem ali muito venerada de Jesus Crucificado, pendente duma cruz de prata, com uma corôa de imperador de prata dourada. (1)

Era pois muito grande a devoção dos habitantes da Vila da Praia e mesmo de toda a Ilha, por esta imagem do Menino-Deus. De tal modo que José Silvestre Ribeiro não duvidou afirmar que a vitória de 11 de Agosto, naquela Vila, fôra devida a um milagre da dita Imagem!

Tinham eles, por consequencia, muito empenho de conservar na sua Vila a referida Imagem, por essa devoção e ainda pela tença concedida por D. Pedro II e por mais 7 tenças deixadas por 7 Religiosas do antigo Mosteiro, no valor de 400\$000 reis cada uma. Era natural pois o grande empenho que eles manifestavam em que a Imagem voltasse à Praia, com todos os seus rendimentos!

Este conhecido empenho dos Praienses prestou-se ao seguinte truque politico, que apresentamos por tradição:

— O Conde de Sieuve, como Chefe do Partido Regenerador, neste distrito, havia obtido a criação da Comarca no Concelho da Praia, e, por tal motivo, este Concelho era um feudo impenetrável daquele partido nas eleições.

Os chefes do Partido Progressista em Angra, não sabiam como haviam de penetrar naquela circunscrição eleitoral, apesar de estar o seu Partido no Governo.

Lembraram-se da Imagem do Menino-Deus, que ainda estava em S. Gonçalo: e o Governador Civil — Visconde das Mercês — por combinação havida entre os membros da Direcção do Partido, pediu e obteve do Governo licença para transferir de S. Gonçalo para a Matriz da Praia a referida Imagem, tão desejada daquela População.

Anuncia, nas vespersas das eleições, tão boa nova aos Praienses e, em dia aprasado, eis que o Conde da Praia, que era maioral do Partido, reúne em Angra, muitos fidalgos cavaleiros, mobilisa todas as carruagens da cidade para nelas seguirem os que não fossem cavaleiros, e assim formou um luzido e aparatoso cortejo que o acompa-

(1) Sem ser em estilo bisantino.

nhasse a ele que, num trem, levava, nas mãos, a Imagem do Menino Deus que, com esta solenidade, foi entregar à Matriz da Praia, onde toda a população o recebeu em festa, como era de esperar e como adrede se havia preparado !

Foi tal o entusiasmo e o reconhecimento dos votantes por semelhante acontecimento, que o panorama politico mudou imediatamente ; e o Partido Progressista ganhou as eleições, apesar dos serviços antes prestados pelo Conde de Sieuve (1) e pelo seu Partido !

.....
Em 1886, foi esta Imagem com os seus rendimentos oficialmente entregue á administração da Junta de Paróquia da Vila da Praia.

(1) Diz-se que o Conde de Sieuve, por esta attitude dos Praienses nas eleições, nunca mais voltou àquele Vila : Montado no seu cavallo, apenas avistava a Praia, dumas terras que possuía na Fonte Bastardo, voltava logo as costas e retirava !

Tradições populares da freguesia dos Altares

pele P.^e INOCENCIO ENES

(*Continuação do vol. 5.^o, páginas 177*)

TRÊS CONTOS—A BENGALA DOS TRÊS QUINTAIS

Era uma vez um homem que tinha um filho muito valente. Não havia nada que metesse medo àquele rapaz; não virava a cara a cousa nenhuma.

Um dia disse ao pai que queria ir a um ferreiro encomendar uma bengala de ferro que pesasse três quintais. Diz o pai: Ó rapaz; para que é que queres agora uma bengala com esse pêso todo?

— E' para a levar comigo para qualquer banda que fôr.

— E tu vais poder com ela?

— Ora se posso!

— Pois então vai lá encomendar a bengala.

O rapaz foi pr'ó ferreiro e já trouxe a bengala consigo.

O pai ficou todo admirado da força do filho e foi contar ao padrinho dele a valentia e a coragem do rapaz. O pai era sacristão da igreja da freguesia. O padrinho do rapaz não quis crer nas proezas que o pai lhe disse que o filho fazia, e disse:

— Meu compadre sabe que mais? O rapaz é muito valente e afoito porque nunca viu cousa que lhe metesse medo! E para saber se é assim, eu hei-de ir chamar meu compadre a noite que vem, por cêrca da meia-noite, para meu compadre ir à igreja repicar o sino para o senhor padre ir com Nosso Senhor a um enfermo, e meu compadre ha se fazer doente para ele é que ir, que ele então nessa altura vai ver cousa que o ha de assustar.

Diz o pai: Eu aposto com meu compadre em como ele não se assusta!

— Pois bem, então vamos experimentar.

Quando fôr meia-noite eu lá estou a bater à porta de meu compadre, e meu compadre faz o que eu já lhe disse.

Assim foi. A' meia-noite lá estavam a bater à porta do sacristão para ele ir repicar o sino para ir Nosso Senhor a um enfermo, mas o sacristão disse que não podia ir, porque estava muito mal com uma dor de cabeça muito forte.

O filho, que tinha acordado quando batiam à porta, perguntou ao pai o que era que queriam, e o pai disse que estava alguem a chamar para ir repicar o sino, mas que não podia ir porque tinha uma dor de cabeça muito forte.

Mas eu vou, que eu tambem sei repicar.

E lá foi com a sua bengala ao ombro;

Quando chegou à porta da sacristia estava um monstro muito feio encostado à porta, que o estorvava para abrir a porta.

Diz o rapaz: Arrede-se que eu quero entrar!

O vulto não se mexeu, ele leva da bengala, da-lhe uma pancada na cabeça, deitou-o pelo chão fora e entrou para dentro.

Quando chegou ao pé do sino, para repicar, lá estava outro vulto, ainda mais feio do que o que estava à porta, encostado ao sino.

Diz-lhe o rapaz: Arrede-se que eu quero repicar.

O monstro não se moveu.

Torna o rapaz: Você não me ouve? Quere que eu lhe faça o mesmo que fiz a um que estava da banda de fora da porta?

Ora aquilo eram bonecos que o padrinho tinha feito para lhe meter medo, não se moviam!

O rapaz torna a pegar na bengala, dá uma pancada no boneco, bota-o da sineira abaixo e começa a repicar o sino.

Já estava aborrecido de repicar e nada do Senhor Padre sair com Nosso Senhor.

Depois lembra-se que talvez a pessoa, que foi chamar o pai, lhe tivesse dito para o pai ir chamar o Senhor Padre, e o pai não se lembrasse de lhe recomendar isso.

Pára de repicar e desce a sineira para ir chamar o Senhor Padre a casa. Quando chega a baixo, à igreja, vê uma essa no meio da capela mór e um defunto na essa, e diz. Você não vê o diabo? Podia eu estar a repicar o sino o resto da noite que Nosso Senhor nunca saía.

O Senhor Padre já foi, foi buscar o defunto.

O padrinho é que tinha feito a essa, deitou-se nela fingindo que era um defunto, para meter inêdo ao rapaz. O rapaz aproxima-se para ver o defunto; e nisto o padrinho deu-lhe vontade de rir e estremeceu qualquer cousa. O rapaz viu mexer e diz:

— A', tu ainda não acabaste de morrer? Espera que eu ajudo-te.

E leva da bengala, da-lhe com ela uma pancada na cabeça que lhe botou logo os olhos fóra; mas, como tinha só a luz da lâmpada, não se via bem, ele foi acender uma vela para conhecer quem era o defunto; quando viu que era o seu padrinho, ficou com um desgosto muito grande, e foi para casa e disse ao pai:

— Ó meu pai, eu agora vou saber mundo.

— E', rapaz, tu estás doido? Para onde é que queres ir agora?

— Eu não posso estar aqui, porque eu matei agora meu padrinho, depois não posso parar nesta terra, tenho que ir saber mundo; dê-me o pai cá um abraço que eu vou-me embora.

E assim foi.

Depois de ter andado já muitos dias por um deserto e sem ter que comer, sentiu que as forças lhe estavam a faltar. Quando anoiteceu avistou lá muito longe uma luzinha muito pequenina, e lá foi até chegar lá.

Bateu à porta e pediu para lhe darem qualquer cousa para matar a fome e o deixassem passar ali a noite, porque estava muito cansado, precisava descansar. Mas a dona da casa era uma viuva e vivia só com uma filha, e disse ao rapaz:

— Saiba vocemecê que o que eu lhe posso fazer é dar-lhe alguma cousa para comer, mas não lhe posso dar pousada, porque sou uma mulher viuva sosinha e mais uma filha. Agora tem acolá aquela casa, e

apontou-lhe para uma casa velha que ficava ao pé, que também é minha, mas vocemecê não pode dormir lá, porque durante a noite é uma cousa medonha; é tanto o estrelouço que é da gente morrer de mêdo.

— Mas se a senhora desse licença eu ia dormir para lá, porque, graças a Deus, não tenho mêdo nenhum.

— Pois se vocemecê quere ir, vá, mas depois não me venha inquietar.

— Não senhora, não venho; fique descansada que eu com esta bengala, que tenho aqui, venço seja o que for.

Lá foi o rapaz dormir na dita casa.

Quando em alta noite, acordou com uma barulheira infernal; abre os olhos põe-se a esperar, mas não via nada e os estrelouços cada vez eram maiores.

Ele pôs-se em pé, pega na bengala e foi a correr os cantos da casa todos, mas não viu nada. Tornou-se a deitar e, mal estava a pegar no sôno, começam outra vez os estrelouços. Ele torna-se a arguer e disse:

— Que diabo é isto? Se é alma do outro mundo trate de dizer o que é que quere, se não eu, se a apanhar, boto-a em baixo com esta bengala.

Nisto ouviu uma voz muito fraquinha, mas não percebia o que ela estava a dizer, e disse-lhe:

— Trate de aparecer e fale mais de rijo, que eu assim não percebo.

Nisto apareceu-lhe um homem muito sequinho todo vestido de prêto, e o rapaz perguntou-lhe.

— Quem é vocemecê?

— Eu sou a alma do homem d'aquela mulher que deu de comer a vocemecê, e lhe deu licença de vir dormir aqui.

— Então diga o que quere.

— Eu quero dizer que estou no purgatório, porque morri sem dizer a minha mulher onde estava o dinheiro que tinha para pagar aos obreiros e os mantimentos com que fiz aquela casa, aonde ela está a morar e mais a minha filha, e, sem essas dívidas se pagarem, eu não tenho alívio nenhum.

— Mas então quere que eu a vá chamar?

— Não precisa que eu digo a vocemecê o dinheiro aonde está, e vocemecê vai busca-lo e diz à minha mulher que lhe diga a quem é

que deve esse dinheiro, e vocemecê é que o ha-de ir levar aos seus donos, porque a viagem para chegar ao povoado é muito grande, a minha mulher nem a minha filha a podem fazer, só se gastarem muitos dias. O dinheiro está enterrado dentro num caldeirão, num canto do pomar do Valequemtem; vocemecê vá la busca-lo.

— Eu não sei aonde é que eu não sou daqui.

Só se me quiser acompanhar para me dizer aonde é.

— Pois então vamos lá; mas traga vocemecê aquele alvião.

Lá foram os dois desenterrar o dinheiro.

Quando chegaram ao dito lugar a alma do defunto disse:

— Cave aqui.

— Cave vocemecê.

— Mas eu não posso cavar!

— Comece que eu acabarei.

O defunto começou a cavar e depois o rapaz acabou até achar o dinheiro. Diz então o defunto:

— Quando vocemecê acabar de pagar todas as dividas que a minha mulher lhe disser, manda fazer um jantar, e quando for no fim desse jantar hade aparecer uma pomba; se for toda branca, as dividas estão todas pagas; e se tiver alguma pena preta, é porque ainda falta pagar alguma cousa. Nesse caso vocemecê torna aqui para eu lhe dizer o que é que falta.

Diz o rapaz:

Vocemecê não se vai embora sem me acompanhar outra vez até à casa da sua mulher, que eu de noite não posso ir lá ter sosinho, que eu não conheço estes caminhos.

— Pois sim! diz o defunto.

O rapaz tornou-se a deitar para descansar o resto da noite. Quando amanheceu ele foi bater à porta da mulher do defunto e contou-lhe o que se tinha passado durante a noite. A mulher deu ao rapaz o rol das dividas para ele ir pagar. O rapaz, quando acabou de pagar, veio ter a casa da mulher para darem o jantar conforme o defunto tinha mandado. Destinou-se o dia para o jantar e a dona da casa mandou o rapaz ao povoado convidar os parentes e conhecidos para virem assistir ao jantar, e assim foi.

No dia do jantar, já tinham acabado de comer, entrou pela porta dentro uma pomba toda branca, que era o sinal que o defunto tinha

dito que havia de aparecer se estivesse tudo pago. Depois diz o rapaz :

— O' levai : eu agora vou-me embora porque saí da casa de meu pai para ir saber mundo, não posso ficar aqui.

Diz a dona da casa :

— O' senhor, o senhor, se quizesse, casava com a minha filha e ficavamos aqui a viver todos juntinhos, para a gente não ficarmos sosinhas neste deserto !

— Não senhora ; eu agora tenho que me ir embora, e então quando eu vir uma cousa que me meta medo, eu então venho casar com a sua filha.

E foi-se embora.

Quando anoiteceu ele pediu pousada em uma casa qualquer e deram-lh'a. No outro dia de manhã, ele mal sentiu os donos da casa erguidos, ergueu-se também, e eles disseram-lhe :

— E' senhor ! Vocemecê para que é que se ergueu tanto cedo ? Tivesse-se deixado estar na cama mais um bocadinho a descansar. A gente é que precisava de se erguer para cuidar da vida, mas voce-mecê não.

O rapaz perguntou :

— Hoje é que é dia de finados aqui nesta terra ?

— Não senhor. Porque é que voce-mecê pergunta isso ?

— E' porque eu toda a noite ouvi tocar um sino, nunca pude pregar os olhos com aquela matracada, e lembrei-me que hoje havia de ser o dia de finados para esta gente.

— Olhe voce-mecê, a gente havíamos ter prevenido, para voce-mecê não se admirar, mas esqueceu-nos de o fazer ontem à noite.

Aquele sino já do tempo dos meus avós toda noite toca, o povo daqui já não faz caso, dorme da mesma maneira.

— Mas porque é que o sino toca toda a noite ?

— Não se sabe o que é, porque ninguém se atreve a ir à sineira ver o que é que está lá.

— Pois eu afianço a voce-mecês que se o Senhor Padre, ou o sacristão, me deixarem ficar na sineira, a noite que vem o sino não toca, ou então há-de se saber para que é que ele toca.

Saiu o rapaz dali e foi procurar o Senhor Padre e mais o sacristão, para lhe pedir licença para ficar na sineira essa noite.

Eles disseram-lhe que não podia ser porque o sino toda a noite

tocava, e que não se sabia o que era, que podia ser cousa do outro mundo que o assustasse a pontos dele morrer de mêdo.

— Pois é mesmo para ver o que é que lá se passa que eu queria ficar lá.

Pois, se é por sua vontade, fique vocemecê, mas é no contrato de não nos inquietar.

— Não fiquem agoniados que eu, com esta bengala na mão, não tenho mêdo nem sequer do diabo.

— Então fique lá por sua conta.

Quando foi em meia-noite lá foi o rapaz sentar-se ao pé do sino, com destino de não deixar entrar na sineira quem quer que fosse, nem mesmo o sacristão.

Até ao anoitecer não lhe apareceu lá nem uma mosca; mas às tantas ele sente uns passos muito pesados pela escada acima e vê entrar um monstro que se dirigia para a corda do sino.

Diz-lhe o rapaz:

— E' amigo! Que se vem aqui fazer? Hoje não se toca sino.

E o monstro disse:

— Mas eu tenho que tocar, porque tenho que cumprir o fado que Deus me deu.

— Quem é vocemacê que anda cumprindo fados?

— Eu sou um velho padre que esteve nesta freguesia há muitos anos, e depois da minha morte Deus impôs-me este fado de vir para aqui toda a noite tocar sino.

— Mas esta noite o sino não toca, se não a bengala já trabalha, Escute cá. Vocemecê diz que é padre e eu sou filho dum sacristão, se quere podemos ir dizer missa!

— Pois sim, vamos; mas é no contrato de tu nunca olhares para traz.

— Não olho, não senhor.

Desceram ambos para a sacristia e lá se arranjaram para irem dizer a missa; mas, quando o padre levantou a Deus, o rapaz sentiu um barulho tanto feio na igreja que não se aguentou sem olhar para traz. Estava a igreja cheia de demónios a fazerem desatinos, que o rapaz assustou-se tanto que não sabia para onde se havia botar; foi-se apegar a uma imagem de Nossa Senhora e ficou lá preso, de maneira que nunca mais se pôde tirar dali para fora.

O sacristão, quando chegou de manhã à igreja e viu aquele homem apegado a Nossa Senhora, teve muito medo e foi a correr chamar o Senhor Padre.

O Senhor Padre veio, mandou-o descer para baixo, mas ele não podia; mandou o sacristão ajuda-lo, mas foi a mesma cousa.

Depois foi o Senhor Padre que experimentou a tira-lo, mas também não pode.

Várias pessoas experimentaram mas ninguém podia tirar o rapaz d'ali para fóra.

O Senhor Padre participou ao Senhor Bispo, e o Senhor Bispo veio em sua pessoa ver aquilo, e para experimentar se podia desaparecer o rapaz da Nossa Senhora, mas também não pode.

Segue-se que esta notícia espalhou-se por toda a parte. Vinha gente de toda a banda ver aquele milagre.

Essa notícia também chegou lá ao deserto onde vivia a viuva que queria que o rapaz casasse com a filha: Que na igreja de tal estava um rapaz apegado a Nossa Senhora e que ninguém o podia tirar de lá.

A filha, quando ouviu isto, pediu à mãe para irem também ver aquele milagre, e a mãe disse que não, que era muito longe, que não podia fazer uma viagem tanto grande. Mas a rapariga pediu tanto até que a mãe sempre disse que sim.

Lá foram as duas a caminho da tal igreja. Mal entraram a porta da igreja o rapaz desapareceu-se de Nossa Senhora e apegou-se à rapariga e nunca mais se desapegou dela senão quando foram chamar o Padre que os casou mesmo naquela ocasião.

Depois de casados partiram todos três para casa delas, aonde viveram muitos anos na graça do Senhor.

Mas ele não deixou a bengala a traz.

A BRANCA-FLOR

Era uma vez um homem rico, casado com sua mulher, e tiveram um filho único.

O pai dava ao filho algum dinheiro para ele comprar alguma cousa que precisasse, e o filho gastava esse dinheiro sem que o pai visse em quê. Um belo dia o pai perguntou-lhe:

— Que fazes ao dinheiro que eu te dou ?

— Meti-me a jogar às cartas e por lá é que eu perco.

O pai, quando ouviu isto, resolveu fechar o filho num quarto sosinho com um baralho de cartas para assim se exercitar no jôgo, para não perder tanto dinheiro.

Quando o rapaz estava fechado no quarto sosinho, viu um homem ao pé de si, que lhe perguntou:

— Que fazes tu aqui rapaz ?

— Estou jogando às cartas ! . . .

— Sosinho ?

— Sim ! E como vieste tu aqui ter ?

— Foi teu pai que me mandou para jogar e mais tu.

— Mas olha lá que eu não tenho dinheiro.

— Eu também não, mas vamos jogar os dois.

Se eu te ganhar a ti, tu és meu, eu hei-de fazer de ti o que quizer; e se tu me ganhares a mim eu sou teu, tu has-de fazer de mim o que quizeres. Quem ganhou o jôgo foi o aparecido, que, a seguir, disse ao rapaz:

— De hoje a três dias tens que te apresentar na Cova da Moura, e se não te apresentares eu mato-te.

O pai foi ver o rapaz e, quando chegou ao pé dele, ele estava muito triste. Diz-lhe o pai:

— Então já paraste de jogar ?

— Já, sim senhor, e estou perdido.

— Estás perdido ! Porque ?

— Pela companhia que o pai me mandou.

— Ó filho ! Eu não mandei para aqui ninguém.

— Apareceu-me aqui um homem que me disse que vinha jogar e mais eu a mandado de meu pai, eu disse-lhe que não tinha dinheiro e ele disse que também não tinha, mas que iam jogar nesta condição: se ele me ganhasse a mim que eu que era seu, que havia de fazer de mim o que quizesse, e que se eu o ganhasse a ele, que era meu, que eu fizesse dele o que quizesse. Quem ganhou o jôgo foi ele, e disse-me logo que dali a três dias eu tinha que estar na Cova da Moura, e que se não estivesse, que me matava.

Diz o pai para consigo: Esse homem era o demónio com certeza, e, a seguir, diz ao filho:

— Eu não te dizia, meu filho, que o jôgo de cartas era endiabrado.

O pai preparou um cavalo e deu-o ao filho, e meteu-lhe três pães num saco e disse-lhe.

— Vai-te, meu filho, á procura da Cova da Moura, vai-te e adeus para nunca mais.

O rapaz seguiu viagem sem saber para onde ia, estava-se chegando a noite, encontrou uma casa. Dirigiu-se ao dono da casa e pediu para lhe dar pousada até ao outro dia de manhã. O dono da casa admirado de ver aquele desconhecido ali aquela hora perguntou:

— Ó menino que fazes por aqui a esta hora?

Estás perdido?

O rapaz contou-lhe a sua vida e perguntou se sabia aonde era a Cova da Moura.

— O' menino, eu não sei; mas eu sou o rei das rezas, pode ser que elas amanhã t'ó digam.

Quando foi no outro dia de manhã o dono da casa apitou pelas rezas, que vieram e perguntaram:

— Nosso dono que nos quere?

— Eu quero que vocês digam a este menino se sabem aonde é a Cova da Moura.

— Não sabemos nosso dono.

Diz o homem ao menino:

— Vai viajar todo o dia; á noite encontrarás outra casa, pergunta ao dono de mesma se ele sabe aonde é.

Chegou-se á noite, encontrou o rapaz a outra casa, dirigiu-se ao dono dela pediu pousada até ao outro dia de manhã.

Diz-lhe o homem:

— Que fazes tu por aqui a esta hora? Estás perdido?

O rapaz tornou a contar a sua vida e perguntou se sabia aonde era a Cova da Moura.

— O' menino, eu não sei; mas eu sou o rei das cabras, pode ser que elas amanhã t'ó digam.

No outro dia de manhã apitou o homem pelas cabras, que, ao chegarem, perguntaram:

— Nosso dono que nos quere?

— Quero que vocês digam a este menino se sabem aonde é a Cova da Moura.

— Não sabemos, nosso dono.

Torna o homem a dizer ao rapaz:

— Vai viajar todo o dia, à noite encontrarás uma casa, pergunta lá se te sabem dizer aonde é a Cova da Moura.

Chegou-se à noite, encontrou o rapaz outra casa. Bateu à porta e pediu pousada, como fez nas outras duas. O dono da casa admirou-se como os outros de o ver por ali, perguntou:

— O' menino! Que fazes por aqui a esta hora? Estás perdido?

O rapaz tornou a contar a sua vida e perguntou se sabia aonde era a Cova da Moura:

— O' menino! eu não sei; mas eu sou o rei das aves, pode ser que elas amanhã t'ó digam.

No outro dia apitou o homem pelas aves, que vieram e perguntaram:

— Nosso dono que nos quer?

— Quero que vocês digam a este menino se sabem aonde é a Cova da Moura.

— E' onde nós bebemos água todos os dias.

Deixou o rapaz o cavalo ao dono da casa e, montando a ave maior que havia no rancho, levou consigo o saco com os três pães que o pai lhe havia dado. A ave tanto andava para deante como andava para o ar. Chegou-se a uma tal distancia; disse a ave ao José, que era este o nome do rapaz:

— Ai, menino, que eu boto-te daqui a baixo.

— Pelo que? perguntou o José.

— Porque tenho fome.

O José meteu-lhe um pão. dos que levava no saco, no bico.

A ave tanto andava para diante como para o ar. A certa distância torna a ave a dizer.

— Ai, menino, que eu boto-te daqui a baixo.

— Pelo que? perguntou José outra vez.

— Porque tenho fome.

Torna o José a meter-lhe outro pão no bico.

A certa distância torna a ave:

— Ai menino, que eu boto-te daqui a baixo.

→ Pelo que?

— Porque tenho fome?

O José meteu-lhe o ultimo pão no bico.

A ave continuou a voar tanto para diante como para o ar, e a certa distância torna a dizer.

O' menino, que eu boto-te d'aqui a baixo.

— Pelo que?

— Porque tenho fome.

Diz-lhe o José:

— Eu não tenho mais pão, mas vou cortar uma pôpa da perna para te meter no bico.

Diz-lhe a ave:

— Alto! Não faças isso, estás na Cova da Moura.

Foi a ave descendo para baixo e descobriu-se um grande rio. Disse a ave ao menino:

— Aqui hão de vir três meninas lavar-se. São três filhas do homem a quem vais dirigido.

Esconde-lhe a roupa e não lh'a dêsem que elas façam promessa de te livrarem dos perigos em que o pai te meter.

Em pouco tempo chegaram ali três pombas, que se tornaram em três meninas despiram-se e meteram-se no banho. O José escondeu-lhe a roupa em sua defeza.

Dali a um instante veio uma e disse.

— Dá-me a minha roupa.

— Não t'a dou.

— Dá-me a minha roupa que eu hei-te livrar de todos os perigos em que meu pai te meter.

Daí a um instante chegou outra e disse.

— Dá-me a minha roupa.

— Não t'a dou.

— Dá-me a minha roupa que eu te livrarei de todos os perigos que tiveres com meu pai.

Depois de apanharem a roupa, cada uma meteu em si uma pena, tornaram-se em duas pombas e fugiram dizendo:

— Anda lá, que logo é que te has-de haver com meu pai.

— Se eu tal tivesse sabido nunca tinha dado a roupa a vocês.

Dali um instante chegou a outra e disse.

— Dá-me a minha roupa.

— Não t'a dou.

— Dá-me a minha roupa que eu te livrarei de todas as aflições em que meu pai te meter.

— As outras também disseram a mesma cousa.

— Dá-me a minha roupa que eu te serei firme.

O José deu-lhe a roupa, ela vestiu-se e ficaram muito tempo a conversar.

Diz-lhe ela :

— Vai-te apresentar a meu pai, que as horas já estão passadas, e quando te vires em aflições, diz : Valha-me aqui Branca-Flor.

Dito isto, meteu uma pena em si, tornou-se numa pomba e disse : Até logo.

Quando José chegou ao pé do Mouralho este disse-lhe :

— Agora é que vens ?

— Não pude vir mais cedo. O que é que vou fazer ?

O Mouralho deu-lhe um machado uma enxada e um saco de trigo e disse-lhe :

— Vais ali para aquela mata, derrubas aquela lenha e semeias este trigo, que eu ainda hoje quero comer pão que esse trigo dere depois de semeado, quando não eu mato-te,

Foi o José para a mata, à primeira pancada que deu com o machado num pau, o machado partiu-se. Desatou a chorar e a lamentar a sua sorte, e diz :

— Valha-me Nosso Senhor.

Apareceu-lhe Branca-Flor que lhe perguntou.

— Porque choras tu, José ?

— Porque sou infeliz. Não vês que teu pai mandou-me derrubar esta mata para semear este trigo, e diz que ainda hoje quiere comer pão do trigo que este dere, senão que me mata.

— Então porque te não lembras-te de mim ?

A Branca-Flor deu-lhe um pão, uma galinha e uma garrafa de vinho, e disse :

— Come e bebe que has de ter fome e depois deita a cabeça aqui no meu colo.

O José comeu e dormiu e quando acordou já estava o pão do trigo novo cosido.

Diz-lhe Branca-Flor:

— Leva este pão a meu pai; trata-o sempre mal, nunca o trates bem, e ele aqui ha de te dizer:

— Aqui anda Branca-Flor.

E tu dize-lhe: — Se eu vi a Branca-Flor ou Branca-Flor me viu a mim, peixe do mar coma eu.

Foi o José levar o pão ao Mouralho e disse:

— Come, boca de burro.

— Por aqui anda Branca-Flor.

— Se eu vi Branca-Flor ou Branca-Flor me viu a mim, peixe do mar coma eu.

No outro dia o Mouralho deu ao José uma saca com trigo e disse-lhe:

— Vai ali para baixo para aquele salto da ribeira, faz ali um moinho para moer este trigo que ainda hoje quero comer pão dele.

Foi o José buscar a primeira pedra e colocou-a no lugar aonde era para fazer o moinho; foi buscar a segunda pedra, quando chegou com ela já a primeira tinha desaparecido.

Diz o José, como que desesperado:

— O' ladrão, que se eu te apanho aqui, eu mato-te.

Chegou com a terceira pedra já a segunda tinha desaparecido.

Pegou o José a chorar:

— Ai Nossa Senhora valei-me que eu sou um infeliz.

Apareceu-lhe Branca-Flor e perguntou-lhe:

— O' José, porque é que estás a chorar?

— Pois teu pai destinou-me para eu fazer aqui um moinho para moer este trigo, que ainda hoje quiere comer pão quente feito com a farinha que eu moer; eu fui buscar as pedras para fazer, mas quando cheguei com a segunda a primeira já tinha desaparecido, fui buscar a terceira aconteceu-me o mesmo, a segunda já não estava, desapareceram as pedras todas como é que eu hei de fazer o moinho e moer o trigo?

Diz-lhe a Branca-Flor:

— Era meu pai que t'as tirava; o que me valeu foi tu chamares por Nossa Senhora, porque meu pai nessa altura retirou-se. Mas tu podias-te ter lembrado de mim. Aqui tens esta galinha este pão e esta garrafa de vinho; come e bebe e depois deita a cabeça aqui no meu colo.

O José deitou-se e dormiu. Quando acordou já estava a farinha moida e o pão cosido.

Disse-lhe a Branca-Flor:

— Aqui tens, o pão, leva-o a meu pai e trata-o muito mal, nunca o trates bem.

Ele vai te dizer: Aqui anda Branca-Flor, e tu respondes:

— Se eu vi a Branca-Flor ou Branca-Flor me viu a mim, os anjos do céu me levem. E, ouve mais, meu pai amanhã vai-te mandar para uma eira ensinar um cavalo. O cavalo é meu pai, a albarda é minha mãe, uma das minha irmãs é a cila, a outra o atafal, e eu sou o freio.

O cavalo ha de estar muito raivoso, a ver se tu tomas mêdo, mas mete-lhe o freio na boca que ele vai ficar logo mancinho; não leves bordão de madeira, leva um vergalhão de ferro para lhe bateres à vontade, nunca largues o freio se não quando te puzeres no cavalo e o tiveres já ensaiado, na cocheira, a albarda, a cila e o atafal sacodem-se bem com pancadaria.

— E que hei de fazer ao freio? perguntou o José.

Faz dele o que quizeres, disse Branca-Flor.

Foi o José levar a farinha e o pão ao Mouralho e disse-lhe:

— Aí tens, boca de burro, come até rebantares.

— Aqui anda Branca-Flor.

Se eu vi Branca-Flor ou Branca-Flor me viu a mim, anjos do céu me levem.

— Alto! Não me fales mais nesta gente.

No dia seguinte o José perguntou ao Mouralho o que é que ia fazer.

— Está na cocheira um cavalo, tu vais com ele para aquela eira dar-lhe um ensaio.

Quando o José chegou á cocheira o cavalo estava a relinchar e muito desassoçado.

Diz o José:

— Olá! — tu és muito esperto! E pegou no freio meteu-lh'o na bôca e o cavalo ficou logo manso.

O José botou-lhe a albarda e o atafal, arrocheou-o com a cila e levou-o pelo freio para a eira. Chegando aí tirou a albarda, o atafal e a cila ao cavalo e atirou com tudo para o lado, e deixou-lhe ficar o freio sempre na bôca; depois pegou num vergalhão de ferro, deu tanta pancadaria no cavalo que lhe partiu a cabeça.

Depois de lhe dar um ensaio assim bem dado, foi bota-lo na cocheira e trouxe o freio consigo. Chegado outra vez à eira pôs-se a olhar para a albarda, para a cila e para o atafal e disse :

— Olha como isto está tudo cheio de bolor!

E' preciso bem sacudido!

Pegou no vergalhão de ferro e começou a sacudir a albarda. Diz esta :

— Não batas mais que sou eu; e a albarda tornou-se na mãe de Branca-Flor:

Diz o José:

— Se eu soubesse que eras tu ainda te tinha dado mais.

O José fez o mesmo à cila e ao atafal para lhes tirar o bolor, que depois de bem sacudidos com um vergalhão de ferro se tornaram nas duas irmãs da Branca-Flor e disseram :

— Não nos batas mais que somos nós.

— Se eu tivesse adivinhado que eram vocês, eu ainda lhes tinha dado mais.

O José pegou no freio com todo o cuidado e foi arruma-lo na cocheira.

No outro dia o Mouralho chamou o José e disse-lhe :

— Eu quero que vás ao fundo do mar buscar uma chave de ouro, que eu perdi lá ha sete anos, e se não ma trouxeres, eu mato-te.

O José dirigiu-se para a beira-mar e, chegado ao areal, pôs-se a chorar porque não sabia como havia dar conta daquele recado, e disse :

— Valha-me aqui Branca-Flor!

A Branca-Flor apareceu-lhe e perguntou :

— Que fazes aqui a chorar?

Quero-me despedir de ti, porque hoje é que vou morrer. Teu pai mandou-me ao fundo do mar buscar uma chave de ouro que ele perdeu lá ha sete anos. Desta vez é que ele me mata, porque nem eu nem tu a pode ir lá buscar.

— Olha, José, vai dizer a meu pai que te dê um banco, uma faca e um lençol. Ele ha de te perguntar para que queres essas cousas, e tu dizes que o banco é para ires escanchado, o lençol para amarrares na cabeça para não te entrar água nos ouvidos, e a faca e para te defenderes de algum peixe ruim que te queira atacar.

O José fez o que a Branca-Flor lhe disse, e o Mouralho tudo lhe entregou.

Quando o José chegou ao pé de Branca-Flor trazendo o banco, o lençol e a faca, ela disse-lhe:

— Agora deita-me nesse lençol e mata-me com essa faca.

— Eu matar a quem tantas vezes me tem livrado da morte?!

— Sim, mata-me para segurares a tua vida e a minha. Depois de me matares põe-me às postas a bota-as nesse lençol; tem cautela não fique algum bocadinho na areia, e depois atira com tudo ao mar. Esperas aqui tres horas; depois hão de vir três marés muito grandes; a primeira e a segunda da-lhes para traz, e a terceira abraça-te com ela que sou eu.

Quando vieram as três marés o José ficou muito contente. Deu nas primeiras duas para traz e abraçou-se com a terceira, era a Branca-Flor com a chave de ouro na mão, e perguntou ao José:

— Deitas-te, José tudo que era do meu corpo ao mar? Que é da ponta deste dêdo?

Mas não te aflijas que não é defeito, que por ele nos havemos de livrar de meu pai.

Vai-lhe entregar a chave de ouro e ele ha de te dizer:

— Aqui anda Branca-Flor, e tu respondes:

— Se eu vi a Branca-Flor, queira, queira crer em Deus.

O José foi entregar a chave ao Mouralho e disse-lhe:

— Aqui tens a chave, cara de burro!

Diz o Mouralho:

— Aqui anda Branca-Flor!

— Se eu vi a Branca-Flor ou Branca-Flor me viu a mim, queira, queira crer em Deus.

— Alto! não me fales aqui nesse homem!

Amanhã vem à minha presença, que eu preciso de te falar.

O José ficou preocupado e foi ter com Branca-Flor e disse-lhe:

— O que será que teu pai me quer, pois que disse-me, ha pouco, que amanhã precisa de me falar...

— Não te aflijas! Ele, para te experimentar, vai-te apresentar a mim e às minhas duas irmãs, e vai-te dizer que tu que escolhas uma de nós para casares, e tu dizes que o melhor é ele fechar-nos todas três num quarto e fazer um furo na porta da largura de um dêdo

para nós metermos o dêdo nesse buraco, e aquela em que tu pegares no dêdo é que ha de ser tua esposa. Que doutra forma não podes escolher porque gostas das três igualmente, e como todas são suas filhas... E para tu saberes que sou eu, eu hei de meter o dêdo que não tem a ponta, e desta forma meu pai fica pensando que tu gostas das três igualmente.

No dia seguinte o José apresentou-se ao Mouralho e este apresentou-lhe as três filhas para ele escolher uma para casar, e o José procedeu conforme a Branca-Flor lhe havia ensinado na vespera.

O Mouralho fechou as filhas num quarto e fez o furo na porta, conforme a vontade do José. A primeira meteu o dêdo no furo, mas o José não lhe tocou, a segunda foi Branca-Flor que meteu o dêdo sem ponta; neste é que o José pegou.

Diz a outra irmã:

— Olha lá, meu pai, se o que nós diziamos não era verdade. Ele pegou foi no dêdo da Branca-Flor!

Foram-se embora todas muito zangadas, só ficou o José e mais a Branca-Flor, que disse ao José:

— Olha! Tu vais à cocheira e traz os ultimos dois cavalos de traz; um é o cavalo do vento e o outro é o do pensamento, que é para a gente fazer viagem antes que meu pai nos mate.

Foi o José à cocheira buscar os cavalos, trouxe o cavalo do vento, mas em vez do pensamento trouxe o Salão. Mas em quanto o José foi buscar os cavalos a Branca-Flor ficou a fazer alguns preparativos para a viagem. Quando chegou ao pé do José disse-lhe:

— Ai, José, o cavalo que foste trazer! Deixas-te o melhor atraz, que é o pensamento. Mas vamos embora, que a hora está a chegar de meu pai chamar por mim.

Branca-Flor fez um pequeno golpe num dêdo e deixou cair um pingo de sangue ao pé da porfa para quando o pai chamasse por ela o pingo de sangue responder, porque o pai ia chamando e o pingo de sangue respondendo para assim lhes dar tempo de se afastarem para longe, antes do pai dar pela falta deles.

Pouco depois da Branca-Flor e mais o José se pôrem a caminho, começou o pai a chamar.

— Branca-Flor! E o pingo de sangue respondia:

— Senhor!

— Anda-me descalçar estas botas!

— Já vou!

— Branca-Flor!

— Senhor!

— Anda-me descalçar estas botas.

— Já vou!

— Branca-Flor!

— Senhor!

— Anda-me descalçar estas botas.

— Já vou!

No fim de chamar três vezes e a Branca-Flor não lhe aparecer, tornou:

— Branca-Flor, que estás a fazer? Diz a mãe lá da cosinha:

— Ela já não está aí, já val ionge.

Vai à cocheira se queres ver a falta dos cavalos.

Ele foi e disse:

— Bem dizes tu, faltam dois.

— Quais foram os que eles levaram? perguntou a mãe.

— Levaram o cavalo do vento e o Salão.

— Então deixaram o do pensamento. Vai que ainda os apanhas.

O Mouralho montou o cavalo do pensamento e largou atrás deles.

— A certa altura o José olha para traz e diz:

— Ai Branca-Flor que aí vem teu pai!

— Pega neste canudo de cinza e bota-o para traz.

A cinza formou um grande nevoeiro que o Mouralho não via o caminho, mas quando o nevoeiro passou ele continuou a sua carreira.

A certa altura torna o José

— Ai Branca-Flor que aí vem teu pai!

— Pega neste canudo de agulhas e alfinetes e bota-o para traz.

As agulhas e os alfinetes tornaram-se num grande silvado, que o Mouralho inquietou-se para passar.

Torna o José a olhar para traz e diz:

— Ai Branca-Flor que aí vem teu pai!

— Pega neste canudo de sal e deita para traz.

O sal tornou-se num grande rio. A Branca-Flor fez dum cavalo um barco do outro cavalo um caniço e disse ao José:

— Tu agora és o pescador e eu sou o peixe, e quando meu pai chegar entende-te com ele.

Quando o pai chegou ao pé do rio perguntou ao José:

— Viu passar aqui um cavaleiro e uma cavaleira?

— Se o senhor quere comprar peixe é o que tenho para lhe vender.

— Não lhe pergunto por isso, pergunto se viu passar aqui um cavaleiro e uma cavaleira.

— O senhor se quere atravessar o rio, salte cá para o barco.

— Largue-me da mão, que eu vou-me já embora; e voltou para traz.

Quando chegou a casa a mulher perguntou-lhe:

— Viste-os?

— Vi foi um palerma a pescar. Perguntei-lhe se tinha visto passar ali um cavaleiro e uma cavaleira e ele respondeu-me que se eu queria atravessar o rio que saltasse para o barco.

— Tivesses saltado para o barco que era o teu cavalo; o outro cavalo era o caniço, ele era o pescador e ela era o peixe.

— Eu vou outra vez ver se os apanho; e foi.

Apenas o pai virou para traz o José e a Branca-Flor montaram os cavalos e seguiram viagem.

Torna o José a olhar para traz e a dizer:

— Ai Branca-Flor que aí vem teu pai.

— Não te aflijas.

Desceram-se os dois dos cavalos. Com um cavalo ela fez uma quinta com toda a qualidade de fruta, com o outro cavalo fez um portão.

O José o quinteiro. Quando o mouralho chegou ao pé do José, que estava ao portão da quinta, perguntou-lhe:

— Você não viu passar por aqui um cavaleiro e uma cavaleira?

— Se o senhor quere comprar fruta é o que estou vendendo.

— Não lhe pergunto por isso; estou perguntando se viu passar por aqui um cavaleiro e mais uma cavaleira.

— Veja lá como as maçãsinhas são cheirosas!

— Largue-me você da mão; e virou para traz.

A' chegada do Mouralho a casa perguntou-lhe a mulher:

— Viste-os?

— Não vi. Vi foi um homem ao portão duma quinta; perguntei-lhe se tinha visto passar por ali um cavaleiro e uma cavaleira, ele respondeu-me que tinha era fruta para vender se eu quizesse comprar.

-- Pois olha, tonto. A fruta era ela, ele era o quinteiro, e os cavalos, um era a quinta e o outro o portão. Dá-me para cá essas calças e essas botas que eu é que os vou apanhar.

— Não, eu é que vou outra vez e desta hei de me acautelar e eles não me enganam.

Lá foi o Mouralho outra vez a ver se se os apanhava. A certa altura o José olha para traz e torna a dizer:

— Aí Branca-Flor que aí vem teu pai!

— Não te aflijas que eu dum cavalo vou fazer uma ermida, do outro faço um sino, eu sou a santa tu és o sacristão, e quando meu pai chegar pergunta-lhe se ele quiere ouvir missa.

Quando o Mouralho chegou ao pé do José que estava à porta da ermida, com um opa vermelha vestida, perguntou-lhe:

— Você viu passar aqul um cavaleiro e uma cavaleira?

— Se o senhor quiere ouvir missa espere que o senhor padre está-se revestindo.

— Não lhe pergunto isso, estou-lhe perguntando se viu passar por aqui um cavaleiro e mais uma cavaleira.

— Se o senhor quiere ouvir missa o senhor padre já está no altar. Largue-ma você da mão! e virou para traz.

Quando chegou a casa a mulher perguntou:

— Viste-os?

-- Não vi. Vi foi um pateta à porta de uma ermida com uma camisa vermelha vestida, perguntei-lhe se tinha visto passar por ali um cavaleiro e mais uma cavaleira, ele tornou-me por resposta que, se queria ouvir missa, que o padre estava no altar.

Eu fiquei zangado com aquilo... virei para traz.

— Pois ele era o sacristão, ela era a santa e os cavalos, um era a ermida e o outro era o sino. Eu é que havia ter ido! Mas eu a fado que ela não se ha de gosar dele, porque, quando ele, chegar à sua terra, uma pessoa da sua familia ha de beija-lo no lado esquerdo e depois disso ele nunca mais se lembra dela.

Nesta altura disse Branca-Flor ao José:

— Ai José? que eu vou ser uma desgraçada.

A minha mãe está-me fadando. Ela está a predizer que quando tu chegares à tua terra alguem da tua familia te ha de beijar no lado esquerdo e que isso te ha de fazer esquecer de mim.

— Não te aflijas que nada disso lhe ha de dar certo.

Quando o José e a Branca-Flor chegaram ao princípio da sua terra, o José bateu à porta duns velhinhos o pediu para deixar ali a Branca-Flor dizendo que no outro dia a viria buscar. Os velhinhos aceitaram, dizendo que tinham até muito prazer em ficar com aquele anjo na sua companhia.

Diz o José aos velhinhos:

— Eu, não a levo hoje comigo, porque quero vir busca-la amanhã na companhia de meu pai, mas como ele é já de idade avançada eu quero prepara-lo primeiro para não lhe fazer mal a minha chegada acompanhado de uma mulher.

E lá vai o José a caminho da casa paterna.

Quando chegou a casa correram todos a abraça-lo e a beija-lo, mas o José ia sempre desviando o lado esquerdo para que ninguem o beijasse aí para não se esquecer de Branca-Flor; e desta vez escapou, mas no outro dia de manhã estava o José sentado numa cadeira, a estudar a maneira como havia de dizer ao pai para ele ir e mais ele buscar a Branca-Flor, quando, de repente, sente um beijo no lado esquerdo, volta-se para ver quem era, depara com a avó já muito velhinha que o abraça dizendo:

— Ai meu rico neto! Que eu julguei que nunca mais te via!

E desta hora em diante o José nunca mais se lembrou da Branca-Flor.

Passou mais um dia e o pai disse ao filho:

— Tu has de arranjar uma mulher para te casares porque assim não tens governo.

O José aceitou o conselho do pai e tratou de arranjar noiva para se casar. Apreguou-se o José com a sua noiva para se casar e a Branca-Flor ouviu os proclamas.

No dia do casamento passaram pela rua aonde estava a Branca-Flor. Por acaso o dia estava de chuva. A Branca-Flor apareceu à porta e disse áquele acompanhamento:

— Os senhores queiram abrigar-se da chuva para não molharem os seus fatos de noivado, e eles, aceitando, entraram os noivos seguidos dos convidados.

A Branca-Flor puchou uma mēsa para o meio da casa e em cima da mēsa pôs uma patinha, e debaixo da mēsa pôs um papagaio.

Diz a patinha ao papagaio :

— Não te lembras, não te lembras quando me disseste: Ai Branca-Flor que aí vem teu pai, e eu te dei um canudo de cinza que deitaste para traz que se tornou num nevoeiro ?

Respondeu o papagaio: — Não me lembro!

— Não te lembras, não te lembras, quando disseste ai Branca-Flor, que aí vem teu pai, e eu te dei um canudo de agulhas e alfinetes que deitaste para traz, que se tornou num silvado tremendo ?

— Não me lembro, respondeu o papagaio.

Torna a patinha :

— Não te lembras, não te lembras que me disseste: Ai Branca-Flor que aí vem teu pai e eu te dei um canudo de sal que deitaste para traz, que se tornou num grande rio onde eu era o peixe e tu o pescador ?

— Não me lembro!

— Não te lembras, não te lembras que me disseste: Ai Branca-Flor que aí vem teu pai, e eu fiz uma quinta em que eu era a fruta e tu o quinteiro ?

— Não me lembro!

— Não te lembras, não te lembras que me disseste: Ai Branca-Flor que aí vem teu pai e que eu fiz uma ermida em que eu era a santa e tu o sacristão ?

Aqui o papagaio fez uma parada e depois disse :

— Não me lembro!

— Não te lembras, não te lembras que me deixaste aqui em casa destes veinhos e me deste palavra que me vinhas buscar no outro dia na companhia de teu pai ?

Responde o papagaio :

— Bem me lembro, bem me lembro !

E nesta altura o José tornou-se a lembrar da Branca-Flor, e a noiva e os convidados estavam gostando muito de ouvir a patinha a falar e mais o papagaio, pois que era cousa que nunca tinham ouvido.

E o José, depois de se lembrar outra vez da Branca-Flor, disse :

— Esta patinha e este papagaio fizeram-me lembra que, quando eu andei embarcado, tomei conta dum armazem que era fechado com uma chave de prata. Um dia eu fui passear para um areal e perdi a

chave de prata. Quando ia para abrir a porta do armazém dei pela falta da chave. Voltei ao areal a procurar a chave.

Esgravatei na areia e, em vez da chave de prata encontrei uma chave de ouro, que era do mesmo formato e tamanho da que eu tinha perdido e abri a porta com ela da mesma maneira. No dia seguinte fui outra vez ao areal e achei a chave de prata. Digam agora os senhores qual destas chaves é que eu havia de entregar ao meu patrão?

Diz o pai da rapariga que estava para ser esposa do José:

— Pois era entregar a de prata e ficar com a de ouro, que sempre tinha mais valor!

— Pois então tome vocemecê conta da sua filha, de quem a chave de prata é o símbolo, e eu tomo conta da Branca-Flor, a quem tomarei por esposa, essa de quem a chave de ouro é o símbolo, porque foi ela que me livrou da morte todas as vezes que me vi ameaçado com ela.

A FILHA DUM REI

Era uma vez um rei que tinha duas filhas, mas esse rei não era católico, nem queria que as filhas aprendessem nada da religião cristã. Mas a filha mais velha tinha muita pena porque não sabia rezar, porque não tinha ninguém que lhe ensinasse.

Mas havia na vizinhança do rei um rapaz, que tinha vindo de outra terra e que sabia rezar bem. Um dia encontrou-se com a princesa e ela disse-lhe que gostava muito de aprender a rezar, e o rapaz ofereceu-se para lhe ensinar sem o rei saber, e assim foi, a princesa ia todos os dias às escondidas do pai aprender a rezar com o tal rapaz.

Mas um belo dia a irmã da princeza apanhou-a a ir a casa do rapaz e foi atrás da irmã escutar o que ela ia lá fazer e ouviu-a a rezar e disse-lhe:

— Deixa estar, mana, que eu vou dizer tudo ao pai, e assim fez.

A mais velha foi dizer ao rapaz que a irmã que tinha ido dizer ao pai que ela que andava a aprender a rezar, e que o pai que o queria mandar matar.

O rapaz ficou com muito medo, mas a princeza disse-lhe:

— Não tem nada. Tu não dizes que queres ir para a tua terra? A gente havemos ir ambos.

— Mas isso não vale nada porque ele vai atrás da gente e apanha-nos e mata-nos.

Não tem nada porque a gente havemos levar um saco de cinza, um de carvão e um de sal, e com eles nos havemos de defender.

Assim foi

Meteram-se a caminho com os três sacos.

Já iam muito longe, o rapaz olhou para traz e viu muita gente a cavalo que iam atrás deles para os matar ou traze-los ao rei para ele os matar.

O rapaz quando viu aquilo ficou muito assustado e disse à princeza:

— Ai, menina, que vamos ser apanhados!

— Não te assustês que eu vou despejar o saco de cinza, e assim fez, despejou a cinza que se tornou num nevoeiro muito forte que os cavaleiros não puderam andar mais para a frente. Viraram para traz e foram contar ao rei o que se tinha passado, que os tinham avistado, mas que o tempo que se tinha fechado dum nevoeiro tanto basto que não puderam ir mais atrás deles.

O rei ficou muito zangado e mandou-os tornar atrás deles a toda a pressa para os apanharem, e eles assim fizeram e tornaram-os a avistar.

O rapaz, quando olhou para traz e os tornou a ver, disse:

— Ai, menina, que eles aí vêm e agora não escapamos.

E ela disse:

— Não te assustes, que eu vou despejar o saco de carvão, e assim fez. Tornou-se o tempo numa noite muito escura que os vassalos do rei não puderam passar. Vieram para traz, como da primeira vez, a dizer ao rei o que tinha acontecido.

O rei ainda mais zangado tornou-os a mandar atrás deles e que olhassem bem se os não traziam.

Lá foram os vassalos outra vez o tornaram-os a avistar, e o rapaz tornou a dizer à princeza:

— Ai, menina, aí vêm eles, e desta vez e que nos agarram.

Mas a princeza tornou-lhe a dizer:

— Não te assustes que eu vou despejar o saco de sal, e assim fez.

O sal tornou-se num mar muito bravo que tiveram que virar para traz outra vez, e nessa altura a princeza e mais o rapaz já estavam perto da terra aonde queriam chegar, de maneira que escaparam à raiva do rei.

Mas o rapaz, quando chegou à sua terra, despresou a princeza e ela não tinha para quem se chegasse. Viu-se deserta, não seguida, sem ter ninguem que a protegesse, vestiu-se de viuva e montou uma hospedaria para ganhar a vida; e o rapaz, que a despresou, combinou-se com dois amigos seus para irem lá à hospedaria escarnece-la, cada um por sua vez.

Mas ela tinha lá as suas manhas de fada e fingiu que aceitava, e quando à noite foram para se deitar, ela foi para a cama e ele levou toda a noite a despir-se e a vestir-se, sem poder fazer outra cousa, e nunca se chegou a deitar, e a princeza, fingindo que estava muito zangada, disse-lhe.

— Ponha-se fora! Vinha fazer pouco de mim na minha casa!

No outro dia vai o outro no mesmo sentido e, quando foi à noite que ia para se deitar, ele deu-lhe vontade de beber água e foi bebe-la, levou toda a noite a beber água e nunca se chegou a deitar.

Quando foi manhã, a princeza disse-lhe o mesmo que tinha dito ao outro:

— Ponha-se fora! Vinha fazer pouco de mim na minha casa!

No outro dia vai aquele que a desprezou e disse aos outros:

— Vocês são tolos! E aposto que a mim não me vai acontecer nada disso.

Mas quando foi à noite a princeza deitou-se e ele foi fechar a porta, e ficou toda a noite a fechar e a abrir a porta.

Quando foi de manhã a princeza a erguer-se e a po-lo fora, como tinha feito aos outros, de maneira que nenhum se chegou a rir dela.

Mas o que a desprezou namorou-se com outra e tratou o casamento.

Naquela terra havia o costume de se dar um jantar aos amigos e conhecidos três dias antes do casamento, e o rapaz pensou assim:

— Aquela rapariga deixou o palacio do pai por causa de mim, eu abandonei-a, ela anda por aí a penar por minha culpa; eu vou convidar-la para ela vir tambem ao meu jantar. E assim fez.

Convidou-a e ela aceitou.

Quando foi no dia do jantar, depois de terem comido, o rapaz disse que cada um havia de contar uma história, mas a princeza quando chegou a sua vez disse que lá por si não sabia histórias nem tinha jeito para as contar.

Mas teimaram com ela e ela por fim disse :

— Para eu contar uma história só se me trouxerem duas tigelas. Trouxeram-lhe as tigelas, ela pegou nelas, bateu com elas uma na outra, e as tigelas tornaram-se num casal de pombas que ficaram em cima da mesa viradas uma para a outra, e os pombos é que contaram a história da seguinte forma :

— A pomba dizia ao pombo : Tu não te lembras de eu ir aprender a rezar a tua casa ? E o pombo dizia : Lembro-me.

Não te lembras da minha irmã me acusar a meu pai e ele te querer matar ?

Lembro-me. Segue-se que a pomba ia perguntando ao pombo se ele se lembrava de tudo que a princeza tinha passado juntamente com o rapaz, com quem tinha fugido da casa do pai e, por fim, quando os pombos acabaram a história o rapaz percebeu que aquilo que era o que se tinha passado com ele e com a princeza e resolveu mandar embora a rapariga com quem estava para casar, e casou com a princeza e ainda hoje lá vive, se ainda não morreu.

DOIS ROMANCES

A nau Catrinêta

Lá vem a nau Catrinêta
Que traz muito que contar,
Porque já anda ha sete anos
Pelo mar a navegar

Não tinham mais que comer,
Não tinham mais que manjar,
Botaram sola de molho,
P'ra no domingo jantar

A sola era muito dura,
Não o puderam rilhar;
Botaram sortes ao mar.
A ver quem ia a matar.

As sete sortes caíram
No capitão-general
— Arriba, Arriba gageiro
A'quele tope rial,
Vai ver se avistas França
Ou reino de Portugal.

— Eu cá não avisto França
Nem reino de Portugal,
Avisto sete espadas nuas
Prontas para te matar,
E sete caldeirões d'agua
Prontos para te pelar.
— Eu também tenho as minhas armas
Para de ti me livrar.

O gageiro que ia na nau era o demónio em figura humana, mas o capitão conheceu-o pelos pés quando ele subiu ao tope rial, e quando lhe disse: — Eu também tenho as minhas armas para de te livrar, fez o sinal da cruz e o demónio fugiu.

A riba a riba tu Pedro,
O'meu amigo lial,
Vai ver se me avistas França
Ou reino de Portugal,
Alviçaras, meu capitão,
Alviçaras vos quero dar,
Que eu já avisto França
E reino de Portugal,
E avisto três meninas
De baixo dum laranjal,

Uma fia fio d'ouro,
Outra fio de Cristal,
A mais pequenina delas
Anda em cata do dedal.
Todas três são minhas filhas
Todas três te quero dar.
Uma para te vestir,
Outra para te calçar.
A mais bonitinha delas
Para contigo casar.
Não quero as vossas filhas
Vos custaram a criar,
Quero a nau Catrinêta
Para nela navegar.

Uma princeza que tinha o marido para a guerra.

Estava uma linda princeza
No seu jardim assentada
Com um pente d'ouro na mão
Que tão bem se penteava,
Lançou os olhos ao mar,
Viu uma grande armada,
Capitão que nela vai
Que tão bem a governava
Diga-me o senhor capitão,
Diga-me pela sua alma,
Marido que Deus me deu
Se vai nessa sua armada
— Não o vi nem o conheço
Dai-me os sinais que levava.
— Levava cavalo branco
Com cela d'ouro lavrada,
Na copa de seu chapéo
Um Cristo douro levava,
Na ponta da sua espada

Um nó de fita rosada.
Pelos sinais que vós dais
Lá ficou morto na armada
Com vinte e cinco feridas
Outras tantas estocadas.
— Ai de mim, triste viuva,
Ai de mim triste coitada,
E de três filhinhas que tenho
Sem nenhuma ser casada
— A' senhora, o que daria
A quem lh'o trouxera aqui?
— Daria tanto dinheiro
Que no contar não tem fim.
— Não quero o seu dinheiro,
Que me não compete a mim,
Sou soldado sirvo o rei
Eu não assisto aqui,
A senhora mais que dera
A quem lh'o trouxera aqui?
— Telhados da minha casa
Que são douro e de marfim
— Não quero os seus telhados
Que me não compete a mim.
Sou soldado, sirvo o rei
Eu não assisto aqui,
A senhora mais que dera
A quem lh'o trouxera aqui?
— As três filhinhas que tenho
Eu todas três lhe daria.
— Não quero as suas filhas
Que me não compete a mim,
Sou soldado, sirvo o rei,
Eu não assisto aqui,
A senhora mais que dera
A quem lh'o trouxera aqui?
— Eu não tenho mais que dar
Nem você que me pedir.

— A senhora tem que dar,
Eu mais que lhe pedir,
O seu corpinho gentil
Para comigo dormir
— O ladrão que tal pede,
Que tal se deixa pedir,
Merece ser amarrado
Ao rabo de meu cavalo,
Merece ser arrastado
Ao canto do meu jardim
Vou chamar os meus criados
Que venham fazer assim
— Não chames os teus criados.
Que são teus e mais de mim.
Que é de aquele anel douro
Que eu contigo reparti?
Mostra-me a tua metade
Que a minha eu trago aqui
Se é que eras o meu marido
Para que sombavas de mim.

Ensalmos e orações da Ilha Graciosa

(Continuação do vol. 6.º, páginas 141)

Colhidas por MANUEL MACHADO DE AVILA

Oração contra o quebranto

Jesus, santíssimo nome de Jesus!
Como Jesus foi morto,
O mal dêste . . . (aqui diz-se o nome do quebrantado)

Lhe saía do corpo;
Como Jesus teve nas ceias,
Este mal lhe saia das veias,
Como Jesus foi cruxificado,
Este mal lhe seja curado,
Não o pari nem o criei!
Se este mal tiver,
Eu lho tirarei.
Cobrando, ar ruim
Ou qualquer outro mal,
Eu os mandarei ao mar sagrado.
(benzendo com a mão) Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo.

Nota: — Neste caso, para benzer o quebranto não é obrigatório usar água benta, mas havendo-a é melhor. As mães, amas ou quaisquer pessoas encarregadas de criar a pessoa quebrantada, não podem benzer o quebranto com esta oração, pelas razões expostas no texto da mesma. Esta oração é considerada remédio santo, e quando não dá resultado é porque no acto faltou fé, quer no paciente quer na pessoa que o benzeu.

(Colhida nas Fontes)

Oração contra o Cobro

A Virgem vai pelo caminho

visitar Jesus e Jesus lhe perguntou:

— O que é aquilo?

E a Virgem lhe respondeu:

— O Inferno que vós salvais!

— Com o que se curaria?

— Com unto de porco e «pó da guia»⁽¹⁾

Em honra de Deus e da Virgem Maria (corta-se uma palha ou pausinho e continua-se:)

Eu te corto cobro (metendo-o no lume)

E «fôgo-te»⁽²⁾ a cabeça para que mais não possas proceder nem enverdecer.

⁽¹⁾—Terra que nunca viu ninguém.

⁽²⁾—O mesmo que «meto-te no fôgo».

*

Oração contra bruxas e feiticeiras

Senhor S. Romão
Do Monte Maior!
Livrai minha casa
Em todo o redor;
De bruxas e feiticeiras
E alcoviteiras;
Livrai-nos, Senhor,
Também de corcundas
E de vagabundas
E de tudo em geral
Que de quem
Pelo Bem
Lhe deseja o mal.
Amen.

Nota — Esta oração é resada em particular e baixinho de forma que ninguém oiça, sempre que se passe por uma pessoa que, na localidade, tenha fama de ser feiticeira ou bruxa, tenha olhos de mau olhado ou ramo de inveja, a-fim de afastar o perigo da pessoa que a reza, da família, dos animais e da casa. Faz-se, simultaneamente, uma figa.

(Colhida no Pontal-Guadalupe)

*

Oração contra a tentação

Encomendo-me a Deus Padre,
A' Virgem, sua Madre,
A' Santíssima Trindade,
Aos onze⁽¹⁾ apóstolos, aos onze serafins, aos quatro patriarcas, e ao Bemaventurado S. Matos para que seja «marco» entre mim e o inimigo de almas baptisadas e por baptisar;

Vão até ao maioral,
Não possa a mim chegar
Nem fazer nenhum mal.
Arrebenta Santanaz.
Creio em Jesus
Creio em seu filho
Deus verdadeiro,
Creio em Jesus,
Crei em filho de Deus vivo,
Livrai-me, Senhor, do poder
do inimigo.

(Colhida em Praia)

⁽¹⁾ — Judas excluído.

Avé Maria

Avé Maria Puríssima
 Refúgio dos Pecadores,
 Tu és a Virgem Santíssima,
 Refúgio pr'a nossas dôres.

Cheia de graça radiante,
 Mãe do nosso Redentor,
 Te consagramos constante
 Os votos do nosso amor.

O Senhor sempre é contigo,
 Sê, pois, nossa advogada.
 Dos mortais és sempre abrigo
 Nesta vida atribulada.

Benta és tu entre as mulheres,
 Virgem Santa, Mãe de Deus.
 Tu podes, se bem quizeres,
 Dar-nos o Reino dos Ceus.

Bento o fruto do teu ventre
 Que nos trouxe a Redenção,
 Faz com que em nosso peito entre
 Dôce paz, terna união.

Santa Maria, Mãe de Deus,
 Virgem Mãe, sem ter rival.
 Oh! protege os filhos teus,
 Livrai-nos, pois de todo o mal.

Roga por nós, pecadores,
 Ao teu Filho sempre amado,
 E da peste os seus horrores
 Afasta do nosso lado.

Agora é a hora da morte.
 Sê nossa auxiliadora.

Dai aos lusos boa sorte,
 O' querida Mãe protectora.

Amen, Jesus — tu dirás.
 O' Virgem Santa dos Ceus,
 E terna abençoarás
 Hoje e sempre os filhos teus.

(Colhida em Praia)

*

A. B. C.

Diz o A — Ave Maria!
 Diz o B — Bondosa e bela,
 Diz o C — Cofre de graças,
 Diz o D — Divina estrela.

Diz o E — Esperança nossa,
 Diz o F — Fonte de amor.
 Diz o G — Génio do Bem,
 Diz o H — Honesta flor.

Diz o I — Iman divino,
 Diz o J — Joia mimosa,
 Diz o K — Koran sagrado,
 Diz o L — Luz bem formosa,

Diz o M — Mãe dos mortais,
 Diz o N — Nuvem dos brilhos,
 Diz o O — Oraí por nós
 Diz o P — Por nossos filhos.

Diz o Q — Querida Virgem,
 Diz o R — Remédio do Mal,
 Diz o S — Socorre sempre
 Diz o T — Todo o mortal.

Diz o U — Unico abrigo,
 Diz o V — Vital fecundo,

Diz o X — X do mistério,
Diz o Z — Zelai o mundo.

(Colhida em Prata)

*

Oração ao Santíssimo Coração de Jesus

Jesus, filho de Deus vivo, ten-
de misericórdia de mim que sou
mil vezes pecador. Salvai a minha
alma, Madre de Deus, Senhora do
Ceu, da Terra e dos nossos co-
rações.

O' Bemaventurado e louvado
de todos os Santos, rogai por
mim, pecador, ao vosso precioso
Filho. Formosura dos Anjos, Flor
dos Arcanjos, dos Patriarcas, co-
roa dos Martires, das Virgens
santas, ajudai-me, Senhor naquela
derradeira hora da minha morte,
para que possa juntar-me a vós
na vossa morada preciosa. Ó Vir-
gem bemaventurada, procuradora
dos cristãos, Virgem Maria, nas
vossas mãos entrego a minha
alma e o vosso santo Filho me
ampare com a sua santa glória,
amen Jesus.

(A pessoa que trazer esta ora-
ção está livre de «raios e coris-
cos» e cinco dias antes da sua
morte verá a Virgem Nossa Se-
nhora com os seus olhos naturais.
Esta oração foi aprovada pelo

Santo Padre de Roma e por to-
dos os padres inquisidores, sen-
do concedidos 30 dias de indul-
gencias e de perdão de todos os
pecados a quem a trazer con-
sigo, e rezar, quando se lembrar,
um Padre Nosso e duas Ave
Marias oferecidas ao Santíssimo
Coração de Nosso Senhor Jesus
Cristo, pelas muitas chagas que
recebeu e sofreu para nos remir
e salvar).

(Colhida em Fenais)

*

Outra ao Coração de Jesus

O' Coração de Jesus
Que obrais tantas finezas!
Arrancai desta minh'alma,
Pecados, paixões, levezas. .

O' Coração de Jesus,
Centro de toda a brandura,
Abrandai meu coração
Que está como pedra dura.

O' Coração de Jesus,
Por meu amor tão ferido.
Usai de Misericórdia
Com quem vos tem oferecido.

(Colhida em Prata)

*

Oração dos Enfermos

Sacrario aberto,
Nosso Senhor fora,

Visitar as almas
Que vão para a gloria.

Ditosa da alma
Que se não detem,
São três horas dadas
E Jesus não vem.

Luzes à janela
Que aí vem Jesus
Co'os braços abertos
Pregado na Cruz,

Vinde anjos do Ceu
Cantar no têlhado
E guardar Jesus
Nessa cruz pregado.

Diz, ó triste enfermo,
Anda, diz, assim :
— «Tende, ó bom Jesus,
Compaixão de mim».

N. B. — Se o enfermo já não
pode falar, os parentes, visinhos
ou amigos que nestes casos cos-
tumam velar o enfermo, conti-
nuam em voz baixa :

Perdoai, Senhor,
Perdão lhe haveis dar,
Porque o moribundo
Não pode falar.

Dai-lhe já, meu Deus,
Na morte, memória,
E no outro mundo
Dai-lhe a eterna glória.

(*Colhida em Fenais*)

Para adormecer crianças

Dorme, dorme, meu anjinho,
Fecha os olhinhos, meu bem,
Antes que maus olhos vejam
O filho que a gente tem.

Passarinhos, vinde todos
Vinde já cantar em bando,
Para adormecer o anjo
Que a mãe está embalando.

(*Colhida em Santa Cruz*)

Dorme meu anjinho,
Toma lá bum-bum.
Dá cá um beijinho,
Toma lá mais um.

(*Colhida em Fenais*)

Vai-te ó papão mau,
Vai-te pr'á Caldeira,
Maria Encantada
Ainda é padeira.

Vai brincar com ela,
O' papão danado.
Deixa-me dormir
Aqui socegado.

Vai-te ó papão ;
No sacco que é teu
Leva os outros todos
Mas deixa o meu.

O' meu Menino Jesus
«Cáde»⁽¹⁾ a tua camisinha ?
— Deixei-a lá em Belem
Em riba duma pedrinha.

O' meu Menino Jesus
 «Cáde»⁽¹⁾ o vosso anel d'oiro?
 — Deixei-o lá em Belem
 Em riba dum «batidoiro».⁽²⁾

O' meu Menino Jesus
 Onde estão vossas fraldinhas?
 — Deixei-as lá em Belem
 A enxugar numas pedrinhas.

O' meu Menino Jesus
 Onde está vosso soninho?
 — Tenho-o aqui dentro do peito
 Para o dar ao teu menino.

Vai-te embora papão feio,
 Não nos queiras atentar.
 O menino é bonito,
 Vai já dormir sem chorar.

Não chores meu lindo anjinho,
 Para o papão te deixar.
 Se choras vou ao caminho
 Para o papão te levar.

Dorme, dorme, meu amor.
 O teu sono descansado,
 Que o papão já não te leva
 No seu sacco remendado.

(Colhidas em Prata)

Cal'te meu anjinho,
 Cal'te meu amôr,
 Que a faca que corta
 Dá golpe sem dor.

Dorme meu anjinho,
 Dorme meu amôr.

Quantas vezes canto
 A chorar de dor?

(Colhidas em Fonte do Mato)

(1) — Em vez de «Que é de . ?»

(2) — O mesmo que «lavadoiro».

*

Divina oração de N.^a Sr.^a de
 Monserrate ao pé de Barcelo-
 lona, e de como a divina se-
 nhora obrou tão grandes mi-
 lagres

«Bendita e louvada seja a sa-
 grada Paixão e Morte de Nosso
 Senhor Jesus Cristo. Rogai por
 nós, Santa Formusura dos Anjos,
 Tesouro dos Apostolos, depois
 da Arca da Aliança. Senhora Santa
 Maria, mostrai-nos em tão belo
 dia vossa face gloriosa».

Esta oração foi achada no san-
 to sepulcro de Jerusaleem ao pé da
 imagem do Divino Jesus, e foi
 aprovado por todos os inquisito-
 res e o Divino Jesus disse: —
 Todo o homem ou mulher, me-
 nino ou menina que comsigo trou-
 xer esta oração, não morrerá de
 má morte, nem repentina, nem
 será ofendido pelos seus inimigos.
 Morrerá também sem aflição; não
 morrerá afogado no mar nem nos
 rios ou grotas; não será queima-
 do por fogo; não passará traba-
 lhos do mar nem será ferido na

guerra não atentado pelos demónios do Inferno; não morrerá sem confissão que é proveito para as almas e prazer para o coração; não será mordido por cães danados nem de outros animais peçonhentos.

Toda a mulher que estiver em perigo de vida por causa do parto será logo aliviada por virtude desta oração e livra também de ter gôta coral, mas é necessário, para isso, ter muita fé em tudo, porque não havendo fé não pode haver milagres nem salvação.

Eis um grande milagre:

—A 21 de Março da era de 1715, indo um homem para uma romaria de N.^a Sr.^a de Monserrate, ao pé de Barcelona, no caminho lhe saíram três ladrões e lhe cortaram a cabeça. No fim de três dias passou por ali um cavaleiro e a cabeça lhe falou e disse:

— Volta atrás, ó cavaleiro, e vai a Barcelona dar parte à justiça, a alguma gente e a um padre de missa para me confessar.

O cavaleiro voltou a Barcelona dar parte à justiça e à gente que se pode juntar para a dito assunto, o que tudo se executou e vieram todos.

Quando ao pé do morto se chegaram, a cabeça falou, pedindo confissão ao tal padre de missa.

Depois de confessado e absolvido o cadaver, tornou a cabeça a falar para todo o auditorio e disse:

— Procurem-me no corpo, na parte do coração, entre o colete e os «alvarozes» que hão de achar uma oração de Jerusalem, à qual ficará o nome para o futuro — a oração de N.^a Sr.^a de Monserrate e do Menino Jesus, visto terem ambos feito um grande milagre, admirados de todos, de eu ressuscitar e não morrer sem confissão.

Por isso se tirará do meu corpo e se venerará para nunca ir à sepultura. Assim peço a todas as criaturas que quizerem ter a graça e a glória desta oração, a tragam ao peito sendo mulher e ao pescôco sendo homem, e rezar uma Salvé Rainha ao deitar e quando se lembrarem e forem à missa, entre a Hostia e o Calix, mas tudo com muita devoção.

A casa onde houver esta oração será conservada em paz e não será queimada. O homem e a mulher serão muito amigos; seus filhos bem ensinados e educados na paz de Deus; serão felizes nos seus negócios e se forem para a guerra não serão vencidos nem feridos; estarão livres da justiça, de testemunhos falsos e de más tentações. O anjo S. Miguel lhe pesará as suas almas e lhes

assistirá na hora da morte, e S. Pedro lhes abrirá as portas do Céu para, na gloria eterna, viverem para sempre.

Padre Nosso, Ave Maria, Outro milagre:

— Na era de 1715, um homem que navegava ao pé da Normandia, chamado Pedro de Nazaré, foi pilhado pelos piratas, roubado e lançado ao mar com uma grande tranca de ferro ao pescôço.

Porém, como trazia consigo esta oração de N.^a Sr.^a e do Me-

nino Jesus andou seis dias a lutar, em «*albardume*» ⁽¹⁾ com as pesadas ondas do mar, sem comer nem beber e, vendo-se já muito cansado, lembrou-se da sagrada oração de N.^a Sr.^a de Monserrate. Reza uma Salve Rainha e salva-se.

No fim de oito dias já podia trabalhar e foi levar a N.^a Sr.^a uma grande promessa.

(Colhida em Fenais)

(1) — Diz-se duma coisa que anda a flutuar no mar alto.

Pelas Chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo

Meus queridos filhos! Sabei que as chagas que N. S. Jesus Cristo rec. beu em seu santíssimo corpo foram cinco mil quatrocentos e cincoenta e cinco e porisso vos digo que quem delas se lembrar e rezar alguns Padre Nossos e algumas Ave Marias, eu lhe tirarei do Purgatório a alma de seu

Pai, de sua Mãe, de seus parentes e lhes perdoarei todos os seus pecados e gosarão de todos os bens da Bemaventurança de Nosso Senhor Jesus Cristo para sempre.

Amen. P. N.

(Colhida em Fenais)

Para a Etnografia da Ilha Graciosa

Notas por MANUEL M. AVILA

A) — Para adormecer crianças :

Vai-te embora, papãozinho
Para cima do telhado
Deixa dormir o menino
O seu sono socegado.

Queridinha Mãe da Ajuda
Ajudai-me a embalar
Este filhinho que chora
Para êle se calar.

Não se chora, meu menino,
Deixa-te estar caladinho
P'ra quando o papá vier
Te dar na testa um beijinho.

Vai-te embora passarinho,
Vai seguindo teu destino.
Não me faças mais barulho,
Deixa dormir o menino.

O' meu Menino Jesus,
Tende de mim compaixão!
Adormecei o menino
Que é cada vez mais ralhão.

Dorme, dorme, meu chinchinho.
Dorme, dorme, meu amor,
Sonha e ri com teu Anjinho,
Pede por nós ao Criador.

Donde vindes, passarinho,
Que vindes tão apressado?
Não acordeis o menino
Que está a ficar calado.

Dorme rindo, meu amor,
E pede a Deus e aos anjinhos
Que façam de ti um anjo
E de teus pais uns santinhos.

Vai-te mosca rabugenta
Da cara do meu menino,
Não o venhas acordar
Do seu primeiro soninho.

Senhora da Conceição
Que nos estais a ouvir:
Adormecei o menino
Que por nada quer dormir.

Dorme, dorme, meu menino,
Que seja uma hora sequer,
Quero ir fazer a ceia
P'ra quando o papá vier.

Dorme, dorme, meu amor,
E cala-te, meu chinchinho,
Para teu pai não te dar
Palmadinhas no cusinho.

Cala-te meu bem, não chores,
Pode chegar o papão
E ir-te deitar ao mar
Amarrado num cordão.

Vai-te embora ó papão feio,
Não nos queiras atentar.
O menino é bonito,
Vai já dormir sem chorar.

Vem, ó sono não demores . . .
Vem, vem mais Nossa Senhora
Adormecer o menino
Nem que seja uma hora.

Meu filhinho adormece,
Não me faças mais cantar.
Quero ir fazer a ceia
Antes de teu pai chegar.

Obrigada, ó mãe do Ceu,
Já adormeceste o menino.
Agora velai-o aqui
Enquanto dorme o soninho.

O meu menino já dorme,
Meu Jesus, ainda bem !

Mil graças vos sejam dadas,
Mais à vossa Santa Mãe

(Colhidas em Fontes)

Dorme, dorme, meu anjinho,
Fecha os olhinhos, meu bem,
Antes que maus olhos vejam
O filho que a gente tem.

Passarinhos, vinde todos,
Vinde já cantar em bando,
Para adormecer o anjo
Que a mãe está embalando.

(Colhidas em Santa Cruz)

Vai-te, ó papão mau,
Vai-te para a Caldeira,
Maria Encantada
Ainda é padelra.

Vai brincar com ela
O' papão danado,
Deixa-me dormir
Aqui descansado.

Vai-te, ó papão mau,
No saco que é teu
Leva os outros todos
Mas deixa este meu.

(Colhidas em Praia)

O' Meu Menino Jesus
Que é da vossa camisinha ?
— Deixei-a lá em Belem
Em cima duma pedrinha.

O' meu Menino Jesus,
Que é do vosso anel d'oiro?
— Deixei-o lá em Belem
Em cima dum «batidoiro» (a).

O' meu Menino Jesus,
Onde estão vossas fraldinhas?
— Deixei-as lá em Belem
A enxugar numas pedrinhas.

O' meu Menino Jesus,
Onde está vosso soninho?
— Trago-o aqui dentro do peito
Para o dar ao teu menino.

(Colhidas em Praia)

Cal'-te meu anjinho,
Cal'-te meu amor,
Que a faca que corta
Dá golpe sem dor.

Dorme meu anjinho,
Dorme meu amor,
Quantas vezes canto
A chorar de dôr.

(Colhidas em Fonte do Mato)

(¹) Lavadoiro

B) — Cantigas de foliões :

Em nome de Deus «amen»
Comecemos a cantar.
A Virgem Nossa Senhora
Ha de nos vir ajudar.

Divino Espírito Santo,
Divino Consolador,

Consolai as nossas almas
Quando dêste mundo fôr.

Senhor Espírito Santo,
A vossa capela cheira,
Cheira a cravos, cheira a rosas,
Cheira à flor da laranjeira.

Pombinha que vais voando
Por cima do chafariz:
Vai levar-nos esta oferta
A' senhora «Imperatriz».

Divino Espírito Santo,
A vossa casa hei de ir,
Debaixo do vosso altar
Um sono hei de dormir.

Divino Espírito Santo,
Olhai para o ceu direito,
Olha uma pomba doirada
Que nos vem beijar o peito.

Divino Espírito Santo,
Ele lá vem às Laginhas,
Vem co'a sua gente toda
Vindimar as suas vinhas.

Divino Espírito Santo.
Ele lá vem às Ladeiras,
Vem co'a sua gente toda
Para ver suas bandeiras.

Divino Espírito Santo
Que estais na vossa capela.
Detai-nos a vossa bênção
Que daqui não vou sem ela.

Divino Espírito Santo,
Ele lá vem ao Ilheu,
Co'a sua corôa à cabeça
Fingindo que é um chapéu.

Deus te salve, casa santa,
Mãe de Deus a acompanhar,
Aonde está o calix bento
Mais a hostia no altar.

Nossa Senhora da Pena
Que andais co'a pena na mão,
Vai levá-la ao teu Jesus
Para ser teu escrivão.

O' que festas vão no Ceu,
Quem me dera estar a ver
Nossa Senhora a cantar
E os anjinhos a aprender.

Começa-se a dar as varas
Lá em S. João de Deus.
Quem quizer que venha ver
Antes que perca de seu.

Pombinha que vais voando
Por cima deste paúl,
Vai levar-me esta oferta
A' Senhora da Saúde.

Nossa Senhora da Ajuda,
Visinha de S. João,
Ao subir esta ladeira
Descançai meu coração.

Pombinha que vais voando,
Leva-me nesse teu bico.

Deixa-me no cais da América,
Ou no Faial ou no Pico.

Pombinha que vais voando,
Nem que minha mãe não queira
Leva-me nesse teu bico
E deixa-me na Terceira.

Pombinha que vais voando,
Voando vais à porfia
A ver quem chega primeiro
Aos Pés da Virgem Maria.

Meu divino Espírito Santo
Que estais debaixo de telha
Todo vestido de branco
Com uma fita vermelha.

Debaixo do altar mór
Está um senhor deitado.
Será o Menino Jesus
Ou o Senhor Crucificado?

A pombinha foi ao ceu
Num fiinho de retroz,
Foi buscar a salvação
Para mim e para vós.

Está coroadado e bem coroadado
O nobre Imperador
Pela mão de Jesus Cristo,
Pela de Nosso Senhor.

(Colhidas em Fonte de Mato)

Lá vem a barquinha nova
Que hoje se deitou ao mar.
Nossa Senhora vem dentro
E os anjinhos a remar.

E' um altar bem armado,
 Quem seria que o armou?
 Foi a nobre Imperatriz
 Mais o nobre Imperador

(Colhidas em Praia)

O' minha Virgem da Luz,
 Muito cheira o vosso adro:
 Cheira a cravos, cheira a rosas,
 E a alecrim «cheruminado» (a).

Meu Divino Espírito Santo,
 Vós dois a quem vos vem ver:
 Aos solteiros boa sorte,
 Aos casados bom viver.

Nossa Senhora da Pena
 Que estás co'a pena na mão,
 Eu hei de pedir a Deus
 Para ser vosso escrivão.

Pombinha que vais voando
 Por cima daquele ramo,
 Vai levar esta oferta
 Ao Divino Espírito Santo.

Pombinha que vais voando
 Por cima do chafariz.
 Viva onosso Imperador
 Mais a nossa Imperatriz.

Nossa Senhora da Luz
 Veio a oito de Setembro.
 Ela se lembre da gente
 Que a gente a vai esquecendo.

Olhei para o ceu e vi
 Sete estrelas numa flor,
 Todas sete de joelhos
 A adorar Nosso Senhor.

A' roda que andas à roda,
 A' roda de Nosso Senhor.
 Viva a nobre Imperatriz
 Mais o nobre Imperador.

Muito gosto da pombinha
 Do Divino Espírito Santo:
 Tem os pesinhos dourados
 E o biquinho todo branco.

Sete estrelas vão no ceu,
 Todas sete a par da «lua»
 Nossa Senhora no meio
 Brilha mais do que nenhuma.

(Colhidas na Luz)

Divino Espírito Santo,
 Hoje é que é o nosso dia.
 A todos dais de jantar
 Na hora do meio dia.

Hoje «sai» todas as bandeiras
 Hoje «sai» por toda a Vila.
 Quem será mordomo delas?
 Nossa Senhora da guia.

O Espírito Santo é Deus,
 Deus é Espírito Santo,
 Tem os pesinhos vermelhos
 E o mais corpinho é branco.

Lá vem o Emanuel em baixo
 Ele lá vem à Cajinha

(a) Orvalhado.

Com o seu ranchinho de môças
Vindimar a sua vinha.

Estas mesas são de pinho,
Estas pois de pinho são,
Mas nelas nunca faltaram
A carne, o vinho e o pão.

Alvorada, alvorada,
Alvorada, alvoradinha,
Viva a Senhora Princesa
Mais a senhora Rainha.

Não ha festa mais bonita
Que a festa do Espírito Santo:
Foram-se os tambores todos,
Saem bandeiras a campo.

Muito me quer a pombinha
Do Senhor Espírito Santo:
Ele me poisou no colo
No lugar onde me «assanto».

O' que altar tão bem armado,
Quem seria o armador?
Foi um anjinho do ceu,
Filho de Nosso Senhor.

Meu nobre Imperador
Quanto mais vestes mais brilha.
Viva a sua nobre casa
Mais toda a sua «familha»

Viva quem nos poz a mesa
Para nos dar de jantar.
Deus lhe dê muita saúde
E vontadinha de dar.

Coroado, está coroado
O nosso Imperador,
Coroado já está dos anjos,
Da mão de Nosso Senhor.

A nossa Imperatriz
Vestida de seda branca,
Quando vai para a igreja
Nem a rainha a desbanca.

Ficai-vos com Deus que eu vou-
-me

Não me posso mais deter.
Cá me ficam saudades
Domingo vos virei ver.

*(Colhidas em Esperança Velha-Ribeir-
rinha-Guadalupe)*

Divino Espírito Santo,
Quem sois vós e quem sou eu?
— Eu sou um criado vosso,
E vós sois o Senhor meu.

Ora sáia, ora sáia,
Cá estamos à espera
Quem de alma e coração
Vos adora e venera.

Ora saía, ora saía,
Já estais a demorar.
Todos nós cheios de fé,
Vos queremos acompanhar.

Já saistes, já cá estáis,
Haja paz e harmonia.
Vamos todos, vamos todos
Já na vossa companhia.

Acompanhamos a coroa
Do Divino Espírito Santo,
Pedindo a sua Mãe
Que nos cubra com seu manto.

Já viestes, já chegastes,
Já esta casa está cheia;
Brilha no vosso altar
A luz que nos «alumeia».

Divino Espírito Santo,
Muito estais a cheirar,
Com flores, cravos e rosas
Que estão no vosso altar.

Divino Espírito Santo,
Mil graças queremos dar

A quem nos poz a mesa
Para nos dar o jantar.

Viva o nobre Imperador
Mais a nobre Imperatriz
Que fizeram esta boda
Como o Espírito Santo quiz.

Não posso deixar atrás,
Nem mesmo era direito,
As senhoras cosinheiras
Pelo muito que têm feito.

Vinde a nós Espírito Santo,
Com prazer e alegria,
Alegrai toda esta gente,
Viva toda a bizzaria.

(Colhidas em Fontes)

Adivinhas populares terceirenses

Pelo DR. LUÍS DA SILVA RIBEIRO

As poucas adivinhas que constituem a presente coleção excepto as n.ºs 4 b, 14, 27, 43, 48, 65 e 81 b, publicadas pelo sr. Padre Inocencio Enes no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol V, pág. 199, foram por mim directamente recolhidas do povo no decurso de outras investigações, pois nunca a isso me dediquei especialmente. As condições de recolha em diversas localidades e ocasiões, acidentalmente, durante longo praso, explicam a falta de indicação dos informadores e lugares. Todas, foram, porém, na ilha Terceira.

As adivinhas são antiquíssimas e estão generalisadas em todos os povos, inclusive os selvagens da Africa e Oceania.

A história e a lenda revelam que, em tempos distantes, não foram mera distração e desempenharam papel de certo relêvo na vida social, como meio de avaliar a argúcia dos individuos e de, por ela, lhes conceder diversos favores.

A Rainha de Sabá, a fim de se confirmar na fama de excepcional perspicácia de Salomão, apresentou-lhe adivinhas ou enigmas para decifrar; e, na Estonia, o mesmo faziam as raparigas aos namorados. Na Indo-China organisavam-se verdadeiros concursos nos quais os vencedores recebiam prémios, e se a Esfinge devorava os transeuntes por não acertarem com a decifração do enigma que lhes propunha, noutras partes os condenados à morte eximiam-se da pena decifrando adivinhas (10-52).

Disto ha exemplos em contos como os portugueses *A princeza que adivinha, Adivinha do Rei, Frei João Sem-Cuidados, João*

Ratão ou *João Grilo*, publicados por Teófilo Braga (1), e, no Brasil, (15-410), onde o caboclo é geralmente troçado, aparecem narrativas em que entram adivinhas um tanto disparatadas, d'aquelas a que Leite de Vasconcelos chama de engana tolos (3-203).

Nalguns lugares as adivinhas estão ainda em uso e o povo improvisa-as na ocasião. (10-52; 18); mas, na Terceira, estão decadentes e não levará muito tempo a desaparecerem, esquecendo-se as tradicionais. Pelo menos hoje não se improvisam. Repetem-se sempre as mesmas de todos mais ou menos conhecidas.

Isso concorre talvez para perderem o interesse, pois, sabendo-se a decifração, deixaram de ser prova de argúcia, e o dizer muitas tornou-se apenas ostentação de boa memória.

Dantes constituíam passatempo indispensável nas desfolhas do milho e nos serões em que as mulheres cardavam e fiavam lã. Ao presente conversa-se sobre ocorrências diárias, notícias da América, touradas e até fitas cinematográficas que, de vez em quando, as emprasas da cidade exibem nas freguesias rurais; e as adivinhas, como os contos e romances tradicionais, esqueceram.

Quem ainda as precure só as ouvirá a alguma mulher velha ou a rapazes de 14 a 16 anos, que, no terreiro, ao domingo, quando se juntam, as dizem uns aos outros. Fora disto, se por adivinhas se pergunta a gente nova, responde que não sabe e, desdenhosamente, encolhe os ombros.

Não era só na Terceira que, em dadas ocasiões, as adivinhas se tornavam, por assim dizer, obrigatórias. Sebillot cita outras como as debulhas nas Celes, os enterros na Baixa Bretanha, o sacrificio do cavalo de que falam os Vedas.

Para notar é que o povo terceirense, tão imaginoso e naturalmente improvisador na poesia popular constatemente renovada, não improvise adivinhas.

Embora não haja regras fixas observadas nas adivinhas populares tradicionais, algumas circunstâncias se dão nelas susceptíveis de análise e de servirem de base à organização e classificação de tipos estruturais.

Ha, no geral, um elemento obstrutivo tendente a desviar a atenção de quem ouve da decifração, e outro complementar que a esta condús.

São assim elementos obstrutivos as designações meninas aplicada às telhas dum telhado na adivinha n.º 10 (os numeros correspondem aos da coleção), minha avó velhinha à latada na n.º 44, lençóis e baús às folhas da noqueira e às cascas das nozes na n.º 58, pucarinho ao cacho de uvas na n.º 16, dama à espada na n.º 33, senhora à língua na n.º 45, barriga ao bôjo do talhão na n.º 77, bichinho à viola na n.º 82, etc , linguagem figurada.

Também se podem considerar obstrutivas certas localizações como no mato (n.os 21 e 27).

Mas estes elementos, na sua grande maioria, não são estranhos à adivinha. Ha uma relação lógica a ligá-los a outros, constituindo verdadeiras metáforas ou complemento de ideias conjuntas. Diz-se a passa uma velhinha porque é encarquilhada, com a pele rugosa, engehhada, como a das velhas ; o caixão de defunto ou ataúde é feito de madeira, por isso nasce ou vem do mato; a latada é uma avó velhinha, porque se apoia nas varas como a avó se apoia no bordão sem o que, como a latada sem as varas, se não sustem, e todos os anos a catam pela semelhança entre a operação de procurar e colher os cachos entre as folhas, e apanhar parasitas entre os cabelos. O cão enrodilha-se no mato, ao contrário do que pratica na pastagem, porque, no mato, não tem que fazer e defende-se do frio para dormir; a correia estende-se para amarrar o molho de lenha, que no mato se apanha e a correia aperta.

Metáforas evidentes são chamar barriga ao bôjo do talhão, dama à espada, meninas às telhas postas no beiral da casa. sobre a rua, como as meninas nas varandas.

Uma associação mais ou menos clara existe entre todos os elementos das adivinhas.

As aqui reunidas, quanto aos assuntos, como as continentais, relacionam-se em geral com a vida popular e objectos de uso comum e frequente (3-197). Ora a maioria dos terceirenses entrega-se à cultura da terra ; por isso é esta que mais influi.

Sob o aspecto formal podem fazer-se diversas considerações.

Como em Portugal e noutros países, muitas têm formas iniciais constantes — «que é, que é», «qual é a cousa qual é ela» — ambas predominantes no Minho, Trás-os-Montes, Beira-Baixa (3 — 197), e também às vezes formulas finais de que são exemplo — «não adivinhas

este ano nem naquele que vier, só se eu to'disser» — «nunca hão de adivinhar senão quando eu lh'o disser», e ainda — «diga lá minha menina» (n.ºs 53 e 69).

A adivinha n.º 54 contem uma palavra forjada por força da rima, *garopéo*, á qual deve atribuir-se a acepção de tólo, pouco atilado.

Ha adivinhas em prosa e em verso medido e rimado, com rima consoante e toante, solto, rimado e não medido. Nesta colectânia são regularmente versificadas as n.ºs 3, 8, 10, 15, 23, 25, 28, 29, 33, 34, 38, 41, 44, 46, 53, 56 b, 58 56 60 b e d, 64, 69, 72, 78, 79 80.

Tem rima toante, também usada na poesia popular, as n.ºs 47, 73. As n.ºs 54 e 51 são respectivamente em verso solto e prosa rimada.

Puramente prosa são as n.ºs 6, 9, 11, 12, 13, 49, 57 etc.

Bastantes affectam forma descritiva, mais ou menos metafórica, do objecto, que constitui a decifração, pondo em relêvo simples analogia com outro ou actividades associadas e, umas vezes, o objecto descreve-se a si próprio (n.ºs 8, 60 d), outras é descrito pela pessoa que o possui (n.ºs 3, 35, 38) ou diz a adivinha n.ºs 41, 82 b).

Quando se recorre á semelhança com outro objecto (n.ºs 28, 33) pode ela ser remota (n.ºs 74).

Também se estabelece o contraste de mero sentido (n.ºs 56 a 61, 65) ou evidenciado nas formulas é, não é (n.ºs 54, 40 b, 4, 6, 20).

O povo gosta de inventar palavras ou modificar as da lingua corrente. São combinações ou associações caprichosas de sons em torno de outros, ou honomatopeias, constituindo elementos incongruentes resultantes de defeituosa compreensão da palavra exacta, de associações inertes provocadas pelo sentido de outras palavras e exigencias de rima (5-3 e seg.^s).

Isto faz nas adivinhas, onde aparecem pucarête (n.º 16), bate-lo (n.º 3), redondote (ou redondoque por influencia da rima?) etc.

Nelas ha, como na poesia popular, jogo de palavras homónimas, onde a mesma palavra aparece em mais de uma acepção — brinco e brinco (n.ºs 35 e 38), meia e meia (n.º 53).

Tanto na Terceira, como no continente e noutros países, as adivinhas têm com frequência sentido duplo ou duvidoso.

Parecendo conduzir a uma decifração obscena, tem-na inocente É o caso das n.ºs 18, 19, 26, 31, 34, 37, 46, 52, 55, 67, 77, 81, 82.

Ha-as igualmente com referencias a matérias fecais ou regiões anatómicas a elas ligadas (n.ºs 62, 63, 64). Nalgumas localidades não as dizem as mulheres nem outras pessoas diante destas (18, 10). Na Terceira as velhas, pelo menos quando interrogadas sem testemunhas, parecem ter predilecção pelas de duplo sentido.

Na coleção aqui reunida não se encontram adivinhas em que a palavra da decifração se ache dividida em sílabas, processo usado no continente e noutros países (18, 10, 21), que, segundo Leite de Vasconcelos (3), supõe certo conhecimento de leitura. Aparecem, contudo, do tipo já referido de engana todos ou burlescas, como as classifica o sr. Dr. Pires de Lima (16); e em forma de problema (n.ºs 39, 40 a, 53, 69, 82).

Ha grande semelhança, até absoluta indentidade, entre muitas da Terceira e as do continente, por seu turno semelhantes às de outros países, de onde se infere não terem origem local, o que tudo melhor se verá nas notas comparativas finais. As nossas embora semelhantes a estrangeiras, devem ter sido importadas de Portugal, pois, como para as Canárias diz Cuscoy (17-76), os remotos contactos do nosso folclore com o de outros países só atravez o continente português se podem explicar.

As adivinhas oferecem variantes não só de uma localidade para outra, como no próprio lugar, ora formas sensivelmente iguais com decifrações muito diversas (n.ºs 29 e 75), ora com a mesma decifração e formas distintas (n.º 82 a e b).

Por muito limitado o seu número, as adivinhas não foram classificadas e seguiu-se, na sua exposição, a ordem alfabética das decifrações.

1

Que é, que é, que cabe numa mão e não cabe numa caixa.

Aguilhada

2

Que é, que é, que anda de buraco em buraco com as tripas penduradas de fora.

Agulha

3

Eu tenho um bate-lo, bate-lo,
 Que nas pernas me vai dando,
 Quanto mais lhe vou metendo
 Mais o bate-lo vai inchando,

Algibeira na saia

4

- a) Que é, que é :
 Que tem barbas como *home*,
 Tem dentes e não come
- (b) Todo feito ao invíis,
 Tem dentes e não tem boca,
 Tem cabeça e não tem pés.

Alho

5

Qual é a cousa que nasce verde como o limão, é vermelha como sangue e prêta como carvão?

Amora

6

Tem corôa e não é rei, tem escamas e não é peixe.

Ananaz

7

- (a) Qual é a cousa, qual é ela, que abre e fecha sem cordão.
 b) Que é, que é, do tamanho dum botão que abre e fecha sem cordão.

Anus

8

Verde foi meu nascimento
 E de luto me vesti,
 Para dar a luz ao mundo
 Mil tormentos padeci.

Azeitona

9

Que é, que é, bôca com bôca e olhos no fundo.

Beber água num copo

10

- a) Muitas meninas
 A uma varanda,
 Todas a chorar
 Para a mesma banda
- b) Vinte mil meninas
 A uma varanda,
 Todas a chorar
 Para a mesma banda.

Beira do telhado. Telhas

11

Que é, que é, que muda de sexo depois da morte.

Boi

12

Que é, que é, que entra em casa e põe-se à janela.

Botão

13

Que é, que é, que quanto mais se tira mais cresce.

Buraco

14

Que é, que é, que dá o fruto e depois a flor.

Burro (anus)

15

Que é, que é, que nasce com o pé na bôca.

Cabaça

16

Pucarinho, pucarête,
 O' que lindo ramalhête,
 Nem cosido, nem assado,
 Nem comido com colher,
 Nunca hão de adivinhar,
 Se não quando eu lh'o disser.

Cacho de uvas

17

Que é, que é, que nasce no mato, chega a casa e faz chorar.

Caixão de defunto (tumba)

18

Alça a perna e mete-lh'a dentro.

Calçar uma meia

19

Em cima de ti estou,
De baixo de mim te tenho,
Arrenegado que estou
P'ra te meter o que tenho.

Calçar um sapato.

20

Tem pés e não anda, tem azas e não vôa, tem boca e não fala.

Caldeirão

21

Que é, que é, que chega ao mato e se enrodilha

Cão

22

Um homem tinha um touro, não lhe morreu, não lh'o roubaram,
não lhe fugiu e ficou sem ele.

Castram-no e ficou boi

23

Capa sobre capa,
Capêlo do mesmo pano,
Não adivinhas este ano,
Nem naquele que vier,
Só se eu t'ô disser.

Cebola

24

Que é, que é, que em pequeno é macho e depois de grande fica
femea.

Cebolinho

25

Lameiro redondo,
Pastorinhas ao longo,
Cão raivoso
Pastor formoso.

Céo, estrelas, vento, sol

26

Fui a casa da minha visinha pus-me nela, os gostos foram meus
e o leite ficou nela.

Comer figos em cima de uma figueira

27

Que é, que é, que chega ao mato e se estende.

Correia de amarrar lenha

28

Trinta e duas pedras brancas
E uma moura encantada,
Quer faça sol, quer chuva,
A moura está sempre molhada.

Dentes e lingua

29

Alto está,
Alto mora,
Ninguem o vê,
Todos o adoram.

Deus

30

Que é, que é, que Deus nunca viu nem ha de ver

Deus, outro no seu lugar

31

Barriga com barriga, cu para baixo, cu para cima.

Dois pratos emborcados um no outro

32

Quanto maior é menos se vê.

Escuridão

33

Numa cova funda e estreita
Uma dama está metida,
Quando o mal quere praticar
Larga a pele e vai despida.

Espada na bainha

34

Vamos para a cama
Fazer o que Deus manda,
Unir pêlo com pêlo
E no meio sem cabêlo.

Fechar os olhos e dormir

35

Eu tenho um brinco
Com que brinco,
Que até de brinco esquece;
Quanto mais brinco c'o brinco
Tanto mais o brinco crece

Fiar

36

Qual é o filho que mal o pai nasce ele já anda

Fumo

37

A carne da mulher é dura,
Mais duro é o que a fura;
Mete-se o duro no mole,
Ficam os penduricalhos de fora

Furar as orelhas e pôr um brinco

38

Tenho um brinco com que brinco,
Que de brincar endoidece,
Quanto mais brinco, c'o brinco,
Tanto mais o brinco crece

Fuso

39

P. Que é, que é, cousa prêta que põe em palha?

R. E' uma galinha

P. M... para quem adivinha

Galinha

40

- a) Serra na cabeça,
Serra no rabo,

- Adivinha asno
Que é galo
b) Tem esporas e não é cavaleiro,
Cava na terra e não ganha dinheiro
- Galo*
- 41
- Um bichinho pequeno
Pouco fervedor,
A capa que tem
E' de pouco valor,
A cama onde dorme
E' mais fria que quente,
E' um bichinho bruto
Que nunca viu gente.
- Lapa*
- 42
- Que é, que é,
Altos castelos
Verdes e amarelos
- Larangeira*
- 43
- Que é, que é,
Casa amarela
Sem porta nem janela
- Laranja*
- 44
- Minha avó velha e enfeitada,
Sem bordão não se sustem,
Se a catarem todos os anos
Ela dá tudo quanto tem
- Latada de vinha*
- 45
- Uma senhora muito assenhorada,
Que nunca sai de casa
E está sempre alagada
- Lingua*
- 46
- Meti o meu comprido no teu rachado,

Para dentro foi enxuto,
Para fora sai molhado.

Linho na roca

47

Que é, que é,
Do tamanho de um bolota
Que enche a casa até à porta

Luz

48

Que é, que é,
Que entra duro e furado,
Sai mole e molhado

Macarrão

49

Que é, que é, que chega ao mato e dá um berro.

Machado

50

Duas mães e duas filhas,
Foram à missa com três mantilhas

Mãe, filha e neta

51

Que é, que é, que não tem osso nem espinha e de baixo da roupa se empina.

Massa de trigo

52

Que é, que é, que se mete de baixo da roupa e com o calor se levanta.

Massa a levedar

53

Uma meia meia feita,
Uma meia por fazer,
Diga lá, minha menina,
Quantas meias vem a ser

Metade de uma meia

54

E' branco e não é papel,
E' verde e não é limão,

E' vermelho e não é sangue
 E' prêto e não é chapeo,
 Adivinha garopéo.

Melancia

55

A visinha dá licença que meta o meu cabeludo no seu enrelvado? Pode meter visinho que está destapado.

Meter gado numa pastagem sem portal

56

- a) Que é, que é, que anda, anda, e não sai de casa do dõno
 b) Neste canto recantinho
 Onde todos me vem ver,
 Mastigo e boto fora,
 Engulir não pode ser.

Moinho

57

Que é, que é, quando não tem água bebe água, e quando tem água bebe vinho.

Moleiro

58

Muito bem nascidas,
 Muito bem criadas,
 Em lençois de pala verde
 Em baús de pau fechadas.

Nozes

59

Altas torres, altas janelas,
 Abrem-se e fecham-se
 Sem ninguem tocar nelas.

Olhos

60

- a) Branco é, galinha o põe
 b) Casa branca,
 Barra amarela,
 Porta fechada,

Ninguém mora nela

- c) Redondinho, redondote,
Não tem fundo nem batoque
- d) Sou filho de pais cantantes,
Minha mãe não tinha dentes
Nem nenhum dos meus parentes;
Eu de mim sou calvo,
Coração amarelo e rosto alvo

Ovo

61

Que é, que é, quanto mais quente mais fresco

Pão

62

Uma velhinha muita encarquilhadinha com uma tranquinha no cú.

Passa de uva

63

- a) Não tem alma nem espirito
E quando nasce dá um grito.
- b) Que é, que é, que faz pontaria aos calcanhares e vai ter ao nariz.

Peido

64

Arco de pau,
Sêda do c. . .
O que ela c. . .
Comes tu.

Peneira

65

- a) Que é, que é, quanto mais anda mais quieto está.
- b) Para ele andar lhe pús a capa
E para ele andar lh'a tirei,
Porque com capa ele não anda,
E sem capa não pode andar.

Pião

66

Sou nova, mas sou velha um tanto encarquilhadinha; trago dois

moços à corda, um branco, outro mulato; o branco é fidalgo, o mulato bicho do mato.

Pimenta

67

Que é, que é, meter duro no mole e ficar pendurado de fora.

Pôr um brinco

68

Gado miudo,
Terra mimosa
Aonde pousa
Nasce uma rosa.

°

Pulga

69

Uma casa com quatro cantos,
Cada canto com seu gato,
Cada gato vê três gatos,
Diga lá, minha menina,
Quantos gatos vem a ser.

Quatro gatos

70

Quatro mortos estirados,
Cinco vivos a passar,
Os vivos estão calados
E os mortos a cantar.

Rabeca

71

Cerrado grande, gado miudo, vai o prêto e bota fora.

Rodar as brasas para fora do forno

72

Nós somos sete irmãs.
Cinco justas e uma santa,
E a outra é tão pequenina
Porque o riso a ataranta.

Semanas da Quaresma

73

Qual é a cousa do tamanho duma pulga que deita orelhas como uma burra.

Semente de couve

74

Que é, que é, do tamanho duma sóga tem dentes como uma lóba.

Serra

75

Alto está,
Alto mora,
Todos o vêem
Ninguém o adora.

Sino

76

Que é, que é, amarelo por dentro, preto por fora e tem azas.

Tacho

77

Encostei a minha barriga à tua e meti-lhe dentro um palmo de carne crua.

Tirar água de um talhão

78

Vai e vem, vai e vem,
Deita fumo e cheira bem.

Turibulo.

79

Sou femea de natureza,
Macho me querem fazer;
E por fim a morrer queimada
Para femea voltar a ser

Uva

80

Quatro na cama,
Quatro na lama,
Dois a acenar
E um a abanar.

Vaca

81

Não é delgado nem grosso,
Vermelho na ponta
E escorre pelo pescoço

Vela acêsa

82

- a) Que é, que é,
Pança com pança
E um palmo de carne,
Faz uma dança

b) Se tu visses tu rias; um bichinho tão galante, apertava-lhe o pescoço, coceguinhas na barriga, suniava.

Viola

83

Quem é o pai dos filhos de Zebedeu?

Zebedeu

NOTAS

Os números correspondem aos das adivinhas.

1 — Leite de Vasconcelos indica-a como exemplo de paradoxo (3-202), e diz-se no Cadaval (7-66) onde, todavia, caixa é substituída por caixão por força da rima com mão.

2 — É conhecida em Portugal (16-56) e na Galiza (20-34). No Brasil é «fia, fia para o seu buraco» (21-476).

3 — Em estilo figurado aparece a palavra bate-lo por bate-lh'ó. Facto semelhante se dá numa adivinha recolhida por Leite de Vasconcelos (3-228).

De baixo do pingo-lh'ó, pingo-lh'ó
Está o durme-lhe, durme-lhe,
Para guardar o pingo-lh'ó, pingo-lh'ó
Vem o curre-lhe, curre-lhe,

.....

e, como diz o mesmo autor, em muitas adivinhas estrangeiras.

Numa da Galiza fala-se no pinguin que pingaba, no funguin que

fungaba e no rapin que rapaba (20-37), noutra da República Dominicana no tinglin e no tonglo (18-533).

A adivinha — vaca, pimenteira e pessoa — do Brasil é no mesmo género.

Gurupés de quatro pés
 Estava comendo guropé de um pé,
 Chegou gurupé de dois pés,
 Tangeu gurupé de quatro pés (21-472)

Na adivinha terceirense le está por lhe como é frequente no falar do povo.

4 — Existe no continente (2 129) e nas Canárias onde Cuscoy (17-74) recolheu a seguinte forma:

Tiene rabo y no es caballo, tiene corona y no es rey, tiene dentes e no come.

No Brasil (21-470) dizem:

Tem balba e não tem rosto,
 Têm dente sem ser de osso,
 Tem um palmo de pescoço.

Em Santa Catarina a adivinha aproxima-se mais da nossa

Tem pé e não anda,
 Tem dente e não come,
 Tem barba como *home*
 (23-28)

5 — Com leves variantes conhece-se em S. Miguel (9-52) e no Cadaval (7-74). Nas Canárias é

Blanco fué mi nacimiento,
 Y morada mi niñez;
 Ya me voy poniendo negra
 porque llevo a la viejez.

7 — A primeira, conhecida na Figueira da Foz (8-236), é forma abreviada da segunda.

8 — Está muito espalhada no país (3-210, 8-237; 11-292) Na Republica de São Domingos é semelhante a do café.

Verde fué mi nacimiento,
Y amarilla ma viejez;
Y cuando me viene a ver
fui preto como el te (18-104)

Análoga é a adivinha brasileira de fumo (21-466)

Verde foi meu nascimento,
Prêto meu procedimento,
De luto me cobri,
E em fumaça me sumi.

Do mesmo tipo é a adivinha canária

Verde fué mi nacimiento,
negra fué mi mocedad;
Y ahora me visten de blanco
para mandar-me quemar
(22-206)

10 — Com leves variantes em Alportel (13-361), no Barroso (11-296) e na Galiza (20-38). As duas formas terceirenses pouco divergem uma da outra.

Na Republica Dominicana a adivinha do algodão assemelha-se à nossa.

Muchas damas en un barranco
Y todas vestem de blanco
(18-495)

Nas Canarias é:

Cien ovejas en un corral, todas mean a la par (22-211)

No Brasil diz-se:

Muitas vacas
Num curral,
Quando uma mija
Todas mijam (21-454)

12 — Para o continente vide 3-212 e nota, e 16-40.

No Brasil a adivinha é — «que é que enche uma casa e não enche uma mão ?» (21-476).

13 — Encontra-se por todo o país, bem como em França, Canárias e em São Domingos. Em São Miguel refere-se a cova (9-52) e na Figueira da Foz a pôço (8-248). No Brasil é o mesmo apenas com a variante de se dizer em vez de—mais cresce, maior fica (21-471).

15 — E' outro caso de trocadilho como a n.º 6.

Leite de Vasconcelos regista uma adivinha semelhante (3-213) «Que é, que é, que na bôca tem o pé».

16 — Pucarête é, como pucarinho, diminutivo de púcaro de formação popular. Casos semelhantes são pedreirinho pedreirête, po-brête, alegrête (2-250). A reunião das duas palavras com o mesmo radical e significação idêntica, é uma associação caprichosa muito do gosto do povo, para mais, no caso da adivinha, pedida pela rima com ramalhête. Na n.º 56 dá-se fenómeno parecido com canto recantinho.

No Brasil ha pretinho pretate (21-471).

17 — Está generalizada. No Livro das Adivinhas (16-30) encontram-se variantes:

Que é que é,
Que no mato se cria
E no mato se corta,
E ninguem o deseja
Perto da sua porta.

Que é, que é, que nasce no monte e vem fazer chorar em casa ?

18 e 19 — Ambas se conhecem no continente (17-69; 8-239). Em São Miguel (9-48), como na Figueira e na Galiza, a primeira oferece a variante — «peludo por fora, peludo por dentro, alça a perna e mete-lh'a dentro» idêntica à versão das Canárias (22-222).

Na n.º 19 a mesma palavra rima consigo própria, o que sucede na poesia popular.

O cravo tem vinte folhas,
A rosa tem vinte e uma,
Anda o cravo em demanda
Por a rosa ter mais uma (4)

20 — Tem variantes de decifração; em São Miguel (9-57) é panela, em Alportel cantaro (13-361).

22 — Cadaval (7-76).

23 — Está muito generalizada, mas oferece variantes — chapéo sobre chapéo (2-129), mantinha sobre mantinha (11-295), capiña capote (20-36, 39).

No Cadaval (7-73), por causa da rima, diz-se capa sobre capa do mais fino que houver, e é semelhante uma adivinha do milho (12-223).

A versão brasileira é :

Chapéo sobre chapéo,
Chapéo fino de bom pano,
Não adivinhas este ano.
Se não quando eu te disser

(21-474)

25 — Está generalizada com variantes de decifração e forma.

Que é, que é
Uma viuva presumida,
Toda de luto vestida,
E de flores coroada.
E do velho perseguida;
Quando o velho a persegue
Ela faz a retirada

Noite, estrelas, dia. Famalicão (2-31)

Curral grande,
Gado múdo,
Moça formosa
Cão gadelhudo.

Ceo, estrelas, lua, nuvens. Cadaval (7-76)

Campo grande,
Semente miuda,
Menina bonita
Cão gadelhudo.

Amarante

Campo redondo,
Ovelhas ao longo,
Pastor formoso,
Cão raivoso.

Resende

Campo largo,
Vacas muitas,
Boi formoso,
Cão raivoso.

Famalicão

Curral redondo,
Vacas no lombo,
Cão raivoso
Moço formoso.

Arredores do Porto

Todas com a decifração do céu, estrelas, lua noite (3-217)

Nas Canárias ha adivinha semelhante para céu e noite; e no Brasil, com a decifração de lua, sol e estrelas:

Moça formosa,
Homem carrancudo,
Campo grande
Gado miudo.

(21-473)

26 — Cadaval (7-361)

27 — A decifração é tanto corda como correia (9-61; 3-218
20-33; 22-209; 17-67; 16-50).

28 — Livro das adivinhas, (16-33 nota.)

Em Santa Catarina (Brasil) ha formula semelhante, cuja decifração é apenas lingua.

Entre taboas e taboetas.
Está uma dama enfeitada,
Quer chova, quer faça sol,
Sempre a dama está molhada

(23-27)

29 — 3-219; 16-13.

30 — Tem variantes no continente. Nas Canárias a forma é igual

à terceirensê — «Que es lo que Dios no ha visto, ni ha podido ver» (17-31).

31 — No Cadaval acrescentam à forma da ilha Terceira — no meio está o gosto—acentuando assim a ambiguidade do sentido (7-69)

32 — Aparece noutros lugares e, no Barroso, a decifração é nevoeiro.

33 — Numa versão continental em vez de dama é tacha (16-60).

34 — Em vez de sem cabelo diz-se na Figueira da Foz (8-240), o pelado no meio, e na Republica Dominicana ha uma adivinha quase igual, cuja decifração é pestanas.

Marido y mujer
se van a acostar,
y pelo con pelo
se quiere juntar

(18-538)

36 — Variantes continentais (16-20) e canária (22-23)

37 — E' comum ao continente onde a versão da Figueira da Foz (8-242) é igual à da Terceira.

38 — E' frequente. Confira-se n.º 67.

39 — Aparece por toda a parte, até na Galiza (20-39).

40 — A primeira é do tipo de êngana tolos e no Brasil ha uma semelhante.

Gralha não bralha
Põe ôvo na palha

(21-475).

Ha adivinhas diferentes com a mesma decifração (16-67; 20-33; 3-221. Algumas têm mais dois versos — A' meia-noite se levanta o inglês. Sabe das horas não sabe do mês (2-151), ou o francês (16-67). No Brasil é

Passeia na praça
Não é estudante,
Canta de missa
Não é sacristão,

Sabe da hora
Mas da morte não

(21 477)

42, 43 — Estão generalizadas e, no Barroso, a segunda refere-se à noqueira (11-295) Vide ainda 3-222; 8-242; 17-66; 18-531; 22-215.

No Brasil ha:

Muitas moças num castelo
Vestidinhas de amarelo

(21-465)

45 — Cof. n.º 28, oferece variantes e a lingua umas vezes é uma dama deitada (12-223), outras uma senhora (11-295; 17-65) ou uma sapa sapinha vol. II (31-258). A forma brasileira é

Uma pedrinha quadrada,
Quer chova, quer faça sol,
Toda a vida é molhada

(21-471)

47 — E' das adivinhas mais espalhadas e a luz é comparada a uma abelha (9-58; 20-38; 2-223; 2-44). Também se diz apenas que cabe numa rasa (2-44) A brasileira é igual à terceirense.

48 — Semelhante é a adivinha de São Domingos (ferro da forja).

Lo meti duro,
lo saqué blando,
Cabeza mémé
relampagueando.

(18-521)

A formula de Santa Catarina (Brasil) é igual à terceirense, de que diverge apenas em dizer — entra duro na panela — (23-27).

49 — Nas Canárias e no continente ha adivinha igual (17-68; 16-51), e no Brasil.

Em casa está calado,
No mato batendo

21-468)

50 — Igual na Figueira da Foz (8-236), e em São Miguel tem uma variante

Duas mães e duas filhas
vão todas
com três capotes à missa.

(9-48)

que deve ter origem local por se referir ao traço feminino com que as mulheres do povo vão habitualmente à igreja.

53 — Vide 9-48; 13-361; 8-248; 11-294.

54 — Tem formas diferentes que podem ver-se em 16-94: Numa há referência às sementes (9-65)

55 — Ha semelhante em Santa Catarina (23-28)

56 e 57 — Ambas estão muito espalhadas, sobre tudo a n.º 56, sem variantes de maior monta. (9-51; 3-224 e 225, 7-66; 11-293; 20-35; 14-11-16-48.

No Brasil, com a decifração de engenho e rodête, há duas adivinhas semelhantes :

Zig-zag vai voando,
Tem dentes para comer,
Mastiga e bota fora,
Engulir não pode ser.

(21-468)

Zing-Zing está com fome,
Com vontade de comer,
Mastigando bota fora,
Engulir não pode ser.

(21-474)

Nas Canárias há :

Corre que corre
nunca transpone ;
c ... blanco
tu te lo comes.

58 — Afecta outras formas. (16 88)

59 — No Cadaval (7-70) só difere da adivinha terceirense em substituir torres por moradas.

Na Terceira, designadamente na cidade de Angra, houve um tipo de construção, de que hoje restam raríssimos exemplares, em que parte da casa era de um andar, quase abarracado, e parte de dois andares — *casa de torre*. Também se dizia torre o sótão.

No Brasil há:

Altas varandas,
Formosas janelas,
Que abrem e fecham
Sem ninguém tocar nelas.

(21-474)

e em Santa Catarina, com a decifração de olhos e bôca,

Uma porta só
E duas janelas,
Se abrem e fecham
Sem ninguém tocar nelas.

(23-28)

60 — A adivinha está espalhada por todo o país e, no continente, encontram-se formas análogas às nossas.

A formula c) contem a palavra *redondote*, mais um caso de emprêgo do diminutivo popular como na adivinha n.º 16.

Leite de Vasconcelos regista, porem, redondoque por influência da rima com batoque. Na Figueira da Foz aparece também *redondote* (8-245).

Em São Miguel a d) é mais desenvolvida, mas, no fundo, igual à da Terceira, a qual é toda igual à versão do Barroso (11-290).

Nas Canárias há: «Una casita chiquita, blanquita, sin puertas ni ventanitas» (17-38) e na Galiza — «Unhra capeliña blanca, sin porta nin tranca» (20-38) de que se aproximam as formas francesa — «J'ai une chambrelte blanche, qui n'a ni porte ni barre» — e brasileira.

Uma igreja branca,
Sem trave nem tranca.

(21-469)

No Brasil há ainda

Casa caiada,
Bonina amarela,
Telhado de vidro
Ninguém entra nela

(21-470)

Uma lagôa com uma canôinha dentro (21-476), ou — Casa caída lagôa de água (14-36).

62 — Em São Miguel (9-55), como na Figueira (8-246), toma a forma de engana tolos.

A micaelense é:

Uma velhinha
e carquilhadinha
no rabo uma tranquinha.
Passa é.
Quem não adivinha
burro é.

63 — Analoga é a seguinte da Republica Dominicana:

Escopeta que mata perdiz,
tira para abajo
y da en la nariz

64 — Vide 7-69.

65 — E' vulgar nas duas formas, (3-230; 16-37; 11-etc). No Brasil diz-se.

Com capa não anda,
Sem capa não pode andar,
Para andar bota-se a capa,
Tira-se a capa para andar.

(21-468)

66 — Tem formas diferentes (16-93)

67 — Conf. n.º 37.

68 — Está generalisada (9-49; 2-195).

70 — Com a decifração de viola há no continente adivinha semelhante (3-257), e no Brasil.

Uma cova bem cavada,
Doze mortos estendidos,
Cinco vivos passeando,
Dando ares de sentidos.

(21-468).

71 — 3-233.

72 — Variante micaelense (8-61).

A primeira que nasce
E' dada a pular-lhe o pé,
As outras, que se lhe seguem,
São todas cheias de fé,
A mais nova, essa então,
Santa toda ela é

e brasileira

Meus princípios foram cinza,
De meu viver ninguem se espanta,
De sete irmãs que eu tinha
A derradeira foi santa.

(21-470)

73 — Vide 3-232; 11-296; 8,-22-912, etc.

74 — 11-292, 16-50.

75 — Identica no continente (3-232; 11-295; 8-249) e na Galiza (20-38).

No Brasil ha versão igual (21-475) e mais, com a decifração do copo.

No alto está,
No alto mora,
Todos o beijam,
Ninguem o adora.

(21-472)

Em Alportel a decifração da adivinha terceirense é sol (13-361).
76 — 8-250.

77 — No Cadaval (7-68) a dicifração é tirar carne do salgador.

78 — 9-50.

80 — Está muito espalhada por toda a parte e tem sido objecto de largos estudos comparativos.

Variantes portuguezes podem ver-se em 11-294, 16-63 e 64, Leite de Vascodecelos Opusculos VII-1942, e mais na Galiza (20-37) e Canárias (17-69).

É ainda análoga à nossa a versão brasileira salvo no 3.º verso — dois parafusos (21-472).

81 — Na República Dominiacana diz-se:

Una vieja larga e seca,
dirritiendo la manteca.

(18-547)

82 — Na mesma República há a adivinha—guitarra (18-520):

Pecho con pecho,
— barriga con barriga.
En el hoyo del medio
está la fiesta.

Idêntica à da Terceira é a da Figueira da Foz (8-242), embora referente a guitarra por ter aí caído em desuso a viola de arame.

OBRAS CITADAS ABREVIADAMENTE

(Nas citações o primeiro número indica a obra e o segundo a página).

1 — Teófilo Braga. *Contos tradicionais do povo português*. Porto, s/d (2 volumes).

2 — J. Leite de Vasconcelos. *Tradições populares de Portugal*. Porto. 1882.

3 — Idem. *Ensaios Etnográficos*, vol IV, Lisbôa. 1910.

4 — Idem. *Poesia amorosa do povo português*. Lisbôa 1890.

- 5 — Idem. *Opusculos I*. Coimbra 1928.
- 6 — *Introdução*, no livro *Canções populares da Beira de Pedro Fernandes Tomaz*. Coimbra. 1923.
- 7 — Cardoso Marta. *Folclore do Cadaval*. Esposende 1934.
- 8 — Cardoso Martha e Augusto Pinto. *Folclore da Figueira da Foz*, vol. I. Esposende. 1911.
- 9 — Urbano de Mendonça Dias. *A vila*, vol. V. Vila Franca do Campo.
- 10 — Paul Sebillot. *Le folk-lore*. Paris. 1913.
- 11 — Fernando Braga Barreiros. *Tradições populares do Barroso*, na *Revista Lusitana*, XVIII-223.
- 12 — João da Silva Correia, *Migalhas etnográficas*, na *Revista Lusitana*, XIX-217.
- 13 — Estanco Louro. *O livro de Atportel*. Lisboa 1929.
- 14 — Silvío Romero. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Rio de Janeiro. 1888.
- 15 — Gustavo Barroso. *Ao som da viola*. Rio de Janeiro. 1921
- 16 — Augusto C. Pires de Lima. *O livro das adivinhas*. Porto 1943.
- 17 — Luis Diogo Cuscoy. *Contribucion al estudio del folclore canário. La adivina*. no *Museo Canario* VII-17 e 57.
- 18 — Manuel José Andrade *Folklore de la Republica Dominicana*, Vol. II, Trujillo. 1948.
- 19 — José Perez Vidal. *Influenza geográfica en la poesia tradicional canaria* Madrid. 1944.
- 20 — Laureano Prieto. *As adivinhas na terra da Gudiña (Orense) e no concelho de Vinhais no Douro Litoral*. VI — 1949-33.
- 21 — Alcides Bezerra. *Adivinhas na Antologia do Folclore Brasileiro* por Luís da Camara Cascudo. São Paulo, s/d. pág. 459.
- 22 — Luís Diogo Cuscoy. *Folklore infantil*, La Laguna de Tenerife. 1943.
- 23 — Sub-comissão catarinense de folclore. *Boletim Trimestral* N.º 5.º.

**Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia
de Jesus na Côrte de Lisbôa pelo Padre
Antonio Franco. L. II cap. 22
(B. João Baptista Machado)
com notas de L. Ribeiro**

Muitos são os autores que se têm occupado do martir terceirense Beato João Baptista Machado da Companhia de Jesús, morto pela fé no Japão em 1617.

No *Archivo dos Açores*, vol. I, pag. 258, encontram-se mencionados; mas a lista pode ser ampliada com outros indicados pelo Padre Filipe Alegambe no seu livro *Mortes Illustres*, que ali se omitem.

De todos apenas tivemos ensejo de consultar o Padre Bartolomeu Guerreiro, *Gloriosa Corôa de esforçados religiosos da Companhia de Jesús*, Lisboa, 1642; Jorge Cardoso, *Agiolôgio Lusitano*, Lisboa 1652 (tomo III); Padre Filipe Alegambe *Mortes illustres et gesta eorum*, Roma 1657. Padre António Franco, *Imagem da Virtude no noviciado da Companhia de Jesús na côrte de Lisboa*, Coimbra, 1717, *Synopsis Annalium Societatis Jesus in Lusitani-am*, Augsburgo, 1726; Padre António Cordeiro, *Historia Insulana*, Lisboa 1717; *Breve noticia da vida e martyrio do Beato João Baptista Machado*, Angra do Heroismo, 1876.

Ao lê-los facil foi verificar que, infelizmente, pouco adeantam e se repetem uns aos outros, sem duvida por terem bebido nas mesmas fontes, as escaças notícias vindas do Japão e da China.

As mais copiosas e desenvolvidas biografias são as dos Padres Cordeiro e António Franco.

Este, historiador escrupuloso e documentado, cita o Padre Alegambe (*Mortes illustres*) o Padre Morejon «na relação que imprimiu destas cousas do Japão», isto é, a *Historia y relacion de lo sucedido en los reinos de Japon*, Lisboa, 1621, o *Agiolôgio Lusitano*, e ainda uma relação manuscrita do Padre Francisco Vieira, conservada no cartório de Coimbra, relação que deve ser a publicada no *Memorial de varias cartas e cousas de edificação da Companhia de Jesús*, manuscrito da Biblioteca Municipal do Porto por ela editado em 1942. Morejon, companheiro durante anos de João Baptista nas lides apostólicas do Japão, é assim uma testemunha de especial valor.

António Cordeiro informa haver-se servido da *Gloriosa Corôa* do Padre Bartolomeu Guerreiro e, como fosse muito breve a notícia acerca do mártir, ter procurado desenvolvê-la com outras informações que conseguiu obter:

Cordeiro é, como o Padre João Baptista Machado, natural da ilha Terceira e, conforme diz (pag. 357), depois de estudar no Colégio de Coimbra e fazer o noviciado, andou quatro anos pelos colégios de Ponta Delgada e Angra. Foi aí, provavelmente, que colheu na tradição as informações a que alude. Desenvolve, segundo aliás é seu costume, a parte genealógica, pouco acrescentando no resto ao que diz Guerreiro.

Franco parece-nos assim o mais seguro e melhor informado dos biógrafos.

Embora contemporâneos, pois Cordeiro nasceu em 1641 e morreu em 1722, Franco nasceu em 1662 e morreu em 1733, (Inocência, *Dicionário Bibliográfico*), os dois autores, que no mesmo ano de 1717 publicaram as suas obras, nada influíram um no outro.

A *Imagem* é hoje bastante rara nunca se encontrando até agora nesta ilha onde diligentemente foi a procurada, por isso pareceu-nos útil reproduzir no *Boletim* a parte relativa ao santo (Livro III, cap. XXII, de páginas 336 a 353), segundo cópia obtida por amável intervenção do erudito Director do Arquivo Distrital e sócio do Instituto sr. Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, aditando-lhe algumas notas, extraídas das obras consultadas e de documentos e notícias conhecidas posteriormente à publicação do livro do Padre Franco.

Imagem da Virtude em o Noviciado de Lisboa

Pelo Padre ANTÓNIO FRANCO

CAPITULO XXII

Vida do Padre Joaõ Bautista Machado Martyr no Japaõ, como entrou na Companhia, passou a Japaõ, alli trabalhou, o ficou escondido no desterro dos Padres

1 -- O Padre Joaõ Bautista Machado, ou Tavora, q̃ com hum, & outro sobrenome tomado da sua familia o acho nomeado pera distincão de outros nossos Padres tãbem Martyres, q̃ tiveraõ o mesmo nome, teve por patria a Cidade de Angra na Ilha Terceira. Seus pays que erãõ nobres, & ricos, se chamaraõ Christovaõ Nunes, & Maria Cotta Tendo seis, ou sete annos de idade, ouvindo fallar das cousas de Japaõ, costumava dizer aos da sua idade, que elle havia de hir à quella terra, & nella havia de ser Martyr. O tempo mostrou, que Deos fallava entãõ por sua boca, & que aquellas palavras eraõ hum tacito vaticinio da sua boa fortuna.

2 -- O modo por onde veyo à Companhia foi especial. Como era morgado, & nobre, tratouse de tomar estado cõ huma senhora de igual nobreza, com a qual tambem pertendia cazar outro mancebo nobre da sua idade, & seu amigo, o qual vendo, que Joaõ Bautista lhe seria pre -

ferido, fallando com elle, lhe meteo pratica da pouquidade das cousas (Pág. 337) caducas, & por fim lhe veyo a dizer, que ambos como amigos, que eraõ, deixando suas cazas, & esperanças se viessem a Portugal, & entrassem na Companhia. Contentoulhe o conselho, em effeito vieraõ, tomando outro pretexto, de pertender hum habito de Christo na Corte, ou de estudar em Coimbra. O amigo de Joaõ Bautista, que tudo fazia com engano, tanto que o vio na Companhia, se voltou à Ilha, & continuou na sua pertençaõ, que como naõ tinha o oppositor, de que se temia, facilmente pode cõseguir. Tais saõ os modos, porq̃ Deos muitas vezes chama a seu servisso aquelles, a quem quer fazer grandes merces, como fez a este ditoso Padre.

3 — Passou pois a Portugal, quando ja tinha dezaseis annos, pertendendo pois Joaõ Bautista em Coimbra ser da Companhia, em effeito foi admitido, & entrou aos dez de Abril de mii quinhentos noventa, & sete. No Dezembro do mesmo anno dia da Expectação da Senhora se fez a dedicaçaõ do Noviciado em Lisboa na caza de Campolide, pera se lhe dar principio foraõ de Coimbra, & Evora alguns Irmaõs Novissos, entre os que foraõ de Coimbra era hum o Irmaõ Joaõ Bautista.

4 — Alli passou o restante do seu Noviciado, & fez os votos de estudante. Logo foi mandado a Coimbra para estudar. Chamando-o Deos pera as Missoens da India, pertendeo, alcançou esta empreza no anno de mil seiscentos, & hum. Eraõ por todos, quinze, os da Companhia, que no tal anno fizeraõ esta viagem. Estudou Philosophia em Goa. Tendo grandes ansias de hir a Japaõ, onde fua boa fortuna o chamava, passou a Macao na China. Nesta Cidade acabou os estudos da sancta Theologia.

5 — No anno de mil seiscentos, & nove entrou em Japaõ. Aprendeo a lingua da terra no Collegio de Arima. Depois foi mandado à Cidade do Miaco, que he a principal de Japaõ: aonde teve por companheiro ao nosso Padre Pedro Morejon de naçaõ Castelhana, que lhe escreveo a vida, o qual diz, que fora muitos annos seu companheiro, & fora boa testemunha de sua rara virtude, fervor, & zelo, com que ajudou a os Christaõs de Fuximi Cidade, & fortaleza principal do Emperador, quando hia ao Camí; & q̃ por ser nos principios da perseguiçaõ, padecera nella naõ pequenos trabalhos, & incommodidades com singular animo, & alegria.

6 — No anno de mil seiscentos, & quatorze foraõ todo os Padres,

que andavaõ em Japaõ, desterrados pera a Cidade de Nangazaqui, que toda era de Christaõs, & aonde era o principal cômercio dos Portuguezes. Desejou o Padre Joaõ Bautista ficar escondido nas partes do Miaco, pera ajudar aos Christaõs. Porem como era muito conhecido foi obrigado, a hir tambem pera Nangazaqui. No tempo, que todos esperavaõ em Nangazaqui tempo pera se embarcar, & sahir de Iapaõ, conforme o decreto do Emperador, o Padre Joaõ Bautista andou disfarçado discorrêdo por algũs Reynos animãdo. & consolãdo aos Christaõs.

7 — No mez de Outubro do dito anno, quando os Padres eraõ obrigados se embarcar, dezejou o Padre Bautista ficar escondido. Porem como dezessem o mesmo muytos dos nossos mais antigos, que elle, aquem isto se havia de conceder em primeiro lugar, ao principio naõ fol ouvido pellos Superiores. Tratou de negociar com Deos. Fez muitas penitencias, disse muitas Missas; & Deos nosso Senhor poz o cumprase a seus dezejos, como quem por este caminho, o queria co-roar com o martyrio.

8 — Succedeo neste tempo, que os Christaõs de huma confraria pediraõ com instancia hum Padre: ainda que elles queriaõ outro, foi-lhes concedido de repente, dous dias antes da partida dos Missionarios desterrados, o Padre Joaõ Bautista, que naõ cabia em si de prazer, por lhe cahir em casa, o que elle tanto pedia a Deos.

9 — Tomaraõ no os Christaõs à sua côta, pera o encobrirem. Vendo o Padre, que partidos os Missionarios, se fariaõ grandes diligencias em Nangazaqui, pera prêder, aos que ficavaõ occultos, se retirou com hum Irmaõ pera a Ilhas de Conzura, & Oyano, onde ajudou aos Christaõs. Sabendo que a perseguiçaõ ardia no estados da Arima, passou a Ximavara, em que os Ministros de Saxuma faziãõ grandes pesquisas, & muito estrago nos Christaõs. Meteosse em huma casa, em que esteve ouvindo de confissaõ, a quantos alli vinhaõ. Porem crecendo grandemente a perseguiçaõ, se foraõ os Christaõs, deixadas suas casas, viver nos montes, por naõ se expor a perigo de perder a fé.

10 — O Padre se tornou a embarcar, & foi a Cochinozu, onde o Governador Safioye estava actualmente atormentando aos Christaõs. Dezejou muito o Padre saltar em terra, / (Pag. 339) ra, pera os animar, & ser seu côpanheiro na coroa do Martyrio. Naõ o permittiraõ os Christaõs, que governavaõ a embarcaçaõ, dando por rezaõ, que isto

seria irritar mais o tirano, & causa de se fazerem mais exactas pesquisas, em ordem a prender os Padres. Pera melhor o enganar, disseraõ, não ser bom aquelle lugar, pera saltar em terra, & dão a entender, que se mudavaõ a outro lugar mais a proposito, se afastaraõ da praya.

11 — Vendo o Padre frustados seus dezejões, pedio, que o levassem a Nangazaqui, onde esperava, que brevemente teria occasiaõ de ser martyr, porque os Ministros da perseguiçaõ, feita sua crueldade em Arima, haviaõ de hir a Nangazaqui: deraõ logo à vela pera esta Cidade. Era a embarcaçaõ pequena, os ventos contratrios, os mares grossos, por isso esteve a perigo de se afundir. Forcejando contra todas estas difficuldades, entrou em Nangazaqui. Nesta Cidade por causa de outros divertimentos, não ouve athe entaõ as crueldades, que padeceraõ os Christaõs de Arima.

12 — Com tudo teve o Padre grandissimo trabalho nos dous ou tres annos antes de ser prezo por cuja causa duas, ou tres vezes esteve doente. Estavaõ a seu cargo algũs bairros da Cidade, de dia & de noite não parava acodindo a todos Dalli sahia pela comarca, & a algũs lugares do estado de Omura, & ilhas de Goto. Em todas estas partes padeceo muito, sendo-lhe necessario viver algumas vezes nos montes, & dizer Missa em alguma ramada, por escapar das maõs dos perseguidores.

13 — Porque estas cousas, & o modo de sua prizaõ corraõ com mais clareza, he de saber, que des-do principio desta perseguiçaõ os Emperadores Dayfuzama, & Xogum seu filho puzeraõ o seu empenho, em que não ficasse no Japaõ hũ só Padre, imaginando que faltando os Mestres, a propagaçaõ da fé não hiria adiante, & os Christaõs facilmente tornariaõ a tras. Não quizeraõ fazer outro mal aos prégadores Evangelicos mais que desterralos, por senaõ arriscarem a perder o commercio com os Portuguezes de Macao, & Castelhanos de Philippinas, dizendo ser toda a culpa dos naturais da terra, por deixarem seus Deoses, & Senhores della, por permittirem a propagaçaõ da fé. Tãbem tinhaõ sua sospeita, de que esta ansia de fazer Cristaõs,/(Pág. 339V) taaõs, não fosse como pretexto, pera ser cõquistado o Japaõ, como os malditos hereges Olandezes lhes diziaõ.

14 — Por isso as principais crueldades eraõ contra os naturais. Com a Cidade de Nangazaqui, por ser toda de Christaões, & escala do dito cõmercio, foraõ sêpre dissimulando, contentandose, que não ou-

vesse nella Padres, nem templos, nem exercicio publico de Religião Christãa. Porem alguns não usavaõ desta dissimulação, como pedia o tempo; porisso correo fama, que havia Padres escondidos. Acrecentouse, terem vindo alguns Religiosos de Philippinas no anno de seicentos, & dezaseis, de que o Xogũ mais se enfureceo. Logo em Setembro fez novos decretos contra os Christaõs, reservando a pesquisa dos Padres pera o verem do anno seguinte.

15 — Tudo executou nesta forma. No anno de seicētos, & deza-sete foraõ todos os grandes de Japaõ à Corte de Yendo vizitar com seus presentes ao Xogum, conforme he estilo dos Iapoens, & darlhe o parabem do Imperio, em que succedera a seu pai. Entre outras cousas se ordenou a Omuradono, por ser o Senhor mais vizinho A Nangazaqui, sob pena de perder os seus estados, que fizesse exacta pesquisa pellos Padres, & a todos os desterrasse pera fóra de Iapaõ. Depois em segredo se lhe mandou, que pois não bastara a dissimulação, que com elles se tivera. q̃ os matasse a todos; & que logo se partisse a dar à execução a vontade de Emperador.

16 — Esta ordem se soube pouco depois em Nangazaqui, excepto o segredo, de que os matasse, que este guardou Omuradono cosigo. Os Regedores da Cidade eraõ Christaõs, fizeraõ consulta, do que no cazo deviaõ obrar. Havia em Iapaõ trinta, & quatro Religiosos da Companhia repartidos por diversos Reynos. Da Ordem de São Francisco sinco, da de São Domingos cinco, ou seis, de Sãoto Agostinho hum, & sinco Clerigos Iapoens, os quais todos estavaõ em Nangazaqui.

17 — Pediraõlhe os Regedores, que dessem algũas mostras, de que todos sahiaõ de Iapaõ, & se hiaõ em os navios, pera deste modo illudir os gentios, & alliviar a Cidade. Assim se fez. Apenas esta deligencia fora feita, quando entrou na Cidade hum tio de Omuradono com outra gente de sua casa. Logo com grande dessimulação, & cõ muitas espias,/(Pág. 341) espias, começaraõ a buscar os Padres. Hũas das espias diziaõ, que se queriaõ confessar, outras, q̃ queriaõ hum Padre pera hum moribundo, outras, que traziaõ dinheiro pera Missas. Estavaõ os Christaõs tam bem prevenidos, q̃ athe os meninos, de quem as espias se procuravaõ aproveitar, respondiaõ taõ a proposito, que não puderaõ descobrir finais de algum Padre.

18 — Em quanto esta pesquisa durou, se persuadiaõ todos, correr grande perigo os Padres, que estavaõ na Cidade, & que estavaõ segu-

ros, os que andavam fora; forõ foi pello contrario; porque vendo, que a nenhum descobriaõ na Cidade, mandaraõ muitas espias por diversas partes, & estas prenderaõ em primeiro lugar ao Padre Frey Pedro da Assumpsaõ da ordem de Saõ Francisco, o qual sendo levado a Omura mandou o tirano, que fosse prezo em hum carcere do lugar chamado Cori, distante huma legoa de Omura.

CAPITULO XXIII

**Como o Padre foi prezo, e devagaçaõ. com
que se ouve no carcere**

1 — O Padre Joaõ Bautista nesta mesma occasiaõ, sahio de Nãgazaqui. Tinha elle a seu cuidado os Christaõs da ribeira do mar de Omura, & as ilhas de Goto. O Superior o mandou vizitar estes Christaõs; depois de vizitar alguns lugares, pertendeo passar às ilhas de Goto. Por ter ventos contrarios, arribou a Firando, onde ouvio algumas confissoens de importancia, havendose com grandes cautelas assim por ser o Governador gentio, como por estarem no porto Olandezes taõ inimigos dos Christaõs, como os mesmos gentios.

2 — Alli teve cartas dos Christaõs de Nangazaqui, que o avizaraõ das muitas espias, & lhe diziaõ, que ou se voltasse à Cidade, ou se retirasse pera as partes do Cami, em quanto passava aquella tormenta porque de outra sorte naõ poderia escapar; por quanto já os inimigos sabiaõ que elle hia a Goto. Encomendandose a Deos, respondeo, que agrade/ (Pág. 341V) agradecia o avizo, & conselho, mas que avia de continuar sua viagem, por estar certo, que se fosse prezo, teria duas coroas, huma da obediencia, que o mandara, outra do martyrio, que padeceria por Christo.

3 — Como o Padre hia confessando aos Christaõs dos lugares, por onde passava, foi aos gentios cousa facil, darlhe no rasto. A vinte, & hum de Abril chegou a Goto: no dia seguinte estando confessando em hum lugar chamado Canoco, de repente entrou na caza hum moço. Entendeo o Padre ser espia: nas suas costas entraraõ os ministros da justissa de Omura, a tempo, que estava absolvendo a hum Christaõ Acabada a absolviçaõ, se levantou & mui alegre os sahio a receber. Elles

lhe declararaõ a ordem, que traziaõ de seu Senhor, & do Xogum, pera ser prezo.

4 — Deulhes o Padre as graças por nova taõ alegre, dizendo, que só o desejo de taõ boa fortuna o trouxera a Jappaõ, & fizera com seus superiores, que alli o permittissem ficar escondido. Por tanto, que dava muitas graças a Deus, & lhe pedia, que a elles, & a seu senhor abrisse os olhos, & perdoasse o seu peccado.

5 — Por terem ventos contrarios, se detiveraõ alli athe os vinte & sinco do mesmo mes de Abril. Permittiraõlhe os soldados, que dissesse Missa, & se despedisse dos Christaõs, os quais concorreraõ em grande numero. De dia, & de noyte não fez outra cousa mais, que confessalos, & despedirse delles com grandes lagrimas. Em huma practica lhes disse, que sendo menino de seis, ou sete annos, ouvindo fallar das cousas do Japaõ, avia sentido em si tantos impulsos de vir à quella terra, que só por isso entrara na Companhia, & assim, que se tinha por muito ditoso, por lhe ter Deos cumprido seus desejos. Ao despedirse, & embarcarse, todos dezejavaõ, irse com elle.

6 — Logo, que entrou em o navio, pedio aos soldados, que o atassem, em sinal de que hia prezo por Christo. Elles o não quizeraõ fazer, & sempre o trataraõ com respeito, & cortezia, dizendo, que lhes pezava, de o levar prezo, porem, que se o não fizessem assim, punhaõ em perigo suas vidas. Referiolhes o Padre o aviso, que tivera antes, & ã não quizera tomar outro caminho porque dezejava morrer, & ser prezo entre suas ovelhas, & cumprir com a obediencia de seus Superiores, a qual alegria não seria cabal, se/(Pág, 343) se em outra parte fora prezo, que assim esperava, se lhe dobrasse a coroa.

7 — Tanto, que chegaraõ ao primeiro lugar de Omura, despediraõ a todos os Christaõs, & marinheiros, que a the alli o hiaõ acompanhando, por assim terem ordem de seu senhor. Só consentiraõ, que fosse com elle hum moço Japaõ chamado Leaõ, que se tinha criado em o nosso seminario, o qual fez grandissimas instancias, pera que o deixassem ir em companhia de seu Mestre. O Padre rogou ao Capitaõ, que pera guardar a ordem, que tinha de andar sempre acompanhado, permittisse, que Leaõ fosse com elle, & o alcançou.

8 — Aos vinte, & nove de Abril chegaraõ a Omura já de noyte com guardas, & Luzes acezas o levarãõ ao carcere de Cori, aonde estava prezo o bemdito Frey Pedro, da Ordem de São Francisco, o

qual ouvindo tanto tropel de soldados, & fochas acezas, imaginando que o vinhaõ matar, se poz em oraçaõ. Depois vendo, o que era, naõ cabia em si de prazer, por Deos o consolar com tal companheiro, Lançouse aos pés do Padre, & lhos queria beijar, porem o Padre João Bautista tal cousa naõ consentio.

9 — Abraçaraõse com muitas lagrimas de gosto, & devaçãõ. Pediraõ ao Capitaõ, & soldados lhes deixassem ficar alli no carcere a Leaõ companheiro do Padre Bautista, que pedia o mesmo. Naõ vieraõ nisto sem licença dos Governadores: por aquella noyte ficou Leaõ fora do carcere, mas no dia seguinte dando os Governadores licença, entrou & assistio nelle; o que foi hum como principio, & pronostico do martyrio, com que o Senhor apremiou seu fervor.

10 — Notouse muito ser a prizaõ, & morte destes ditozos Padres no lugar de Cori: Deos o finha significado cõ hum notavel prodigio. Foi cousa maravilhosa, que pouco antes desta perseguiçaõ, & no discurso della se acharaõ algumas Cruzes na medulla, ou no meyo dos troncos das arvores, as quais foraõ pronostico, como ensinou a experiencia, dos Martyrios, que depois succederaõ nos tais lugares.

11 — Alem de outras cruces se achou huma destas cruces em huma arvore chamada Sabu, que he como Louro. Ti / (Pág. 343V) Tinha como dous palmos de largo, era de cor vermelha, assentando sobre huma base quadrada. Dos braços sahia hũ a modo de arco, que a coroava. Ouve sobre esta Cruz, & forma della varios discursos. O Padre João Bautista, em huma carta sua dizia, significar, que elle, por ser a Cruz em lugar do seu districto, & outros Padres coroados o aviaõ de fer com o Louro do martyrio. As fuas palavras saõ: Parece-me, que a Cruz, que appareceo em Xiquimi foi pera nos outros. Athe appareceraõ cruces ordinarias, sem outro algum ornato & bem ham mostrado as cruces, & pereguiçoens, que haõ padecido os pobres Christaõs; porem a que appareceo em Xiquimi, foi coroada pera significar, que naõ sõ os Christaõs, mas os coroados haõ de ser prezos, & confio no Senhor, que mortos pella mesma fê, & causa. Athe aqui suas palavras.

12 — Junto a este lugar de Cori se achou outra Cruz a modo de alfange, & parece significava, averia alli martyrios, nos quais se cortassem cabessas, como em effeito succedeo.

13 — Tornando aos ditosos Martyres, era o carcere estreito, escuro, & muito humido, no qual tiveraõ bem, q̃ padecer, em quanto

se fez avizo à Corte de Yendo, pera saber vontade do Xogum; porque o Governador de Omura, ainda, que tinha ordem, como fica dito, os não quis matar, esperando, que o Emperador lhes perdoaria as vidas.

14 — Tinhaõ quinze soldados de guarda, dos quais hum só por nome Damiaõ era Christaõ, esse com grande devaçãõ, & amor os servia, & sempre lhes assistio. O comer era hum pouco de arroz cozido em agoa. Naõ permitiaõ, que os Christaõs lhes levassem cousa alguma, nem fallassem com elles. Só quando Damiaõ por seu turno vigiava, podia-o alguns entrar, & confessarse. Gastavaõ os servos de Deos o tempo em oraçãõ, & praticas sanctas, gozando entre seus trabalhos de grande paz, & alegria.

15 — Dalli escreveo o Padre Joaõ Bautista algumas cartas, das quais lançarei aqui algumas, que não são dilatadas, & dizem melhor, que as minhas palavras, o seu fervor, alegria, & o muito, que naquelles apertos por causa de seus achaques padeceo. Em huma de tres de Mayo escrita a seu Superior a Nangazaqui diz assim: Hoje faz doze dias, que / (Pág. 344.V) que me prenderaõ, dou muitas grassas a Nosso Senhor, pois me tem dado huma quietaçãõ taõ grande, que não há cousa que mais dezeje, que o estado, em que estou prezo por amor de Deos. Dou muitas graças a sua divina Magestade, que da hora, em que me prenderaõ, me não lembra, senaõ verme em huma Cruz, ou de baixo da catana. Bemdito seja e Senhor, que assim consola à quelles, que por seu amor padecem, ainda, que pouco.

16 — Nunca entendi a efficacia das palavras da Escritura, & a força espiritual, que daõ, senaõ depois de me ver neste estado. E assim toda a força do Imperio do Mundo, me parece menor, que a do minimo bicho da terra. Bem entendo, que nisto não entro nada, tudo he de Nosso Senhor, & por elle, com elle hei de pelejar athe ofim & assim me prezarã não poder, ter occasiaõ de padecer muito por seu amor.

17 — Averã quarenta dias me trata muito mal huma dor, & por este lugar ser um sapal, me tem carregado tanto, que nem de dia, nem de noyte tenho repouzo algum. Tenhoa a grãde merce de Deos Nosso Senhor, pois já, que me não dá tormẽtos, receberei estes, que se chegam muito aos da morte, de sua divina mãõ; porque já, que nem o carcere, nem alguma outra cousa me dá pena, por sua divina bondade, senaõ meus pecados, rezaõ he, que padeça alguma cousa, pois he

tempo, & lugar de alcançar algum merecimento. Athe aqui a carta de tres de Mayo.

18 — Em outra de dezasete do mesmo mez tem assim : Dos trabalhos  aperto, em que vossas Reverencias estaõ, me peza, mas Nosso Senhor, que assim o ordena, tem os intentos, que nos não alcançamos; com tudo elle õrdena, pois a causa he sua, elle disporá as cousas de modo, que a quillo, que for melhor assim pera nossas almas, com pera a Christandade, se faça. Pello que, estou muito contente com minha sorte, & lhe dou muitas graças por se lembrar de mim, dandome por sua divina bondade hum animo, que todos os trabalhos, & tormetos do mundo parecem poucos, & senaõ fora cousa sua, não me atrevera ao escrever.

19 — E assim nunca vi taõ claramente o pouco, pera que presto, & muito, que podemos ajudados de Nosso Senhor, como agora; não desempara o bom JESU, quem se lhe entrega; cumpre à risca as promessas, que tem feito. Já mais alguém o chamou, que o não achasse. Não se aparta dos seus nas/(Pág. 3450) nas prizoens, na tribulação nos acompanha, & por isso chama à divina ley jugo, que levaõ dous: não quer, que padeçamos sôs, & ainda, que às vezer seja pezado à natureza, levalo, he muy suave, pois temos tam bom companheiro, que sempre toma o mais pezado, acomodandose tanto à nossa fraqueza que não permite, que sejamos atribulados, sobre aquillo, que podemos.

20 — Pello que dou muitas graças pellas merces, que me tem feito, taõ conforme a sua divina vontade, que se for servido em outra prizaõ mais apertada, que esta, estarei athe o dia do juizo, porque sei, que se elle assim o ordenar, dará o necessario pera taõ comprida viagem. E se hoje for servido q̄ lhe demos a vida, que pera o servir nos tem dado, pera sempre lhe darei muitas graças, estando certo, que de qualquer maneira, ainda, que indigno peccador nos não desempara; & assim digo com o Profeta, *Et factus est dominus refugium pauperi, adjutor in tribulatione*. Tomemos por refugio a Christo JESU Nosso Senhor, aquelles, que por seu amor deixãdo as cousas deste mundo, nos fazemos pobres, por fiel ajudador na tribulaçaõ, acodindo sempre: *Pro tempore opportuno*, como fidelissimo amigo.

21 — Assim fallava nesta carta. Alli depois de quinze dias. ouve licença pera dizer Missa. Desta merce de Deos diz em outra carta: O

Governador, que nos tem a seu cargo, me hã feito por via de seu pay Miguel algumas caridades, & a principal foi, que pedindolhe por via de seu pay, nos desse licença, pera dizer Missa, mandou dizer pellos guardas, que nos deixassem fazer tudo, o que tocava ao officio, obrigação de Padres, mas com cautela, que ninguem entre dentro; assim hoje dia do Espirito Sancto dissemos a primeira Missa, com o favor divino iremos continuando.

22 — Athe nisto nos quis o Senhor consolar, seja elle bemdito. Por nenhum cazo querem, que fallemos com pessoa alguma, sobre isto fazem grandes extremos. Mas de quando em quando há seus furtos, assim às escondidas confessei alguns, hoje bautizei hum menino, meu companheiro outro. Espero em o Senhor, que já, que o demonio por seus ministros nos faz tanta guerra, tambem em quanto temos vida, lha avemos de fazer em todas as occasiões, que se offercerem.

23 — Assim como isto escrevia, o poz por obra, pedindo emprestados os ornamentos, que lhe avião tomado; levantou / (Pág. 346) vantou altar no carcere, que seria em quadro como dezoito palmos, & disserão Missa athe segunda feira depois do domingo da Trindade, em que deraõ por Christo suas vidas. Por industria do guarda Damiaõ, enganando aos mais, alguns Christaõs se puderaõ confessar, & ouvir Missa com grandissima consolação sua, & dos Padres: athe alguns dos guardas depois a vieraõ a ouvir.

CAPITULO XXIV

De como foi martyrizado, & mais cousas, que nisto passaraõ

1 — Chegou o dia vinte, & dous de Mayo. Avendo ditto Missa antes da menhaã, disse o Padre Frey Pedro ao Padre João Bautista: Meu Padre da minha alma, a Missa, que acabei agora de dizer, será a ultima de minha vida. Respondeo o Padre Bautista: Seja o Senhor bemdito, que o mesmo sentimento avia tido estes dias em minha alma, & lho queria dizer, pera darmos graças a sua divina Magestade.

2 — Viose logo, o effeito desta divina revelação, porque no mesmo dia veyo ao carcere o Governador Tomonanga Lino com as novas do

martyrio. Chamou a Leaõ, & sem dizer nada, entrou com elle dentro no carcere, esteve conversando com os Padres, sem se atrever, a dar o avizo, que trazia. Tornouse a sahir cheyo de tristeza, & disse a Leaõ, como avia chegado da Corte a final sentença, & que naquelle dia aviaõ de morrer, mas que era tal o seu sentimento, que não tinha animo, pera lho declarar.

3 — Tornou logo a entrar dentro, & se deteve só fallãdo com os padres por espaço de meya hora, não se soube, o que passou nesta pratica mais, que o que depois contou Tomonanga. O Padre Frey Pedro disse, q̃ em todas suas Missas, & oraçoens avia muito tempo, que não pedia a Deos outra merce, senaõ esta. O Padre Joaõ Bautista disse: Que tres dias foraõ os de maior alegria, que tivera em sua vida: Hum quando foi recebido na Companhia, outro, quando foi prezo em Goto, & o terceiro este em, que lhe deraõ taõ boa nova.

4 — Eu / (Pág. 347) Eu venho, disse Lino, com grande dor minha, a darlhe a vossas Reverencias a triste nova, de que hoje haõ de ser mortos, por prégarem o Evangelho, & vossas Reverências se mostraõ alegres? Digame, senhor, disse entaõ o Padre Joaõ Bautista: se o Emperador lhe dera hum grande estado, & de muita renda, teria sentimento, ou alegria! Claro he, que tudo seria alegria, pois muito maior ha de ser a nossa, porque estamos certos, que o Senhor por meyo desta morte nos hã de dar o Reyno eterno, que com tantos trabalhos, & ansias procuramos aver. Isto viemos buscar a Iapaõ, isto nos fez padecer tanto; & por ver nossa felicidade taõ perto de nos nos alegramos, & nos parece ver em vossa merce hum Anjo do Ceo.

5 — Maravilhandose Lino desta reposta, disse: Por ventura, Padres, aveis visto essa gloria com os olhos, pois no mundo todo não hã nova de mais tristeza, que a morte? Temos, respondeo o Padre, outra mais certa vista, & mais clara, que a dos olhos, a qual nos não pode enganar. Dizeinos, Senhor, que genero de morte hã de ser? Não sei, respondeo Lino, não tendo animo para lho dizer, não sei, senaõ, que hoje ha de ser. Replicou o Padre: Pergunto isto, porque já, que hemos de morrer, quizemos, que o Sacrificio fora mui solõne, & que nos foraõ cortando mēbro a membro todo o corpo, por amor de Deos, como fizeraõ aos Martyres antigos, por ser a causa a mesma.

6 — Com isto ficou o Governador como assombrado; & o Padre Frey Pedro a modo de quem esperta de huma profunda meditação,

levantou a vóz, & disse: Alleluia, Alleluia. Com isto se apertou delles o Governador. O effeito destas praticas foi converterse depois, & ser glorioso Martyr do Senhor, como se conta nas Relações das perseguições, & Martyrios de Iapaõ.

7 — Ao despedirse, Ihes disse, que de tarde voltaria: Entaõ os servos do Senhor pondose de joelhos, disseraõ com grande devaçãõ o Te Deum Laudamus. Fizeraõ profunda oraçãõ. Naõ Ihes cabia a alegria nos coraçõens, desabafava em suavissimos colloquios fallando com hũ Crucifixo, de que os guardas, & os mais, que os viaõ, grandemente se admiravaõ, como de cousa desacostumada. Confessaraõse logo, tomaraõ huma larga disciplina, rezando, & cantando alguns Psalmos.

8 — Lo-/(Pág.348) Logo o Padre Frey Pedro escreveu huma carta a hum Religioso da sua ordem, em que se despedia. O Padre Joaõ Bautista escreveu outra ao veneravel Martyr Padre Sebastião Vieyra, que estava naõ longe daquelle lugar, o qual diz assim: Pax Christi c. Agora, meu Padre, me deraõ a alegre nova do martyrio, morro mui confiado, consolado, pois he pello bom JESU, Ihe dou muitas graças, porque ainda, que indigno, me ha querido fazer esta merce.

Joaõ Bautista.

9 — Preparados os bemaventurados servos do Senhor nesta forma, esperavaõ por instantes a hora, quando chegaraõ ao carcere os executores da sentença com quatro Capitaõs, hum em nome do Governador de Nangazaqui, os tres em nome de Omuradono senhor dos estados de Omura. Hum destes era Tomonangalino. Mandaraõ fazer de cear pera si, & pera os Padres, mas os Padres responderaõ, que esperavaõ outra mais alegre cea, & cea eterna.

10 — Mandou o Padre Joaõ Bautista dar as graças aos guardas pello trabalho, que com elles aviaõ tido. A Damiaõ deraõ os dous algumas cousas de devaçãõ. Tornaraõse a reconciliar, & a dizer as laidinhas invocando com especial jubilio os sanctos, a quem brevemente esperavaõ ver; & tomando cada hum seu Crucifixo nas mãos, assim armados foraõ sahindo pera o lugar do martyrio, que era hum outeiro distante do carcere como hum quarto de legoa; o qual fora primeiro consagrado a certo idolo de Iapaõ, mas depois o foi à Sancta Cruz, & feito cemeterio de Christaõs; porque o Governador Lino o escolheu pera isto, dizendo, que era bom lugar, pera depois se edificar Igreja em honra dos Sanctos Martyres.

11 — Acodiraõ infinitos Christaõs a taõ glorioso espectaculo, sem medo algum dos gentios. Hiaõ os Padres no meyo de muitos soldados armados. Os Christaõs, que os viaõ, choravaõ desfazendose em lagrimas. Os Padres hiaõ cantando Psalmos, & às vezes diziaõ palavras de alento aos Christaõs, com grande espanto dos gentios. Chegando ao lugar do martyrio, começou o Padre Frey Pedro, a querer, fazer huma pratica; porem chegando recado, que se entendeo, ser de Omuradono, que encuberto se quis achar presente; disse o Padre Joaõ Bautista pera o Padre Frey Diogo: Eya Padre meu, esta chegado o tempo.

12 — Tor/(Pág. 349) Tornaraõse a reconciliar terceira vez; & abraçãdose, se convidaraõ hum ao outro pera os bens eternos, despediraõse dos Christaõs em voz alta, apartandose cada hum pera sua parte. Entaõ olhando ambos pera o Ceo, se sorriraõ hum pera o outro dizendo naõ sei, que palavras, que os Christaõs naõ entenderaõ.

13 — Neste passo chegou Damiaõ, que com tanto amor servira no carcere aos Padres, trazia duas esteiras linpas dizendo, que suas Reverencias se puzessem nellas, pera, ã as cabeças depois de cortadas, naõ cahissem no chaõ: mas os Padres ambos disseraõ, que pois o corpo era de terra, & nella se avia de tornar, que melhor lugar pera elles era a terra nua. Por tanto naõ aceitando as esteiras, se puzeraõ ambos em terra de joelhos. Logo foi mandado a dous homens nobres, que lhe cortassem as cabeças, porque no Japaõ semelhantes pessoas naõ se entregaõ a algomez, que as matem. Cortaraõ em primeiro lugar de hum golpe a cabeça ao Padre Frey Pedro, porem ao Padre Bautista, perturbandose o matador, errou o golpe, & cahio com elle em terra, tornou-se o Padre a levantar com grande animo, dizendo duas vezes JESUS, segundou o golpe, e nem deste o acabou, deulhe o terceiro, & entaõ cahindo a cabeça em terra, se foi o espirito a gozar de seu criador.

14 — Todos notaraõ, que sendo a catana, que era do Tono, o Senhor, mui boa, & o matador muy destro, lhe naõ cortasse a cabeça senaõ de tres golpes, cousa rara em semelhantes occasioens. Diziaõ que parecia, ter Deos ouvido o sancto dezejo, que o Padre tivera, de que seu corpo no martyrio fosse cortado membro por membro.

15 — Levantaraõ os Christaõs hum grande alarido, acodindo ã porfia a venerar seus corpos, & recolher alguma reliquia. Athe os gõtios executores deste martyrio, choraraõ, dizendo, que os Christaõs

tinhaõ rezaõ, no que faziaõ, & que naõ podia, deixar de ser mui sancta a ley, por quem seus professores morriaõ taõ alegres. Como os Christaõs huns sobre outros se lançassem a venerar os sanctos corpos, disse o Capitaõ, que assistia em nome do Governador de Nangazaqui, a hum seu criado Christaõ, que fizesse o mesmo, porque se avia salvaçaõ, naõ podia deixar de a ver na ley, em que morriaõ aquelles Padres, que assim o mostrava a segurança, com que tinhaõ offerecido suas vidas

16 — Os / (Pág. 350) 16 Os Christaõs, huns tomavaõ parte dos vestidos, outros cortavaõ parte dos cabellos, outros a terra, pedras, hervas, que estavaõ orvalhadas com o sangue. O seminarista Leaõ recolheu muito sangue do Padre Joaõ Bautista, de cujo lado nunca se apartou, ensopou no sangue huma toalha, & seus proprios vestidos Tinha preparado dous cayxoens, pera se enterrarem os dous corpos, segundo costume de Iapaõ. Huma devota Christã chamada Magdalena trouxe huma pessa de linho, pera envolveo o corpo do Padre Joaõ Bautista. Quizera logo Damiaõ. metelos em huma cova, porem foi tal o pezo da gente, que carregava aos venerar, que naõ se pode isto fazer.

17 — No dia seguinte vieraõ mais de cem pessoas da parte do Governador. Fizeraõ huma boa parede de pedra ao redor da cova concertaraõ tudo mui limpamente, & lhe puzeraõ vigia; parte, como se creio, por veneraçãõ dos sanctos Martyres, aquem todos, ainda os que tinhaõ faltado na fé, veneravaõ, parte, porque os Christaõs os naõ viessem tomar.

18 — Cuidaraõ os gentios espantar com estas mortes aos Christaõs, mas enganaraõse, porque cobraraõ maiores animos. Os que tinhaõ faltado na fé, entraraõ em dezejõs de fazer penitencia. O concurso a vizitar o sepulcro, hia crescendo de cada ves mais, naõ só do estado de Omura, mas de outras partes distantes, por mais prohibiçoõs, que Omuradono lhe punha, mandando, que ninguem os hospedasse em sua caza, nem lhes desse embarcaçoõs. O Governador de Nangazaqui sabendo, que os daquella Cidade, hiaõ vizitar o sepulcro, mandou por em lista, os que tinhaõ ido, pera com isto os atemorizar; porem sabendo os mesmos Christaõs, que o Regedor dera hum papel firmado do seu nome, em que dizia, que nenhum do seu districto, fora vizitar os martyres, entraraõ em escrupulo, se estavaõ obrigados,

a ir confessar, que na verdade tinhaõ ido, por naõ parecer, que enco-briaõ sua fé.

19 — Athe huma tia de Omuradono, grande Christã, foi fazer veneraçãõ ao sepulcro, do q̃ muito se mostrou s̃tido seu sobrinho, dizendo, que o punha a perigo de perder seus estados: ao que ella respondeo, que se matasse mais Padres, em especial da Companhia, de que elles/ (Pág. 351) les todos eraõ filhos em Christo, ella em pessoa havia de sahir a morrer com elles.

20 — O moço Leaõ, depois de martyrizarem aos dous Padres, fez grandes instancias, pera que o prendessem, & assim o fizeraõ. Os Padres Frey Affonso Navarrete da ordem de Saõ Domingos, & Frey Fernando de Saõ Jozeph da ordem de Sancto Agostinho entrãdo em sancto fervor passaraõ a Omura, onde, por serem Prégadores do Evangelho, foraõ prezos. Assim estas prizoens, como o concurso ao sepulcro dos dous Martyres puzeraõ em grande cuidado a Omuradono, de que o Xogũ o tomaria muito a mal, por haver tandos Padres do seu estado.

21 — Querendo pôr a isto remedio com segredo, por naõ haver estes concursos publicos, que faziaõ as cousas mais soadas, mandou, que os dous Padres de novo prezos fossẽ levados a certa ilha dezerta, & que alli em outra embarcaçãõ conduzissem a Leaõ, & aos caixoens em que estavaõ enterrados os corpos dos Padres Frey Pedro, & Joaõ Bautista.

22 — Foi voz comua, que quando se abrio a cova, em q̃ estavaõ, se viraõ no ar muitos resplandores. Outras pessoas, que vinhaõ de Nangazaqui a visitar este sepulcro, viraõ decer sobre elle do Ceo duas estrellas. Estas estrellas viraõ por muitas vezes assim os Christaõs do lugar, como os guardas, q̃ vigiavaõ sobre aquellas sepulturas. Em dous de Junho andando os Christaons em seus barcos como em vigia, pera se acharem ao martyrio, tanto que sahio o barco o segui-raõ, mas elle velejou, & remou tanto, que brevemento o perderaõ de vista.

23 -- Em huma ilha dezerta os degolaraõ a todos tres, os dous Religiosos, & Leaõ. Logo abriraõ õs caixoens, em que estavaõ os corpos dos Martyres, no do P. Joaõ Bautista meteraõ ao Padre Frey Affonso Navarrete: no do Padre Frey Pedro o corpo do Padre Frey Fernando. Taparaõnos outra vez, & lhes ataraõ grandes pedras, &

lançaraõ no mar. O corpo de Leaõ envolveraõ em huma esteira, & atandolhe tambem pedras, o lançaraõ no fundo; & se voltaraõ, a dar conta de tudo a Omuradono.

24 — Tanto que os Christaõs de Nangazaqui souberaõ, o que havia passado, com grande numero de embarcaçoens cheas de homens & molheres, com notavel devaçãõ, & lagri —/(Pàg. 352) lagrimas fize-raõ exquisitissimas diligencias com redes, & fateyxas, & outras muitas invençoens, pera tirar os sanctos corpos. Nisto trabalharaõ muitos dias, estando outros em oraçaõ na praya, pedindo a Deos lhos descobrisse. Havia em todos grande fervor, & lagrimas. Neste tempo comecaõ as chuvas, que em Iapaõ saõ mui molestas, & continuas, por esta causa foraõ obrigados, a se retirar mui tristes, por naõ haver descuberto, o que dezejavaõ. Da-hi a dias, os quis o Senhor consolar, porque apodrecendo as cordas, veyo assim das ondas o cayxaõ, em que estavaõ os corpos dos Sanctos Martyres Frey Pedro, & Frey Fernando, o qual os Christaõs recolheraõ logo, como precioso thesouro, & o levaraõ occultamente a Nangazaqui.

25 — Foi a ditosa morte do Padre Joaõ Bautista em Cori aos vinte, & dous de Mayo de mil seiscentos, & dezasete. As casas, em que naceo, & se criou na ilha terceira, ainda hoje saõ conhecidas, & o feraõ, por quanto saõ as unicas de seculares, que continuaõ com o circuito, em que estã o Collegio da Companhia, que com ellas forma huma ilha, conforme costumamos chamar aos edificios discontinuados por todas as partes dos mais, & por serõ de morgado athe o presente vaõ continuando em seus parentes. Iunto à pia da Sé, onde foi bautizado, se lhe poz sua imagem pera memoria perpetua. Sua vida escreve o Padre Philippe Alegambe no volume, que intitula Mortes illustres. O Padre Pedro Meraõ da nossa Companhia na Relaçãõ, ã imprimio destas cousas do Iapaõ; assim mesmo outros muitos que cita o Padre Alegambe. Tambem delle faz mençaõ o Agiõlogio Lusitano, & o nosso Padre Francisco Vieyra em huma relaçaõ manuscrita, que se conserva no Cartorio de Coimbra.

N O T A S

O Padre João Bautista Machado ou Tavora . . . (pág. 146)

O apelido Tavora, como nota Ernesto do Canto *Archivo dos Açores*, I-246) é-lhe dado com pouca propriedade. Ninguém na sua ascendencia o usou e apenas uma tia paterna, Catarina Vieira, foi casada com Bernardo de Tavora, não sendo de presumir que o sobrinho o fosse buscar a um parente por afinidade.

Cardim no *Fasciculus* é que diz *quem alijvocant de Tanora*, e Alegambe nos *Mortes illustres qui & Maciadus & Tanora dictus est*, sem explicarem o motivo.

Cordeiro, Jorge Cardoso e Guerreiro chamam-lhe sómente João Baptista Machado, o que está de acordo com o testamento feito ao sair da Terceira, *Archivo* loc. citado).

teve por patria a Cidade de Angra na Ilha Terceira.. (pág. 146)

Não diz o Padre Franco nem nenhum dos autores consultados a data no nascimento do Beato João Baptista Machado, limitando-se a da-lo com 16 anos quando saiu de Angra e entrou na Companhia.

O Padre Cordeiro, talvez segundo noticias colhidas na Terceira, fixa o ano de 1582, sem indicar mês nem dia, ano que está de acordo com a idade atribuida pelos outros biógrafos.

O livro de termos de batismo, que permitiria esclarecer o assunto, não se encontra no arquivo paroquial da Sé onde, todavia, ainda estava ha uns 40 ou 50 anos, segundo informações fidedignas. Quando se deu pela falta procedeu-se a buscas e investigações para descobrir o seu paradeiro, sem nada se conseguir.

Seus pais que erão nobres e ricos . . . (pág. 146)

Da ascendencia, tanto paterna como materna, tratam o Padre Cordeiro, copiosa e diffusamente, na *Historia Insulana* (pág. 424) e Eduardo de Campos da Castro de Azevêdo Soares na *Nobiliarchia da Ilha Terceira*, (II,-433 da 1.^a edição Braga 1908).

Segundo este, no século XV passaram à Terceira Diogo Alvares Vieira e sua mulher Beatriz Anes Camacho, gente nobre e abonada que se fixou na então Vila de Angra onde instituiu a capela de Jesus da Sé.

O casal teve um filho, Alvaro Dias Vieira, que foi juiz ordinário em Angra em 1544, casou com Catarina Martins Carneiro e instituiu um vinculo com capela de São João Baptista, pequena ermida na esquina da Rua da Sé para a Rua de São João, do lado da Praça, onde todos os anos, no dia próprio, a nobreza da cidade fazia, com grande pompa, a festa do Santo Precursor e vem marcada no desenho de Linschot de 1595 publicado na sua *Histoire de la Navigation* — Ha cerca de um século a capela foi profanada e no seu lugar construida uma casa de habitação.

Uma filha destes, Brança Dias Vieira, casou com Domingos Vieira, o Rico, ou Fernandes como lhe chama o P.^e Cordeiro, dos quais nasceu Cristovão Nunes Vieira, que casou com Maria Cota da Malha, filha de outra do mesmo nome, e de seu marido Manuel Machado de Barcelos e neta de Pedro Cota da Malha, que, em fins do seculo XV ou principios do seguinte, veio da Madeira estabelecer-se em Angra onde foi Capitão de Ordenanças tendo casado com Catarina Nunes Vieira (Azevedo Soares I-341).

Cristovão Nunes Vieira e Maria Cota da Malha tiveram quatro filhas, Branca Vieira Machado, Catarina Nunes Vieira, Maria Cota da Malha e Barbara Machado Vieira, e um filho varão, o Beato João Baptista Machado.

Na *Nobiliarchia* diz-se que Pedro Cota da Malha foi Escudeiro da Casa Real e Cavaleiro de Cristo, vereador da Camara de Angra, lugar que exercia em 1534 e Capitão de Ordenanças, tendo tomado parte na batalha da Salga, em que foram derrotados os castelhanos, e vivido na Terceira com grande fausto e riqueza, onde fez testamento de mão comum com a mulher em 1557 e faleceu em 1560.

Não diz o autor como nem onde obteve estas informações, mas a serem verdadeiros os outros factos, não podia ter tomado parte na batalha da Salga que foi em 1581, isto é, 21 anos depois da data assinalada para a sua morte. Do livro fez Azevedo Soares 2.^a edição em 1944 e nela manteve o que dissera na primeira.

Curioso é que em erro semelhante caíram o P.^e Jerónimo Emilia-

no de Andrade na *Topographia da Ilha Terceira*, II-120, e Felix José da Costa na *Memória sobre o terramoto*, pág. 6, que Ferreira Drumond rectifica a pág. 221 do vol. I dos *Annais da Ilha Terceira*, dizendo não se encontrar mencionado em nenhum documento.

A nosso ver deve ter havido confusão com outro individuo do mesmo nome, a quem Drumond no volume citado, a pág. 350, chama o Mõço, que tomou parte na defeza da ilha contra a expedição do Marquez de Santa Cruz em 1583, e por isso foi enforcado.

Na relação de pessoas justicadas enviada pelo próprio Marquez a Filipe II, lê-se: «Pedro Cote (sic), Capitão de D. Antonio y publico amotinador que tenia a su cargo una trinchea, fue aorcado y condenado en perdimento de benes y conforme al primero» (*Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, III-143).

Manuel Machado de Barcelos era da familia do navegador Pedro de Barcelos, que se ligou aos Machados.

A capela da Sé, que a *Nobiliarchia* dá como instituida por Diogo Alvares Vieira, deve ser a terceira a contar da entrada, no lado do Evangelho. (Senhor Jesús dos Aflitos), a que se refere Garrett no seu testamento (Gomes de Amorim, *Garret*, Lisboa 1884, III-666), pois a outra da mesma invocação, conhecida pela do Senhor Jesús Velho, ao fundo da nave do lado oposto, onde hoje está uma imagem de Nossa Senhora de Lourdes e antes esteve uma de Cristo Crucificado, guardada na sacristia dita dos Cónegos, feita, segundo é tradição, por um escultor terceirense, possivelmente aquele a que se refere Gaspar Frutuoso nas *Saudades da Terra*. (Arquivo da Universidade de Lisboa, IV-), residente em Santa-Barbara, escultura aceitavel embora longe de perfeita, pertenceu à familia Canto e Castro, cujo brazão de armas se acha esculpido no arco de pedra.

É de presumir que em 1577 ainda não estivesse concluida, porque João da Silva do Canto, falecido nesse ano, foi enterrado na capela-mor (Drumond. *Anais*, I-175).

tratouse de tomar estado cõ huma senhora
de igual nobreza (pág. 146)

Cordeiro não fala no projecto de casamento, e dá-o como tendo partido para o continente com seu primo Cristovão Lemos de Mendonça, que o P.^e Franco omite.

Acerca da influência deste no animo de João Batista Machado, Cordeiro informa o contrário de Franco: — «& tão religiosamente procedeo no Noviciado, que tendo entrado com elle hũ seu primo, & persuadindo este ao Santo que se sahisses da Religião, o Angelico João nem fallarlhe, nem ouvillo quiz jamais; & o primo deyxando a Companhia, experimentou depois gravissimos perigos & foy aquelle Christovão de Lemos de Mendonça, & pay do Primás do Oriente. Arcebispo de Gôa, Dom Frey Christovão da Silveira, de quem acima já fallamos».

Sendo este o companheiro e verídico o episódio narrado pelo Pe Franco, a senhora devia ter sido Inez Silveira Borges filha de Guilherme Silveira Borges e de sua mulher Inez Gomes de Avila, neta de João Silveira e bisneta do nobre flamengo Guilherme van der Haagen (Dr. João Teixeira Soares e Sousa, *Os Silveiras dos Açores*, Caheta. São Jorge. 1918), pois foi com ela que veio a casar Cristovão de Lemos de Mendonça.

passou pois a Portugal.... (pág. 147)

Antes de embarcar para Lisbôa fez testamento em 18 de Março de 1597, publicado no Archivo dos Açores, I-259, do qual se transcreve o seguinte: — «Em nome de Deus, Amen. Saibam quantos este instrumento de testamento e ultima vontade deste dia para todo o sempre virem, que estando eu João Baptista Machado em meu perfeito juizo, que Deus me deu são, por estar de embarcação para a Cidade de Lisboa e por recear os perigos do mar quis fazer esta cédula de testamento e declaração da minha ultima vontade.....

Mando que estes meus legados que mando fazer se farão da terça parte da fazenda que herdei de minha legítima por morte de meu pai que Deus tem, na qual tomo em minha terça na terra que está em Vale de Linhares, que traz de arrendamento Mateus Vaz, que directamente me couber assim nos bens de raiz como nos rendimentos que se acharem que tenha de minha fazenda dos anos passados até hoje, e depois de pagos os legados atraz ditos, todos os mais remanescentes da dita minha terça deixo livremente a minha mãe Maria Cota da Malha e por sua morte ficará a dita terça a Manuel do Rêgo da Silveira e sua mulher, e sendo caso que o dito Manuel do Rêgo da Sil-

veira morra e sua mulher, quero e sou contente que fique a dita terça a D. Catarina minha irmã, e sendo caso que a dita D. Catarina morra quero e sou contente que fique a dita terça a D. Barbara, minha irmã, e daí em diante irá correndo sua linha direita com obrigação de mandarem dizer, aqueles que comerem a dita terça e cada um ano, pela alma de meu pai.

Declaro que minha tia Catarina Nunes Vieira me deixou um terço de sua fazenda, o qual, levando-me Nosso Senhor para si, nomeio nele minha mãe Maria Cota da Malha, porque possa em sua vida comer os rendimentos do dito terço e por sua morte nomear quem ela quizer. .

(*) Como no *Archivo* não foi reproduzida a ortografia do original, julgamos preferível modernisa-la.

Noviciado em Lisbôa na каза de Campolide (pág. 147)

A respeito do noviciado em Campolide diz o Padre Francisco Rodrigues S. J. na *Historia da Companhia de Jesus na Assis-tencia de Portugal*. Tomo 2.º vol. I, Porto 1939, pág. 205: — «Não demorou nesta Quinta de Campolide o Noviciado mais de seis anos. No de 1603 se suspendeu, repartindo-se os noviços pelos Noviciados de Evora e Coimbra para se poderem empregar os rendimentos da fundação de Fernão Teles na construção do edificio.

Nesse breve espaço de tempo, foram educados naquela casa homens de grande lustre para a Companhia de Jesús e para as missões de alem-mar. Sobressairam entre todos João Batista Machado e Cristovão Ferreira mártires do Japão, Antonio de Andrade explorador do Tibet, Pedro da Rocha e Paulo Rodrigues lentes universitários, os quais todos foram do numero dos primeiros quinze».

Erão, por todos, quinze os da Companhia que no tal
ano fizerão esta viagem (pág. 147)

Em 1601 partiram quinze missionários repartidos tambem por duas naus. A primeira, que transportava nove, chegou ao Oriente.

Entre elles contavam-se o mártir do Japão João Batista Machado, nobre açoriano, e dois apóstolos da China altamente beneméritos, Feliciano da Silva e Manuel Dias, matemático. A outra nau arribou, mas os seis missionários juntaram-se animosos à leva de 1602.

(Padre Francisco Rodrigues S. J. *Historia da Companhia de Jesus na Assistencia de Portugal*, vol. II, pág. 480, citado).

Estudou Philosophia em Gôa (pág. 147)

Em 7 de Dezembro de 1605, estando em Gôa no Collegio de São Paulo, com assistência e autorisação de reitor, Padre Francisco da Cunha, «por ser religioso e não haver mister dos bens do mundo», fez doação pura e irrevogavel à mãe dos usufrutos da terça deixada por seu avô Diogo Fernandes, dos bens deixados por sua tia Catarina Nunes, da legitima paterna e ainda dos que lhe viessem a tocar por morte da donataria. A doação abrangia apenas o usufruto, que a mãe devia por sua morte transmitir áquela das filhas que entendesse mais necessitada, nas mesmas condições.

A escritura foi lavrada pelo tabelião de Gôa Gaspar Martins, cuja assinatura foi reconhecida pelo Licenciado Francisco Monteiro de Vilar, do Desembargo d'El-rei, seu desembargador & ouvidor geral do civil com alçada, e juiz das justificações.

Acha-se publicadã no *Archivo dos Açores* I-260.

Aprendeo a lingua da terra no Collegio de Arima (pág. 147)

Segundo alguns autores foi excepcionalmente conhecedor da lingua japonêsa.

Jorge Cardoso diz no *Agiologio*: — «E para cõ maior facilidade Euangelizar a Palaura divina naquellas partes, aprêdeo a lingoa no Collegio de Arima, & saio nella tam destro e perito, ã de ninguem era julgado estrangeiro».

Bartolomeu Guerreiro informa, por seu turno, na *Gloriosa Corôa*: «E no anno de 1609 passou a Iapão em satisfação de tão continuados e fervorosos desejos. No Collegio de Arima se fez tão destro e mui pratico na lingua Iaponesa &, por tão douto nella, foi a Meaco»....

As casas, em que nasceo & se criou na ilha teroeira.....(pág. 162)

Moravam os pais na Rua da Esperança hoje crismada oficialmente de Rua do Dr. Eduardo Abreu.

Sobre qual fosse a casa não estão de acordo Cordeiro e o Padre Franco, pois aquele diz que foi demolida com outras para em seu lugar se construir o Colégio dos Jesuitas, e este que foi a única que ficou fóra.

Não parece exacta a notícia de Franco, porque junto ao Colégio não ha, nem se mostra ter havido, casa alguma até à Rua da Miragaia ou da Natividade, actual Rua do Duque de Palmela, que já então existia e se acha traçada no desenho de Linschot (1595).

Uma tradição local, não confirmada porém até agora documental-mente, diz ser a casa N.º 6 da Rua da Esperança.

Junto à pia da Sé, onde foi bautizado, se lhe
poz sua imagem... (pág. 162).

O Padre Cordeiro fala tambem num retrato que existia no Baptistério da Sé e, bem assim, numa reliquia vinda para a Terceira.

«Ao que tudo acrescento, que em a Santa Sé da Cidade de Angra, na Capella do Bautisterio, está posto o retrato deste Veneravel Martyr, por alli ter sido bautizado» . . (pág. 422).

. . . «& emfim acharseha, que por huma Reliquia do vestido deste Santo, que foy à Cidade de Angra, sua patria, obrou Deos muytos milagres» . . . (pág. 424).

Nem o retrato nem a reliquia ainda se encontraram e apenas daquele ficou memória na tradição.

& o nosso Padre Francisco Vieyra em huma relação manuscrita que se conserva no Cartorio de Coimbra (pág. 162)

A carta do Padre Francisco Vieira, publicada no Memorial já referido, foi escrita, como nela se diz, apressadamente em Macau, em 14 de Novembro de 1617, por Jeronimo Rodrigues por comissão do Visitado Francisco Vieira e narra os martírios que houve no Japão de

Março a Outubro de 1617, mais particularmente o do Padre João Batista, português.

Segundo a narração os caixões para os corpos foram levados por Damião.

*

O Padre João Batista Machado foi beatificado, com outros mártires, em 1867 pelo papa Pio IX, no Breve *Martyrum rigate sanguine* de 7 de Maio (Fortunato de Almeida *Historia da Igreja em Portugal*, Tomo III. Parte 2.^a pág. 732). A sua comemoração realisa-se no dia 25 de Fevereiro.

Nos dias 29 e 30 de Abril de 1876 o bispo D. João Maria do Amaral e Pimentel estabeleceu solenemente o seu culto na igreja do antigo colégio dos jesuítas da cidade de Angra do Heroísmo, onde se colocara num dos altares laterais do lado do Evangelho, a imagem do Beato e onde, por iniciativa da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, erecta no mesmo templo, se fundou uma confraria.

No dia 29 benzeu-se a imagem e cantaram-se Vesperas.

No dia 30 de manhã celebrou o bispo missa, de pontifical e recitou uma homilia. A' tarde prégou o famoso orador sacro Conegó Rogério da Costa, vigário da freguesia da Conceição, houve procissão com a imagem, em que se incorporaram confrarias e ordens terceiras de toda a ilha, uma força da guarnição, o bispo e autoridades civis e militares, percorrendo diversas ruas da cidade, e, por fim, depois de recolher à igreja, *Te Deum*.

Como fosse grande a sêca e principiasse a chover quando a procissão ia no Alto das Covas no regresso à igreja, foi o facto considerado miraculoso.

O culto estendeu-se por outras igrejas da ilha e do arquipélago, mas em São Miguel e na Terceira foi onde teve maior esplendor.

Embora o culto nunca se tivesse popularizado, diversas homenagens, de character não eclesiástico, foram prestadas ao Santo. O seu nome foi dado ao orfanato que a Irmandade de Nossa Senhora do Livramento fundou em 1899 em Angra e se instalou no antigo solar dos Remédios da familia Canto e Castro. Ventura Henriques da Silva, professor official nas Capelas da ilha de São Miguel, compôs a música de um hino — *O Martir Açoriano* — cuja letra é do Padre Egas

Monis (Conego José A Pereira. *Padres Açorianos*) e José Maria Leite Pacheco escreveu uma peça teatral, especie de mágica nos moldes dos *Milagres de Santo António*, intitulada *O Martir do Japão* representada por amadores no Teatro Angrense.

Em 1917 celebrou-se o centenário da sua morte com solene festa religiosa na igreja do Colégio, e o bispo, D. Manuel Damasceno da Costa lançou a primeira pedra de um monumento no adro, que, todavia, até hoje se não levantou. Notícias das festas de 1876 na Terceira e São Miguel encontram-se na *Boletim Eclesiástico da Diocese*.

No Breviario Romano acha-se o officio próprio para a diocese de Angra e dele extraímos o seguinte: —

«Die XV Februarii BB Joannis Baptistae Machado e Societ. Jesu et Sociorum Mart. Duplex Omnia de Comm, plur. Mart. praeter sequentia: «Oratio. — Auxilium tuum nobis Domine, quaesumus placatus impende, et intercedentibus beatis Martyribus tuis Joanne Baptista e Sociis ejus dexteram super nos tuae propitionis extende. Per Dominum.

In j Nocturno Lectiones de Scriptura occurrente. In Quadragesima: Fratres. Debitores. In II Nocturno. Lectio IV—Joannes Baptista Machado de Tavora in Tertia Azorum insula, nobili genere natus, Lusitaniam petit adolescens, ac Deo in Societate Jesu, per quam confidebat sibi adiutum ad Japones pátere aliquando posse, totum se dedit Votos compos effectus Fuximi primum substitit paulisper, plures deinde annos exigit Nangasáchii: quo tempore aetate ac viribus multorum valens parochi munus ita gessit, ut solus multorum instar esset. Demume in insula Goto captus, atque Omuram deductus in carcere conjicitur, ubi jam tenebatur sacerdos Franciscanus Petrus ab Assumptione per eosdem dies similiter comprehensus. Damnati ambo ad mortem cum pervenissent at supplicii locum, sese mutuo amplexati sunt; moxalter ab altero paulo direpti prociderunt in genua sublastique in coelum oculis ac manibus, cervicem barbaro acinaci proebuere im decimo Kalendas Junii, anno milesimo sexcentesimo decimo setimo.

R. Sancti Tui.

Lectio V—Aderat triumphi sepectator Leo Tánaca Societatis catechista, qui operam navare solitus Machado, cum eoque captus, in insula Goto, quamvis daretur facultas fugae, matuerat magistri sortem subire, quam Christi cultum vel in speciem deserere. Ubi vero sibi

tam invidenda mortis gloriano eripiant retardari vidit, magno fletu se miserum ac tanto honore indignum inclamare non destitit. At diu expectandum fortissimo juveni non fuit, ut martyrii cupiditatem expleret. Additus nanique socius duobus aliis quorum alter Dominicanus, alter Agustinianus, in insula deserta Omuriensis provinciae cum iisdem impavidus et prae laetitia gestiens lictori caput objecit; atque ita discipulos magistro suo, decimo post die esse iterum adjunxit.

R. Verbera carnificum.

Lectio VI-Triennio post eadem die qua in Machadum sed longe atrociori tormenti genere saevitium est. Nagasachii in Mathiam Arimensem, et decimo setimo Kalendas Septembris Cocurae in Simionem Quoitam, et ipsis Sociteatis catechistas. Ille, aqua semel, atque iterum stómacho ingesta et per summam vim cum sanguine extrusa inter saevissimos cruciatus constans et álacris expiravit; hic autem regio sanguine clarus, quod Christianam legem suis popularibus, explicaret, una cum Magdalena ejus uxore, acribus hospitibus, jussu principis Bugensis, cruci, capite inverso, suffixus, insigni martyrum corona donatus est.

R. Tanequam aurum in fornace.

In iij. Nocturno Homilia in Evang Descendens, ij loca ix et com, SS. Faustini et Jovitae.

no de Andrade na *Topographia da Ilha Terceira*, II-120, e Felix José da Costa na *Memória sobre o terramoto*, pág 6, que Ferreira Drumond rectifica a pág. 221 do vol. I dos *Annais da Ilha Terceira*, dizendo não se encontrar mencionado em nenhum documento.

A nosso ver deve ter havido confusão com outro individuo do mesmo nome, a quem Drumond no volume citado, a pág. 350, chama o Mõço, que tomou parte na defeza da ilha contra a expedição do Marquez de Santa Cruz em 1583, e por isso foi enforcado.

Na relação de pessoas justicadas enviada pelo próprio Marquez a Filipe II, lê-se: «Pedro Cote (sic), Capitão de D. Antonio y publico amotinador que tenia a su cargo una trinchea, fue aorcado y condenado en perdimento de benes y conforme al primero» (*Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, III-143).

Manuel Machado de Barcelos era da familia do navegador Pedro de Barcelos, que se ligou aos Machados.

A capela da Sé, que a *Nobiliarchia* dá como instituida por Diodo Alvares Vieira, deve ser a terceira a contar da entrada, no lado do Evangelho. (Senhor Jesús dos Aflitos), a que se refere Garrett no seu testamento (Gomes de Amorim, *Garret*, Lisboa 1884, III-666), pois a outra da mesma invocação, conhecida pela do Senhor Jesús Velho, ao fundo da nave do lado oposto, onde hoje está uma imagem de Nossa Senhora de Lourdes e antes esteve uma de Cristo Crucificado, guardada na sacristia dita dos Cónegos, feita, segundo é tradição, por um escultor terceirense, possivelmente aquele a que se refere Gaspar Frutuoso nas *Saudades da Terra*. (Arquivo da Universidade de Lisboa, IV-), residente em Santa-Barbara, escultura aceitavel embora longe de perfeita, pertenceu à familia Canto e Castro, cujo brazão de armas se acha esculpido no arco de pedra.

É de presumir que em 1577 ainda não estivesse concluida, porque João da Silva do Canto, falecido nesse ano, foi enterrado na capela-mor (Drumond. Anais, I-175).

tratouse de tomar estado cõ huma senhora
de igual nobreza (pág. 146)

Cordeiro não fala no projecto de casamento, e dá-o como tendo partido para o continente com seu primo Cristovão Lemos de Mendonça, que o P.^e Franco omite.

Acerca da influência deste no animo de João Batista Machado, Cordeiro informa o contrário de Franco: — «& tão religiosamente procedeo no Noviciado, que tendo entrado com elle hũ seu primo, & persuadindo este ao Santo que se sahissesem da Religião, o Angelico João nem fallarlhe, nem ouvillo quiz jamais; & o primo deyxando a Companhia, experimentou depois gravissimos perigos & foy aquelle Christovão de Lemos de Mendonça, & pay do Primás do Oriente, Arcebispo de Gôa, Dom Frey Christovão da Silveira, de quem acima já fallamos».

Sendo este o companheiro e verídico o episódio narrado pelo Pe Franco, a senhora devia ter sido Inez Silveira Borges filha de Guilherme Silveira Borges e de sua mulher Inez Gomes de Avila, neta de João Silveira e bisneta do nobre flamengo Guilherme van der Haagen (Dr. João Teixeira Soares e Sousa, *Os Silveiras dos Açores*, Calheta. São Jorge. 1918), pois foi com ela que veio a casar Cristovão de Lemos de Mendonça.

passou pois a Portugal . . . (pág. 147)

Antes de embarcar para Lisbôa fez testamento em 18 de Março de 1597, publicado no Archivo dos Açores, I-259, do qual se transcreve o seguinte: — «Em nome de Deus, Amen. Saibam quantos este instrumento de testamento e ultima vontade deste dia para todo o sempre virem, que estando eu João Baptista Machado em meu perfeito juizo, que Deus me deu são, por estar de embarcação para a Cidade de Lisboa e por recear os perigos do mar quis fazer esta cédula de testamento e declaração da minha ultima vontade.

Mando que estes meus legados que mando fazer se farão da terça parte da fazenda que herdei de minha legítima por morte de meu pai que Deus tem, na qual tomo em minha terça na terra que está em Vale de Linhares, que traz de arrendamento Mateus Vaz, que directamente me couber assim nos bens de raiz como nos rendimentos que se acharem que tenha de minha fazenda dos anos passados até hoje, e depois de pagos os legados atraz ditos, todos os mais remanescentes da dita minha terça deixo livremente a minha mãe Maria Cota da Malha e por sua morte ficará a dita terça a Manuel do Rêgo da Silveira e sua mulher, e sendo caso que o dito Manuel do Rêgo da Sil-

veira morra e sua mulher, quero e sou contente que fique a dita terça a D. Catarina minha irmã, e sendo caso que a dita D. Catarina morra quero e sou contente que fique a dita terça a D. Barbara, minha irmã, e daí em diante irá correndo sua linha direita com obrigação de mandarem dizer, aqueles que comerem a dita terça e cada um ano, pela alma de meu pai.

Declaro que minha tia Catarina Nunes Vieira me deixou um terço de sua fazenda, o qual, levando-me Nosso Senhor para si, nomeio nele minha mãe Maria Cota da Malha, porque possa em sua vida comer os rendimentos do dito terço e por sua morte nomear quem ela quizer. .

(*) Como no *Archivo* não foi reproduzida a ortografia do original, julgamos preferível modernisa-la.

Noviciado em Lisbôa na caza de Campolide (pág. 147)

A respeito do noviciado em Campolide diz o Padre Francisco Rodrigues S. J. na *Historia da Companhia de Jesús na Assis-tencia de Portugal*. Tomo 2.º vol. I, Porto 1939, pág. 205: — «Não demorou nesta Quinta de Campolide o Noviciado mais de seis anos. No de 1603 se suspendeu, repartindo-se os noviços pelos Noviciados de Evora e Coimbra para se poderem empregar os rendimentos da fundação de Fernão Teles na construção do edificio.

Nesse breve espaço de tempo, foram educados naquela casa homens de grande lustre para a Companhia de Jesús e para as mis-sões de alem-mar. Sobressairam entre todos João Batista Machado e Cristovão Ferreira mártires do Japão, Antonio de Andrade explorador do Tibet, Pedro da Rocha e Paulo Rodrigues lentes universitários, os quais todos foram do numero dos primeiros quinze».

Erão, por todos, quinze os da Companhia que no tal
ano fizerão esta viagem (pág. 147)

Em 1601 partiram quinze missionários repartidos tambem por duas naus. A primeira, que transportava nove, chegou ao Oriente.

Entre eles contavam-se o mártir do Japão João Batista Machado, nobre açoriano, e dois apóstolos da China altamente beneméritos, Feliciano da Silva e Manuel Dias, matemático. A outra nau arribou, mas os seis missionários juntaram-se animosos à leva de 1602.

(Padre Francisco Rodrigues S. J. *Historia da Companhia de Jesus na Assistencia de Portugal*, vol. II, pág. 480, citado).

Estudou Philosophia em Gôa (pág. 147)

Em 7 de Dezembro de 1605, estando em Gôa no Collegio de São Paulo, com assistência e autorisação de reitor, Padre Francisco da Cunha, «por ser religioso e não haver mister dos bens do mundo», fez doação pura e irrevogavel à mãe dos usufrutos da terça deixada por seu avô Diogo Fernandes, dos bens deixados por sua tia Catarina Nunes, da legitima paterna e ainda dos que lhe viessem a tocar por morte da donataria. A doação abrangia apenas o usufruto, que a mãe devia por sua morte transmitir áquela das filhas que entendesse mais necessitada, nas mesmas condições.

A escritura foi lavrada pelo tabelião de Gôa Gaspar Martins, cuja assinatura foi reconhecida pelo Licenciado Francisco Monteiro de Vilar, do Desembargo d'El-rei, seu desembargador & ouvidor geral do civil com alçada, e juiz das justificações.

Acha-se publicada no *Archivo dos Açores* I-260.

Aprendeo a lingua da terra no Collegio de Arima (pág. 147)

Segundo alguns autores foi excepcionalmente conhecedor da lingua japonêsa.

Jorge Cardoso diz no *Agiologio*: — «E para cõ maior facilidade Euangelizar a Palaura divina naquellas partes, aprêdeo a lingoa no Collegio de Arima, & saio nella tam destro e perito, q̃ de ninguem era julgado estrangeiro».

Bartolomeu Guerreiro informa, por seu turno, na *Gloriosa Corôa*: «E no anno de 1609 passou a Iapão em satisfação de tão continuados e fervorosos desejos. No Collegio de Arima se fez tão destro e mui pratico na lingoa Iaponesa & por tão douto nella, foi a Meaco»

As casas, em que nasceo & se criou na ilha terceira.....(pág. 162)

Moravam os pais na Rua da Esperança hoje crismada oficialmente de Rua do Dr. Eduardo Abreu.

Sobre qual fosse a casa não estão de acordo Cordeiro e o Padre Franco, pois aquele diz que foi demolida com outras para em seu lugar se construir o Colégio dos Jesuitas, e este que foi a única que ficou fóra.

Não parece exacta a notícia de Franco, porque junto ao Colégio não ha, nem se mostra ter havido, casa alguma até à Rua da Miragaia ou da Natividade, actual Rua do Duque de Palmela, que já então existia e se acha traçada no desenho de Linschot (1595).

Uma tradição local, não confirmada porém até agora documental-mente, diz ser a casa N.º 6 da Rua da Esperança.

**Junto à pia da Sé, onde foi bautizado, se lhe
poz sua imagem... (pág. 162).**

O Padre Cordeiro fala tambem num retrato que existia no Baptistério da Sé e, bem assim, numa reliquia vinda para a Terceira.

«Ao que tudo acrescento, que em a Santa Sé da Cidade de Angra, na Capella do Bautisterio, está posto o retrato deste Veneravel Martyr, por alli ter sido bautizado» . . (pág. 422).

. . «& emfim acharseha, que por huma Reliquia do vestido deste Santo, que foy à Cidade de Angra, sua patria, obrou Deos muytos milagres» . . . (pág. 424).

Nem o retrato nem a reliquia ainda se encontraram e apenas daquele ficou memória na tradição.

**& o nosso Padre Francisco Vieyra em huma relação manus-
crita que se conserva no Cartorio de Coimbra (pág. 162)**

A carta do Padre Francisco Vieira, publicada no Memorial já referido, foi escrita, como nela se diz, apressadamente em Macau, em 14 de Novembro de 1617, por Jeronimo Rodrigues por comissão do Visitado Francisco Vieira e narra os mártírios que houve no Japão de

Março a Outubro de 1617, mais particularmente o do Padre João Batista, português.

Segundo a narração os caixões para os corpos foram levados por Damião.

*

O Padre João Batista Machado foi beatificado, com outros mártires, em 1867 pelo papa Pio IX, no Breve *Martyrum rigate sanguine* de 7 de Maio (Fortunato de Almeida *Historia da Igreja em Portugal*, Tomo III. Parte 2.^a pág. 732). A sua comemoração realisa-se no dia 25 de Fevereiro.

Nos dias 29 e 30 de Abril de 1876 o bispo D. João Maria do Amaral e Pimentel estabeleceu solenemente o seu culto na igreja do antigo colégio dos jesuitas da cidade de Angra do Heroísmo, onde se colocara num dos altares laterais do lado do Evangelho, a imagem do Beato e onde, por iniciativa da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, erecta no mesmo tempo, se fundou uma confraria.

No dia 29 benzeu-se a imagem e cantaram-se Vesperas.

No dia 30 de manhã celebrou o bispo missa de pontifical e recitou uma homilia. A' tarde prégou o famoso orador sacro Conego Rogério da Costa, vigário da freguesia da Conceição, houve procissão com a imagem, em que se incorporaram confrarias e ordens terceiras de toda a ilha, uma força da guarnição, o bispo e autoridades civis e militares, percorrendo diversas ruas da cidade, e, por fim, depois de recolher à igreja, *Te Deum*.

Como fosse grande a sêca e principiasse a chover quando a procissão ia no Alto das Covas no regresso à igreja, foi o facto considerado miraculoso.

O culto estendeu-se por outras igrejas da ilha e do arquipélago, mas em São Miguel e na Terceira foi onde teve maior esplendor.

Embora o culto nunca se tivesse popularizado, diversas homenagens, de character não eclesiástico, foram prestadas ao Santo. O seu nome foi dado ao orfanato que a Irmandade de Nossa Senhora do Livramento fundou em 1899 em Angra e se instalou no antigo solar dos Remédios da familia Canto e Castro. Ventura Henriques da Silva, professor oficial nas Capelas da ilha de São Miguel, compôs a música de um hino — *O Martir Açoriano* — cuja letra é do Padre Egas

Monis (Conego José A Pereira. *Padres Açorianos*) e José Maria Leite Pacheco escreveu uma peça teatral, especie de mágica nos moldes dos *Milagres de Santo António*, intitulada *O Martir do Japão* representada por amadores no Teatro Angrense.

Em 1917 celebrou-se o centenário da sua morte com solene festa religiosa na igreja do Colégio, e o bispo, D. Manuel Damasceno da Costa lançou a primeira pedra de um monumento no adro, que, todavia, até hoje se não levantou. Noticias das festas de 1876 na Terceira e São Miguel encontram-se na *Boletim Eclesiástico da Diocese*.

No Breviario Romano acha-se o officio próprio para a diocese de Angra e dele extraímos o seguinte:—

•Die XV Februarii BB Joannis Baptistae Machado e Societ. Jesu et Sociorum Mart. Duplex Omnia de Comm, plur. Mart. praeter sequentia: «Oratio.—Auxilium tuum nobis Domine, quaesumus placatus impende, et intercedentibus beatis Martyribus tuis Joanne Baptista e Sociis ejus dexteram super nos tuae propitionis extende. Per Dominum.

In j Nocturno Lectiones de Scriptura occurrente. In Quadragesima: Fratres. Debitores. In II Nocturno. Lectio IV—Joannes Baptista Machado de Tavora in Tertia Azorum insula, nobili génere natus, Lusitaniam petit adolescens, ac Dec in Societate Jesu, per quam confidebat sibi adiutum ad Japones pátere aliquando posse, totum se dedit Votos compos effectus Fuximi primum substitit paulisper, plures deinde annos exigit Nangasáchii: quo tempore aetate ac viribus multorum valens parochi munus ita gessit, ut solus multorum instar esset. Demume in insula Goto captus, atque Omuram deductus in carcere conjicitur, ubi jam tenebatur sacerdos Franciscanus Petrus ab Assumptione per eosdem dies similiter comprehensus. Damnati ambo ad mortem cum pervenissent at supplicii locum, sese mutuo amplexati sunt; moxalter ab altero paulo direpti prociderunt in genua sublastique in coelum oculis ac manibus, cervicem barbaro acinaci proebuere im decimo Kalendas Junii, anno milesimo sexcentesimo decimo setimo.

R. Sancti Tui.

Lectio V—Aderat triumphi sepectator Leo Tánaca Societatis catechista, qui operam navare solitus Machado, cum eoque captus, in insula Goto, quamvis daretur facultas fugae, matuerat magistri sortem subire, quam Christi cultum vel in speciem deserere. Ubi vero sibi

tam invidenda mortis gloriano eripiant retardari vidit, magno fletu se miserum ac tanto honore indignum inclamare non destitit. At diu expectandum fortissimo juveni non fuit, ut martyrii cupiditatem expleret. Additus nanique socius duobus aliis quorum alter Dominicanus, alter Agustinianus, in insula deserta Omuriensis provinciae cum iisdem impavidus et prae laetitia gestiens lictori caput objecit; atque ita discipulos magistro suo, decimo post die esse iterum adjunxit.

R. Verbera carnificum.

Lectio VI-Triennio post eadem die qua in Machadum sed longe atrociori tormenti genere saevitium est. Nagasachii in Mathiam Arimensem, et decimo setimo Kalendas Septembris Cocurae in Simionem Quoitam, et ipsis Sociteatis catechistas. Ille, aqua semel, atque iterum stómacho ingesta et per summam vim cum sanguine extrusa inter saevissimos cruciatus constans et álacris expiravit; hic autem regio sanguine clarus, quod Christianam legem suis popularibus, explicaret, una cum Magdalena ejus uxore, ac tribus hospitibus, jussu principis Bugensis, cruci, capite inverso, suffixus, insigni martyrum corona donatus est.

R. Tanequam aurum in fornace.

In iij. Nocturno Homilia in Evang Descendens, ij loca ix et com, SS. Faustini et Jovitae.

Discurso proferido pelo Presidente do Instituto, Luís da Silva Ribeiro, na sessão de 29 de Dezembro

Ex.^{mo} Sr. Governador do Distrito Autónomo
Ex.^{mo} Sr. Presidente da Junta Geral
Presados Consócios
Minhas Senhoras
Meus Senhores.

Não é a meu ver nos *Lusiadas*, a grande epopeia nacional, que melhor se ausculta a alma portuguesa, heroica e tenaz; é na *História Trágico-Marítima*.

Nessa serie de narrativas, por vezes de ingénua e tocante simplicidade, de naufrágios e ingentes lutas com o mar, vê-se toda a grandeza de ânimo da nossa gente, obstinada em vencer os elementos, sob o domínio dum ideal de engrandecimento do país, afrontando perigos e incomodos sem conta, durante um e muitos anos, sempre em risco de encontrar morte iglória, embora de surpreendente beleza.

Se na forma e como obra de arte a *História Trágico-Marítima* nem de longe se aproxima da epopeia camoneana, igula-a, se não a excede em emoção.

E' este, para mim, o grande e portuguesissimo livro da nossa literatura.

Entre tantos e tão gloriosos feitos vir povoar em meados do sé-

culo XV, 25 anos depois de povoada a Madeira, já iniciado o povoamento de Santa Maria e São Miguel, mais uma ilha dos Açores, não é facto que por si avulte e d'aí não ter deixado vestígio nos cronistas da época, nem sequer se encontrar documento que lhe fixe a data.

Passou talvez despercebido aos próprios contemporaneos.

Todavia, pelas suas consequências no decurso dos tempos avoluma-se e ganha primacial relêvo no campo nacional e até no mundial.

Como os rios caudalosos, para me servir de uma imagem de Frederico II da Prússia, só importam quando começam a ser navegáveis, o povoamento da Terceira só de certa data em diante, ligado às empresas marítimas, desempenha notável papel no conjunto de actividades que constituem a maior contribuição de Portugal em benefício da humanidade.

Não se trata, porem, de comemorar uma data inicial sem maior importância. Trata-se de celebrar um facto diuturno, mostrar todo o seu alcance e valor, e prestar homenagem ao esforço dos que o realizaram.

*

Por volta de 1450, um punhado de portugueses com alguns estrangeiros, por mandado do Infante D. Henrique, veio do continente e do visinho arquipélago da Madeira, estabelecer-se na Terceira deshabitada e inculta (4).

Estava-se então no alvorecer do Renascimento. Os descobrimentos e invenções, sucedendo-se a curto praso, davam ao homem, deslumbrado, mais perfeita consciência do seu génio e das suas possibilidades. O desvendar das civilizações clássicas gerava a paixão inebriante da beleza e do progresso, mostrava novas directrizes e descobria novas rotas

Quebrada a unidade religiosa pela Reforma; concentrado e fortalecido nas mãos dos reis, imbuídos do imperialismo do direito romano, o poder até aí fragmentado no feudalismo; aumentada pela indústria e pelo comércio a riqueza mobiliária, na posse da gente das cidades, a medir-se com a fundiária, apanágio da nobreza, e assim constituída a burguesia, classe nova a equiparar-se àquela; formado o espírito prático em luta com o idealismo cavalleiresco do que nos dá genial ideia o Dom Quichote; criada a ciência experimental a desfazer dogmatis-

mos e autoridades, a humanidade enveredava por caminhos nunca trilhados e deixava-se arrastar por ideais desconhecidos até então.

Foi no começo deste movimento que os Açores principiaram a ser povoados.

Ha quem, como Arruda Furtado, (2) julgue desfavoravel para nós o momento, por ficarem os povoadores isolados do mundo e sequestrados às novas correntes de pensamento; mas, bem vistas as cousas, parece tal não ter sucedido.

Embora distantes do resto da população portuguesa, os novos açorianos não perderam inteiramente o contacto com ela, e, com igual grau de civilização, sentiram todos os anseios, participaram em todos os ideais e em todas as empresas do continente. Vemo-los na India, na África, nas navegações, combatendo os mouros, sulcando ignotos mares, e descobrindo ignoradas terras.

*

Qual o fim em vista no povoamento dos Açores bem se depreende das providencias legislativas então tomadas. Como na Madeira, (3) o Infante teve em mente a exploração agrícola. D'aí a minuciosa regulamentação das dadas de terra em regime de sesmaria e as disposições do Foral dos Almojarifes de 1437 (4), comum à Madeira, sobre cultura do trigo e sua ida para Lisbôa, criação de gados, organização duma bôa abegoaria, preparação do pastel e do açúcar.

A experiência de outras ilhas indicava que o solo seria fértil e o clima propício. Os gados primeiros lançados em terra medravam e multiplicavam-se bem. Ao mesmo tempo no continente era crucial problema a regular produção cerealífera, pois, por causas mesológicas, as colheitas mostravam-se incertas, ora abundantes, ora escaças, originando fome e obrigando a importações difíceis e dispendiosas, males agravados pela necessidade de abastecimento das praças do Norte de Africa (5).

Morto o Infante em 1460, a colonização dos Açores tomou outro rumo. Casado o futuro D. João II na casa dos Duques de Vizeu, altos donatários das ilhas, e recebida a famosa carta de Toscanelli onde se defendia a busca da India pelo ocidente, o príncipe, particularmente interessado no prosseguimento da obra henriquina, concebeu o projecto de explorar o Atlantico na direcção, de oeste e assentou nos Açores as

bases das explorações. D'aí, como pretende Velho Arruda, o incremento dado à colonisação de 1471 a 1474, a vinda de novos e numerosos povoadores e mariantes, a série de viagens de João Fernandes Lavrador, Diogo de Teive, Pero de Barcelos, Fernão Dulmo; e assim se ligava o arquipélago à grande empreza (6).

A Terceira era a ilha mais central, suficientemente ampla para produzir a maior parte do necessário ao abastecimento e reparação de navios, de facil comunicação com as outras ilhas pela sua posição geográfica, de cómoda defeza pela sua forma arredondada. Alem disso, como notava o piloto Luís Teixeira em 1587, oferecia seguro ancoradouro nas duas baías, Angra e Fanal, abrigadas pelo Monte - Brasil. Foi a preferida (7).

O conhecimento do regime dos ventos aconselhava a tomar a altura dos Açôres na viagem de retorno, como fez Colombo que tocou em Santa Maria, e Vasco da Gama, que tocou na Terceira, onde se estabeleceram o Tribunal da Alfandega em 1520 e a Provedoria das Armadas, obrigadas a escalar o porto de Angra (8).

A existência de piratas levava os navios mercantes a procurarem aqui a companhia das naus como medida de protecção contra prováveis ataques, e desta forma a Terceira se tornou uma encruzilhada, — «universal escala do mar poente por todo o mundo celebrada», no dizer de Frutuoso (9).

Iniciado o povoamento pelo lado da Praia, logo, em tempo de Jácome de Bruges, se cultivou grande parte das terras e se edificaram povoações.

Dividida a ilha em duas capitánias, intensificou-se o povoamento da parte de Angra com João Vaz Corte-Real. No ultimo quartel do século XV existiam já as duas maiores povoações, Angra e Praia, em 1503 criava-se a Vila de São Sebastião e em 1534 Angra era elevada a cidade.

A produção agro-pecuária atingia grande desenvolvimento e os productos davam para as necessidades locais, abastecimento dos navios e exportação. Valentim Fernandes em 1507, (40) Arditi em 1567 (41), Frutuoso e Linschott (42) nos fins do século, falam na abundancia de tudo, carne, frutas, cereais, peixe, hortaliças e legumes, e já em 1516 João do Outeiro tinha vindo carregar trigo para Lisboa (43).

Ao porto afluíam navios das Índias Orientais e Ocidentais, Brasil.

Mina, São Tomaz, Cabo Verde, Inglaterra, Espanha, Flandres, França e Guiné a comerciar e a buscar pastel, ⁽⁴⁴⁾ segundo o depoimento de Ardití, Mosquera Figuerôa, ⁽⁴⁵⁾ Marquez de Santa Cruz, ⁽⁴⁶⁾ Frutuoso e Linschott, todos do século XVI. Por isso, em 1578, D. Sebastião dizia Angra um dos portos mais importantes dos seus reinos ⁽⁴⁷⁾.

Se a produção terceirense não chegava para abastecer tão numerosa navegação, iam-se buscar os géneros às outras ilhas, a que Frutuoso sugestivamente chama escravas e quintas da Terceira.

Construíam-se e reparavam-se embarcações em dois estaleiros Porto das Pipas e Prainha ⁽⁴⁸⁾; na cidade havia, informa Frutuoso, 50 carpinteiros da Ribeira e muitos pilotos e navegantes ⁽⁴⁹⁾.

Não faltavam artistas hábeis de todas as artes e ofícios, até alguns de notável mérito, como os canteiros e alveneis construtores das Matrizes da Praia e São Sebastião, e os entalhadores que encheram de belas obras de talha as igrejas da ilha e fabricavam as lindas mobílias tanto do gôsto de Ardití ⁽²⁰⁾.

Angra era um empório como bem se vê da comparação do desenho de Linschott na sua História da Navegação com o de Coimbra feito por Jorge Braunio no mesmo século, sendo para notar que, como diz o Prof. Vergílio Correia, Coimbra era já a cidade policiada da Renascença, que dois seculos de categoria metropolitana tinham elevado à culminancia política e administrativa ⁽²¹⁾.

Tudo isto, feito em menos de um século, foi resultado do improbo trabalho duma população calculada por Ardití, com manifesto exagêro, em 8 a 9000 almas, só na cidade, sob ⁽²²⁾ a direcção competentissima dos chefes, tão clarividentes que ainda hoje se não encontram melhores soluções para os nossos problemas do que as dadas por eles.

E tudo foi obra de portugueses, pois os estrangeiros, que os acompanharam, prestes foram absorvidos, sem terem deixado vestígios na linguagem nem nos costumes, o que a ciência antropológica explica, como demonstrou o Prof. Mendes Correia nas *Raças do Império* ⁽²³⁾.

Se quizermos ver esses obreiros infatigáveis, encontramos-os no teatro de Gil Vicente, e até lhes podemos dar forma plástica com auxilio das expressivas xilogravuras que ilustram as primeiras edições dos autos e comédias. Se o genial comediógrafo escreveu no século XVI, a gente que vive nas suas obras, vilão, lavradores, pastores,

almocreves, regateiras, frades, escudeiros, é ainda do século XV, identificada com a tradição agrária e caseira, refractária a inovações, no parecer dos Doutores Joaquim de Carvalho e Vitorino Nemésio ⁽²⁴⁾.

*

Povo é, para Aranzadi uma colectividade humana possuidora de certa unidade de cultura tradicional; mas, no conceito de Häberlandt, só existe quando os homens, que a constituem, têm consciência dessa unidade e deixam de ser simples multidão susceptível de absorpção e conquista ⁽²⁵⁾.

A insularidade gera a exacerbação do patriotismo local, e os insulares lutam afincadamente pela sua liberdade, resistindo ao invasor. Taciturnos e desconfiados são enérgicos e bravos, nota Aubert de la Rue. ⁽²⁶⁾ Assim a insularidade facilitou na Terceira a intuição da unidade demográfica.

Morto o Cardeal-Rei e reconhecido Filipe II como sucessor da corôa nas Cortes de Tomar de 1580, o nosso povo manteve-se fiel a D. Antonio, primeiro jurado rei, e resistiu à cubiça espanhola durante três anos, tentando opor-se, em 1583, contra o prudente parecer de parte da nobreza e dos Jesuitas, à formidável expedição do Marquez de Santa Cruz. Vencido conformou-se aparentemente, sem perder a esperança de melhores dias, o que causava apreensões aos castelhanos. Surgiu a Restauração e, desajudado, sacrificou-se durante um ano no cêrco do Castelo. Capitulada a fortaleza não sofria a presença dos dominadores, e, como não o atendessem logo, tornou-se irrequieto e agressivo.

Vieram os soldados do liberalismo e, a-pesar-de serem portugueses, recebeu-os de má sombra. não tanto talvez por opposição de ideias políticas, como pensavam Boid e o Duque de Palmela ⁽²⁷⁾, pois as não entenderia; mas por desconfiada e natural reacção contra os elementos estranhos.

O mesmo se dera com os franceses auxiliares de D. António, o mesmo se dá em nossos dias com os que de fora vêm a governar-nos. Sem curar se são os mais habeis, o povo só aceita de boa mente o governo da gente da ilha, como já notava o Capitão-general Dinis Gregório de Melo. ⁽²⁸⁾

Nisto tudo não ha apenas patriotismo nacional, ha patriotismo local, a intuição segura e magnifica da unidade povo.

Se assim não fosse, a Terceira ter-se-ia entregado ao estrangeiro quando todo o país, ainda os melhores portugueses, subjugados pela evidência dos factos, depunham as armas e aceitavam por seu rei o monarca espanhol.

Esta attitude, as condições geográficas e o esforço realizado desde o início do povoamento, deram à ilha extraordinaria importancia reconhecida pelos espanhois na diligencia posta em se assenhorearem dela e pressa em fortifica-la; reconhecida pelas Províncias Reunidas dos Países Baixos, em 1647 ao, exigirem a sua entrega imediata em penhor para negociarem com D. João IV a evacuação do Brasil ⁽²⁹⁾.

Depois da dominação castelhana começou a decadencia. A gente rica e nobre, como observa o Padre Jerónimo, para imitar o fausto do Governador espanhol abandonou as terras que cultivava, entregou-as a rendeiros e fixou-se na cidade, onde gastava em luxo as economias ⁽³⁰⁾.

Diminuiu o commercio com o Brasil a ponto das Camaras, em 1652, ⁽³¹⁾ pedirem providencias logo tomadas pelo rei. Dez anos passados, a pretexto de naufrágios, deixaram de tocar em Angra as armadas da India, o mais terrivel golpe ⁽³²⁾.

Ao mesmo tempo o regime dos morgados, dificultava a transferência da propriedade concentrada em poucas mãos, e o cultivador não tinha possibilidade de melhorar a sua situação económica. Era o que, no mesmo século se dava no continente com os bens das ordens religiosas, opina Rebêlo da Silva, e em São Miguel ainda em 1826 no parecer de Mousinho de Albuquerque ⁽³³⁾.

Como no romance castelhano *Conde Arnaldos*, o homem da Terceira escutou a canção do marinheiro e, até então curvado para a terra, sentiu nascer-lhe o desejo de penetrar os segrêdos do oceano, embarcando em demanda de outros países. Emigrou.

Desde 1617 iam casais para o Brasil.

A emigração, ao começo redusida, foi crescendo até se tornar depauperante, não por excesso de gente em relação à area das terras como acentuaram Dinís Gregório de Melo em 1787 e D. Miguel António de Melo em 1806, mas por vicio da organização económica ⁽³⁴⁾.

Essa emigração foi, porem, o modo de melhor se manifestarem

as altas qualidades morais dos terceirenses. Nas províncias ou Estados brasileiros onde a sua influência mais se fez sentir, não lhe regateiam elogios os homens de hoje ⁽³⁵⁾. Desviada a corrente emigratória para os Estados Unidos, no seio de uma civilização superior, usando uma língua que não é a sua, o terceirense analfabeto rude, bisonho, adapta-se ao meio, luta pela vida e vence. Trabalha, poupa roubando ao corpo na alimentação, no vestuário, na moradia, para voltar à terra natal e melhorar aí as suas condições de vida, ou permanecer na América e lá se valorisar.

Vemo-lo em toda a parte, na lavoura e nas fábricas, nas explorações pecuárias e de laticíneos, nos cargos públicos e nas profissões liberais, operários, cultivadores, marítimos, banqueiros, jornalistas, armadores, grandes e pequenos comerciantes, até fundadores de povoações. Isto sem esquecer nunca a sua ilha.

*

Ao fixarem-se na Terceira os povoadores trouxeram consigo do continente os costumes, as tradições e as técnicas, as artes populares, as festas, as superstições e as lendas, língua, toda a civilização portuguesa do século XV, e tudo conservaram, pouco modificaram e, a bem dizer, nada acrescentaram ou inovaram. O que se alterou foi por obra das circunstâncias do meio insular, e as alterações podem considerar-se como a natural reacção da alma popular sobre os elementos herdados, incorporando-os em nova síntese de vida, dia a dia renovada, e imprimindo-lhes um estilo local ⁽³⁶⁾. E' provavel que as relações com o estrangeiro introduzissem outros costumes e ideias; mas, se tal sucedeu, foram simples moda passageira não fixada pela tradição.

Falta-nos a maior parte dos elementos para o estudo definitivo do povo terceirense.

Contudo, com o pouco já reunido, seguindo as directrizes do Prof. Mendes Correia, ⁽³⁷⁾ podemos chegar a algumas conclusões, embora provisórias.

Há no terceirense traços psicológicos próprios e outros comuns aos ilheos.

Comuns temos exagêro das paixões locais, tendência para forjar quimeras, excesso de susceptibilidade de character e desconfiança, amor

excessivo à terra natal, falta de experiência do mundo e limitação da visão dele por motivo da limitação do quadro de vida.

Peculiares encontramos certa apatia atribuível à acção depressiva do clima húmido e suave, à fertilidade do solo cultivável sem maior esforço, como já entendia o P.^e Jeronimo, ⁽³⁸⁾ à nubelosidade que, no parecer de Raul Brandão, ⁽³⁹⁾ faz perder às cousas importância e relevo; religiosidade um tanto apavorada pelo temor dos sismos e das erupções, dos temporais e das cheias do mar, pesadelo constante dos agricultores refletido na toponímia; ⁽⁴⁰⁾ certa subserviência, traduzida no respeitoso tratamento de *meu amo* e na barretada larga de mais para ser sincera, gerada pelas condições económicas e sociais dos cultivadores.

Ainda, com relação ao continental, predomínio do tipo introverso e de algumas qualidades apolíneas sobre as dionísias, ponderação, obstinação, modos graves e comedidos, falas baixas e mansas, danças e canções arrastadas, quase hieráticas.

Talvez fossem elas comuns aos portugueses do século heroico, pois, na visão de Oliveira Martins, ⁽⁴¹⁾ nos heróis desse período ha uma gravidade digna, ao mesmo tempo severa e triste. Se tal foi, a luta inicial com os elementos enrijou as fibras morais e fixou-as no fundo do character da gente da Terceira.

A população mostra-se portadora de forças reproductoras em crescimento constante, isto é, demótica e biologicamente, forte.

Revela tendencias espirituais acentuadas no número de pessoas que, por solicitação natural, quase sem estímulo, se entregam a labores literários e cultivam a poesia e o jornalismo.

São muitos os exemplos de terceirenses ascendendo noutros meios a lugares de direcção e comando, e fazendo prosperar empresas comerciais e industriais, indice de espirito práctico, clarividencia e faculdades de trabalho.

A fraca criminalidade evidencia elevado grau de honestidade que, aliás, até na América todos reconhecem.

D'aquí se conclui, *grosso modo*, ser o povo terceirense portador d'aquellas qualidades que fazem os povos fortes e respeitados.

Eduquem-no, guiem-no, e ele saberá corresponder à nossa expectativa, reproduzindo agora a obra do passado,

Meus senhores.

A história repete-se. Se o tempo é ilimitado, é finito o número de forças sociais e limitado por tanto o número das suas combinações.

Mas o facto repetido nunca é igual ao anterior, porque não são iguais as condições da vida humana nos dois tempos, nem sequer a mentalidade dos homens modificada pela experiencia adquirida no espaço transcorrido, e assim a história não é mestra da vida como pensava Heródoto.

Os séculos XV e XVI foram uma época de profunda remodelação social, como é outra o século XX. Todavia se naquela se formaram e radicaram os elementos característicos de diversas civilizações, hoje opera-se uma mudança brusca, uma vaga grossa e revolta, aniquiladora do passado, niveladora e cosmopolita, tendente a tudo igualar e tudo reduzir a tipo único.

Como no século XVI a Terceira torna a ser encruzilhada de linhas de navegação, mas se então a morosidade das viagens à vela criava a necessidade de reabastecer os navios e o reabastecimento aconselhava a policultura e a produção intensa, em nossos dias, em que a técnica reduziu a horas o número de meses de há pouco mais de cem anos e fez do tempo um factor desprezível, as velhas necessidades desapareceram e novos aspectos tomaram as cousas

Não podem adoptar-se idênticas medidas; há que buscar outras sugeridas pelo estudo objectivo e minucioso dos factos.

Sem ser mestra absoluta da vida a história dá-nos, contudo, alguns ensinamentos.

O povo terceirense, rico e engrandecido, manteve-se fiel ao espírito nacional e não devemos abandonar essa atitude. Se muito temos que aprender com estranhos precisamos insuflar, naquilo que aprendermos, o nosso espírito próprio.

Precisamos tudo estudar, tudo ponderar antes de agir para agir com segurança, como os navegadores do século XV preparavam as viagens e descobrimentos e os chefes do povoamento traçaram a linha de rumo da vida na nova terra povoada.

Se não carecemos de produzir para reabastecer as aeronaves, carecemos de olhar para nós próprios, e empregar a riqueza advinda da

nossa posição geográfica na melhoria da vida local, para assegurar o futuro quando, e não levará isso muitos lustros quanto mais séculos, o progresso material dispense a nossa colaboração e se repita para a navegação aérea o que se deu com a navegação marítima.

•

Se aqueles que nos precederam, os terceirenses de há quatro ou cinco séculos, concretamente nos não mostram o caminho, orientam superiormente a nossa actividade.

Com a sua acção persistente e decidida, com a sua visão prática e nítida. dão-nos uma grande lição moral em que há uma constante única, tradusível numa só palavra, resumo de quanto poderia dizer, imperativo insofismavel e premente — trabalhar !

É esta lição do centenário.

NOTAS

1) Sobre o ano do início do povoamento da Terceira vide Dr. Manuel de Sousa Menezes. *O problema da descoberta e povoamento da Ilha Terceira* no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. V, pág. 1.

«O Instituto tendo conhecimento, pela exposição do Ex.^{mo} Governador do Distrito, sr. Dr. Candido Pamplona Forjaz, de que ele pretende promover a comemoração centenária do povoamento da Terceira em 1949, de acordo com a conjectura formulada pelo sr. Dr. Manuel de Menezes, embora reconheça que a fixação do ano preciso do início do povoamento fica sujeita a controversia. resolveu associar-se áquela iniciativa».

Acta da reunião de 20 de Março de 1948 no *Boletim* vol. VI pág. 270.

2) As condições em que ele (povoamento) se iniciou foram das menos favoráveis; o facto de termos sido separados do continente na chamada época gloriosa da historia portuguesa, numa época em que, na realidade, uma corrente de novas e grandes ideias circulava em todo o país, o termos sido sequestrados inteiramente a essa corrente de pensamentos novos, e abandonados para aqui, merece de certo grande consideração.

Quando o povo, que ficava no continente, podia sentir-se dominar em massa os mais importantes lugares até ali desconhecidos do velho e do novo mundo, este pequeno fragmento, profundamente isolado, caía, no tropor do clima, debaixo do terror dos grandes fenómenos vulcânicos e do jugo e exploração dos capitães donatários».

Arrada Furtado, *Materiais para o estudo anthropológico dos povos açorianos*. Ponta-Delgada 1884, pág. 24.

3) «Sabe-se que o inclito Infante fomentou um notavel movimento agri-

cola logo ao alvorecer do povoamento madeirense, não sómento na vantajosa concessão das terras incultas, mas ainda nos elementos da sua mais rápida e compensadora cultura. E entre estes destacam-se o cultivo da cana de açúcar mandada vir das ilhas Chipre da Sicilia, e dos bacelos de malvasia e talvez de outras castas importadas da ilha de Candia, como se lê em varios antigos documentos. O seu espírito previdente parece ter descoberto, a larga distância, as fontes de prosperidade e de riqueza que esses productos causariam no rápido e sempre progressivo desenvolvimento da colonisação deste arquipelago, como ao diante teremos ocasião de verificar».

Padre Fernando A. da Silva. *Pela História da Madeira*. Funchal, 1947 pág. 30.

4) Francisco Ferreira Drumond. *Annaes da Ilha Terceira*, vol. I Angra do Heroismo, 1850, pág. 481.

5) «O grande problema da alimentação publica era o da produção de cereais que, se algumas vezes abundavam, outras eram de quantidade insufficiente para o consumo, embora a sua cultura se fizesse com mais ou menos exito em todo o país» (Fortunato de Almeida *História de Portugal*, vol. III, Coimbra 1925, pág. 472.)

Segundo o mesmo autor, as causas disto encontravam-se na irregularidade do clima e no facto de alguns lavradores não empregarem maior extensão de terras em culturas cerealíferas, para se entregarem à especulação de compras e vendas por altos preços.

Para acudir às necessidades do reino e lugares de Africa, recorria-se a importações de França e da Flandres.

6) «O interesse que tomou pelos assantos ultramarinos, creou nele o amor e gosto pelas navegações, como mais tarde mostrou, e tanto que dele diz Colombo, ser o principe que de navegações mais sabia. É ainda o ano da celebre consulta e resposta do Paolo dal Pozzo Toscanelli, sobre a melhor via para se chegar ao Oriente. O Doutor Joaquim Bensaude diz: *A carta de Toscanelli é datada do ano onde começa a acção colonial do Principe Real; é uma coincidência que não parece obra do acaso*; e nós acrescentaremos que esta coincidência se torna flagrante com o movimento e organização das ilhas açoreanas, em especial São Miguel, Santa Maria e Terceira. Não deveriam continuar ao abandono as terras que podiam servir de entrepostos à busca das regiões orientais pela via do ocidente.

E' presumivel que essa consulta se tentasse executar, e supondo que daria resultado a tese Toscanelliana, para tanto necessitar-se-ia do desenvolvimento das ilhas Atlanticas; d'aqui o incremento dado no ano da consulta às capitánias das ilhas.

Ainda, alem do que expomos, somos levados a aproximar este movimento de colonisação das ilhas acorianas, entre 1471 e 1474, com a entrada do

Principe Real na familia dos Duques de Vizeu ; se estes, pelo facto de serem senhores do *seu temporal* e, como governadores da Ordem do Cristo, da *sua espiritualidade*, nelas deveriam aplicar a sua actividade e iniciativa, tambem é facto que estavam dependentes da sanção real em muitos incidentes administrativos e que, de harmonia com o futuro Rei, seu genro, seguiria a Infanta D. Beatriz qualquer insinuação ou direcção intelligente que este lhe fizesse sobre a colonisação das ilhas Açoreanas. A este tempo, o Principe Perfeito vivia em bôa harmonia com os Viseus, e só mais tarde, pelas Terçarias, depois de 1481, é que se azedou com a sogra».

Manuel Monteiro Velho Arruda *Coleção de documentos*. Ponta Delgada 1932, pág. CIV.

7) «Ilha Terceira (do Bom Jesus).

Entre as ilhas dos Açores, esta he melhor e mais fertil e assim mais forte, e que melhor se pode defender. Em ella está a feitoria del Rey, porque todas as armadas, que de todas as partes vem comprindo sua viagem, a ella vem defirir : onde se proveem de todo o necessário de mantimentos e outras cousas, porque tambem ell Rey o ha por bem e ella melhor o pode fazer.

Tem muito pão, vinho, frutas, carnes, peixe ; dá pastel com que dam côr aos panos em Flandres e França ; e as mais partes do norte della se proveem.

A rezão tambem porque a armadas a ella veem defirir, he porque tem o porto maior capaz para poderem surgir: por ter dous portos. Hum he o d'Angra, junto à cidade, e outro do Fanal, que com diversos tempos podem estar em cada hum, que sam de huma parte e outra do Brasil (que he huma ponta que mostra ser alta). Tambem tem a praia bom surgidoaro.

As ilhas dos Açores Louis Teixeira 1587 nos *Documentos para o estudo das relações culturais entre Portugal e Italia* publicados por H. Trindade Coelho e Guido Batteli, vol. II-Florença, 1934.

8) «Ora a navegação que se fez por estas paragens (exploração da costa africana) se era difficulosa na vinda ou retorno (e para isso se recorreu às viagens do largo) não era na ida».

Velho Arruda. *Coleção de documentos*, pág. CV.

9) Gaspar Frutuoso. *Saudades da Terra*, no Arquivo da Universidade de Lisboa, vol. IV, pág. 224.

10) Ha nesta ilha grãde criação de vacas e porcos e ouelhas de q fazẽ muyta carne q leuã pera Portugal e muyto ceuo. Nella naçe muyto trigo e ceuada e mostarda q leuã pera Portugal.

Nella naçe muyto pastel pera tingir panos...

Manuscrito de Valentim Fernandes, edição da Academia Portuguesa da Historia, Lisboa, 1940, pág. 117.

11) Pompeo Arditì. *Viaggio all'isola di Madera e alle Azzorre*, nos *Documentos para o estudo das relações culturais entre Portugal e Italia*, publicados por Henrique Trindade Coelho e Guido Battelli. Firenze, 1934.

12) João Hugues de Linschott *Histoire de la Navigation*, Amsterdam 1619, Tradução portuguesa de José Agostinho no *Boletim do Instituto Historico*, I-145.

13) *Archivo dos Açores*, V-122.

Em 1520 foi trigo para o continente onde havia muita falta (Dramond Annaes, I-96).

Já em 1488 um emissário de D. João II carregou nos Açores para lugares de alem-mar, 607 moios e 12 alqueires de trigo, e comprou mais 586 moios e 38 alqueires e meio por 494.394 reais e meio.

14) Da importância do negócio do pastel falam muitos autores e documentos. Veja-se sobre o assunto. Carreiro da Costa *A cultura do pastel nos Açores*. Ponta-Delgada. 1946.

15) Es mucho el comercio con las Indias Orientales y Occidentales por ser escala importantissima para el refresco y refugio de sus armadas, por tener en si agua en abundancia muy delgada e saludable, hermosas campinas de mucho trigo, cevada y pastel, que es de mucho valor, y se provee Flandres y Inglaterra y España. Cogese miel, y los animales crian con facilidad; y assi las vacas y teneras son de muy buen nutrimento. Ay conejos, perdizes y gran copia de codernizes como en la isla de Delos, que llaman coallas... Azeyte falta, y la cosecha del vino es mucha y non buena.

Mosquera Figueirôa *Archivo dos Açores*. IV-281.

16) *Relação da viagem e conquista da Terceira*, no *Boletim do Instituto Historico*, III-120.

17) Francisco Ferreira Dramond, *Annaes da Ilha Terceira*, vol. I pág. 663

18) No qual porto tambem se fizeram e fazem navios grandes e pequenos, como foi um Sebastião Merens dos nobres da terra, que fez nele duas naus muito grandes, e João de Bettencourt, Nicolaa Dias, João Coelho, João Martins do Porto-Judeu, e outros muitos fizeram naus e navios grandes e pequenos e barcos de toda a sorte.

Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, loc. citado.

Sobre construções navais e agricultura vide as cartas dos Provedores das Armadas de 1532 até ao fim do século, no *Archivo dos Açores*, I-118 e segs.

19) ...muy insignes pilotos, como foi Aires Frz e depois seu filho Lais

Aires, pilotos da India, antigos... João Frz o qual foi o primeiro que do mar do sul das Indias de Castela saiu pelo estreito de Magalhães... Houve outros muitos pilotos na mesma ilha Terceira insignes na arte da navegar.

Gaspar Frutuoso. *Saudades da Terra*.

20)...e quivi si fanno di molti belli scrittori de legname molto eccellente...

Arditi, loc. citado.

Ha tambem uma outra espécie de madeira chamada sanguinho, muito bela, côr de sangue, e certas outras especies de madeira branca e amarela, de muito bela e agradável côr, das quais se fazem muitas boas obras tais como caixas, armarios e outros moveis que se enviam para Espanha e que aí são muito apreciados.

Linschot, *Boletim* I-153.

21) Virgilio Correia. *Obras*, vol. I, Coimbra, 1946, pág. 125 e 318.

O desenho de Jorge Braunio tem sido reproduzido em diversos lugares e encontra-se, por exemplo, no livro do Prof. Dr. Rocha Brito, *O primeiro dia de aula...* Coimbra. 1935.

22) Sobre a população da Terceira no século XVI, *Influencia das Sesmarias no Povoamento da Terceira* na «Açoreana», vol. IV, pág. 78.

Questa città (Angra) é molto popolata; ché, secondo dicono, potrà fare da otto in nove mila anime; che tutto il resto dell'isola non se fa altrettanto.

Arditi, loc. citado.

...la Ciudad de Angla que tiene mas de 3 mil vecinos y Yglesia Cathedral en ella y mucho comercio com las Yndias Orientales y Occidentales, por ser la escala de sus armadas.

Marquez de Santa Cruz, loc. citado.

23 ...«a abundancia relativa de informações sobre colonos estrangeiros e sobre moradores judaicos, mouros ou negros no arquipélago não implica, como veremos, a preponderancia etnológica desses elementos sobre o português de ascendencia continental. Alguns números são a tal respeito de eloquencia irrefutavel.

Pense-se no que há de estrangeiro, de não português, nos descendentes após três ou quatro séculos, ou seja ao fim de uma dusia de gerações, de um individuo que, natural da Flandres ou da Italia, aportou um dia aos Açores, se casou com uma portuguesa e teve descendência que, invariavelmente ou quasi, continuou a consorciar-se com portugueses ou portuguesas.

Um calculo simples, algo no género da contestada lei de Galton da he-

reditariedade ancestral, não permitirá atribuir a um seu descendente da 12.^a geração mais do que 1/8192 de sangue estrangeiro para 8191 vezes mais de sangue português, desde que novas infiltrações estranhas se não tenham operado e abstraindo dos caprichos da repartição mendeliana dos caracteres como unidades independentes, o que não autorisa a dar àquele cálculo mais do que o valor da probabilidade ou da especulação conjectural.

Seja como for se, inicialmente e no decurso dos séculos, predominou na etnogenia açoriana o elemento português metropolitano e desde que o contingente estranho não foi reforçado por poderosas e ininterruptas infusões, o resultado final do processo etnogénico não oferece a menor dúvida, quanto à preponderancia consideravel do factor lusitano na composição étnica da população do arquipélago».

A. A. Mendes Correia *Raças do Império*, Lisboa 1943, pág. 271.

24) «Nasceu e permaneceu na idade-média, tão vigorosamente que as poucas contaminações clássicas sofreram a deformação imposta pela indole da sua sensibilidade e pelo vinco da sua formação intelectual.»

Prof. Dr. Joaquim de Carvalho. *Estudos sobre a cultura portuguesa no século XVI*, vol. II, Coimbra 1947, pág. 207.

... «parece representar aquela parte da população portuguesa do começo do século XVI, que vivia recolhida nos campos e que identificada com a tradição agrária, caseira, difficilmente se adaptava ao ritmo febril da nova vida.»

Prof. Dr. Vitorino Nemésio. *Gil Vicente Floresta de Enganos*, Lisboa 1941, pág. 24.

25) Que son pueblos ? Cuales son los nexos de union que, de un grupo de personas ligeramente afines, hacen un pueblo ? Es la comunidad de lengua ? Son las relaciones de parentesco ? Es el mismo solar, la misma forma de cultura, los destinos comunes, la convivencia en un mismo Estado ? Estos caracteres, total o parcialmente unidos, sirven de base, en la mayoria de los casos, a un determinado pueblo. Pero solo la propia conciencia de tal es lo que principalmente convierte en pueblo a los individuos de un grupo humano.

Prof. Michael Haberlandt. *Etonografia*. Trad. espanhola de Telesforo de Aranzadi. Barcelona 1/d. 2.^a ed. pág. 9.

26) Il est difficile de donner une definition generale de la mentalité insulaire, car celle-ci affecte des formes assez diverses et ne se retrouve jamais identique à elle-même d'une île à l'autre. Il y a lieu de citer, parmi les

traits que l'on rencontre le plus habituellement chez les habitants des îles, un sentiment très vif de la liberté et un esprit frondeur, souvent poussé à l'extrême. On y observe partout un patriotisme local extrêmement développé. L'attachement que manifestent les peuples insulaires pour leur petite patrie, même lorsqu'il s'agit de la terre la plus ingrate, est un fait frappant. Les habitants de Saint Pierre et Miquelon qui vivent en moins d'un siècle, de 1713 à 1803 les Anglais séparer à quatre reprises différents de leurs îles et les en chasser, ont montré une belle opiniâtreté en venant chaque fois se réinstaller dans leur petit archipel et le relever de ses ruines.

Les insulaires ont assez fréquemment un caractère méfiant et ombrageux et sont d'une grande susceptibilité. Privés, par leur vie recluse, de toute expérience du monde, ils se forgent souvent des chimères. Ils mènent dans beaucoup de petites îles une existence lèthargique et leur long isolement semble leur avoir enlevé tout esprit d'initiative. Le contraste est grand entre ces îles et d'autres, dont les populations ce sont au contraire montrées, au cours de l'Histoire, singulièrement entreprenantes et actives.

Dans certaines îles, l'existence de l'homme est une lutte incessante contre les éléments...

A beaucoup il a fallu lutter pour conserver leur liberté pour résister aux envahisseurs, certains, particulièrement convoités, ont dû subir de nombreuses dominations, différents. La mentalité de leurs habitants actuels semble avoir conservé l'empreinte de ces vicissitudes passées. Ils sont énergiques et braves, mais taciturnes et méfiants, car fréquentés par les peuples insulaires de la Méditerranée. Il existe enfin des îles privilégiées où la nature se montre hospitalière à l'homme; grâce à leur climat favorable et à la fertilité du sol, l'existence y est facile. Ceci incite l'habitant à l'insouciance et à l'indolence, les deux traits marquants du caractère créole dans les îles tropicales et en général de celui de toutes les populations qui vivent sur ces îles fortunées.

E. Aubert de La Rüe. *L'homme et les îles*. Paris, 1844; 4^e édition, pag. 59.

27) A recepção não foi, porém, aqui, como em S. Miguel, caracterizada por quente lealismo e entusiasmo, pois que os corações dos terceirenses, pelo menos na sua maior parte, não estavam com a causa nacional...

Tem eles sempre sido notáveis, pelo menos os das classes elevadas, pela sua fanática fidelidade ao despotismo monárquico e os das camadas mais baixas por uma submissão rastejante e passiva ao sistema do feudalismo.

Boid. *Description of the Azores*, London, 1835. Tradução portuguesa do Dr. João H. Anglin no Boletim do Instituto Histórico, vol. VII pag. 256.

... a população da ilha «naturalmente inclinada ao concubismo». Carta do Marquez de Palmela à esposa, de 8 de Março de 1831, citada por Vitorino Nemésio, *A Mocidade de Herculano*, vol. II, Lisboa, 1934, pag. 267.

28) Supõe (Dinis Gregório de Melo) que o olham com horror pelo unico motivo de não lhes consentir os absolutismos e ilicítos meios de que muitas vezes pretendem servir-se para fins particulares.

Diziam: «é cousa árdua e bem mal permitida vir um forasteiro a governar-nos e os pais a pátria postos da um canto sem se fazer caso deles».

António Ferreira de Serpa. *Juises!* n O Instituto, vol. LXI, pag. 528.

29) Artur Guimarães de Araujo Jorge *A Restauração do Brasil* nos *Anaes da Academia Portuguesa de Historia*, vol. VII, pag. 24.

30) «Querendo imitar o governador espanhol, que vivia com ostentação, os morgados abandonaram as terras onde habitavam e entregaram-nas a rendeiros, vindo morar na cidade, onde gastavam ás vezes numa festa e num dia, o que levava annos a amealhar. Perdeu-se a antiga sobriedade e nasceu o luxo de vida e vestuário.»

Padre Jerónimo Emiliano de Andrade. *Apontamentos Porthumos*. Angra do Heroismo 1850, pag. 4.

Francisco Ferreira Drumond. *Annaes da Ilha Terceira*, vol. II. Angra do Heroismo, 1850, pag. 336.

Boletim do Instituto Histórico, vol. IV, pag. 39.

32) Francisco Ferreira Drumond. *Annaes da Ilha Terceira*, vol. II, pag. 144.

33) «O clero e as religiões não cessavam de adquirir e as suas imensas propriedades, immobilizadas, deixavam sem emprego milhares de pequenos cultivadores, que uma repartição mais equitativa de solo teria occupado com vantagem.»

Rebello da Silva. *História de Portugal*.

Luis da Silva Mousinho de Albuquerque. *Observações sobre a ilha de S. Miguel*. Lisboa, 1826.

34) «Devo observar a V. Ex.^a que suposto estas Ilhas se achem sobrecarregadas de gentes, não são as gentes que quer o Intendente as que aqui sobeirão. Homens athe 30 annos não ha demaziados para servirem nos Terços Auxiliares, e cultivarem as terras e vinhas. Mulheres e Rapazes são os que eu julgo de sobejo.

24 de Outubro de 1787.

Dinis Gregorio de Mello Castro e Mendonça.

Não corresponde a povoação actual destas Ilhas aos meyoys qua nellas ha para aquella crescer, faltando a gente necessaria para a Agricultura, Ar-

tes fabris, Navegação e Serviço Militar, tudo por efeito da grande propensão que estes povos tem para emigrarem das terras em que nascerão, se criarem, e em que podem commodamente subsistir, para outras aonde enganadamente esperão melhorar de fortuna...

10 de Junho de 1806. D. Miguel Antonio de Mello.

Prof. Dr. Manuel de Paiva Boléo. *Filologia e História*. Coimbra, 1945.

36) «Honrados, simples e austeros os homens, santas e virtuosas as mulheres.

Foi dos lares dessa gente que sahiram as esposas que se fizeram as mães dos riograndenses.

Bem dita semente, a dos açorianos!

*

Fortes pela origem da raça de que provinham, bons pela simplicidade de suas almas, martyres pela resignação com que soffreram, descender dos ilhéos passou a ser para os riograndenses um penhor de honra que cultuamos com reverencia e carinho.

General Borges Fortes — *Casals* — R. Jan.º 1932 pág. 251.

Dante de Laytano. *O português dos Açores na consolidação moral e social do domínio lusitano no extremo sul do Brasil*. No Congresso do Mundo Português, vol. X pág. 341.

36) J. Coppens. *Le folklore flamand* na Semaine Internationale d'Ethnologie Religieuse. Paris, 1931, pág. 108.

37) «O que havia a fazer, para estabelecer com a possível segurança as características psicológicas do minhoto, era analisar, sem preconceitos sectários, o seu papel historico, era organizar estatísticas das suas individualidades superiores e compara-las; era apreciar as suas estatísticas de actividade económica, de criminalidade, de acesso aos postos categorisados da vida mental e social; era estudar por meio de *testes* o nivel mental das crianças das suas escolas; era tradusir em sínteses profundas e exactas os ensinamentos uteis das suas múltiplas manifestações folclóricas, descritas por tantos ilustres investigadores; era organizar inqueritos rigorosos de toda a ordem, abrangendo os mais amplos domínios da sua actividade psíquica.»

A. A. Mendes Correia *Da Raça e do Espírito*. Porto, 1940, pág. 199.

38) *Topografia*, Parte primeira. Angra do Heroismo, 1843, pág. 69.

39) ...luz discreta em que as coisas perdem a importância e o relevo

As *Ilhas Descónhectdas*. Lisbôa, s/d, pag. 21.

40) «Vê-se que o espírito dos habitantes dos Açores se impressionou grandemente com os aspectos que o terreno apresenta, pois os exprime a cada passo, como vimos, e às vezes por modos respectivos ao circulo de ideias em que o povo vive.»

Se eu pudesse reunir maior numero de exemplos, talvez tirasse outras deduições respectivas à psicologia popular, ainda que as listas de nomes que colhi na Repartição de Fazenda de Ponta-Delgada, e a que um amavel correspondente me ofereceu de Vila Franca de Campo, me dão certa ideia de friesa e melancolia, que está em desacordo com a beleza geral dos panoramas da ilha de S. Miguel.

Leite de Vasconcelos, *Opusculos*, vol. III. Lisboa 1931, pag. 466.

41) Os herois portugueses têm o quer que é de grave e digno, ao mesmo tempo severo e quase triste. Não se busque o drama e os seus contrastes; são vultos que se destacam da cêna trágica.

Oliveira Martins. *História da Civilização Iberica*. Lisboa, 1880, pag. 226.

Pronúncia insular portuguesa :

Grupos central e ocidental dos Açores (*)

pelo Prof. FRANCIS MILLET ROGERS,
da Universidade de Harvard

TERCEIRA

A terceira das ilhas dos Açores descoberta pelos intrépidos marinheiros de Henrique, o Navegador, foi originariamente chamada ilha de *Jesus Cristo*. Em área — dezanove milhas por dez —, e em população — 55.526 em 1940 (1) — apenas é excedida por S. Miguel.

A Terceira tem figurado proeminentemente na história de Portugal. Fosse qual fosse o seu papel no descobrimento da América do Norte no século XV, foi aqui que, no século imediato, D. António, Prior do Crato, neto do Rei D. Manuel I, tentou resistir a Filipe II de Espanha

(*) Por especial deferência do Sr. Prof. Francis Millet Rogers apresentamos aqui a tradução, feita pelo nosso consócio tenente-coronel José Agostinho, do seu valioso trabalho «Insular Portuguese Pronunciation: Central and Western Azores», publicado na «*Hispanic Review*», Vol. XVII, 1949, p. 47-70, lamentando que não tivesse sido passivas, por falta de tempo, submeter a tradução á apreciação do autor. (NOTA DO EDITOR).

(1) Todos os números relativos a população contidos neste artigo, assim como nos outros desta série, são baseados no censo de 1940 e foram extraídos do *Dicionário Corográfico de Portugal Contemporâneo*, por António Sampayo de Andrade, Porto, 1944.

no começo do cativoiro espanhol, e foi aqui que este mesmo Filipe estabeleceu depois uma importante base naval para fazer frente ao corso dos ingleses. Foi aqui, igualmente, que os partidários do regímen constitucional de D. Pedro IV organizaram a sua opposição ao regímen absolutista de D. Miguel, no termo do segundo decénio do século passado.

Até 1832 foi Angra a capital de todo o arquipélago açoriano (2). De então para cá nunca mais houve um centro governativo único para todas as ilhas. Presentemente as cidades de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, assim como Funchal, na ilha da Madeira, tem igual categoria administrativa.

Angra é um notável centro de cultura, devido, em parte pelo menos à existência ali do seminário da Diocese Açoriana, (3) da Sociedade Afonso Chaves e do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Este último organismo foi fundado em 1943, com o Dr. Luís da Silva Ribeiro, distinto autor de trabalhos sobre a etnografia e a dialectologia da Terceira e dos Açores em geral, como seu primeiro presidente.

A Sociedade Afonso Chaves e o Instituto Histórico publicam cada um uma revista erudita, respectivamente a *Açoreana* e o *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*.

Além de várias visitas de um dia em diversas ocasiões, passei uma semana em Angra em Julho de 1939. Durante esse período visitei várias vilas e aldeias em todas as partes da ilha com excepção da parte occidental. As minhas notas sobre a pronúncia tercelrense foram tomadas nos Bicoutos, Feiteira, Fonte do Bastardo, Ladeira Grande, Lagens, Praia da Vitória, Quatro Ribeiras, Ribeirinha, Santa Luzia da Praia, S. Sebastião e Vila Nova.

(2) Para uma interessante descrição da capital da ilha no fim do século XVI, v. Correia de Melo, «Angra em fins do século XVI», in-*Atlântico*, 1943, III, 22-26.

(3) No *Boletim de Filologia*, 1940, VII, 25, foi chamada a atenção para o interesse em fonética experimental entre os padres de Angra, devido ao seu conhecimento de um artigo sobre o assunto, publicado por Jean Larrasquet no «*Almanach Catholique Français pour 1931*» pp. 229-239.

Já se mostrou que a pronúncia do português nas ilhas da Madeira e nos Açores Orientais é completamente diferente da linguagem típica que se ouve no Portugal continental. (4) Esta divergência da linguagem típica não se verifica nos grupos central e ocidental dos Açores. Nestas sete ilhas a pronúncia não é marcadamente desusada. Na verdade só se notou, na Terceira apenas, uma característica fonética generalizada, que é uma ditongação, por exemplo, na palavra *baixo*, pronunciada *b(i)aixo*. Diferentemente do que acontece na Madeira, porém, a ditongação na Terceira é apenas do género representado pelo destaque de uma semi-vogal *u* ou *i*, devido aparentemente à natureza duma consoante adjacente.

Os ditongos que se ouviram na Terceira, em quasi todos os lugares visitados, são classificados do mesmo modo que os da fala *madeirense* :

TIPO A: os que são devidos a interposição duma semi-vogal entre *k* ou *g* e uma vogal.

Interposição de *u*

aqui; porquê; queijo; bocado; buscar; cais; gado; lugar; quente; campos.

Interposição de *i*.

• *cá; ficar; ligado; sindicatos; escola; ligou; publicou; escudo.*

TIPO B: os que são devidos a interposição duma semi-vogal entre *p*, *b*, ou *m*, e uma vogal.

Interposição de *u*.

caminho, milho, Pico, subir, mês, mesmo, São Pedro; comer; meio; metro; peça; remédio; formarem; domingo.

Interposição de *i*.

baixo, pago.

TIPO C: os que são devidos a interposição da semi-vogal *u* entre *f* ou *v* e uma vogal.

(4) Cf. «Insular Portuguese Pronunciation: Madeira,» *Hispanic Review*, 1946, XIV, 235-253, e «Insular Portuguese Pronunciation: Porto Santo and Eastern Azores,» na mesma revista, 1948, XVI, 1-32.

vinho; *viu*; *govêrno*; *fato*. Na Feiteira *vem* foi ouvido com a pronúncia normal.

TIPO D: ditongos de aparecimento mixto.

bord(u)ados, *d(u)ia*, *pod(u)emos*, *quar(u)enta*, *Sud(u)etas*; *deix(i)ou*, *precis(i)ar*.

Nunca vi estes ditongos discutidos em qualquer tratado sobre os dialectos açorianos. Contudo muitas pessoas educadas, que falam *terceirense* dão perfeitamente conta de que *escola* como *esqu(i)ola* e *perfeito* como *perf(u)eito* são modos de pronunciar comuns na sua ilha, e Silva Ribeiro menciona *cobuerto* em vez de *coberto* em um dos seus estudos. ⁽⁵⁾

É tradicional entre os habitantes das outras ilhas dos Açores e entre os portugueses da Nova Inglaterra apontar a fala da Terceira como muito «gutural». Enquanto estive na ilha escutei com atenção a ver se ouvia o *rr* gutural, mas não achei que fosse comum. Por consequencia tenho para mim que estas pessoas querem apenas significar o aparecimento frequente dos ditongos começados por *u*. Uma frase como esta: *Pod(u)emos com(u)er qu(u)eijo no cam(u)inho de São P(u)edro* pôde muito bem ser apelidada de gutural por quem não seja versado em fonética.

⁽⁵⁾ «Linguagem popular da Ilha Terceira», *Açoreana*, 1934-37, I, 10-33.

[A título de elucidação, e como resultado de prolongada observação, feita por simples curiosidade, da particularidade fonética a que se refere o autor, permita-se-nos acrescentar o seguinte:

A ditongação, na primeira sílaba de cada palavra, não se dá sempre pelo mesmo modo e parece influenciada pelo som vocálico predominante que a precede. Assim, por exemplo, a palavra *casa*, umas vezes é pronunciada normalmente, outras vezes como *qu(i)asa* e outras como *c(u)asa*.

Diz-se *A casa de Fulano* (sem ditongação do *a*); mas diz-se *Fulano 'tá im qu(i)asa*; e *Fulano anda por c(u)asa*.

Em sílaba, que não seja a primeira, a ditongação faz-se com *i* ou com *u*, conforme a vogal da sílaba anterior. Assim *bocado* é pronunciado *bu(c)uado* e *escola* pronuncia-se *isqu(i)ola*. Diz-se também *jin(i)ela* em vez de *janela*, e *purf(u)elto* em vez de *perfeito*. NOTA DO TRADUTOR].

Alem da característica fonética geral acima mencionada, parece haver três tendências fonéticas na Terceira, tendências que podem um dia vir a ser características definidas.

A primeira é a tendência para frontalizar o *u*, pronunciando-o com um som entre o da vogal normal lusitana e o *u* de S. Miguel. Este som foi ouvido em Angra, Biscoitos, Fonte do Bastardo e Santa Luzia, em *dúvida*, *escudo* e *tudo*. O *u* micalense foi ouvido nas Lagens (*escudos*, *nenhuma*, *tudo* com uma variedade nasalizada em *nenhum*), vogal que pareceu também ser absolutamente comum em Santa Luzia da Praia. O *u* normal foi aliás também ouvido.

Entre as palavras mencionadas nos dois vocabulários dialectais de Silva Ribeiro ⁽⁶⁾ encontram-se as seguintes: *bruito* por *bruto*, *conduito* por *conduto*, *cuitelo* por *cutelo*, *entruído* por *entrudo*, *enxuito* por *enxuto*, *escuítar* e *iscuítar* por *escutar*, *fruito* por *fruto* e *luita* por *luta*. É muito possível que este *ui* represente não um verdadeiro ditongo, como acontece na linguagem de Camões, mas antes este *u* frontalizado.

A segunda tendência é a de frontalizar o *o* nos ditongos que se escrevem *ou* e *oi*. Como resultado disto, ouve-se uma vogal simples entre o *ô* normal e o *o* micalense (*dous*, *chegou*) ou um ditongo que consiste nesta vogal seguida pela semi-vogal *i* (*coisa*, *depois*, *dois*). O *o* fechado normal (i. e. *ô*) foi também muitas vezes ouvido onde na escrita se encontra *oi* ou bem assim *ou*, como por exemplo *às oito*, *Biscoitos*, *coisa*, *deixou*, *depois*, *dois*, *foi*, *ligou*, *noite*, *ouro*, *pouco*, *publicou*. Na Ribeirinha *cousa* foi ouvido com a pronúncia do ditongo *ôu*.

A pronúncia daquilo que é normalmente *oi* é perfeitamente normal como *ô* na Terceira, assim como a pronúncia de *õi* como *õ* (cf. *prestações*, *travões*). Isto é talvez o começo duma tendência para omitir o *i* dos ditongos cadentes acentuados do lusitano normal ter-

⁽⁶⁾ «Linguagem popular» e «Arcaísmos na linguagem popular da Ilha Terceira», este último no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 1943, I, 96-109.

minados em *i*, que é a nona característica fonética do *micaelense*. Cf. *animais* e *cereais*, pronunciado em Angra e na Feiteira respectivamente com *ás* final. A pronúncia com *ô* em palavras tais como *coisa*, *depois* e *noite* é ouvida no falar dos terceirenses educados do mesmo modo que entre a massa da população. (7)

A terceira tendência é a de pronunciar o *á* acentuado como um *a* anterior, semelhante ao *a* anterior ouvido nas ilhas cuja pronúncia foi já discutida. Esta vogal foi ouvida em *cais* e em *vontade*, em Angra, e em *maços*, nos Biscoitos. *Bordados* tinha uma vogal acentuada entre o *á* normal e o *a* anterior na Fonte do Bastardo. A vogal normal foi no entanto ouvida com frequência; era, de facto, a pronúncia comum. Além disso, na Ribeirinha *quási* foi ouvido com o *a* frontal do francês *palte*.

Os seguintes desvios adicionais da pronúncia normal portuguesa foram também ouvidos na Terceira.

r e *l* FINAIS. Nunca se ouviu um *i* depois do *r* ou *l* final, na ilha. Assim por exemplo as seguintes palavras terminavam conforme o uso normal: *comer*, *favor*, *fazer*, *jantar*, *saber*, *ser*, *subir*, *ver*; *Brasil*, *final* (8).

DITONGO ESCRITO *ei*. Este ditongo era pronunciado de vários modos. Em Angra *seis* era ouvido com o som normal *âi*. Nas seguintes palavras, no entanto, o som escrito *ei* era pronunciado *êi*; *bordadeiras* (Ladeira Grande), *dinheiro* (Feiteira), *sugeito* (Ribeirinha). Finalmente nos Biscoitos *comprei* e *feito* foram ouvidos com um ditongo consistindo do *a* anterior seguido de *i*, ditongo que é uma característica fonética do dialecto do Faial.

(7) Silva Ribeiro apresenta *pôs* por *pois* nos «Arcaísmos». Contado na «Linguagem popular» ele apresenta *oltro* por *outro* e *tisoira* por *tesoura* e em uma nota escreve: Na linguagem corrente o *ou* sôa como *oi* e não há distinção na maioria das vezes entre *ou* e *o*. A última parte desta afirmação não se me afigura clara. O *oi* mencionado por Silva Ribeiro, além disso, pôde representar um *o* frontal e não um verdadeiro ditongo. Cf. a minha observação acima acerca do seu *ui*.

(8) Veja nota 17 adiante, para demonstração do que diz respeito a um *i* depois de *r* e *l* finais.

e FINAL NÃO ACENTUADO. Este *e* era omitido, quando seguido por uma palavra começando por vogal, como em *éste ano*, ouvido em Angra.

em FINAL ACENTUADO. Na Feiteira *vem* tinha o som nasalado típico *ái*, pronúncia normal na Terceira ⁽⁹⁾.

em FINAL NÃO ACENTUADO. O *em* final não acentuado era frequentemente omitido, como em *homem e ontem*, ouvidos na cidade ⁽¹⁰⁾

nho FINAL. Na Fonte do Bastardo *desenho* foi ouvido terminando na consoante palatal nasal *nh*.

OMISSÃO DE *s*. Esta omissão era comum, como em *(es)tá* e *mai(s) nada*, ouvido em Angra.

DITONGO *ão*. Em Angra o *São de São Jorge* foi ouvido como *se*, isto é, terminando em *ê* nasalado. Esta pronúncia foi muitas vezes ouvida nas outras ilhas e na Nova Inglaterra. Por consequência, o nome do lugar soa não diferentemente de *Saint George*.

SEMI-VOGAL *i* ANTES DE PALATAIS. Nunca se ouviu o *i* em palavras tais como *baixo* e *caixa* ⁽¹¹⁾.

oa FINAL ACENTUADO. O *oa* final acentuado parecia ser pronunciado ao modo normal na Terceira, como em *está boa* (Angra) e *Lisboa* (Feiteira).

i ACENTUADO. A única pronúncia fóra da regra comum do *i* acentuado na ilha Terceira foi notada nas Lagens, onde *dias* foi ouvido como *duiias*, em que o *u* era o *u* ligeiramente frontal acima mencionado, o primeiro *i* era um *i* normal e o segundo *i* uma semi-vogal *i*

DITONGOS FINAIS NÃO ACENTUADOS. Na Terceira parece haver uma tendência bastante espalhada para omitir o *io* final não acentuado, como em *comércio* (cf. o francês *commerce*), *rádios*, e *relógios*, todas estas palavras ouvidas em Angra ⁽¹²⁾. Semelhantemente, o *io* era omitido em *sócios* tanto na Feiteira como na Ribeirinha. Em S. Miguel, a omissão do *io* final foi ouvida uma vez em *sítio*.

⁽⁹⁾ Em «Linguagem Popular» *tamãin* é dado em vez de *também*.

⁽¹⁰⁾ Silva Ribeiro regista *home* por *homem*, *nuve* por *nuvem* e *selvage* por *selvagem*, em «Linguagem Popular» e *onte* em vez de *ontem*, em «Arcaísmos».

⁽¹¹⁾ *Sâingue* por *sangue* é dado na «Linguagem Popular»; esta pronúncia é muito comum na linguagem típica.

⁽¹²⁾ Na «Linguagem popular» Silva Ribeiro apresenta *relojo* por *relógio*.

ẽ ACENTUADO. Em Angra ouviu-se uma pessoa pronunciar *quen-te* ora com a vogal normal, ora com o *âi* nasalado que foi ouvido na costa norte de São Miguel.

e PRÉ-TÓNICO. Em Angra *freguesia* era pronunciada com o primeiro *e* como *é* aberto. O padre de S. Caetano do Pico, natural da Terceira, chamou a minha atenção para a pronúncia do *e* pré-tónico como *è*, quando me falou das diferenças entre os dialectos da Terceira e do Pico. Na Terceira, disse ele, *pertinho* pronuncia-se com um *e* aberto, ao passo que em S. Caetano tem a vogal normal lusitana.

e ACENTUADO ANTES DUMA CONSOANTE PALATAL. A pronúncia típica lusitana (*â*) parece ser a normal, como em *desenho*, ouvida em Angra e na Fonte do Bastardo (13).

Palavras especiais :

feito : Na Fonte do Bastardo o *ei* desta palavra foi ouvido como *é* aberto. Uma variante exactamente oposta foi notada por Silva Ribeiro, que aponta que o *povo* pronuncia *fêto* (planta) como *feito* (14). Como consequência encontram-se as duas maneiras de ortografar *Feiteira* e *Feteira*, reflectindo as duas pronúncias, embora eu tivesse ouvido unicamente a última pronúncia quando estive na ilha. As duas formas *feto* e *feito* (Lat. *filictum*, cf. Espanhol *helecho*) são paralelas ao *teto* e ao *teito* ouvidos por Käte Brüdt na Madeira (15).

quasi : A pronúncia mais comumente ouvida foi *quaiç*, terminando num *z* puro (16). Na Ribeirinha ouviu-se uma pronúncia semelhante, sendo porem a vogal dominante do ditongo um *a* como o Francês *patte*, em vez do *â* normal lusitano (17).

(13) *Lanha* é apresentado em vez de *lenha* na «Linguagem popular».

(14) Cf. p. 224 da sua «Breve notícia da toponímia terceirense», *Açoreana*, I, 222-227. Este artigo discute a origem dos nomes de localidades na Terceira e tem como suplemento uma nota no *Bol. do Inst. Hist. da Ilha Terceira*, I, 188.

(15) Cf. nota 56 do meu artigo sobre a Madeira.

(16) *Quaise* em vez de *quâsi* é apresentada nos «Arcaísmos».

(17) Outras palavras interessantes apresentadas nos vocabulários de Silva Ribeiro são *adiente* e *diente* por *adeante* e *deante*, *Antoino* por *António*, *auga* e *augua* por *água*, *cambrá* por *câmara*, *despois* por *depois*, *drumir* por *dormir*, *esprito* e *isprito* por *espírito*, *jejuar* por *jejuar*, *lua* por *lua*, *munto* por *muito*, *prove* por *pobre*, *rubeira* por *ribeira*, e *ua* por *uma*. *Inzame* e *inzempro*

GRACIOSA

A ilha Graciosa, situada umas quarenta e cinco milhas a noroeste da Terceira é logo acima da mais pequena das ilhas do arquipélago. Medindo nove milhas por cinco e com uma população de um pouco mais de 9000 habitantes, ufana-se de uma das mais interessantes atracções que se podem oferecer ao visitante, a Caldeira e Furna do Enxofre, que os turistas visitam passando por cima do bordo da cratera a cavalo em burros. A ilha tem duas vilas, Santa Cruz e Praia, ambas situadas na costa voltada ao norte.

são também apontados em vez de *exame* e *exemplo*; cf. nota 82 do meu artigo sobre São Miguel. [As pronúncias *jejuar*, *lua* e *ua* tem um til sobre o *u*, no original, que não se pode aqui usar por falta do tipo próprio. N. DO E.]

Dois outros artigos de Silva Ribeiro merecem também menção por se relacionarem com a linguagem das ilhas. O primeiro é «Notas de etnografia da Terceira», *Revista Lusitana*, 1938, XXXVI, 168-196; este artigo, entre outros assuntos, discute alcunhas. O segundo é «Americanismos na linguagem popular dos Açores», *Portucale*, 1941, XIV, 131-133; discute a influência de emigrantes regr essados dos Estados Unidos, e também do Brasil, no vocabulário geral açoriano.

O novo *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* contem considerável informação linguística, alguma dela fornecendo informação sobre a pronúncia. A parte 1.^a das «Notas de Etnografia» do Capitão Frederico Lopes Jr. (II, 165-214), tem por título «Locuções e modos de dizer do povo da Ilha Terceira» e contem *bum* por *bom*, *fô* por *foi*, *home* por *homem*, e *ontem* por *ontem*; a parte 3.^a, «O abração (alcunha), espelho satírico do povo terceirense» tem *empige* por *impigem*, *ontem* por *ontem*, *quintim* por *quentinho*, e *vi gairo* por *vigário*.

No terceiro volume o mesmo autor tem um «Subsídio para o estudo da linguagem do povo da Ilha Terceira» (pp. 332-334), abrangendo comparações, exclamações, pragas e ameaças; nele encontramos de novo *bum* por *bom*. No II, 229-302, Silva Ribeiro discute «Nomes de ventos e do diabo» e no V, 231-246, «Cartas da América». Neste último artigo ha muitas observações sobre a linguagem da Terceira refletida em cartas escritas em português por terceirenses residentes nos Estados Unidos. Estas cartas indicam que o *l* é ocasionalmente pronunciado depois de *r* e do *l* finais, ao contrário daquilo que achei.

O Instituto Histórico está interessado em cooperar com o professor Paiva Boléo no *Inquérito Linguístico* (cf. I, 174 e 178, e II, 286) e também em recolher cantigas populares. (cf. II, 288).

Fiz quatro breves visitas à Graciosa, cada uma de poucas horas de duração, apenas. Duas foram à Praia, durante a permanência do vapor «Carvalho Araujo» e duas a Santa Cruz durante a escala do Lima (18).

Aproveitei a minha segunda visita à Praia para ver a Caldeira e Furna do Enxofre.

Das observações feitas na ilha, concluí que o dialecto da Graciosa é muito semelhante ao lusitano típico na pronúncia e que, quando dele difere, é de harmonia com diferenças já notadas em outros dialectos insulares portuguezes.

O dialecto da Graciosa oferece alguma da ditongação que é característica do *terceirense*. Assim, na Praia ouvi *c(u)arro* duas vezes e também *P(u)ico*. Semelhantemente em Santa Cruz ouvi *c(u)arro* e *sub(u)ir*.

O *a* anterior é ouvido nesta ilha do mesmo modo que em muitas outras de Portugal insular. Ouvi-o na Praia em *baixo* (duas vezes, com o *i* não pronunciado), *cansado*, *carro* (duas vezes) *fracos e lado*. Por outro lado na mesma localidade ouvi o *á* normal em *pai e tarde*. Em Santa Cruz apenas ouvi a vogal normal em *passam e trás*.

O *u* acentuado típico foi ouvido tanto na Praia (*calcule, Cruz, escudos, munto*) como em Santa Cruz (*escudo*). O *i* acentuado típico foi de igual modo ouvido em *milho e trigo*, na Praia, e em *visita*,

(18) Antes da guerra estes dois navios da Empresa Insulana de Navegação mantinham serviço regular entre Lisboa e as ilhas adjacentes. O «Carvalho Araujo», cujo nome é o de um heroico marinheiro português da primeira guerra mundial, partia de Lisboa regularmente no dia 23 de cada mês e tocava no Funchal, Madeira; Ponta Delgada, S. Miguel; Angra, Terceira; Praia, Graciosa; Velas, S. Jorge; Cais do Pico, Pico; Horta, Faial; Corvo; Santa Cruz, Flores; e Lagens, Flores; dali para a Horta, de regresso, até Lisboa com as mesmas escalas. O «Lima», partindo de Lisboa a 8 de cada mês tocava em Porto Santo (de Julho a Setembro apenas); Funchal; Vila do Porto, Santa Maria; Ponta Delgada; Angra; Santa Cruz, Graciosa; Calheta, S. Jorge; Lagens, Pico; e Horta; depois regressava a Lisboa com as mesmas escalas. A escala do «Carvalho Araujo» no Corvo era feita durante os meses de verão, apenas (Maio a Outubro) e em Fevereiro. Muitas das minhas viagens entre as ilhas dos Açores foram feitas nestes dois navios e também viajei uma vez ou outra em iates, chalupas e gasolinas açorianas.

em Santa Cruz. Neste último lugar *cinco* ouviu-se uma vez com a vogal não muito diferente de um *õ* nasalado. Esta pronúncia não parecia ser geral, no entanto ⁽¹⁹⁾.

O *ô* acentuado e o *ó* também acentuado foram ocasionalmente ouvidos ambos como o ditongo *ôu* (*fôra, horas e vapor, na Praia*). Contudo o *ô* típico ouviu-se em *senhor* na Praia e também em *Corvo*, em Santa Cruz. Além disso, ouvi na Praia *noite* com *ôi*, mas *foi* com *ô*.

Na Praia *quarta-feira* foi pronunciada com o ditongo normal *âi* em vez de *ei*, embora em Santa Cruz tanto *brincadeira* como *meia hora* tivessem *ei*.

Ré tinha uma vogal entre *é* e *ê* na Praia.

À letra *a* antes duma consoante nasal intervocálica davam-lhe o valor normal (*â*); cf. *ano* e *fulano* na Praia e *êste ano* em Santa Cruz. Na última expressão o *e* final de *êste* não tinha som perceptível. Na Praia *instante* tinha a pronúncia normal.

Nunca ouvi um *i* depois de *r* ou *l* final; cf. *senhor* e *vapor*, ouvidos ambos na Praia, onde *talvez* tinha o mesmo *a* palatal seguido por *l* velar que tem no lusitano puro.

Em Santa Cruz ouvi uma vez um *s* omitido em *mais bonitinho* ⁽²⁰⁾.

SÃO JORGE

São Jorge está situada a meio do grupo de cinco ilhas que formam os Açores centrais. Fica trinta e cinco milhas ao sul da Graciosa e é uma ilha comprida e estreita, que mede trinta e quatro milhas por cerca de tres e meia. Tem uma população aproximada de 16.000 habitantes.

⁽¹⁹⁾ Cf. nota 72 do meu artigo sobre São Miguel.

⁽²⁰⁾ O único artigo sobre a linguagem da Graciosa, de que tenho conhecimento, é de Frederico Lopes «Locuções e alcunhas em uso na ilha Graciosa», *Bol. do Inst. Histo. da Ilha Terceira*, 1946, 1V, 296-300. Embora não seja baseado em observações do autor *in-situ*, contém citações que dizem respeito à pronúncia; cf. *Cambra* em vez de *Câmara*, *ferruge* em vez de *ferrugem*.

Visitei São Jorge tres vezes, uma vez nas Velas e duas na Calheta, durando cada visita apenas poucas horas, enquanto o navio fazia o serviço. Em outra ocasião o «Carvalho Araujo» aportou às Velas; o mar, porém, estava tão bravo (era em Janeiro) que foi impossivel ir a terra. Em uma das minhas viagens entre as ilhas, num iate, encontrei um rapaz da Ribeira Seca, São Jorge, e tomei algumas notas da sua pronúncia.

A minha conclusão a respeito da pronúncia do dialecto de São Jorge é identica à que tirei para a Graciosa. Os dois dialectos são na realidade muito semelhantes, com frequente ditongação e substituição do *a* anterior em vez do *á* acentuado normal, em ambas as ilhas.

Na Calheta ouvi a ditongação como segue: *aqu(u)i* (duas vezes), *busc(u)ar*, *c(u)arro*, *portug(u)ês*, *com(u)ido*, e *P(u)ico*. O homem da Ribeira Seca dizia *c(u)arne*, *com(u)ida* e *P(u)ico*. Nas Velas ouvi *c(u)ampo*, mas *cá* com a pronúncia normal.

Sòmente na Calheta ouvi o *a* anterior acentuado, em *acolá*, *baixo* (tres vezes), *braço*, *gado*, «*Peninsular*» (um navio de outros tempos), e *sábado*. Por outro lado, ouvi o *á* normal na mesma vila em *apanhar*, *baixo*, *buscar*, *carro*, *lá*, *moagem*, e *toda a parte* ⁽²¹⁾, na linguagem do homem da Ribeira Seca (em *carne*, *falada*, e *há*), e nas Velas (em *baixo*, *cá*, e *passagem*).

Embora na Calheta *dia* tenha sido duas vezes ouvida com uma sugestão do ditongo *õi* Madeirense, o *i* em todas as outras ocasiões era o normal, como em *aquí* (ouvido duas vezes), *cima*, e *criancinha*.

Na Calheta *dois* e *pouco* ouviram-se com a vogal simples *ô* e não com o ditongo. A mesma vogal se notou em *senhor* (Ribeira Seca). Nas Velas *embora* tinha o som normal *ó*.

Ouvi *sou* na Calheta com adição de um *a* final átono,⁽²²⁾ de forma que a palavra rimava com *boa* normal, tambem ali ouvida. Alem dis-

(21) O *á* normal ouviu-se duas vezes nesta expressão, entre *d* e *p*, assim como em *parte*.

(22) Cf. a quinta característica fonética da Madeira e Porto Santo, e a segunda de Santa Maria.

so, ouvi uma vez a mesma palavra e na mesma localidade com a pronúncia *buá*. (com o *u* nasalado).

ei acentuado parecia geralmente ser *êi*, como em *manteiga*, *primeiras*, *queijo* e *sei*, na Calheta, e *passageiro*, nas Velas. Na primeira localidade ouvi *cem* com *êi* nasal e *aquela* com uma vogal acentuada entre *ê* e *é*.

Na Calheta o *São de São Jorge* era idêntico ao *cem* do parágrafo precedente. Quanto a *baixo*, ouvi-o quatro vezes na Calheta e uma vez nas Velas sem o *i*. Na Calheta também o *e* de *que* era mudado na expressão *parece-me que é*.

Tanto *morre* como *terra* tinham incontestavelmente o som apical arrastado *rr* na Calheta. O *r* final nunca o ouvi com um *i* acrescentado; cf. «*Peninsular*» (Calheta) e *senhor* (Ribeira Seca).

O *l* especial de Santa Maria e de S. Miguel ouviu-se uma vez em *lá* (Calheta). Nesta localidade *câmara* ouviu-se como *cambra*.

Na Calheta as seguintes omissões foram notadas: *à(s) vezes (es) tá mai(s) melhor* ⁽²³⁾, *mai(s) miudas*, *moag(em)*, *tam(b)ém* e *viag(ens)*. Nas Velas ouviu-se *passag(em)*.

PICO

Separada de São Jorge por uma faixa de mar de onze milhas de largura apenas, e a umas escassas quatro milhas do Faial, a ilha do Pico lança ao turista o maior desafio de todo o arquipélago açoriano a ascensão ao tope do pico (subir à ponta do Pico, é a expressão local). Com mais de 7600 pés de cota, numa subida rápida a partir da costa, é o terceiro pico em altitude em todo o Oceano Atlântico, sendo excedido apenas pelo de Tenerife nas Canárias e o do Fogo no arquipélago de Cabo Verde. Domina um panorama completo do grupo central dos Açores e é especialmente lindo quando se vê pelo lado de oeste, isto é, do Faial, principalmente quando a parte superior está coberta de neve, como acontece nos meses de inverno, e quando ha nuvens em volta mas mais abaixo do cume. A ilha tem trinta mi-

(23) Um comparativo não muito desusado nas ilhas.

has de comprimento por nove de largura e a sua população é de cerca de 20 000 habitantes.

Durante as minhas cinco semanas de residência na Horta, ilha do Faial, fui ao Pico várias vezes, e também desembarquei no Cais do Pico e nas Lagens quando viajei no «Carvalho Araujo» e no «Lima». Deste modo estudei o dialecto não só nestes dois lugares, mas também nas Bandeiras, Madalena, São Mateus, São Miguel Arcanjo, ⁽²⁴⁾ São Roque e Terra do Pão.

A característica fonética geral do *picoense* ⁽²⁵⁾, que eu notei, foi uma ditongação muito frequente, por exemplo em *aqui*, pronunciado *aqu(u)i*. Podem classificar-se os exemplos como para a Terceira:

TIPO A: destaque de uma semi-vogal entre *k* ou *g* e uma vogal.

Destaque de *u*.

aqui, cá, cabo, Cais. cais, carro, gado, lugar, tocar; cartão Carvalho (antes da vogal átona, nestas duas palavras); *quente; campos*.

Destaque de *i*

cá.

TIPO B: destaque de uma semi-vogal entre *p*, *b*, ou *m* e vogal.

Destaque de *u*

dormir; comer, mês; bem. Ouvi *pôrto* com o *pô-* normal no Cais do Pico e em São Miguel Arcanjo, e *bom* como *bõ* nas Bandeiras e

⁽²⁴⁾ Parece haver consideráveis dúvidas a respeito do nome exacto deste lugar. Ouvi *São Miguel Arcanjo, São Miguel Angelo, e São Miguel Anjo*. Vi *São Miguel Ângelo* impresso num cartão de visita, notei *S. Miguel Arcanjo* no começo duma carta, e ouvi muitas vezes *São Miguel Anjo*.

⁽²⁵⁾ No *Mês de Sonho*, pp. 64-65, Leite de Vasconcelos escreve *piquense* em vez de *picoense*, embora esta última seja a forma «literária» geral. Uma forma mais comum é *picarôto*, que Leite de Vasconcelos também aponta. Verifiquei no entanto que a gente do Faial considerava *picarôto* um tanto como calão.

Leite de Vasconcelos tentou corrigir os termos usados pelo povo em outros lugares. Cf. *Opúsculos* III, 467-468, em que ele pretende que se adote *Açorano* ou *Açorense* em vez de *Açorlano*. É escusado dizer que esta última é a forma adotada.

como *bum* na Madalena. *Boa* era pronunciada *búa* em São Miguel Arcanjo ⁽²⁶⁾.

TIPO C: destaque da semi-vogal *u* entre *v* e vogal.
ver; *chovendo*.

TIPO D: ditongos de origem vária.
o *(ku)eu*; *estr(i)ada*. Lang aponta *estirada* em vez de *estrada* ⁽²⁷⁾.

Verifiquei ser o *a* anterior extremamente raro no Pico, notando o seu aparecimento apenas em *cais* e *vontade*, em S. Mig. Arc. Ouvi o *á* normal nas seguintes palavras: *estrada*, *Faial* e *mar*, nas Bandeiras; *baixo*, *casas* e *lado*, no Cais; *Faial*, na Madalena; *baixo*, *cá* (duas vezes), *casais*, *graixa*, *principal*, *quási* e *tal*, em S. Mig. Arc.; e *estrada*, em S. Roque.

As outras vogais acentuadas soam como no português normal. Assim o *ô* é um autêntico *ô* e não *u*. Ouvi *ô* em *porto* e *senhor* Cais), *porto* (S. Mig. Arc.), e *senhor* (São Roque). Veja o que atrás se disse ácerca de *bom* e *boa*.

No conjunto os ditongos são como os da linguagem normal, embora em S. Mig. Arc. tivesse ouvido *bois* sem o *i*. Esta perda da semi-vogal não era no entanto geral ao mesmo ponto que em São Miguel e, embora em menor escala, na Terceira. Ouvi o ditongo puro em *casais*, em S. Mig. Arc.‡

Como o ditongo escrito *ei* tem uma pronúncia especial na vizinha ilha do Faial, tinha eu particular curiosidade em notar a sua pronúncia no Pico. Ouvi sempre o *âi* lusitano normal, por exemplo em

⁽²⁶⁾ Cf. p. 17 do *Vocabulário regional colhido no concelho das Lages (Ilha do Pico)* do General F. S. de Lacerda Machado (Coimbra, 1917, 80 pp.), em que o autor escreve:

«*Bom*, *bôa* tem uma pronúncia especial; *bão*, *bôua* (acento predominante no *â*). Este estravagante caso dá-se igualmente em Lisbôa (*Lisbôua*), mas não se ouve em nenhuma outra palavra». Nunca ouvi esta pronúncia do *ao* final no Pico, embora tivesse notado ser uma característica fonética regular na Madeira e em Porto Santo.

⁽²⁷⁾ «Notas açorianas», Revista Lusitana, 1895, III, 80-82.

veio (Cais), *primeiro* (Madalena), *dinheiro* (duas vezes) e *seis* (S. Mig. Arc.), e *ribeira* (S. Roque) ⁽²⁸⁾.

Nas Lagens o *São* de *São Roque* foi uma vez ouvido com a mesma pronúncia que lhe dão na ilha deste nome. Além disso não se ouviu o *i* nas palavras *baixo* e *graixa*, no Pico.

Não se ouviu normalmente o som *i* depois do *r* ou *l* finais. Assim as seguintes palavras tinham a consoante final normal: *mar* e *Faial* (Bandeiras), *senhor* (Cais), *Faial* (Madalena), *tal* (S. Mig. Arc.) e *senhor* (São Roque). Na Terra do Pão, no entanto, ouviu-se uma vez *mar* com um *i* final. Embora o *l* final das palavras atrás enumeradas fosse o *l* velar, o *a* que o precede não se tornava velar. Além disso, na palavra *principal* ouvida em S. Mig. Arc., o *l* final não era velar, mas tinha antes um som semelhante ao do *l* final espanhol.

Os *rr* apicais parecem constituir norma no Pico. Notei especificadamente esta pronúncia em *rua* em S. Mig. Arc.

São frequentes as omissões, como *até à(s) Lages*, *mai(s) logo nuv(en)s* e *on(tem)* ⁽²⁹⁾. Deve notar-se que a vila das Lages, embora ocasionalmente ortografado Lagens, pronuncia-se geralmente [IA3].

Pronúncia especial de algumas palavras:

alemães: Ouvi duas vezes dizer *alemões*, uma vez na Madalena, onde alguém disse: «Vim aqui o ano passado com mais tres *alemões* dos aviões», e uma vez na terra do Pão durante uma conversa acerca de alguns *alemões* que tinham subido à montanha.

câmara: No Cais um homem que tinha estado oito anos nos Estados Unidos, referia-se ao camarote que tinha utilizado no vapor, como a minha *cambra* ⁽³⁰⁾.

⁽²⁸⁾ O general Lacerda Machado escreve (op. cit., p. 17); "A respeito do *e*: pronuncia-se espêlho, coêlho, têlha. etc., como no Alentejo, e não espeilho ou espálho, coeilho ou coálho, teilha ou tálha."

⁽²⁹⁾ O general Lacerda Machado menciona *antonte* em vez de *anteontem*, *onte* em vez de *ontem*, e *tamem* em vez de *tambem*.

⁽³⁰⁾ O general Lacerda Machado apresenta também *cambra*, em vez de *câmara*.

lagosta: A expressão *a lagosta* foi ouvida como *a alagosta* na Terra do Pão. Cf. Santa Maria.

numa: *Nua* em S. Mig. Arc. com *u* til.

quasi: Ouvida como *quaiiz*, com o *z* final bem pronunciado [z], em S. Mig. Arc.

De todos os dialectos de Portugal insular até ao presente discutidos, o do Pico é o que mais se aproxima da linguagem normal, pelo menos no que respeita à pronúncia. Embora os dialectos de S. Jorge e da Graciosa sejam muito semelhantes ao lusitano normal, eles tem no entanto o *a* anterior e também a ditongação. O terceirense tem tendências para *ü* e *õ* assim como para o *a* anterior e além disso a ditongação.

FAIAL

Por muitas décadas a ilha do Faial, que tem 23.000 habitantes e mede catorze milhas por nove, foi o meio mais cosmopolita de todo o arquipélago, a ilha cujos habitantes estavam mais familiarizados com as manifestações do viver moderno. Esta desenvoltura, pôde dizer-se mesmo esta petulância, era largamente devida à presença de uma colónia de empregados estrangeiros das companhias do cabo submarino e, nos anos mais recentes, à presença de pessoal da aviação estrangeira. Além disso o contacto havido no século desanove com os Estados Unidos, por via dos navios de comércio e balieiros, que costumavam fazer escala pela Horta, assim como por influência de cônsul

(³¹) Outras palavras de interesse fonético apresentadas pelo general Lacerda Machado são *açucré* por *açúcar*, *áua* por *água*, e *lua* por *lua*.

(³²) O livro do Padre Francisco Nunes da Rosa, *Gente das Ilhas (Quadros Açorianos)* (Bandeiras, Pico, 1925, 155 pp.) é uma colecção de contos que contém muitas palavras tiradas do inglês da América e introduzidas no falar de certos personagens ou de qualquer outro modo introduzidas no texto. Um conto «Pois suposto» (pp. 141-148), contém um tão grande número destes termos, que um pequeno glossário foi inserido a p. 149. O Padre Nunes da Rosa escreveu também um livro sobre as Flores, *Pastorais do Mosteiro*, (1904); não consegui obter um exemplar dele e não posso portanto afirmar que ele tenha qualquer informação linguística.

americano, que ali tinha residência durante quasi um século, tudo isso contribuía significativamente para o modernismo da ilha.

Estudei a pronúncia do dialecto do Faial na Horta, e tambem no Capelo, Castelo Branco, Cedros, Feiteiras, Flamengos, Pedro Miguel e Praia do Norte. Muitas das minhas observações foram feitas na Horta e ali em volta, pois lá vivi desoito dias em Fevereiro e outros desoito dias em Agosto de 1939. Visitei tambem os Flamengos várias vezes e tenho de falar mais a respeito do nome deste lugar e da pretendida influência flamenga na ilha, em um artigo à parte ⁽³³⁾.

Parece haver duas características fonéticas do dialecto *faialense*:

1. A pronúncia do ditongo escrito *ei* com o *a* anterior da pronúncia insular como vogal acentuada.
2. O emprego duma melodia especial.

1. Na Horta o ditongo escrito *ei* é algumas vezes pronunciado ao modo normal (*âi*) e outras vezes *êi*. Usualmente, no entanto, é pronunciado com um *a* que é ainda mais aberto do que *â* e que dá ao meu ouvido a impressão do *a* da palavra francesa *grâce* ou o *a* da palavra portuguesa *mal*, sem contudo ter o som um tanto velar deste último *a*. Ao ouvido de um americano é muito parecido com o *o* do palavra *God* com a pronúncia de Boston. Ouvi esta pronúncia dialectal do *ei* em muitas partes da ilha, incluindo a Horta, nas seguintes palavras: *bombeiros*, *cortei*, *dinheiro*, *direito*, *engenheiro*, *feio*. *Feiteiras* ⁽³⁴⁾, *joguei*, *maneira*, *meio*, *passeio*, *Pasteleiro*, *peixe*, *primeiro*, *ribeira*, e *sei*.

Conclui ainda que, ao passo que a pronúncia dialectal estava generalizada nas partes sul e sueste da ilha, a pronúncia *êi* era regular

⁽³³⁾ «Insular Portuguese Pronunciation: Alleged Flemish Influence», in *Mediaeval Studies in Honor of Jeremiah Denis Matthias Ford* (Cambridge, Mass., 1948, pp. 211-221.

⁽³⁴⁾ Os dois *ei*'s tinham a pronúncia local nesta palavra, quando ouvida em Castelo Branco. Na Horta apenas o ditongo não acentuado tinha essa pronúncia, tendo o ditongo acentuado a pronúncia *êi*.

na parte norte. Assim, nos Cedros e na Praia do Norte ouvi *êi* em *direito, meio, grosso, perfeitamente, e sei*, e um ditongo cujo *a* era intermédio entre *â* e *ê* em *nevoeiro* e também em *sei*. No Capelo parecem usar-se as duas maneiras de pronunciar; por exemplo; uma senhora que usava a pronúncia dialectal em *peixe*, pronunciava *êi* em *sei* e *veiu*. Também ouvi *sei* com o *âi* normal na mesma localidade. Na Horta ouvi uma vez o *ei* de *seis* reduzido à simples vogal *â*.

Na cidade ouvi duas vezes o ditongo dialectal em *igreja*, e também o ouvi nos Flamengos em *igreja* e *vermelha*. Por outro lado, *lenha* ouviu-se simplesmente com *â* na Horta. Em geral, todas as vezes que a semi-vogal *i* era posta em destaque entre o *e* acentuado e uma consoante palatal, o ditongo resultante era aquilo que é característico do faialense.

As maneiras de pronunciar o *-eia* final nesta ilha, tendem a corroborar a distribuição geográfica indicada acima. Assim, ouvi *-êia* em *hora e meia*, nos Cedros, e na Prainha do Norte ouvi *-âia* na mesma expressão. Por outro lado, na Horta e nos Flamengos a vogal acentuada era normalmente um *a* anterior.

2. Em resposta a uma pergunta minha a respeito das diferenças entre a maneira de falar do Faial e a de Lisboa, uma pequena de sessete anos, da Horta, que não tinha qualquer prática linguística, a não ser a resultante de uma demora de seis meses em Lisboa, respondeu-me que a linguagem dos dois lugares é a mesma, excepto em que o faialense é falado mais arrastado e o fim das frases é cantado. Esta descrição coaduna-se admiravelmente com a melodia típica e característica que ouvi na ilha. A sílaba acentuada e as sílabas seguintes, não acentuadas, de cada grupo que se pronuncia de um fôlego, com excepção do último, são ditas num tom cada vez mais alto. Estas sílabas são grafadas em itálico nas seguintes indicações que eu recebi duma jovem da ilha: «Para ir acolá *cima*, o senhor siga sempre este *caminho* e quando chegar à pequena *ponte*, vire para a esquerda e vá até ao fim».

No Faial, como na Madeira, ha várias modalidades diferentes de melodia. Uma residência de cinco semanas não é decerto suficiente

para alguém poder familiarizar-se com todas elas. Desejo apenas indicar que uma das características do dialecto da «Ilha Azul» é a sua melodia.

A juntar às duas características gerais do faialense, acima discutidas, ouvem-se uma vez ou outra ditongos devidos ao destaque de uma semi-vogal *u* entre um *k* ou um *g* e uma vogal, embora tais ditongos não sejam de modo algum triviais como nas outras ilhas do grupo central. Na Horta ouvi *boc(u)ado*, *c(u)ais*, *lug(u)ar*, *toc(u)â-mos*, e *toc(u)ava*, estes dois últimos exemplos da boca do mesmo indivíduo. Semelhantemente ouvi nos Flamengos *aqu(u)i* (duas vezes), e *toc(u)ar*. No mesmo lugar ouvi *cam(u)inho*, em que o *u* vem depois de um *m*. O destaque da semi-vogal *i* foi notado apenas uma vez na ilha, em *ficou*, pronunciado *fiqu(i)ou* na Horta.

Seguem-se outros modos de pronunciar anormais.

r e l FINAIS. Embora a pronúncia de um *i* depois de um *r* ou *l* finais seja muito comum no Faial, não é contudo geral. Ouviu-se em *ar*, *correr*, *devagar*, *ir e vir* ⁽³⁵⁾, *levar*, *mar*, *pregar*, *ver*; *mal*, *Maciel*. Para mais, o uso do *l* não velar, em fim de palavra, estava bastante generalizado em palavras a que se não acrescenta o *i*. Nas palavras terminadas em *l* com o *i* acrescentado, o *l* não era na verdade velar, nem a vogal precedente tomava o som velar. O mesmo pôde dizer-se da vogal acentuada de palavras em que não se ouve o *i* adicional. Assim nos Flamengos *igual* terminava em um *â* normal, não velar, seguido pelo *l* final espanhol. Por outro lado, ouvia-se com frequência o *l* velar e vogais com o som velar, quando o *l* era quer intervocálico, quer final; cf. *busca-lo*, ouvido na Horta como se fosse *buscal*.

e FINAL NÃO ACENTUADO. O *e* final não acentuado soava muitas vezes como *i*. Cf. *esteve*, *houve*, e *noite* (Capelo), e *longe* (Praia do Norte).

(35) A expressão *ir e vir*, pronunciada *iri viri*, foi muitas vezes ouvida na ilha como equivalente de *ida e volta*.

PRONUNCIA DO *ou*. A vogal pura *ô* parecia ser a norma, como em *cousa, depous, e falou* (Horta), e *depous* (Flamengos).

em FINAL ACENTUADO. A pronúncia normal lusitana (*âi* nasalado) foi a única ouvida no Faial, como por exemplo em *além, bem, quem, também, vem*.

em FINAL NÃO ACENTUADO. O *em* final não acentuado era por vezes omitido, como em *viag(ens)*, ouvido na Horta.

nho FINAL. Na Horta *rapazinho* foi ouvido terminando no som *ing*, inglês. Na mesma cidade *Anaquinha* terminava no mesmo som seguido de um [v], pronúncia que fazia lembrar *Anna King*. Embora a Horta tivesse sido o único lugar, em Portugal insular, em que ouvi o *ng* inglês de *sing*, quer em situação intervocálica, quer final, ouvi-o muitas vezes em Lisboa e arredores depois duma vogal nasal acentuada, especialmente em *sim*.⁽³⁶⁾

OMISSÃO de *s* e *z*. O *s* e o *z* eram inúmeras vezes omitidos em toda a ilha. Cf. *à(s) dez e meia, do(s) Rosais, (es)tá, (es)teve, (es)tive mai(s) duma meia hora, mai(s) longe, mai(s) nada, mai(s) rica, me(s)mo, não se fa(z) nada, (es)tado*. Além disso, no

(36) A adição deste *ng* tem sido notada várias vezes nos tratados clássicos sobre a fonética portuguesa, e Ernst Kieckers transcreveu mesmo as palavras portuguesas *quem* e *como* assim: *keng* e *kong*, na sua *Historische lateinische Grammatik*, Munich, vol. I, 1930, pp. 155-156. Cf. também um artigo de viagens intitulado "Streifenlichter aus Lissabon", assinado por "Gulliver", em *Turismo, revista de hotéis, viagens e actualidades*, Lisboa, Ano I, N.º 2, Junho-Julho, 1936, p. 9: "... Noutros tempos quando ainda estava na escola e me ensinaram a pronúncia de 'Magalhães', convenci-me imediatamente de que o português devia ser uma língua difícil". Um pouco mais adiante Belém é transcrito como "Blaing".

[O autor usa os sinais gráficos da Associação Fonética Internacional, que é materialmente impossível reproduzir aqui. A citação de "Turismo..." vem em alemão. NOTA DO TRAD].

William Beckford, um inglês de distinção, que residiu em Portugal no final do século XVIII, deu-nos talvez a melhor descrição possível das vogais nasais portuguesas: "... A língua está cheia de terminações em *oins* e *ong* — como o Chinês — ou antes como o som de um tubo vazio, quando se lhe bate..." (Carta de 4 de Junho de 1787).

Faial, como em Lisboa, *muita vez*, no sentido de *muitas vezes*, ouvia-se com frequência, podendo tratar-se duma redução fonética ⁽³⁷⁾.

Ó ACENTUADO. — Em vista de maneiras de pronunciar ouvidas a descendentes de gente do Faial na Nova Inglaterra, prestei toda a atenção, se o *ó* e o *õ* acentuados eram pronunciados respectivamente como *u* puro e *u* nasal. Nunca ouvi tais pronúncias na ilha. Na Horta, no entanto, ouvi duas vezes *senhor* pronunciado com *ó* ligeiramente frontal, sendo de uma das vezes a vogal muito longa. Ouvi também um ditongo muito longo *ou* em *senhor*, nos Flamengos. Em todos os outros casos a vogal era a da linguagem normal.

Õ ACENTUADO. Veja o parágrafo anterior. Em Castelo Branco um homem pronunciou *está bem bom* com *bão* em vez de *bom*, e depois repetiu ⁽³⁸⁾. No entanto o *ó* normal era corrente.

Ã NÃO ACENTUADO. Na Horta ouvi uma vez *holandês* com o *a* anterior nasalado, que é característica fonética do dialecto do grupo oriental.

SEMI-VOGAL *i* ANTES DE PALATAIS. *Baixo, caixa, e facho* nunca se ouviram com *i* em qualquer parte da ilha. Nas Feiteiras *longe* ouviu-se com o ditongo acentuado *õí* e com o *e* final não pronunciado; na Praia do Norte, por outro lado, esta palavra tinha o *õ* acentuado e o *e* soava como *i*. Nesta última localidade igreja tinha *ê* acentuado seguido pela consoante palatal ⁽³⁹⁾.

U ACENTUADO. Nos Flamengos *tudo* foi ouvido com um *u* ligeiramente frontal. Além disso, na Horta, *munto* (em vez de *muito*) ouviu-se com um traço de frontalização no *u* nasal.

OA FINAL ACENTUADO. A pronúncia usual era a da linguagem normal, embora se ouvisse *ua* em *Lisboa*, na cidade da Horta.

PRONUNCIA *dos rr* É impressão minha que os *rr* velares são mais

⁽³⁷⁾ Cf. *bom dia, boa tarde e boa noite*, em vez das correspondentes formas do plural. Cf. também *muita coisa* expressão usada vulgarmente no lusiitano normal em frases como «Ha muita coisa para ver».

⁽³⁸⁾ Veja a nota 26, atrás.

⁽³⁹⁾ Veja o n.º 1 acima para a pronúncia adicional de palavras com vogal acentuada seguida de consoante palatal.

comuns do que os *rr* apicais. Ouvi a pronúncia velar muitas vezes na Horta (em *correio, corrente, genro, melro e Ribeirinha*) e também nos Flamengos (*correio, ruínas*) e na Praia do Norte (*Ribeira*).

i ACENTUADO. Nos Flamengos ouvi uma vez um rapazinho gritar *aqui* com o *ói* acentuado, do dialecto madeirense.

a ACENTUADO. No Faial esta vogal tem quasi na generalidade a pronúncia normal. Na verdade nunca se ouviu o *a* anterior, embora se notasse por vezes uma vogal entre o *â* normal e o *a* anterior, na Horta (*acolá, facho*), nas Feiteiras (*acolá*) e nos Flamengos (*obrigado*). Neste último lugar ouviu-se uma vez o *a* do francês *patte* em *fraca*.

â ACENTUADO. Na Horta um indivíduo pronunciou *mas* como *mês* e depois emendou para a pronúncia normal. A mesma palavra ouviu-se duas vezes na Horta com a pronúncia *mais*.

VALOR DO *s* ANTES DE CONSOANTES. No Capelo uma senhora a quem faltavam muitos dentes, mas que podia perfeitamente pronunciar *acho* com um *ch* normal, pronunciou *feſta* com um *s* sibilante em vez do *ch*.

Pronúncia de várias palavras:

às oito: ouvida como *às oite*, na Horta. A mesma pronúncia foi notada na Madeira.

coroa: ouvida como *croa* no Capelo.

dividida: o primeiro *i* ouvido como *u*, na Horta. Cf. *levada*, na Madeira.

Espalamaca: pronunciada *Espala manca* com um *á* aberto nasalado, na Horta (não o *â* normal, que é um *â* nasal).

Espirito Santo: (*E*)*sprito Sant(o)* ouvido no Capelo pronúncia muito comum.

ficar; fincar, nos Flamengos. Cf. *Espalamanca*, acima, e também a nota 82 da minha discussão da ilha de S. Miguel em que chamei a atenção para a ocorrência frequente da nasalização no português continental.

muito; embora a pronúncia geral no Faial seja *munto*, ouvi *muito* no Capelo.

nenhum; nem-um, nas Feiteiras.

quasi; ouvido frequentemente como *quai^z*, terminando num *z* bem pronunciado.

remédio; o *io* final omitido, na Horta. Veja atrás o que ficou dito sobre DITONGOS NÃO ACENTUADOS na Terceira.

tambem; ouvido sem o *b*, na Horta.

uma; ouvido como *ua* (com *u* til), muitas vezes e em toda a ilha.

A pronúncia do português no Faial aproxima-se muito da linguagem normal, mas não tanto como no Pico. Póde ser arriscado nesta altura ver uma correlação entre a pronúncia e a existencia do analfabetismo, mas é interessante notar que no *Distrito administrativo da Horta*, que abrange as ilhas do Pico, Faial, Flores e Corvo ⁽⁴⁰⁾, o analfabetismo é, ha alguns anos para cá, inferior ao dos outros distritos insulares ⁽⁴¹⁾. Alem disso é impressão minha, que ha uma maior imitação da «alta sociedade» do continente e de Lisboa, ou mesmo da «alta sociedade» de uma maneira geral, no Faial, do que em qualquer outra ilha, devido isto porventura à presença de muitos estrangeiros.

O magnífico clube «Amor da Pátria», salões de beleza, vestidos da última moda, tanto usados pelas damas da alta sociedade como pelas da classe média, botes de vela, e até barcos com motor *out-board*, que deslizam na baía no tempo do verão, tudo isso contribui para a gente se esquecer de que está numa pequena ilha no meio do Atlântico ⁽⁴²⁾. Foneticamente, julgo que esta imitação do que é lisboeta explica o facto de prevalecerem os *rr* velares e póde mesmo ter que ver com a origem da pronúncia do *ei* ⁽⁴³⁾.

⁽⁴⁰⁾ O *Distrito administrativo de Angra do Heroísmo* compreende S. Jorge, Graciosa e Terceira, e o de Ponta Delgada abrange as ilhas de S. Miguel e Santa Maria. Madeira e Porto Santo formam o *Distrito administrativo do Funchal*.

⁽⁴¹⁾ Cf. *Anuário estatístico de Portugal. Ano de 1934, Lisboa, 1935*.

⁽⁴²⁾ No entanto um escritor americano, que passa por distinto, foi tão descortez e tão grosseiramente injusto para com a ilha do Faial, a ponto de escrever: «A comunidade é portuguesa ao último grau — quer dizer, é morosa, pobre, falha de expediente, modorrenta e indolente... Gente quem ente, que importuna os estranhos, desoladoramente ignorante, e sem sinal de reverência pelos seus mortos...» (Mark Twain, *The Innocents Abroad*, capit. VI).

⁽⁴³⁾ Silva Ribeiro refere-se duas vezes ao «Vocabulário Regional» do

FLORES

Flores é um nome que acerta bem a esta ilha dos Açores, por causa dos seus renques de hortenses, mais lindas ainda do que as do Faial. Embora em área a ilha das Flores seja só um pouco inferior ao Faial, pois mede onze milhas de comprimento por nove de largura, a sua população é muito menor, apenas 7.500 habitantes.

Visitei as Flores por duas vezes. Durante a viagem feita no inverno passei um dia inteiro nas Lages, porque o tempo não permitiu o desembarque em Santa Cruz. Durante a viagem, que fiz no verão, passei a manhã em Santa Cruz e a tarde nas Lages. Encontrei uma dificuldade no meu estudo do *florense*; tantos dos florentinos (como os habitantes se designam a si próprios) com quem me encontrei, tinham vivido nos Estados Unidos, que eu por vezes tinha dificuldade em encontrar alguém que falasse português comigo. Fui dar até com um velho que fôra jardineiro na Universidade de Stanford, que tinha feito a viagem de *ir e vir* entre as Flores e a Califórnia seis vezes e cujo conhecimento da história americana nas décadas de oitenta e noventa, deixava o meu, a perder de vista.

Parece haver apenas uma característica fonética geral do dialecto das Flores: o uso do *a* anterior. Ouvi esta vogal em muitas palavras, tanto nas Lages (e. g. *gado, passado*), como em Santa Cruz (e. g. *baixo, fechado, Lages* ⁽⁴⁴⁾, *matos, passo*), parecendo-me contudo que o *a* anterior era mais comum em Santa Cruz do que nas Lages. Ouvi o *á* normal nesta última localidade em *acolá, baixo, Lages, nada, quási*, (tres vezes) e *viagem, passada* (ambos os *á*'s acentuados).

Dr. José Machado de Serpa, uma série de artigos a respeito do Faial, Pico, Flores e Corvo, publicados no jornal da Horta *O Telegrafo*, número 12.164 e seguintes. Cf. *Portucale*, XIV, 133, e também a nota 118 à sua «Formação histórica do povo dos Açores», *Açoreana*, 1938-1941, II, 195-217. Não vi este vocabulário.

⁽⁴⁴⁾ Cf. atrás o que se disse sobre Lages do Pico. As duas maneiras de escrever este topónimo encontram-se também nas Flores.

As minhas observações a respeito do *a* foram confirmadas pela opinião de um rapaz americano de Taunton, Mass., que tinha estado durante alguns meses com uns parentes nas Flores. Em resposta à minha pergunta, ele afirmou que, tanto quanto pode ajuizar, a única característica do dialecto da ilha era o uso do *a* «arrastado» (44a).

Nunca ouvi, uma vez que fosse, nas Flores, qualquer dos ditongos que são tão característicos da Terceira e do Pico, e que se ouvem também nas outras ilhas.

Embora o *a* anterior seja a única característica notável do *floreense*, ha também uma tendência para frontalizar tanto o *o* como o *u*. Nas Lages ouvi *miúdo* e *tudo* com uma vogal acentuada entre *u* e *ü*. e também ouvi o *ü* aberto do alemão *Mütter*, nasalado, em *munto*. Por outro lado, apenas ouvi o *u* normal em Santa Cruz (em *alguma*, *muito*, *munto*, e *uma*) e nas seguintes palavras, nas Lages: *costume*, *muito*, *munto*, e *Santa Cruz*. Nas Lages ouviu-se *pouco* com uma vogal simples entre *o* e *õ*, e também com um ditongo em *u*, do qual a vogal dominante era este *o* intermédio, frontal. Em Santa Cruz ouviu-se *coisa* com um ditongo em *i*, cuja vogal dominante era também o *o* intermédio frontal.

As vogais anteriores frontalizadas não eram de emprego geral, pois nas Lages *piores*, *senhor*, *dous*, *estou*, *outro*, e *passou*, e em Santa Cruz *calor* e *foi* (45), tinham todas a vogal simples *ô*. Além disso, na primeira destas localidades *dous* ouviu-se também com o ditongo *ôu* e *oitra* com *ôi*, e *senhor*, uma vez, com um *o* entre *ô* e *ô*. Nas Lages ouvi ainda *bom* e *bons* com o *õ* normal, e *boa* com o *ôa* também normal.

Pelo que diz respeito a outras vogais, a *Angia*, *agradecer*, *dia* (duas vezes), *mês*, *terra*, e *vila*, nas Lages, e *cavalo*, em Santa Cruz, tinham todas a pronúncia normal. Nas Lages *tempo* foi uma vez pronunciado com *é* nasalado.

Nas Lages ouvi uma vez o *â* normal lusitano em *anos*. Em outra ocasião ouvi o *a* anterior nasalado na mesma palavra e também, em

(44.a) «broad a» no texto original (т. до т.).

(45) Cf. o que atrás foi dito sob a epígrafe Terceira.

Santa Cruz, em *montando* e *perguntando*. Neste último lugar ouvi o *á* nasalado em *bastante* e o *á* não nasalado em *anos*.

Nas Lages *diante* foi pronunciado como se fosse escrito *diente*. Este *diente* é muito comum nas ilhas e também nos Estados Unidos e tem sido várias vezes registado em diversos vocabulários dialetais ⁽⁴⁶⁾.

O ditongo escrito *ei* tinha geralmente o som *éi*, como por exemplo em *almocei* (Santa Cruz). Nesta localidade também tinha a pronúncia normal, embora nas Lages eu tivesse ouvido *bem* com o *e* nasalado de São Miguel.

Nas Lages ouvi *vão* com o ditongo reduzido a *õ*. Esta pronúncia não era devida a uso não acentuado, pois também ouvi a mesma vogal simples em *de verão*.

Nas Lages ouvi *três tios* com a segunda palavra soando como *tis*. Na minha opinião isto não deve ser tido como uma tendência para reduzir os ditongos a vogais simples, mas como parte da tendência insular generalizada de omitir o *o* final não acentuado. Se digo bem, teremos aqui possivelmente um argumento a favor da velha opinião de que *-io* é *i* mais *o* (pronunciado *u*), ao passo que *-iu* é um ditongo autêntico em que a semi-vogal *u* torna velar a vogal procedente *i* ⁽⁴⁷⁾.

O *i* nunca foi pronunciado em *baixo*.

Pelo que toca ao *r* e ao *l* finais, a pronúncia com *i* junto nunca foi ouvida, *agradecer* e *senhor*, nas Lages, e *calor*, em Santa Cruz, terminavam todas normalmente. Na primeira localidade *carreira* ouviu-se com os *rr* apicais e *verdade* tinha o *r* intermédio, ouvido na linguagem normal em palavras de tipo *Carlos, arma, perna*.

O *em* final não acentuado é frequentemente omitido nas Flores. Tanto nas Lages como em Santa Cruz ouvi *Lag(en)s* (muitas vezes), *onl(em)* e *viag(em)* (tres vezes). Semelhantemente o *s* de *mesmo* era omitido nas Lages.

⁽⁴⁶⁾ Cf. Silva Ribeiro, "Linguagem popular", e Lang, «Notas açorianas».

⁽⁴⁷⁾ Cf. a décima característica do micaelense.

Pronúncia de palavras especiais:

muito: Duas vezes como *munto* e uma vez como *muito*, nas Lages; uma vez como *munto* e uma vez como *muito* em St.^a Cruz.

quási: ouvi *quáiz*, com o *z* final distintamente pronunciado, tres vezes nas Lages e uma vez em Santa Cruz.

também: ouvido em Santa Cruz como na linguagem normal.

uma: ouvido como *ua* (com *u* til), em Santa Cruz ⁽⁴⁸⁾.

CORVO

A mais isolada, mais pequena e menos povoada das ilhas dos Açores é o Corvo, situada a cêrca de nove milhas e meia das Flores. Tem apenas quatro milhas e meia de comprido por tres de largura. Demorei-me tres horas na *vila* durante a permanência do «Carvalho Araujo» em 31 de Julho de 1939. Como este navio pára ali apenas sete vezes no ano, toda a população vem praticamente abaixo ao cais de desembarque, naquela ocasião solene. Não tive por isso dificuldade em ouvir e tornar a ouvir o dialecto, porque os habitantes estavam quasi todos com uma disposição alegre e loquaz

Parece haver duas características fonéticas gerais do dialecto do Corvo:

1. Substituição por *ũ* do *u* acentuado normal lusitano, como em *custa*.

2. Substituição por um *α* anterior nasalado do *a* acentuado normal, quando seguido de *m*, *n*, ou *nh*, como em *ano*.

1. O *ã* que é tão característico dos dialectos da Madeira e de S. Miguel, ouviu-se tambem na fala dos corvinos. Ouvi-o em *custa luz*, *rua*, *saúde*, *tremura*, *desculpe*, *alguns* e *munto*. Ouvi uma vogal entre *u* e *ũ* em *ludo* (duas vezes) e *munta*. Por outro lado ouvi o *u* normal em *chuva*, *escudos*, *sul*, e *nenhumas* ⁽⁴⁹⁾.

⁽⁴⁸⁾ Na *Revista dos Açores*, vol. I, n.º 24 (11 de Junho de 1851), p. 94, ha um «Vocabulári Flornse», cujo autor não é indicado. É uma breve lista de termos usados nas Flores.

⁽⁴⁹⁾ Leite de Vasconcelos notou o *ũ* no Corvo. Cf. *Mês de Sonho*, pp. 25 e 48.

Em São Miguel ouve-se *õ*, assim como *ũ*. No Corvo ouvi o *õ* em *depois* e *fechou*, assim como nos ditongos *oi* (*depois*) e *ou* (*outro*), em que a vogal dominante era entre *o* e *õ*, mas não considero estes modos de pronunciar gerais, na ilha, onde ouvi *õi* em *dois* e em *oitra* ⁽⁵⁰⁾.

2. O *a* anterior nasalado notou-se em *americano* (duas vezes), *anos* e *tamanho*. Esta vogal não se ouviu em palavras do tipo *rã* ou *banco*. Apenas se ouviu o *ã* nasalado em *lã*.

O *a* anterior, em vez do *á* normal, ouviu-se apenas uma vez na palavra *retratos*. A vogal normal aparecia em *baixo*, *ficar*, *obrigado*, *quási*, *sai*, e *vontade*.

A outra característica dos dialectos do grupo central, a ditongação, de que não se notou traço nas Flores, apareceu no Corvo apenas em uma palavra, *ficar*, pronunciada *fiqu(i)ar*.

Notaram-se ainda algumas outras maneiras de pronunciar fôra do normal.

Com excepção de um *é* acentuado em *Deus*, em vez do som velar normal ⁽⁵¹⁾, e com excepção do *é* nasalado em *tempo* e do *ô* em vez de *ó* em *fora*, todas as vogais se ouviram como na linguagem normal: *aqui*, *bons dias*, *lagoa*, *limpinho*, *povo*, *senhor*, *só*, *tôda* (em *a ilha toda*), e *ver*.

Embora *sai* tivesse o som normal *ái*, *injecções* tinha *õ* em vez de *õi*. *Boa* ouviu-se uma vez como *bõa* e na palavra *baixo* a semi-vogal *i* não era pronunciada.

Os *rr* apicais são a norma; ouviram-se em *Ferreira*, *raça*, *ré*, e *rua*. O *r* e o *l* finais não tinham *i* junto, de forma que *ficar*, *senhor*, *ver* e *sul* terminavam ao modo normal.

O *em* final não acentuado era omitido em *homem*, *homens* e *ontem*. *Quási* era pronunciada como nas outras ilhas dos grupos central e ocidental.

⁽⁵⁰⁾ Leite de Vasconcelos mencionou o *õ* apenas como característica do micaelense; *op. cit.*, p. 48.

⁽⁵¹⁾ (Nesta nota o autor explica que o som velar referido é o do *i* do inglês *dish*, ou do alemão *bin*. x, do r.).

A lenda de Nossa Senhora da Ajuda

Pelo DR. LUÍS DA SILVA RIBEIRO

Na freguesia de Santa Barbara da Ilha Terceira, anterior a 1545 existe, pelo menos desde meados do século XVI, a ermida de Nossa Senhora da Ajuda, à qual se liga uma lenda digna por vários motivos da atenção dos etnógrafos.

A' ermida se refere Gaspar Frutuoso nas *Saudades da Terra*, (1): — «Nesta freguesia de Santa Barbara, ao longo do mar, está a dita ermida de Nossa Senhora da Ajuda, onde dizem que ela appareceu».

Na *História Insulana* informa o Padre Cordeiro: — «tem a dita ermida de Nosso Senhora da Ajuda, que dizem alli appareceo, & por alli vem a vista as naos da India & salvão a esta Senhora & lhes responde o Forte da terra, & manda logo nova a Cidade» (2-299).

O Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, na *Topographia*, limita-se a dizer que «a tradição popular conta que a imagem da Senhora fora achada naquele mesmo logar» (3-209).

Do volume primeiro da obra do Padre Jerónimo fez o Vigário José Alves da Silva, em 1891, nova edição copiosamente anotada e, nas notas, fala da ermida e lenda do aparecimento.

Segundo ele a ermida tem gravada numa pedra a data de 1672, mas é de construção anterior, e o ano indicado deve ser o de quaisquer obras importantes.

Em 1877 e 78 melhoraram-na muito bem como à casa denominada dos romeiros. Puseram um tecto, estuquearam-no e o da sacristia, altearam as parêdes cerca de um metro, abriram duas janelas, assobra-

daram parte do chão, construíram o campanário e uma tribuna, desaterraram as paredes, raspam e pintaram o retábulo, alargaram o adro, reconstruíram a casa dos romeiros. demoliram as paredes da antiga casa do ermitão, que tinha ardido, e com ela ampliaram o largo fronteiro, etc. A ermida tem 10,^m78 de comprimento, e 5,^m53 de largura, fora a capela que mede 4^m por 4.

A imagem é de pedra, do século XVI ou talvez dos fins do século anterior, semelhante às de São Pedro da Ribeirinha e de São João da antiga capela da casa dos Coelhos, ambas hoje guardadas no Museu Regional, e o nicho de madeira, onde a meteram data das ultimas obras já referidas. Como tem feito a outras imagens, puseram-lhe um manto de sêda.

A lenda mantém-se viva no espirito do povo da freguesia. Segundo a tradição mais vulgarizada, a imagem foi arrojada à costa pelo mar, na direcção do sitio onde foi edificada a ermida, puseram-na numa lapinha na rocha e aí a veneraram até estar concluída a capela. A lapinha ainda hoje se vê abaixo do adro.

O povo fez à tradição sucessivos acrescentamentos. A imagem estava encerrada num caixote e foi encontrada num pôço da beira-mar, que a a maré enche. Quando a acharam quizeram, mais de uma vez, traze-la para a igreja paroquial, mas, de noite, mudava-se para a lapinha, onde, por fim, construíram a ermida. Houve uma mulher que afirmava te-la visto passar transportada pelos anjos. Numa das ocasiões, quando queriam traze-la para a igreja, pesava tanto que não conseguiram move-la.

Segundo outra versão não apareceu a imagem, mas sim Nossa Senhora, na Ribeira das Sete, curso de agua intermitente, onde deixou impressa na rocha uma pagada, e revelou a existencia da imagem.

Esta tradição, hoje um tanto obliterada e pouco generalizada, deve ser a mais antiga, pois Frutuoso alude à aparição da Virgem e não da imagem: — «onde dizem que ela apareceu», — e o mesmo diz o Padre Cordeiro, só acrescentando a noticia da salva.

O Padre Jerónimo, já em meados do século XIX, é que fala no aparecimento da imagem.

Assim a lenda parece referir-se de começo a Nossa Senhora e só depois se desviar para a imagem, razão porque a segunda versão se encontra ao presente pouco generalizada e esquecida.

O desvio explica-se por influência de lendas semelhantes no continente e nas ilhas.

Em ambas as versões ha vários elementos a considerar — a aparição, a mudança ou fuga da imagem para o local onde foi achada, arrojo do mar, aumento de pezo, pegada, todos comuns a lendas do continente, onde são muito frequentes no parecer de Leite de Vasconcelos (18-II-78), Digno de atenção é, porem, o facto de se fundirem na lenda terceirense.

A imagem de Nossa Senhora da Ajuda não é a única nas ilhas que se diz achada ou aparecida.

Segundo uma tradição relativa ao Divino Imperador do convento angrense de São Gonçalo, foi, encontrado na alfandega um caixote dirigido às freiras, as quais, avisadas disso, ficaram surpreendidas por nada haverem encomendado, mas, mandando busca-lo e abrindo-o, encontraram dentro a imagem (6). Cousa semelhante se contava do Senhor Santo Cristo da Misericórdia da Praia da Vitoria, ha anos queimado num incêndio (9-169), e se conta do Senhor da Pedra de Vila Franca do Campo em São Miguel (27).

De uma imagem do Santo António, na freguesia dos Biscoitos da ilha Terceira, informa Sampaio: — Tendo chegado a esta ilha, em 1690, o alferes José Dinis Ormonde, natural da ilha do Corvo, fixou residencia na freguesia dos Biscoitos onde possuia a maior parte dos seus bens. Resolvendo fazer obras nas suas propriedades e constando-lhe que, entre os Biscoitos e as Quatro Ribeiras, aparecia muita madeira boiando à superficie do mar, para ali se dirigiu, descobrindo, próximo das pedras da beira-mar, um pequeno caixote dentro do qual estava a imagem de Santo António» (5-301)

No Faial appareceu numa praia uma imagem de Cristo Crucificado sem um braço. Quizeram pôr-lhe outro, mas nada conseguiram porque a imagem repelia-o. Passado tempo uma mulher, que andava na praia, encontrou na areia um pedaço de pau que apanhou e meteu no lume sem nunca arder: Reconheceu então ser o braço da imagem que, posto no seu lugar, lá ficou (10).

Na ilha de São Miguel Nossa Senhora do Pranto da Vila de Nordeste appareceu numa rocha a um Zagal a quem disse lhe fizessem uma ermida no sitio; e como iam faze-la à beira do caminho, a pedra, já aparelhada, mudava-se de noite para a rocha (13-180).

Na mesma ilha a imagem de Nossa Senhora da Paz, em Vila Franca do Campo, foi achada por uns pastores na cavidade de um combro verdejante e trazida para a Matriz, voltou ao primeiro local (7-127); e a imagem da Senhora da Lapinha do Botelho, freguesia do Livramento, posta numa furna ou lapinha e levada para a igreja, fugiu para a furna (8-185).

Uma pastorinha encontrou a imagem de Nossa Senhora do Monte na Madeira, que ficou na ermida da Encarnação onde a puseram (11-II-459). O Bom Jesús de Ponta-Delgada na mesma ilha, logo nos primeiros tempos do povoamento, foi arrojado à praia pelo mar dentro dum caixote. Levado para uma capela próxima voltou ao ponto onde o mar a lançara e aí se construiu a igreja (12-127).

Outras lendas semelhantes correntes em quase todas as ilhas se poderiam mencionar, e talvez algumas, como a de Santo António dos Biscoitos, correspondam a factos historicos não documentados mantidos na tradição oral. A existencia de madeiras a flutuarem no mar entre os Biscoitos e as Quatro Ribeiras, parece indicar naufrágio de navio onde a imagem viria.

O povo liga tais arrojões às lutas religiosas em Inglaterra entre católicos e protestantes. Os católicos, a fim de evitarem desacatos às imagens da sua veneração, te-las-iam metido em caixotes e deitado ao mar, vindo ter às costas açorianas.

Não parece isto muito provavel dada a direcção das correntes marítimas e o volume dos caixotes facilmente vesíveis dos navios, que os recolheriam. Só pequenos objectos, em particular garrafas, aqui chegam, depois de darem volta pelo sul.

Tambem no continente o povo procura explicar o achado de algumas imagens por as terem escondido os cristãos no tempo das invasões árabes, como as de Nossa Senhora da Nazaré (19-6) e do Rosário de Porto Ave. (28) O Ecce-Homo de Cezimbra liga-o às guerras religiosas inglesas do tempo de Henrique VIII-(15-II-56).

Tanto o aparecimento como a deslocação sobre-natural são de origem pagã.

Tendo Eneas colocado os penates em Lavinio, quando Ascanio os levou para Alba tornaram a Lavinio; e Pausanias diz que a imagem de Artémis Orthia apareceu numa moita em Esparta (18-II-17).

São muitas em Portugal as imagens aparecidas veneradas em ca-

pelas construídas nos lugares onde foram encontradas: — Nossa Senhora do Carvalho de Bucelas (15-I-500), Nossa Senhora da Pena em Sintra, Nossa Senhora da Nazaré (30-83), Nossa Senhora dos Remédios de Peniche (16-I-90), Nossa Senhora da Atalaia (16-I-74), Santa Quitéria da Espicançeira (15-III-61), Nossa Senhora de Cabo de Espichel (30-83), etc., e as aparições deram-se em penhas, furnas ou lapinhas, poços, covas, arvores, montes, rochas, nas costas do mar e no interior das terras, às vezes revelando-se antecipadamente.

A mudança ou fuga de um lugar para outro é atribuída, por exemplo, a São João dos Reis em Santo Tirso (25-75), Nossa Senhora da Serra no Marão (25-224), Nossa Senhora dos Covões da Rominha (18-II-10), São Sebastião de Verride (29-197), Nossa Senhora da Rocha de Carnaxide (30-83), Nossa Senhora da Atalaia (30-83), Nossa Senhora da Arrábida (30-83), Nossa Senhora da Orada (15-VI-207, São Miguel do Anjo, etc.

As imagens às vezes opõem resistência à deslocação.

Conta o Padre Diogo do Rosario (14-351) que á mula onde iam as reliquias dos Santos Mártires de Marrocos destinadas à Sé de Coimbra ao chegar em frente da igreja do convento de Santa-Cruz entrou espontaneamente no templo e se recusou a sair, pelo que lá ficaram as relíquias; e Pinho Leal fala num navio inglês onde vinha uma imagem de Cristo na Cruz, subtraída aos hereges, que, ao subir a barra do Douro, parou diante da capela de Nossa Senhora da Ajuda e só pôde seguir viagem depois de ali a ter desembarcado (15-VI-162).

Gaspar Frutuoso, a proposito de uma imagem levada pelo mar ás ilhas Canárias na catástrofe de Vila Franca em 1522, diz que tendo ficado em Guarachico, nunca conseguiram leva-la para Orativa, porque o navio onde a conduziam não andava sem a tirarem, e lenda semelhante corre em Florianópolis, no Brasil, com referência a uma imagem do Senhor dos Passos (26-15).

Tornar-se a imagem excessivamente pesada para não ser possível desloca-la, como se diz da de Nossa Senhora da Ajuda em Santa Barbara, é fenómeno idêntico ao atribuído a Nossa Senhora da Cola (18-II-204).

Para notar é que o povo, não só às imagens como a outros objectos que considera sagrados, confere idênticos poderes. O tão famoso carvalho milagroso de Leça de Balio em 1895, deslocou-se cerca

de 30^m do lugar onde estava para outro (21-234). A pia batismal de São Rosendo, querendo trazê-la para Santo Tirso, nunca conseguiram movê-la (25-XXI-224).

Na lenda terceirense de Nossa Senhora da Ajuda, como noutras insulares, intervem o mar que a arroja à costa. O mesmo se dá em lendas continentais da facha litoral.

Nossa Senhora da Graça foi lançada por uma vaga alterosa dentro dum barco e persurosamente trazida para a igreja (16-I-82). O Senhor das Chagas de Cezimbra (15 II-263), encalhou na praia em 1534. Nossa Senhora da Graça, em Olhão (16-I-95), foi encontrada a boiar sobre as ondas. Nossa Senhora da Orada foi achada na rocha por uns pescadores (15-VI-288).

O povo animiza o mar e até o divinisá.

Não admira, pois, tê-lo associado a tais lendas, especialmente nas ilhas onde é elemento primacial da paisagem e, pela sua constante presença em toda a parte, exerce poderosa influência nos espíritos

Nos Açores, como aliás noutras regiões do nosso e de outros países, o mar é sagrado; por isso, o povo das ilhas, sempre preocupado com almas penadas, crê que as dos naufragos se não penam.

A ajuizar por certas lendas bretãs tempos houve em que lhe ofereciam sacrificios, até de victimas humanas (24-I-305). A's marés ligam-se superstições várias, como a do maior ou menor poder mágico das feiticeiras que, de noite, andam pela costa transformadas em luzinhas.

Vivo porque meche, embora não fale, é instrumento de Deus para exercer a sua justiça e proclamar a inocência de falsos culpados, ideia dominante em romances açorianos publicados por Teófilo Braga, como a Ermida no Mar, e a Infanta Maria.

Alguns santos bretões manifestam a sua santidade navegando em lajes de pedra como em navios, e Santa Azenor, aleivosamente acusada de adultério pela madrastra, foi encerrada grávida num tonel onde, sem auxilio de ninguém, deu à luz um filho e passados cinco meses aportou com ele, sã e salva, às costas da Irlanda (24-I-305).

As imagens, objectos sagrados e venerados como tais, são arrojadas pelo mar à terra para nela receberem o devido culto.

E isto tanto mais que o povo atribui às imagens, designadamente a certas imagens, especiais poderes miraculosos. Ora é o pó raspa-

do, ora o contacto do corpo humano enfermo com elas, que cura várias doenças. As simples medidas trazidas ao peito, livram de diferentes males, e há imagens que suam ou choram e olham as pessoas sorridentes ou iradas conforme suas vidas e pecados.

Numa versão da lenda a imagem de Nossa Senhora da Ajuda foi encontrada, porque a Virgem em pessoa apareceu a revelar a sua existência e, pondo o pé na rocha, aí deixou impressa uma pegada.

Tanto a aparição como a pegada figuram em lendas continentais.

Nossa Senhora dos Covões na Raminha (18-II-10) revelou-se a uma rapariga, que sonhou encontraria um tesouro em certo local onde foi e encontrou a imagem.

Nossa Senhora da Abadia no Minho apareceu a um frade do convento do Bouro, que todas as noites via cair estrelas e achou a imagem no sítio onde caíam (22-287).

Nossa Senhora do Cabo mostrou-se em sonhos a um velho de Alcabideche em 1380 (30 83), e, como já se disse, Nossa Senhora do Pranto no Nordeste, a um Zagal. (13-II-180).

As pegadas figuram em lendas desde os mais remotos tempos. Fala delas Heródoto e no Monte das Oliveiras ha pegadas de Jesus Cristo. Na Ásia abundam as de Buda, e Camões refere-se ás dum monte santo no Ceilão (20-94). No Penêdo da Moura em Felgueiras ha uma pegada de São Gonçalo (23-374), na Galiza Nossa Senhora da Barca, vinda pelo mar, deixou pegadas impressas na rocha até ao penêdo da sua invocação (22-II-231)

Ainda Nossa Senhora da Enxara (18-II-183), em Ouguela, appareceu no local dentro dum charco entre silvado, sobre uma pedra onde ficaram sinais dos pés, pedra que se guarda na ermida.

As pegadas podem até, às vezes, ser de animais como os vestígios das ferraduras do cavalo de D Fuas na rocha da Nazaré.

E' para notar-se o facto narrado pelo Padre Cordeiro das naus salvarem ao passarem no mar, à vista da ermida. Embora não confirmado por documentos até hoje conhecidos, pode ser verdadeiro, como pode também ser lendário, dada a ingénua e excessiva credulidade do autor, e é edêntico ao que se conta de Nossa Senhora da Insua em frente de Caminha chamada, por isso, Nossa Senhora da Salva (16-I-79).

A Senhora da Ajuda de Santa Barbara, é de muita devoção e mais o foi no passado

As mulheres, quando pela primeira vez saem de casa depois do parto, vão com os filhos recém-nascidos à ermida. A-pesar-de, na Terceira, o povo parecer ter esquecido a antiga purificação, talvez a visita possa considerar-se tenue vestigio dela.

Ninguem sai da freguesia para fora da ilha sem lá ir antes; e, na quaresma, é grande a concorrência de devotos, não só de Santa Barbara como de freguesias ou povoações visinhas.

Gaspar Frutuoso informa ser templo de muita romagem, o que é confirmado pela existencia, junto dele, duma casa de romeiros.

Os primeiros povoadores trouxeram para as ilhas as romarias, pois delas ha noticia no século XVI.

Frutuoso, com respeito á Terceira, fala nas que se faziam às ermidas de São Mateus nos Altares, Nossa Senhora de Lorêto nos Biscoitos, Bom-Jesús nas Quatro-Ribeiras; e o Padre Cordeiro mais nas de N.^a Senhora do Guadalupe na Agualva, N.^a Senhora da Esperança no Porto-Judeu, St.^o Amaro da Ribeirinha, onde ia gente da cidade, etc.

Festas populares, de longa data queridas do povo, não admira tal succeder.

No parecer de Leite de Vasconcelos, as romarias de hoje não passam de divertimentos profanos (35-529, e D. Carolina Michaelles, baseando-se nas alusões dos cancioneiros mediavais e outros documentos, conclui que as modernas conservam, até na sua feição externa, os caracteres das antigas: — comer, beber, dançar e cantar, barracas, feiras, flores de papel com versos, registos de santos, ex-votos, arrematação de oferendas, etc. (31-II-870).

Na igreja ou na casa dos romeiros, até ao relento nas imediações, dormiam promiscuamente homens e mulheres.

A comprovar as profanidades cita uma cantiga de Pero Viveaz,

Pois nossas madres, van a San Simon
de Val de Prados candeas queimar;
nós as meninas, punhemos d'andar
con nossas madres, e elas enton
queimen candeas por nos e por si,
e nos meninas, bailaremos i.

uma passagem de Gil Vicente, em que um clérigo diz :

Parece-me bem bailar
e andar nũa folia,
ir a cada romaria
com mancêbos a folgar.

os versos de Couto Guerreiro no século XVIII

Os que à romaria vão
Poderão ir mal ou bem,
Eles lá o saberão ;
Não sei se tem devoção,
Mas gaita de foles tem.

e uma quadra popular.

Nunca à romaria vou,
Minha garganta de neve,
Nunca à romaria vou,
Garganta que te não leve.

Ao versar o mesmo assunto, o Dr. Rodrigues Lapa cita mais a seguinte cantiga (32-171).

Nossa Senhora da Granja,
Bem me podeis perdoar,
Vim à vossa romaria
Só p'ra cantar e bailar.

As romarias terceirenses, de hoje pelo menos, a-pesar-da parte profana consequencia das touradas à corda, invariavelmente ligadas às festas religiosas, mais importantes, de cada freguesia, nem de longe se comparam às continentais.

Nelas não ha danças nem folias ou canções, salvo algum raro desafio, e outras profanidades. No dia da festa religiosa, geralmente um domingo, os romeiros mantem-se respeitosos e, mesmo na segunda-feira dos touros, visitam, por via de regra, a igreja.

Esta morigeração resulta do caracter pouco expansivo do povo da Terceira e talvez, em parte, de algumas dessas festas se relacionarem com manifestações sísmicas ou vulcânicas por terem origem em votos feitos nessas ocasiões.

A meu ver, não é desarrasoado supor ter o vulcanismo imprimido à religiosidade popular certo caracter de seriedade e sincera devoção, um tanto apavorada e temente, até nós mantido.

Talvez, contudo, nem sempre assim fossem as romarias, e tempos tivesse havido em que surgiriam abusos.

O bispo, D. Frei Valério do Sacramento, em Pastoral de 2 de Março de 1744, condenou as romarias, a ermidas de Nossa Senhora ou dos santos, porque, sendo a principio de louvavel edificação, degeneraram, fazendo-se com violas, instrumentos e bailes indecentes e indecorosos, não sendo culto nem veneração dos Santos, mas meio de conseguirem e executarem, com mais facilidade, desordenados appetites. Como iam homens em companhia de mulheres, que pormiscuamente pernoitavam nas ermidas e casas de remeiros, proibiu, as mulheres de irem a elas, sob pena de excomunhão e multa (33-144).

Já em 1695 o bispo D. António Vieira Leitão proibira os *corredores* «que na noite de Quinta-feira Santa iam por todas as igrejas da ilha, levando viático de pão e vinho e o cabelo cortado, por falarem com as mulheres que nelas estavam com palavras indecentes e profanas, do que resultava grande escandalo» (33-123).

Destes corredores nos dá notícia Gaspar Frutuoso. «Nos Altares, diz o cronista, havia um homem, Frutuoso Dias, que pelas endoenças, desde a Quinta-feira Santa, depois de encerrado o Santissimo, até à Sexta-feira em que se desencerrava, até acabar o officio, corria todas as igrejas da ilha em que se desencerrava, e as ermidas, começando em São Jorge e Santa Barbara, e acabando nos Altares, onde era freguez; e o mesmo fazia Rodrigo Fernandes e Luis Fernandes da freguesia das Lajes.»

Cordeiro reproduz a notícia em resumo.

Não são, porem, as providencias dos dois prelados o bastante para se poder afirmar o caracter demasiadamente profano, semelhante ao continental, das nossas romarias.

Ambos se mostraram extremamente zelosos em buscar e coarctar abusos, alguns de redusida importancia. Das suas rigorosas providen-

cias sofreram, por exemplo, as festas do Espírito Santo que, embora atenuado, mantiveram, todavia, o seu cunho de sempre e muitas das práticas tradicionais condenadas.

O character profano, as vigílias nas igrejas, a intemperança chamaram para as romarias a atenção dos legisladores eclesiásticos e civis e muitas restrições e proibições lhes foram impostas. As Constituições dos Bispados referem-se-lhes largamente.

Ora, nos Açores, mais de um vez se mandou aplicar disposições cominatárias a factos que, pelo menos com igual acuidade, não se conhece terem existido. E' o caso, por exemplo, das Constituições diocesanas de Frei Jorge de Santiago em grande parte transcritas de outras anteriores.

Conservando as romarias, no continente, o character profano que sempre tiveram, era natural que aqui tambem o conservassem.

Em São-Miguel subsiste, com índole sinceramente devota, um costume análogo aos antigos *corredores* terceirenses. Na quaresma um grupo de romeiros, resando e cantando a Ave-Maria, percorre a pé todos os santuários, igrejas ou ermidas, onde haja o culto da Virgam. O Padre Ernesto Ferreira attribui ao vulcanismo a origem desta penitência (34).

NOTAS

- 1 — Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, no Arquivo da Universidade de Lisboa, vol. IV.
- 2 — P.^o Antonio Cordeiro. *Historia Insulana*. Lisboa 1717.
- 3 — P.^o Jeronimo Emiliano de Andrade. *Topographia ou descripção physica, politica, civil, eclesiástica e historica da Ilha Terceira dos Açores*. Angra do Heroismo, vol. I, 1843.
- 4 — Idem, 2.^a edição anotada pelo Vigário José Alves da Silva. Angra do Heroismo. 1891.
- 5 — Alfrêdo da Silva Sampaio. *Memoria da Ilha Terceira*. Angra do Heroismo. 1904.
- 6 — *Novena do Divino Imperador para se fazer todos os annos no religio-so Mosteiro de São Gonçalo*. Lisboa 1778.
- 7 — P.^o Ernesto Ferreira. *A alma do povo micaelense*. Ponta-Delgada. 1927.
- 8 — Idem. *Ao espelho da tradição*. Ponta Delgada s/d.
- 9 — Gervásio Lima. *Terceira, Ilha de Jesus*. Angra do Heroismo.
- 10 — Jean Gustaw Hebbe. *Descripção das ilhas dos Açores*, no Archivio dos Açores, vol. X — 533.
- 11 — P.^o Fernando A. da Silva. *Elucidario Madeirense*. vol. II. Funchal. 1945.
- 12 — Carlos M. Santos. *Trovas e bailados da ilha*. Funchal s/d.
- 13 — Luís Bernardo Leite de Athaide. *Reminiscencias da vida antiga em São Miguel*. vol. II. Ponta Delgada 1929.
- 14 — P.^o Diogo do Rosário. *Flos Sanctorum*, vol. I. Lisboa. 1869.
- 15 — Pinho Lial. *Portugal antigo e moderno*.
- 16 — A. C. Pires de Lima. *Estudos etnograficos, filolológicos e historicos*, vol. I. Porto. 1947.
- 17 — José Diogo Ribeiro. *Turquel folclorico* na Revista Lusitana. vol. XXII —115.
- 18 — Dr. José Leite de Vasconcelos. *De terra em terra*. Lisboa. 1927.

- 19 — Idem. *Círios estremaños* na Revista Lusitana, vol. XXX — 6.
- 20 — Idem. *Tradições populares de Portugal*. Porto. 1882.
- 21 — Idem. *Como se forma um culto* na Revista Lusitana, vol. XXII—234.
- 22 — Idem. *Ensaíos Etnograficos*, vol. II Espozende 1903, vol. III. Lisbôa. 1906.
- 23 — Idem. *Religiões da Lusitania* vol. I. Lisbôa.
- 24 — E. Jobbé Dual. *Les idées primitives dans la Bretagne contemporaine*. vol. I. Paris. 1922.
- 25 — A C. Pires de Lima. *Tradições populares de Santo Tirso* na Revista Lusitana vol. XVIII e seguintes.
- 26 — J. B. E C. C. (Sub-comissão catarinense de folclore) *Boletim* n.º 1.
- 27 — *Açores*, jornal de Ponta-Delgada, n.º 1644.
- 28 — F. J. de Oliveira Lemos. *Bellezas do Sanctuario do Porto d'Ave*. Lisbôa. 1875.
- 29 — Cardoso Martha. *Tradições populares*, na Revista Lusitana vol. XIV — 197.
- 30 — Luís Chaves. *Políptico estremaño da Virgem*, na Extremadura. 1944, 2.ª série, n.º 5.
- 31 — D. Carolina Michaelis de Vasconcelos. *Cançãoeiro da Ajuda*.
- 32 — M. Rodrigues Lapa. *Das origens da poesia lírica em Portugal na idade-média*. Lisboa 1929.
- 33 — Cónego Pereira. *A diocese de Angra na história dos seus prelados*. Angra do Heroísmo, 1950.
- 34 — P.º Ernesto Ferreira. *As romarias quaresmais na ilha de Sam Miguel. Sua origem e antiguidade*. Vila-Franca do Campo. 1942.
- 35 — J. Leite de Vasconcelos. *Opúsculos*.

BIBLIOGRAFIA

Carreiro da Costa — O carro de bois micalense.

— Terminologia agrícola micalense.

— A cultura da cana do açúcar nos Açores — Algumas notas para a sua história.

Ponta Delgada, 1949

Todos estes trabalhos são separatas do excelente Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais no Arquipélago dos Açores, que além dos assuntos propriamente da sua especialidade, versa outros mais ou menos a ela ligados como historia económica, etnografia agrícola e linguística.

De caracter etnográfico-linguístico são os dois primeiros mencionados, nos quais se descreve o carro de bois de São Miguel, com indicação dos nomes de cada uma das peças que o compõem, e se reúnem vocábulos do falar do povo relativos à agricultura.

O terceiro pertence à série de estudos publicados pelo autor na dita revista, sobre historia económica do arquipélago ainda, infelizmente, mal conhecida.

A indústria sacarina, como a cultura e preparação do pastel, foi tentada logo de início na Madeira e nos Açores; mas, mercê de varias causas, nestes foi prestes abandonada subsistindo o pastel, de que o sr. Dr. Carreiro da Costa se ocupou em anterior artigo.

Pouco é o que se sabe à cerca do fabrico do açúcar entre nós; a-pesar disso o autor, reunindo todas as notícias que encontrou, conseguiu fazer trabalho bastante elucidativo.

Fiel ao seu método de sempre, em todos estes estudos não se limita a tratar os assuntos com respeito apenas a uma ilha. Encara-os por em aspecto mais geral, estendendo as investigações às outras ilhas e estabelecendo comparações, que muito os valorizam.

Armando Cortes Rodrigues. Reflexos do Brasil no Cancioneiro Popular Açoriano, Coimbra. 1647 (Separata da revista «Brasília»).

— Adágios Meteorológicos do Adagiario Popular Açoriano Angra do Heroísmo. 1947 (Separata da revista Açoriana.)

O autor é um alto poeta bem conhecido e devidamente apreciado, que se apaixonou pela poesia popular e dela reuniu vasta coleção ainda, infelizmente, inédita.

Desde o primeiro quartel do século XVII a gente dos Açores emigra para o Brasil, e o movimento emigratório, como era natural, reflectiu-se no cancioneiro. O sr. Dr. Cortes Rodrigues forrageou na sua coleção de cantigas aquelas que ao Brasil se referiam, estudou-as, comparou-as com as continentais e deu-nos neste artigo o resultado do seu estudo.

Neste ponto, como em todos aliás, o cancioneiro açoriano pouco diverge do continental e, segundo as maiores probabilidades, do continente teria vindo a grande maioria das cantigas alusivas ao Brasil. São elas hoje relativamente poucas, embora já houvessem talvez sido mais. O desvio do grosso da corrente emigratória, ha cerca de 80 anos, para os Estados Unidos da America, fê-las progressivamente esquecer.

Forte como é a tendência do açoriano para emigrar, tendencia que o sr. Dr. Cortes Rodrigues já encarou na sua formosissima peça de teatro «O Milhafre,» muito para desejar era que repetisse com respeito à America o estudo agora feito, com tanta penetração e cópia de factos, para o Brasil.

Na revista «Insulana» órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, tem o autor publicado importante coleção de adágios recolhidos nos Açores e deles separou os respeitantes ao tempo e sua previsão.

Os adágios e proverbios açorianos são quase totalmente comuns

ao continente, mas pelas circunstancias locais, oferecem, às vezes, variantes dignas de atenção. Está neste caso o adagio-Bodeão em Janeiro vale um carneiro. No continente diz-se da pescada que, por não existir no mar dos Açores, foi substituída pelo bodeão.

I. B. C. C. — Sub-comissão catarinense de folclore. Boletim Trimestral. Florianopolis. N.ºs 1, 2, 3 e 4. Ano I. 1950.

Eis uma publicação brasileira da maior importancia para nós.

O Estado de Santa Catarina é uma das regiões do Brasil que maior numero de colonos açorianos recebeu e onde a sua influencia mais se fez sentir, como ficou demonstrado no 1.º Congresso Catarinense de História, feliz iniciativa levada a efeito com os melhores resultados, e nos copiosos e bem fundamentados estudos do sr. Dr. Osvaldo R. Cabral, que o Instituto conta no numero restricto dos seus sócios honorários.

Propõe-se o Boletim arquivar usos, costumes e tradições populares do Estado de Santa Catarina, e nele encontrarão os etnógrafos açorianos e brasileiros muitos elementos de estudo comparativo entre o Brasil e os Açores, verificando possiveis e até provaveis diferenças e discernindo as suas causas.

Os quatro numeros publicados já mencionaram bastantes factos e demonstram quanto virá a ser util a publicação.

Por isso é com entusiasmo que saudamos o seu aparecimento e fazemos sinceros votos por próspera e longa vida.

Francisco d'Athayde M. de Faria e Maia. Subsídios para a história de S. Miguel-Capitães dos Donatarios, Ponta-Delgada 1949. 2.ª edição.

E' o primeiro volume duma serie de três: Capitães dos donatarios, Capitães generais e Novas paginas da Historia Micaelense.

No prefácio diz o autor que foi seu intuito divulgar a história da ilha de São Miguel; mas, na realidade, o livro agora reeditado não é simples trabalho de vulgarisação.

E' estudo original bem fundamentado e completo dum vasto periodo da historia micaelense, em que foram aproveitadas, alem das noticias de Gaspar Frutuoso, só nas *Saudades da Terra*, os muitos

documentos recolhidos pelo benemérito Ernesto do Canto no Arquivo dos Açores.

Com tais elementos o sr. Dr. Faria e Maia, reconstitui, num estilo simples e elegante, próprio de escritos desta natureza, a vida dos capitães dos donatários e da sociedade micaelense desde o início do povoamento até à sua extinção em 1766 pela criação do Governo Geral dos Açores.

Foi em São Miguel, segundo se infere do confronto com a história das outras ilhas, que a autoridade e ação dos capitães dos donatários mais e mais beneficentemente se fez sentir. Aí não se deram certos excessos de poder e factos perturbadores da boa ordem social, que, por exemplo, se verificaram na Terceira, talvez mais por obra das condições peculiares da vida social do que por defeito da instituição.

Não abundam estudos especiais de história micaelense, por isso esta obra acrescenta ao seu valor intrínseco como trabalho de investigação, o de enriquecer a bibliografia histórica açoriana, preenchendo sensível lacuna.

Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, vol. 1.º
N.º 1 1949.

Em bôa e feliz hora, mesmo de rara felicidade a que andamos pouco acostumados, foi colocado na direcção do Arquivo Distrital, criado pelo decreto n.º 36.842 de 20 de Abril de 1948, a solicitação da Junta Geral do Distrito Autónomo, o sr. Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, cuja competência e inexcedível dedicação ao Arquivo se acham exuberantemente comprovadas pelo vasto e estenuante trabalho de incorporação e inventariação de milhares de documentos realizado em tão pouco tempo.

Referindo-se aos arquivos portugueses, escreveu um historiador ilustre, Brancamp Freire: -- «Entre nós é preciso paciência de anjo e por tanto sobre humana, para se procurarem documentos históricos, é preciso a sorte do Dr. Fausto para que o diabo nos mostre a Margarida por que suspiramos, quase sempre um bem carcomido pergamino».

«Quantos preciosos documentos não existem na Torre do Tombo com os quais só por acaso se pode dar? Havendo catálogos bem feitos e impressos poderia o estudioso em sua casa apontar os documen-

tos que lhe conviria examinar, e só teria na Torre de os pedir e estudar. Numa semana, num mês, conseguiria colegir documentos que, pela forma como eles agora jazem, se arrisca a não encontrar nem em cincoenta anos de buscas, porque necessita muita vez de um favoravel acaso». (*Critica e História*).

Por experiência própria o sr. Dr. Baptista de Lima conhecia o mal e tratou, logo de entrada, de lhe dar remedio no Arquivo posto sob a sua direção. Para isso organisou e publicou o Boletim cujo primeiro numero, alem da legislação relativa ao Arquivo e dos relatorios oficiais enviados às estancias superiores, insere o inventário da sub-secção notarial de Angra, abrangendo actos desde 1640.

Nos subseqüentes numeros irão saindo os inventários de outras secções e depois os catalogos, transformando assim o Arquivo num excelente instrumento de trabalho e valorisando a notavel riqueza documental nele gurdada.

Com o Boletim, o Arquivo deixará de ser uma necrópole para se transformar em organismo vivo, centro de investigação e cultura, utilisavel por quantos dele queiram aproveitar-se, sem os trabalhos sobre-humanos e as contingências do acaso, a que alude Brancamp Freire.

Isto, de resto, o reconhece o erudito investigador sr. Dr. António Ferrão, Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, na nota que escreveu para abertura deste número do Boletim.

A iniciativa do Director do Arquivo, constitui, segundo ela, exemplo e estímulo para outros organismos analogos.

Factos desta natureza honram sobremaneira quem os os pratica, e honram ainda a cultura terceirense e a Junta Geral do Distrito Autónomo que, com notavel compreensão das necessidades culturais do meio e da valorisação do Arquivo criado por sua louvavel iniciativa, tornou possivel a publicação do Boletim.

Ficará na nossa história a atestar o grau de civilisação atingido nesta época, e agradecidos louvores merecem o sr. Dr. Baptista de Lima e a Junta.

J. e H. Bullar. Um inverno nos Açores e um verão no Vale das Furnas. Tradução do inglês do Dr. João H. Anglin. Ponta-Delgada, 1949.

De 1838 para 1839 foram os Açores visitados por dois irmãos ingleses, José e Henrique Bullar, que percorreram as ilhas, com excepção da Terceira e Graciosa, e escreveram as suas impressões de viagem.

Médico, espírito culto e artista José Bullar soube ver e descrever o que viu num estilo corrente e com rigorosa observação.

Outros viajantes por cá andaram e escreveram sobre os Açores, mas nenhum deles com as qualidades literárias e a preparação científica dos irmãos Bullar.

Pena foi não terem estado na Terceira, o que não obsta no entanto a que no encantador livro de viagem haja muito a ela importante, pois, a-pesar-de certas divergencias, ha pontos comuns na vida da gente de todas as ilhas.

Foi esta obra que, em primorosa tradução do distinto professor-reitor do Liceu, sr. Dr. João H. Anglin, o Instituto Cultural de Ponta-Delgada agora publicou, tornando-a acessível a muita gente que não poderia ler o original.

Dr. João Cunha da Silveira. Willelm van der Haegen — Tronco dos Silveiras dos Açores. (Separata da revista «Insulana»).

Entre os flamengos que colaboraram na colonisação dos Açores avulta, pela sua categoria social e pelas suas virtudes, Guilherme van der Haegen, cujo nome se aportuguesou e Silveira, o qual, depois de ter andado por outras ilhas, se fixou em São Jorge onde morreu, deixando numerosa descendencia. Desta se ocupou o Dr. João Teixeira Soares no seu opúsculo Os Silveiras dos Açores.

Não esqueceram os cronistas açorianos o nobre flamengo e de nós dão noticias espalhadas nas suas obras.

Reuniu-as o sr. Dr. Cunha da Silveira e completou-as com outras muitas de proveniencia flamenga, reconstituindo assim a vida e actividade do ilustre colono, a quem os contemporaneos não regatiam louvores, e deixou de si a mais honrada e honrosa memória.

Corte Real e Amaral.

Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt (Mendo Bem). Angra do Heroísmo 1949.

Em elegante *plaquete* editou a Camara Municipal de Angra do Heroísmo o artigo publicado no jornal «A União» pelo seu presidente no centenário do nascimento de Mendo-Bem (Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt), com acrescentamento de várias notas e um apêndice.

Mendo-Bem foi poeta bastante estimado no seu tempo e, além disso, apaixonado bibliófilo. Terceirense, muito afeiçoado à sua ilha, ofereceu à Biblioteca Municipal rica coleção de espécies açoreanas e mais um album, organizado com esse destino, onde reuniu autógrafos de escritores seus contemporâneos, desenhos, músicas, e notícias de valor para a história da sua época, album que figurou na exposição bibliográfica realizada na Biblioteca em comemoração do centenário.

O sr. Dr. Corte-Real e Amaral possui sólida preparação e cultura histórica, por isso os seus trabalhos recomendam-se sempre pelo rigoroso escrupulo na investigação e apuro de factos e datas, sem levandades e devaneios, que só ignorancia dos métodos históricos e falta de preparação podem desculpar.

Isto prova o pequeno estudo agora publicado, e para lamentar é que o sr. Dr. Corte-Real e Amaral, desviado dos seus estudos favoritos por trabalhos de outra natureza, nos não tenha dado até hoje uma obra mais vasta em que sejam devidamente aproveitadas as suas reais qualidades de competente investigador.

Hintze Ribeiro por José Bruno Carreiro, Ponta-Delgada. 1949. (Separata da revista «Insulana», órgão do Instituto Cultural)

Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, Doutor em Direito, político, estadista, orador, nasceu na ilha de São Miguel, e, a-pesar-de ausente muitos anos, nunca a esqueceu Nas altas situações que ocupou, prestou-lhe relevantes serviços os quais ela, grata, agora recordou ao passar o primeiro centenário do seu nascimento. Na sessão comemorativa promovida pelo Instituto Cultural leu o sr. Dr. José Bruno a conferencia publicada neste opúsculo.

O autor conheceu e admirou Hintze Ribeiro, não ocultando a sua simpatia e admiração nem a tristeza causada pela notícia do seu inesperado falecimento em 1907. Não obstante isso, ao traçar-lhe o perfil pondo em relêvo as suas excepcionais qualidades de inteligência, enorme cultura e altos serviços prestados ao país, fa-lo com notavel isenção e objectividade, por forma a dar perfeita ideia do valor do homem e da sua obra, sem jamais se deixar arrastar pelos sentimentos.

Micaelense, nobilíssima figura de estadista, Hintze honra não só a ilha onde nasceu como todas as do arquipélago.

Almanaque Popular dos Açores. 1950. 1.º ano Ponta-Delgada

Editado pela Tipografia Micaelense sob a direcção do sr. Dr. Carreiro da Costa saiu em São Miguel este popular almanaque onde se reúnem pequenos artigos de escritores açoreanos, notícias respeitantes a todas as ilhas do arquipélago, informações, anuncios, cantigas, etc.

Como brinde inclui, fora do texto, uma boa tricromia da imagem do Ecce-Homo do Convento da Esperança em Ponta-Delgada, de particular devoção dos micaelenses espalhada, por outras ilhas e levada pelos emigrantes para a América e Brasil.

Como o almanaque chega a toda a parte é boa contribuição para a cultura popular.

Manuel Greaves. Historias que me contaram. Horta 1948.

— Aventuras de balieiros. Horta 1950.

Nesta secção do Boletim são mencionadas, em regra, apenas aqueles trabalhos que versam assuntos abrangidos pela actividade do Instituto, história, etnografia e linguística dos Açores. Obras puramente literárias são mencionadas noutro lugar.

Constitui, pois, excepção falar aqui nestas duas obras do escritor faialense sr. Manuel Greaves. A excepção impôs-se-nos todavia, por várias razões justificativas.

A literatura amena, não obstante o seu character, constitui importante fonte etnográfica, sobre tudo quando o autor animou com a sua arte aquilo que colheu na tradição sem a desvirtuar.

Escritos com encantadora simplicidade, num estilo elegante, natural e espontâneo, sem retórica nem afectação, o autor desses dois livros dá-nos alguns aspectos da vida insular e do espírito da gente das ilhas, que tornam útil a sua leitura a quem queira estudá-la e compreendê-la.

Nas *Historias que me contaram*, não se encontrará a verdade histórica nem apura-la foi pretensão do autor a quem não devemos pedir cousa diferente d'aquilo que nos quis dar, mas a narração reveste-se de formas tão reais e animadas que talvez melhor se chamariam *historias vividas*, pois, se o narrador não participou nos factos narrados, viveu-os no seu espírito.

Até ha relativamente poucos anos, as ilhas de oeste eram frequentadas por navios baleiros que aí quase sempre completavam as suas tripulações, matriculando alguns rapazes destemidos e aventureiros, firosinados na escola das pequenas canoas das armações locais, entusiasmados pela arriscada luta com baleias e cachalotes. O progresso da navegação a vapor e transformação da técnica desviaram do arquipélago os navios baleiros, hoje desaparecidos, e suprimiram à juventude, uma carreira tanto do seu agrado.

Do que era então a vida do baleiro a bordo e nas terras distantes onde os navios tocavam, das peripécias, do heroísmo da nossa gente na caça da baleia, contem ótimas descrições o segundo livro acima mencionado. É autentica monografia etnográfica valorizada pela arte literária do sr. Manuel Greaves.

Se nele ha uma parte de ficção, como é natural pela índole, e fim do livro, isso em nada prejudica o muito de real e verdadeiro que contem. Os baleiros e os seus navios são já do passado, e o autor soube fixá-lo com probidade para conhecimento dos vindouros.

Assim se justifica a excepção agora aberta e sem receio, recomendamos as duas encantadoras obras dos estudiosos.

Cónego Pereira. A diocese de Angra na história dos seus prelados. Angra do Heroísmo. 1950.

Em cuidada edição da Livraria Andrade de Angra do Heroísmo, fazendo parte do conjunto de publicações comemorativas do quinto,

centenário do povoamento da Terceira, saiu, em Agosto do ano corrente, este copioso e bem ordenado trabalho do sócio do Instituto e activo colaborador do seu Boletim, sr. Cónego José Augusto Pereira.

Seguindo a ordem dos bispos dos Açores desde a criação do bispado em 1534, o actor reúne todos os factos conhecidos e alguns até agora desconhecidos por ignorância dos documentos do arquivo do Cabido que os comprovam, ocorridos no governo de cada prelado ou Cabido *sede - vacante*, com pormenor e rigor, e assim se nos não dá a tão desejada história da Igreja no arquipélago, integral e completa, dá-nos a melhor parte em linguagem precisa e clara, sem retórica, linguagem própria de estudos históricos.

Creemos que não terá ficado elemento importante a que o sr. Cónego Pereira não recorresse, e não aproveitasse com inteligência.

Por este livro, que tanta falta fazia na abundante bibliografia histórica açoreana, fica-se conhecendo o notável papel da Igreja na vida da população das nove ilhas, diligencias feitas para manter puras a religião e a moral dos povos corregindo abusos, disciplinar o clero, as ordens religiosas e os fieis, até a sua influencia na vida civil.

O sr. Cónego Pereira dá maior desenvolvimento ao governo dos últimos bispos, por ser, como diz, mais vasta a documentação a eles respeitante, mas a-pesar-disso, não tem menos importância e até, em mais de um ponto, menos novidade, a parte relativa ao período anterior

É um bom e útil livro de história açoreana.

Manuel de Paiva Boleo. O Congresso de Florianópolis comemorativo do bicentenário da colonização açoriana. Coimbra. 1950. Separata do vol. V da revista «*Brasília*».

O distinto professor da Faculdade de Letras de Coimbra, sr. dr. Manuel de Paiva Boleo, autor de dois notáveis trabalhos — *Brasileirismo, problemas de método* no volume terceiro da «*Brasília*», sobre a linguagem popular dos Açores, e *Filologia e história* no volume vigéssimo da «*Biblos*» relativo à emigração açoriana para aquele país, em que revelam alguns factos até então desconhecidos, foi, com toda a razão e justiça, convidado para tomar parte no Congresso

de História Catarinense, de Florianópolis, em Outubro de 1949, integrado nas comemorações do bicentenário do início da colonização açoriana do Estado de Santa Catarina.

Do que foi esse congresso, do seu alto valor científico, da seriedade do seu trabalho, da importância que teve, oferece-nos completa informação o excelente artigo-crônica acima mencionado.

Embora já nossos conhecidos pelas publicações amavelmente oferecidas ao Instituto, os factos referidos pelo autor, a sua visão em conjunto e respectivos comentários, permitem melhor estimar o alto valor cultural do Congresso e o que ele representa para nós ilhéos, bem como a notável e brilhante acção aí desenvolvida do ilustre professor coimbrão em boa e feliz hora convidado.

Muitos são já os escritores brasileiros que, em termos lisongeiros e desvanecedores, têm tratado da colonização açoreana do Sul do Brasil, Borges Fortes, Dante de Laytano, Walter Spalding, Osvaldo Cabral este último alma do Congresso de Florianópolis e erudito historiador da vida da nossa gente em Santa Catarina; mas nunca em ocasião alguma, lhe foi prestada uma homenagem como as comemorações bicentenárias catarinenses descritas pelo sr. Prof. Paiva Boleo em termos muito para agradecer.

Publicações recebidas

Por oferta e por troca com o Boletim do Instituto, receberam-se e muito se agradecem as seguintes publicações:

- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» — Vol. 5 e 6 — 1949.
- «Revista de História» — La Laguna de Tenerife — Vol. 86-87 — 1949.
- «Geographical Review» — Vol. XL — n.º 1 — 1950.
- «Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História da Junta de Provincia do Douro Litoral» — Vol. VII — 1949.
- «El Museo de Pontevedra» — A la memoria de Don Casto Sampedro y Folgar en el centenario de su nacimiento — Vol. V — 1949.
- «Jornal «ABC» Madrid, de 27 de Janeiro e 3 de Fevereiro» — 1950.
- «Boletim Trimestral da Sub-Comissão Catarinense de Folclore» — n.º 1 — 1949.
- «Mãe de Deus e dos Homens», por José de Sousa da Costa — 1948.
- «Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores» — 1950.
- «Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos», por Augusto Cesar Pires de Lima — Vol. 4.º — 1949.
- «Terminologia Agrícola Micaelense», por Carreiro da Costa — 1949.
- «A Cultura da Cana do Açúcar nos Açores», por Carreiro da Costa — 1949.
- «Através da Alemanha», por J. Reis Gomes — 1949.
- «La Política Internacional de los Estados Unidos», por Samuel Flagg Benes — 1939.

- «Índice Cultural Espanhol» — N.ºs 47 e 48 — 1949.
- «A I Conferência Administrativa do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo» — 1950.
- «Agronomia Lusitana» — Estação Agronómica Nacional — Vol. 9 n.ºs 2, 3 e 4 — Vol 10 — 1, 2 e 3 — 1947-1948.
- «Revista de Guimarães» — Sociedade Martins Sarmiento — Vol. LIX n.º 3/4 1949 e Vol. LX, n.ºs 1/2.
- «Viagens de Luiz de Cadamosto e de Pedro de Sintra» — Academia Portuguesa de História — 1948.
- «Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares» — Centro de Estudos de Etnologia Peninsular — Tomo V — 1949 e Tomo VI — Cadernos 1 e 2 — 1950.
- «Brasília» — Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — Instituto de Estudos Brasileiros — Volume V — 1950.
- «O Congresso de Florianópolis» — Separata da Brasília — Vol. V — 1950. — Oferta do autor Manuel de Paiva Boléo.
- «A Cidade de Évora» — Boletim da Comissão Municipal de Turismo — N.ºs 19-20 — 1949 e N.ºs 21-22 — Ano de 1950.
- «Revista Açores-Madeira» — Número único.
- «Revista de Ensino» — Repartição Central dos Serviços de Instrução Luanda — N.º 1 — 1950.
- «Insulana» — Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada — Vol. V N.ºs 1 e 2 — 1949.
- «A Diocese de Angra na História dos Seus Prelados» — por Cónego Pereira — 1950
- «O Drama da Europa» — Tradução de Gilberto Miranda -- 1941.
- «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» — Instituto de Antropologia Porto — Vol. XII — Fasc. 3-4 — 1950.
- «Arquivo do Distrito de Aveiro» — N.º 60 — 1949 e N.ºs 61 e 62 — 1950.
- «História da Civilização Brasileira» — Universidade de São Paulo — N.º 10 — 1949.
- «Anales del Instituto de Linguística» — Universidade Nacional de Cuyo Tomo IV — 1950.
- «Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga» — Vol. II--N.º 1—1950.
- «Boletim da Junta de Província da Estremadura» — N.º XXII — 1949 e N.º XXIII — 1950.

- «Fátima e a Conversão da Rússia», pelo Dr. J. Pedro — 1950.
- «Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral» — Vol. VIII — 1950.
- «Resumo das Comunicações do Congresso Luso-Espanhol para o progresso das Ciências» — 1950.
- «Quartely Journal» — The Library of Congress — Vol. 7 — N.ºs 1 e 2 — 1949
- «O Instituto» — Revista Científica e Literária — Vol. 113 — 1949.
- «Recolha de alguns elementos coevos para a história sincera do Reinado de El-Rei Dom João V», por João Afonso Corte-Real — publicado na Revista «Las Ciencias» de Madrid.
- «Santa Catarina Filatélica» — Órgão Oficial da Associação Filatélica de Santa Catarina — Ano 1 — N.º 2 — 1950.
- «Goethe, «Os Novos e os Velhos» — Florianópolis — 1949 — Oferta de Oswaldo Cabral.
- «Elogio do Contista Trindade Coelho», por Júlio de Lemos — Oferta do Autor.
- «Revista de História» — Universidade de La Laguna — N.º 88 — 1949.
- «Geographical Review» — Published by The American Geographical Society of New York — Vol. XL — N.ºs 2, 3 e 4 — 1950.
- «Leis, Decretos e Atos» — Prefeitura Municipal de Porto Alegre — 4 Vol. — Ano de 1950.
- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» — 67.ª Série — Números 7 a 12 — ano de 1949 e 68.ª série — Números 1 a 4 — ano de 1950.
- «Boletim de Trabalhos Históricos do Arquivo Municipal de Guimarães» Vol. XI e XII — N.ºs 1-4 — Anos 1947-1948 e 1949-1950.
- «Lembrança das Épocas e Acontecimentos Notáveis» — 1946 — Oferta do Capitão António Dias.
- «Histórias que me contaram» — por Manuel Greaves.
- «Aventuras de Baleeiros» — por Manuel Greaves.
- «Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul» — Ano de 1948.
- «Anuário Genealógico Latino» — Edição da Revista Genealógica Latina São Paulo — Vol. 2 — Ano de 1950.
- «Estatutos da Federação dos Institutos Genealógicos Latinos» — São Paulo — Brasil.
- «A Contribuição do Instituto Genealógico Brasileiro para os Estudos

- Históricos» — Separata da Revista Genealógica Latina — São Paulo — Brasil.
- «Notícia Histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito» — por Oswaldo R. Cabral — Florianópolis — 1950.
- «O Terno de Reis no Folclore Catarinense» — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Série C — N.º 2 — 1950.
- «Boletim trimestral da Sub Comissão Catartnense de Folclore» — Ano I — N.º 2 — 1949 — N.ºs 3, 4 e 5 — 1950.
- «Livro de Ouro das Conservas Portuguesas de Peixe» — 1938.
- «Capitão-Mor João de Toledo Piza Castelhanos» Separata da Revista do Arquivo Municipal — São Paulo — 1949 — Oferta de Carlos da Silveira.
- «A Alma Religiosa de Junqueiro», por Júlio do Lemos — 1950.
- «Índice Cultural Espanhol» — Ano V — N.ºs 49 a 52 — 1950.
- «19 Boletins da União Pan-Americana» — Anos de 1935 a 1940 — — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Notas de viagem em torno da América do Sul» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «A evolução, a eficiência e a grandeza do Liceu Literário Português» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «La Argentina» — Estudo Físico, Etnográfico, Político e Económico — — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Corographia Açorica» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Collection de chansons et de contes populaires» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Acta da sessão de 11 de Junho de 1908 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Vozes d'África» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Corographia Histórica» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Meio Século» — Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro — Narrativa histórica pelo Prof. Ferreira da Rosa — Oferta do mesmo.
- «Fernão de Magalhães» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Viagens aos Estados Unidos da América, Columbia Britânica, Território do Alaska e Arquipélago do Hawaii» — Oferta de Ferreira da Rosa.

- «Por Amor de Portugal», por Ferreira da Rosa — Oferta do Autor.
- «A Policlínica de Botafogo» — 1910 — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Curso de enfermeiras da Policlínica de Botafogo» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Assistência Médica no Rio de Janeiro» — 1916 — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «D. João VI» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Anuário Estatístico do Brasil» — 1.º Ano-1808-1912 — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «São Paulo de Renan» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Discursos académicos» (1907-1913) — Oferta de Ferreira da Rosa
- «Técnicos e educadores» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Novas iniciativas da Policlínica de Botafogo» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Luzamérica» -- Brasil — 1947 — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Nóbrega» — O Primeiro Jesuíta do Brasil — Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — 1940 — Oferta de Ferreira da Rosa
- «Os Portugueses e a Expansão do Mundo Moderno» — 1944 — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro» 1837-1937 — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Aspectos do Brasil» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Real Gabinete Português de Leitura» — Resumo Histórico — 1936 — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Rio de Janeiro» — Oferta de Ferreira da Rosa.
- «Os Grandes Problemas», por Sousa Cruz — 1918 — Oferta de Ferreira da Rosa.

Campos Junior

Em 1850 nasceu na ilha Terceira António Maria de Campos Junior, oficial do exército, jornalista, dramaturgo, e escritor de mérito talvez o mais lido no seu tempo.

Foi como romancista histórico que principalmente se distinguiu. Os seus romances, cuidadosamente preparados embora nem sempre houvesse bebido nas mais puras fontes, movem-se num ambiente histórico o menos possível alterado pela fantasia que, a bem dizer só criava algumas das figuras precisas para entretecer o enredo do romance, saíram primeiro em folhetins de «O Século» e do «Diário de Notícias», e depois em livro com varias edições.

Sem falar na colaboração dada áqueles dois diários, à «Revolução de Setembro» e a outros periódicos, nem nas peças de teatro algumas representadas em Portugal e no Brasil com incontestavel êxito, deixou muitos romances que levaram a toda a parte, em forma amena a todos acessível, num estilo atraente e sugestivo. o conhecimento de diversos periodos da história pátria.

Guerreiro e Monge, pertence ao período glorioso dos descobrimentos, *A filha do Polaco* desenrola-se no meio das invasões francesas, *A Marquez de Pombal*, *Luis de Camões*, *Inez de Castro*, *A senhora Infanta* ressuscitam grandes figuras históricas, a-pesar-das suas vidas romanceadas nem sempre corresponderem inteiramente à verdade. Era um romancista e não um historiador, e mais, em boa razão, se não podia exigir-lhe.

Campos Junior não é de cêpa açoriana.

O seu nascimento em Angra, a cuja guarnição militar pertencia o pai, foi obra do acaso, e assim a terra natal nenhuma influencia exerceu na sua obra e nunca a recorda; mas o facto de ter aqui nascido e o seu lugar na literatura nacional justificam este breve registo no Boletim do Instituto Histórico da passagem do primeiro centenário do seu nascimento.

Necrologia

Faleceram ultimamente na ilha da Madeira o Padre Fernando Augusto da Silva e o Major Reis Gomes, bem como, em Lisboa, o Professor Padre Tomaz Borba.

Embora nenhum deles pertencesse ao Instituto Histórico da Ilha Terceira nem se houvesse ocupado especialmente de assuntos respeitantes ao distrito de Angra, a sua morte não pode passar sem se consagrarem aqui algumas palavras de admiração e respeito à sua obra.

O Padre Fernando Silva foi um erudito e consciencioso investigador da história da Madeira, tão ligada à nossa no seu início. No *Elucidário Madeirense* (colaboração) vasto repositório de tudo o que se refere ao arquipélago de indispensável consulta e segura informação, no *Pela história da Madeira*, e em monografias sobre corografia, história da igreja e da escola médica, etc., deixou amplamente documentado o seu alto valor e a sua ciência.

Noutro campo, como polígrafo ilustre, literato, crítico de arte, comediógrafo, jornalista, o Major Reis Gomes, académico da Academia das Ciências, foi figura de primacial relêvo, cujo renome passou justamente além dos limites da sua ilha, sendo considerado como autoridade máxima em assuntos de teatro. A sua cultura vasta e polimórfica revelava-se em tudo que escrevia.

Terceirense o Padre Tomaz Borba foi quarenta anos professor do Conservatório de Lisboa, onde pela sua ciência e pela sua bondade, marcou lugar insubstituível. Inteiramente absorvido pela arte, compositor de mérito, sem prejuízo das suas funções sacerdotais, consagrou-se em particular a escrever excelente música para o povo e para as crianças das escolas.

Graças a ele os grupos corais, tanto escolares como populares, podem formar os seus reportórios com lindas canções genuinamente portuguesas, sabiamente harmonisadas.

Atesta a sua comp-tencia de professor o compêndio de harmonia, que publicou onde deu lugar às mais arrojadas combinações harmonicas dos modernos compositores, em sequencia às regras da mais pura harmonia clássica.

Como compositor inspirou-se muitas vezes na musica popular sem esquecer a das nossas ilhas.

Dr. Alfrêdo Pimenta

Em Lisboa, faleceu o Dr. Alfrêdo Pimenta, Director da Torre do Tombo, poeta, jornalista, escritor distinto e fecundo, que à história consagrou o melhor da sua actividade.

Espírito polimórfico e combativo, de insaciavel curiosidade, possuia formidavel e excepcional cultura. Nos mais diferentes campos, filosofia, filologia, política, crítica literária, movia-se com espantosa facilidade e mostrava igual e solido conhecimento das mais variadas questões.

Ainda que não tenha sido cultor da história insular e aos Açores apenas tenha consagrado um breve estudo, a alta categoria mental do falecido exige esta breve referencia no Boletim.

Velho Arruda

Em Coimbra, onde se encontrava de visita, faleceu, recentemente, o illustre historiador açoreano Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda.

Natural da ilha de Santa-Maria, médico em Vila Franca do Campo, consagrava grande parte do seu tempo a investigações genealógicas e de história local, sobre tudo na difficil e confusa época do descobrimento e inicio da colonisação.

Do seu saber, rigoroso método historico, critica das fontes e segurança de conclusões é prova a admiravel introdução à *Coleção de documentos relativos ao descobrimento dos Açores*, publicada em 1932 por ocasião do quinto centenário do descobrimento, trabalho

que lhe deu primacial lugar entre os nossos historiadores e lhe conferiu justa autoridade, por todos reconhecida, no assunto.

Posteriormente editou o livro primeiro das *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso fazendo-o preceder de um estudo sobre a obra e o autor, em que mais uma vez se revelaram as suas altas qualidades de historiador e a vastidão do seu saber.

Dispersos em revistas, particularmente na *Insulana*, órgão do Instituto Cultural de Ponta-Delgada, deixa alguns artigos de grande importância, e inéditos trabalhos genealógicos de maior folego, que oxalá em breve se publiquem.

VIDA DO INSTITUTO

COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

Em execução do programa aprovado pelo Instituto, inaugurou-se no dia 29 de Outubro no Jardim dos Corte-Reais, o padrão comemorativo da celebração do quinto centenário do povoamento da Ilha Terceira.

O projecto do padrão foi elaborado pelo professor da Escola Industrial e Comercial Architecto Fernando de Sousa, e a execução entregue à Direcção de Obras Publicas do distrito.

As despesas, exceptuado o projecto amavelmente oferecido pelo seu autor, foram custeadas com parte do subsídio extraordinário concedido ao Instituto pela Junta Geral Autónoma para o centenário.

Assistiram ao acto, além dos Ex.^{mos} Governador do Distrito Autónomo e Presidente da Junta Geral, muitos convidados, sócios do Instituto e povo.

O jardim achava-se lindamente ornamentado pelo pessoal dos serviços da Junta e o padrão, coberto com a bandeira nacional, foi descerrado pelo Ex.^{mo} Governador.

O Presidente do Instituto, em breve alocução publicada nos jornais «A União» n.º 1657 e «Diário Insular» n.º 1386, pôs em relêvo o alcance das comemorações e agradeceu ao Governador do Distrito e à Junta Geral, designadamente ao seu Presidente sr. Dr. Manuel de Sousa Menezes dedicado sócio de Instituto, a coadjuvação a este

prestada, sem a qual pouco ou nada se poderia ter feito.

Na noite de 26 de Dezembro realisou-se, no salão da Junta Geral, a sessão comemorativa do centenário com numerosa e selecta assistencia de convidados.

Presidiu o Ex.^{mo} Governador do Distrito Autónomo tendo à sua direita o Presidente da Junta e à esquerda o Presidente do Instituto.

Usaram da palavra o Presidente do Instituto, que proferiu o discurso atraz publicado, e o Ex.^{mo} Governador, que se referiu às comemorações centenárias, salientando papel do Instituto e a repercussão que tiveram fora da ilha até em meios estrangeiros.

O seu discurso foi publicado nos jornais «A União» n.º 16575 e «Diario Insular» n.º 1437. A Camara Municipal da Praia da Vitória fez-se representar pelo sr. Dr. Agnelo Ornelas do Rêgo.

No dia 18 de Julho, integrado nas comemorações e patrocinado pelo Instituto, o Orfeão Feminino sob a habil e entusiástica direcção do Padre José Silveira de Avila, levou a efeito, no salão da Junta Geral Autónoma, uma brilhante festa de homenagem à memória do Professor Padre Tomaz Borba, e ao distinto compositor terceirense João Carlos da Costa Monis sócio do Instituto.

O concerto foi verdadeiramente notavel.

O programa ensaiado pelo competente director do Orfeão, alma do grupo e animador de excepcionais qualidades, agradou sem restrições à numerosa e escolhida assistencia, que enchia o vasto salão, e mereceu à imprensa local as mais justas e elogiosas referências, constituindo condigna homenagem aos dois compositores terceirenses.

No programa figuraram *Cantiga à Rapadinha*, *A B C d'oiro*, *O trêvo* e *Ilha dos Amores*, do Padre Borba, a ultima com letra do saudoso poeta Gervasio Lima; *Ave-Maria*, *O meu bem*, *O carro das romarias* (Letra de João Ilheo, pseudonimo do distinto escritor Major Frederico Lopes) e *Rapsódia de cantos populares portu-guézes* (selecção) de João Monis.

Foram solistas as Ex.^{mas} Sr.^{as} D. Guiomar Maria de Mendonça Alves e D. Izabel Maria Lourenço Rocha.

Ao abrir a festa, o Secretário do Instituto Tenente-Coronel José Agostinho proferiu um breve discurso, publicado no n.º 16434 do jornal «A União», enaltecendo o mérito dos dois musicos e a obra educativa do Padre Tomaz Borba.

ACTA DA REUNIÃO ORDINARIA DE 2 DE JANEIRO DE 1950.

Presentes os sócios: Dr. Luiz da Silva Ribeiro (Presidente), Major Miguel Cristovão de Araujo, Major Frederico Augusto Lopes Junior, Raimundo Belo, Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Dr. Teotonio Machado Pires e Tenente-Coronel José Agostinho (Secretário). Ausentes da Ilha os sócios Dr. Manuel de Sousa Menezes e Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral.

Aberta a sessão pelas 21 horas.

Lida e aprovada a acta da reunião anterior, foram tratados os seguintes assuntos:

1. — Foram apresentadas as contas relativas ao ano de 1949, verificando-se haver um saldo de 22.488\$26, devendo atender-se porém a que não está ainda paga qualquer verba relativa à publicação do número do Boletim relativo a 1949.

2. — Foi aprovado o orçamento para 1950, prevendo-se as seguintes receitas:

Saldos de 1949.....	22.488\$26
Cotas	1.800\$00
Subsídio da Junta Geral para 1950	15.000\$00
Saldo.....	<u>39.388\$26</u>

E as seguintes despesas:

Para aquisição de livros, expediente e outras pequenas despesas indis- pensaveis ao funcionamento de Ins- tituto	2 000\$00
Gratificação ao encarregado do arqui- vo e expediente.....	600\$00
Para publicação do Boletim e de quaisquer outros trabalhos.....	36.788\$26
Total.....	<u>39.388\$26</u>

3. — *Conferencia administrativa* — O Senhor Presidente deu conta da colaboração do Instituto na Conferencia Administrativa do Distrito

4. — *Padre Fernando Augusto da Silva*. — Foi deliberado na acta um voto de sentimento pelo falecimento na Ilha da Madeira do erudito historiador, Padre Fernando Augusto da Silva, có-autor do *Elucidário Madeirense* e autor de grande número de trabalhos sobre a terra, o povo e a história madeirense.

5. — *Congresso da Associação Luso-Espanhola para o Progresso das Ciencias*. — Resolvido, de harmonia com a comunicação recebida da comissão organizadora do Congresso, fazer convite aos sócios para apresentarem quaisquer trabalhos que queiram submetet ao mesmo por intermédio do Instituto. Praso até ao fim de Fevereiro.

6. — *Centenário do Povoamento da Terceira*. — Encarando-se a possibilidade de virem a realizar-se oportunamente as comemorações do Quinto Centenário do Povoamento da Ilha, o Senhor Presidente pediu sugestões aos sócios presentes sobre o modo como o Instituto deverá associar-se às comemorações.

O sócio Senhor Dr. Baptista de Lima mostrou a vantagem que haveria em aproveitar esta oportunidade para fazer um balanço da vida da Terceira nestes cinco séculos, o que implicaria necessariamente trabalho aturado por parte do Instituto e grandes despesas para a publicação daquilo que fosse realmente importante.

Em vista das dificuldades que uma tal atitude apresenta, é de opinião que pelo menos as comemorações sejam assinaladas com a publicação de alguns inéditos e com a realização de conferencias sobre a história das instituições locais, tais como as Misericórdias, Conventos, Colégio dos Jesuitas e outras de character militar ou cultural.

Como o Dr. Baptista de Lima mencionasse para publicação os manuscritos do livro da Secretaria da Guerra, de António Saldanha, onde se faz larga referencia à cooperação dos Açores nas campanhas da Restauração, e o livro das Fortalezas da Ilha Terceira, mandado fazer pelo Capitão-general, A. Antão de Almada, interveio o sócio Tenente-Coronel José Agostinho, que propôs que, em vista de não estar ainda impresso o texto da parte das *Saudades da Terra* que o Instituto há tempos mandou copiar, achava que nenhum inédito deve-

ria ser publicado antes dessa parte das *Saudades da Terra*, única que falta para a obra ficar completa numa edição de formato e contextura uniformes.

O Livro da Secretaria da Guerra e a história dos Açores no tempo do Prior do Crato, atribuída ao Corregedor Ciprião de Figueiredo, a que também se referiu o Dr. Baptista de Lima, será publicado no Boletim, fazendo-se separata de maior número de exemplares para venda ao público.

O Dr. Baptista de Lima explicou que a demora na publicação da parte da obra de Frutuoso, que o Insfituto mandou copiar, provém da vantagem de se comparar essa cópia, feita por um apógrafo do século XVII, com o que se supõe ser o original, que pertencia ao remanescente da herança da Condessa de Cuba, em poder do Barão de Linhó e parece ter sido adquirido pelo Ministério da Educação Nacional, tendo a cópia do Instituto sido enviada para tal efeito ao sócio honorário, Professor Doutor Vitorino Nemésio.

Foi resolvido aprovar o programa de conferencias proposto pelo Dr. Baptista de Lima e tratar-se imediatamente de verificar a possibilidade de fazer o confronto da cópia do texto de Frutuoso, que o Instituto mandou fazer, com o original, publicando-se o texto da cópia tal como está, no caso de não ser possível fazer tal confronto. Esta publicação deverá fazer-se antes da publicação de qualquer outro inédito, cujo texto não caiba no Boletim.

7. — *Guedes* — Pelo sócio Tenente-Coronel José Agostinho foi proposto e foi aprovado pelos presentes, que se procure esclarecer a identidade do historiador Guedes, a quem frequentemente se refere o Padre António Cordeiro na sua *História Insulana*.

Não havendo nada mais a tratar foi encerrada a sessão pelas 23 horas.

(assinados) — *Luís da Silva Ribeiro*
Jose Agostinho

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 1950.

Presentes os sócios: Dr. Manuel de Sousa Menezes, Dr. Francisco Lourenço Valadão Junior, Major Frederico Augusto Lopes, Dr. Manuel

C do Couto, Major Miguel Cristovão de Araujo, Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral e Tenente-Coronel José Agostinho (Secretário).

Esteve igualmente presente S. Ex.^a o Governador do Distrito Autónomo, Dr. Candido Pamplona Forjaz, sócio do Instituto.

Por motivo de doença grave do Presidente, Dr. Luiz da Silva Ribeiro, abriu a sessão pelas 20 h. 45 m. o sócio presente mais velho, Tenente-Coronel José Agostinho, visto poder deliberar-se já, validamente, com qualquer número de sócios presentes nos termos da convocação, em virtude de às 20 h. não ter havido *quorum*.

O referido sócio, com o assentimento do Presidente Dr. Luiz Ribeiro, que lhe fora comunicado verbalmente, e com a aprovação unânime dos presentes, convidou para presidir à sessão o sócio Dr. Manuel de Sousa Menezes, Presidente da Junta Geral e por esse facto Presidente honorário do Instituto.

O Dr. Manuel Menezes, ao assumir a presidencia da sessão, agradeceu a honra que lhe foi dada e manifestou o seu pesar pela doença do Presidente, Dr. Luiz Ribeiro, fazendo votos pelo seu pronto restabelecimento e regresso à actividade no Instituto. Todos os sócios presentes se associaram a estes votos do Dr. Manuel Menezes.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, ainda em minuta, iniciaram-se os trabalhos pela seguinte ordem:

1. — Expediente—O Secretário deu conta do seguinte expediente:

a) Um officio do Ministério do Interior, consultando o Instituto sobre a forma exacta do nome da povoação onde se encontra o aerodromo desta ilha. Foi opinião unânime dos sócios presentes que, embora em documentos antigos se encontrem outras grafias, o nome há muitos anos usado para essa povoação por toda a população desta Ilha Terceira é LAJES, parecendo por isso desnecessárias quaisquer investigações eruditas a tal respeito.

b) Um officio da Casa dos Açores, pedindo o patrocínio do Instituto para a vinda aos Açores da Juventude Musical Portuguesa, por ocasião das festas centenárias. Foi resolvido por unanimidade manifestar o maior interesse do Instituto pela realização dessa visita, de interesse cultural incontestavel e em muito boa oportunidade, lastimando o Instituto não dispor de meios para auxiliar materialmente essa iniciativa, a que no entanto prestará todo o apoio doutra natureza, que lhe seja possível.

c) Foi lida uma carta do etnólogo brasileiro, Verissimo de Melo, que contem muito elogiosas referencias aos trabalhos do Presidente do Instituto, Dr. Luiz Ribeiro, com o que unanimemente se congratularam os sócios presentes.

d) Um bilhete do Coronel Salvador de Moya, da Federação de Institutos Genealógicos Latinos, de S. Paulo, Brasil, solicitando uma informação sobre o genealogista madeirense Pereira d'Agrella, o envio ou aquisição por sua conta dos números 1 e 2 do Boletim do Instituto, e autorização para reproduzir a Relação dos Emigrantes para o Brasil, do sócio Raimundo Belo. Resolvido dar satisfação aos pedidos na medida do possível.

e) Uma carta do Snr. Francisco Klors Werneck, do Rio de Janeiro, pedindo informação genealógica, que se resolveu fosse solicitada da Direcção do Arquivo Distrital.

f) Um officio do Ministério da Guerra, informando ir ser dado novo destino aos onze canhões, que se encontram no Castelo de S. João Baptista, cuja incorporação no Museu Distrital fora sugerida.

g) Uma carta da Biblioteca da Universidade Harvard agradecendo a oferta do Boletim e enviando uma lista de publicações, para se escolher alguma que interesse ao Instituto. Fica ao critério do Presidente do Instituto a escolha.

2. — *Comunicações.* — Por incumbencia do Presidente, Dr. Luiz Ribeiro, foi comunicado o seguinte:

a) Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciencias. Aceitando ao convite feito ao Instituto o Presidente, Dr. Luiz da Silva Ribeiro, enviou um relatório sobre a actividade do Instituto. O sócio, Dr. Baptista de Lima, enviou igualmente um relatório sobre a actividade do Arquivo Distrital.

b) Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros a realizar em Outubro em Washington. Foram comunicadas aos sócios as circulares recebidas e convidados a apresentarem quaisquer trabalhos, não tendo porém sido recebida qualquer colaboração. O sócio Dr. Baptista de Lima informou o Presidente de que, tendo sido também convidado a colaborar no Colloquium, como Director do Arquivo, enviou trabalhos sobre a arte barroca nesta Ilha, sobre Frei João Estácio e uma notícia sobre o Arquivo Distrital.

c) Mostra Colombiana. — Recebido convite para o Instituto en-

viar quaisquer elementos para figurarem na Exposição Colombiana e realizar em Génova, não se conseguiu reunir qualquer coisa que pudesse figurar na mesma exposição. O sócio Dr. Baptista de Lima informou o Presidente, Dr. Luiz Ribeiro, ter enviado uma comunicação sobre a passagem de Colombo em Santa Maria.

d) Congresso de Porto Alegre. — Foi recebida comunicação da realização de um congresso de História Regional em 1951, na cidade de Porto Alegre, Brasil.

3. — *Propostas* — Foram presentes as seguintes propostas do Presidente, Dr. Luiz Ribeiro :

a) Voto de pesar pela Morte do Padre Tomás Borba, terceirense ilustre, professor do Conservatório de Lisboa e musicólogo eminente, a quem se deve em Portugal a divulgação do folclore musical e a introdução do canto coral nas escolas. Aprovado por unanimidade.

b) Voto de pesar pela morte do escritor madeirense e académico, Major Reis Gomes. Aprovado por unanimidade e que se transmita.

c) Apresentar ao Director do Arquivo Distrital as congratulações do Instituto pela publicação do seu Boletim, iniciativa do maior alcance e utilidade para a investigação histórica, e ainda pelo apreço manifestado pelo Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, Dr. António Ferrão, entidade oficial máxima destes serviços e ao mesmo tempo um dos maiores e mais ilustres investigadores da nossa história, cuja obra tanto nela avulta, escrevendo o artigo editorial. Aprovado por unanimidade.

d) Saudar o sócio Raimundo Belo pelas elogiosas referencias da Revista Portuguesa de Filologia ao seu trabalho sobre emigração açoreana para o Brasil. Aprovado por unanimidade.

e) Que o Instituto se congratule pela publicação do Boletim Trimestral da Comissão Central Catarinense de Folclore. (Brasil). Aprovado por unanimidade.

f) Proposta para a eleição para sócio correspondente do Instituto do etnólogo brasileiro, Dr. W. Spalding, colaborador do Boletim do Instituto. Aprovado por aclamação.

g) Congratulações ao Instituto Cultural de Ponta Delgada pela oferta do manuscrito original das *Saudades da Terra* feita ao mesmo pelo Senhor Marquez da Praia e Monforte. Aprovado por unanimidade.

Pelo Dr. Manuel de Sousa Menezes foi apresentada proposta para que a remuneração do servente da Junta Geral, que faz o serviço do Instituto, passe a ser de 50\$00 mensais. Aprovado por unanimidade.

4. — *Colaboração para o Boletim* — O Presidente, Dr. Luiz Ribeiro, comunicou por escrito quais os trabalhos já entregues para publicação no número do Boletim a sair instando para que os sócios enviem a sua colaboração com a possível brevidade.

5. — *Centenário do Povoamento* — Conforme a deliberação de 20 de Março de 1948, em que se resolveu que o Instituto desse a a colaboração à comemoração do Centenário do Povoamento, ficando o programa definitivo dependente da concessão de verba pela Junta Geral para a realização do mesmo (deliberação de 15 de Novembro de 1949) o Presidente do Instituto, Dr. Luiz Ribeiro, depois de troca de impressões com o Ex.^{mo} Presidente da Junta Geral, apresenta o seguinte programa para a referida colaboração, cuja execução definitiva dependerá do montante do subsídio especialmente concedido para tal fim:

a) Publicação do Vol. 8.^o do Boletim em dois tomos, um análogo aos anteriores e outros comemorativo do Centenário, com cerca de 300 páginas para publicação de textos inéditos, a sair no primeiro semestre de 1951;

b) Edição em separata de 300 exemplares de cada um dos textos publicados, para venda ao público;

c) Publicação, nestas condições, dos seguintes textos:

— Relatório e correspondência do General Antonio de Saldanha em 1641, ms. existente na Biblioteca da Ajuda, ainda inexplorada, com notícias importantes para a História da Restauração na Terceira e contribuição desta e outras ilhas do arquipélago para as lutas pela independência no continente;

— Parte do Espelho Cristalino, de Frei Diogo das Chagas, relativa à Terceira, segundo um apógrafo do século XVII;

— História de D. António nos Açores, ms. existente na Torre do Tombo, do qual o Arquivo Distrital possui fotocópia e presumivelmente da autoria de Ciprião de Figueiredo;

— Publicar oportunamente, depois de comparação com o suposto original oferecido à Biblioteca de Ponta Delgada, o vol. 6.^o das *Saudades da Terra*.

- d) Colocação em lugar a fixar, dum padrão do povoamento;
- e) Convite ao Prof. Doutor Vitorino Nemésio, sócio honorário do Instituto, a visitar esta ilha na ocasião das comemorações, otorecendo-se-lhe as passagens por via aérea;
- f) Concessão de um subsídio para a publicação da História da Igreja dos Açores, da autoria do sócio, Cónego José Augusto Pereira, em impressão na Tipografia Andrade.

Foi aprovado este programa, por unanimidade, tendo o sócio Major Frederico Lopes alvitado que se fizesse um convite ao Instituto Cultural de Ponta Delgada para se fazer representar nas Comemorações Centenárias, o que igualmente foi aprovado por unanimidade.

Foi ainda proposto pelo Secretário Tenente-Coronel José Agostinho, que o Instituto realize oportunamente e com a possível solenidade, uma sessão especial comemorativa do Centenário do Povoamento. Foi igualmente aprovado por unanimidade.

6. — *Execução do Programa Anterior* — Para execução deste programa propõe o Presidente, Dr. Luiz Ribeiro:

- a) Que se dirija convite ao Prof. Doutor Vitorino Nemésio para visitar esta ilha, na ocasião oportuna e nas circunstancias apontadas;
- b) Que se solicite de sua Ex.^a o Ministro da Guerra concessão de transporte nos aviões militares, para o Prof. Doutor Vitorino Nemésio, custeando-se o transporte nas linhas aéreas comerciais, caso isso não seja possível;

c) Que se convide o sócio Dr. Baptista de Lima, Director do Arquivo Distrital, para preparar os textos a publicar no Tomo suplementar do Boletim;

d) Que se solicite do Ex.^{mo} Director da Escola Industrial e Commercial de Angra do Heroísmo a elaboração na mesma Escola do projecto do Padrão Comemorativo, e solicitar à Junta Geral a sua execução com a brevidade possível, por administração directa;

e) Que se fixe o subsídio a conceder para a publicação da História da Igreja nos Açores.

Estas propostas foram aprovadas por unanimidade, tendo-se mais aprovado o seguinte.:

f) Que o modelo do padrão fique dependente apenas de aprovação do Presidente do Instituto;

g) Que o mesmo seja colocado em lugar de destaque no Jardim

dos Corte-Reais, solicitando-se para tanto autorização e colaboração da Junta Autónoma dos Portos;

h) Que igualmente se solicite a cooperação da Direcção de Obras Públicas para os trabalhos de colocação do Padrão;

i) Que se dirija convite ao Instituto Cultural de Ponta Delgada para se fazer representar nas Comemorações Centenárias.

Orçamento — Foi aprovado o seguinte orçamento da despesa a realizar com a colaboração do Instituto nas Comemorações Centenárias:

Publicação do Tomo suplementar do Boletim

(400 exemplares)	10.500\$00
Idem de separatas (300 de cada texto).....	3.500\$00
Edição da História da Igreja nos Açores, subsídio de.....	16.000\$00
Despesa com transporte do Prof. Nemésio	4.000\$00
Custo do Padrão e sua colocação.....	22.000\$00
Despesas de representação do Instituto por motivo das comemorações.....	5.000\$00
Total.....	<u>61.000\$00</u>

O Senhor Dr. Manuel de Sousa Menezes informou que à Junta Geral vai ser apresentada proposta para a concessão imediata de um subsídio de 50.000\$00 para o Instituto poder fazer face a estas despesas, ficando a diferença para ser coberta com um subsídio em 1951, parecendo não resultar daí inconveniente, uma vez que a publicação do Tomo suplementar do Boletim está prevista sómente para esse ano. Em vista disso foi resolvido que o programa se vá efectuando à medida das receitas que forem sendo efectivamente obtidas.

Antes de se encerrar a sessão Sua Ex.^a o Governador do Distrito disse que um dos motivos que o haviam determinado a assistir a esta sessão tinha sido agradecer pessoalmente ao Instituto a valiosa colaboração prestada às Comemorações Centenárias confiando absolutamente na sua acção.

O Senhor Dr. Manuel de Menezes, na Presidencia, agradeceu a

presença de Sua Ex.^a o Governador e as suas palavras de incentivo tributadas ao Instituto.

E, não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a sessão pelas 22 h. 10 m.

(assinados) — *Manuel de Sousa Menezes*
José Agostinho

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM
15 DE NOVEMBRO DE 1950.

Presentes os sócios Senhores Dr. Luis da Silva Ribeiro, (Presidente), Dr. Manuel de Sousa Menezes, Dr. Francisco Lourenço Valadão Junior, Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Major Miguel Cristovão de Araujo, Major Frederico Lopes, Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, Dr. Teotonio Machado Pires, Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes, Dr. Manuel Cardoso do Couto e Tenente-Coronel José Agostinho (Secretário).

Aberta a sessão pela 20 horas, lida e aprovada a acta da reunião anterior, passou o Senhor Presidente a expor os assuntos a tratar nesta reunião, a saber:

1. — *Sessão solene de encerramento das comemorações do quinto Centenário do Povoamento da Terceira.* — Foi resolvido por unanimidade deixar ao critério do Senhor Presidente marcar a data da sessão solene, de acordo com o Ex.^{mo} Governador do Distrito, e fixar os pormenores da mesma. Foi manifestado unanime regosijo pela noticia de que um dos membros do Governo virá provavelmente presidir a essa sessão de encerramento.

2. — Foi autorizado o Senhor Presidente a votar na eleição de procuradores à Junta Geral conforme melhor lhe parecer.

3. — Como o aparelho de gravação de som, pertença do Instituto, não tenha dado inteira satisfação, foi resolvido que o Senhor Presidente fique autorizado a manda-lo reparar e a dispender a quantia necessária para tal fim.

4. — Foi autorizado o Senhor Presidente a distribuir os trabalhos de impressão do Boletim e anexos pelas tipografias locais, conforme achar mais conveniente aos interesses do Instituto.

5. — Foi transmitido um pedido do Snr. José da Costa para que o Instituto adquira um certo número de exemplares do seu poema «Ilha de Jesus», para distribuição. Resolvido não atender o pedido por não estar nas atribuições do Instituto satisfazê-lo.

6. — Resolvido, sob proposta do Senhor Presidente, publicar uma «plaquette» com canções populares da ilha Terceira (música e letra tradicionais), da autoria do sócio Snr. João Moniz, para divulgação por estabelecimentos culturais e de ensino.

7. — Resolvido que se inclua no Boletim uma reimpressão do artigo do Dr. Lang, publicado na Revista Lusitana, e relativo à fala e costumes da gente das ilhas, em vista de estar de há muito esgotado e ser de mui difícil aquisição o artigo original.

8. — Foram aprovados, por unanimidade, votos de condolencia pelo falecimento do Dr. Alfredo Pimenta e do Dr. Duarte Leite, figuras do mais alto relevo na historiografia nacional.

9. — O Senhor Presidente deu conta do trabalho por ele enviado ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências.

10 — Igualmente deu o Senhor Presidente conta da colaboração do Instituto prestada ao Congresso Luso-Espanhol de Lisboa e à Mostra Internacional Colombiana, realizada em Génova, pelo sócio Snr. Dr. Baptista de Lima e lamentou que não tivesse sido possível prestar o merecido concurso ao Colloquium Luso-Brasileiro de Washington. Resolvido manifestar a este último respeito aos Snrs. Professores F. Rogers e M. Cardoso o grande apreço do Instituto por exito do Colloquium.

11. — Pelo Senhor Dr. Baptista de Lima foi proposto e unanimemente aprovado um voto de agradecimento ao Prelado da Diocese pelo alto interesse que tem posto em facilitar a entrada de documentos do Bispado e das Paróquias Açoreanas no Arquivo Distrital.

12. — Aprovada a despesa com filme para fotografia do original das *Saudades da Terra*, na parte relativa às ilhas dos grupos central e ocidental do arquipélago, trabalho que acaba de ser efectuado pelo Director do Arquivo Distrital, bem como com a passagem deste a Ponta Delgada onde teve de se deslocar para o fazer.

13. — Resolvido enviar congratulações à Camara Municipal de Santa Cruz da Graciosa pela fundação da Biblioteca Municipal.

14. — Estando já na posse do Arquivo Distrital o original da

parte histórica da Fenix Angrense da autoria do Padre Maldonado, foi resolvido que o Instituto faça a publicação do manuscrito na primeira oportunidade.

15. — Resolvido por unanimidade enviar ao Prof. F. Rogers, descendente de açoreanos e que sempre tem revelado o maior interesse pelas actividades do Instituto, congratulações pela sua eleição para decano do Colégio de Artes da Universidade de Harvard.

16. — Resolvido por unanimidade manifestar mais uma vez ao sócio Dr. Baptista de Lima todo o apreço do Instituto pela sua infatigável e bem dirigida actividade na organização do Arquivo Distrital, que já ocupa lugar de alto destaque entre as instituições desta natureza de todo o País.

Não havendo mais assuntos a tratar encerraram-se os trabalhos pelas 21 h. 30 m.

(assinados) — *Luiz da Silva Ribeiro*
José Agostinho

V Á R I A

EXCERTO DE UM DIÁRIO

Com erudito prefácio foi publicado pelo sr. Capitão António Dias um diário manuscrito do Bacharel Fernando António Machado, natural de Seia, jurisconsulto, juiz de fora e corregedor, herói da resistência às invasões francesas, no qual se encontram referencias dos Açores, designadamente à ilha Terceira que, não obstante algumas inexactidões, merecem ser aqui consignadas.

Fernando António Machado, nobre figura de magistrado e patriota, era filho de João Pedro Machado, que esteve em Angra cinco anos, de 1795 e 1802, vindo a falecer na viagem de regresso ao continente. Apesar-das diligencias empregadas e minuciosas buscas, não foi possível até agora encontrar aqui qualquer documento em que ele seja mencionado, e ignora-se o que veio cá fazer durante esse tempo.

Na volta de uma viagem ao Brasil Fernando António Machado atravessou o arquipélago em 1815 e, lembrando o pai, escreveu no seu diário o seguinte:

«No dia 14. de 9br.º dito, continuamos com bom vento athé às nove horas da noite, em que se levantou hum vento Nord-Este contrário ao nosso rúmo, e tam forte q. atirou com nosco p.ª o mar de Oeste mais de 250 leguas, de forma, que fomos obrigados depois a tomar o rumo do Canal das Ilhas dos Açores, em cujo

canal navegamos nos dias 19 - 20 e p.ª de 21 de 9br.º dito.

Hé a navegação d'aquelle Canal dos Açores bastante aprazível p.ª quem, como nós, passar à vista, e m.º perto das Ilhas: entre estas, se encontra a Ilha 3ª Cid.ª d'Angra, q. faz huma vista magestosa p.ª o mar.

O seu porto hé m.º franco e defendido por hum Forte chamado de S.º Antonio: a Cid.ª acha-se pela maior parte fundada em uma planicie; e ainda p.ª della se estende pela encosta de huma Montanha, que ahi se acha a Oeste chamada—Monte do Brasil — que tem no seu cúme dois faróes p.ª servirem de guia aos Navegantes: tive bastante pezar de não poder entrar nesta Cid.ª só p.ª ver se o interno me lizongeara tanto como o externo; e m.º p.ª examinar huma terra, q. meu pay habitou 5 a.ª, e q. elle gabava tanto nas cartas que de lá escrevia a minha May».

Lembrança das épocas e acontecimentos notáveis, pelo B.ª Fernando Antonio Machado da Villa de Cêa na Com.ª da Guarda, prefaciada pelo Capitão Antonio Dias. 1946 - (Separata do volume 16 do *Arquivo Historico Militar*),

Luis Ribeiro.

UMA SUPERSTIÇÃO

Na Terceira o povo crê que quem cospe no lume entezica.

A superstição não é exclusiva da

ilha, nem sequer do país. Em muitos outros lugares se julga o mesmo.

Na França (Gironde, Poitou, Bretanha) diz-se: — «Cracher dans le feu rend poitrinaire» (Jobbê Duval, *Les idées primitives*, II-26), e no Brasil que morre cêdo. (Santa Catarina *Boletim Trimestral*, N.º 1-20).

Em Portugal é pecado cuspir no lume (Santo Tirso, *Revista Lusitana*, XVII-50) e só o fazem os Judeus (Leite de Vasconcelos. *Tradições*, 35).

Tudo isto resulta do caracter sagrado do fôgo, segundo as ideias populares, sobrevivencia da sua divinição no paganismo.

Saiu da boca de um anjo (*Tradições*, 34), por isso cuspir no lume o mesmo é que cuspir nela (Lopes Dias *Etnografia da Beira*, I-164) e não se deve sujar-lo (C. Martha e A. Pinto *Folclore da Figueira da Foz*, II-76).

Entezicar é por tanto o castigo de quem pratica o desacato, a vingança do nome ultrajado e ofendido. Mas, porque entezicar ?

No Brasil julgam que se séca a saliva (Ceara. Camara Cascudo, *Antologia*, 298).

A forma do castigo explica-se pelo conceito da saliva, no espirito popular e papel que ela desempenha no folclore.

A saliva representa o indivíduo. E' a parte pelo todo.

Quem cospe em certos casos dá-se a si próprio, renuncia à vida e até à alma, como sucede no juramento das crianças.

Quando uma afirma cousa que as outras não acreditam, para confirmar a afirmação, diz: «Cruz de pau,

cruz de ferro; se eu menti vá para o inferno» — e cospe no chão esfregando o lugar com o pé, ou numa mão batendo nela com a outra, etc. (Terceira, Beira, Bretanha francêsa).

A localisação da vida varia de povo para povo. Segundo uns é no coração, segundo outros no cérebro, ou no pulmão. Os negros do Guadalupe e da Martinica queimam a saliva de uma pessoa para a fazer definhar e morrer. (Jobbê Duval). É ideia semelhante à da superstição terceirensa. A saliva, por sair da bôca, está, no entender do povo, em íntima relação com o peito e daí com a doença. — entezicar.

A saliva entra, para mais, noutras práticas populares por ter especiais virtudes.

Em cima de um pé dormente, para passar a dormencia, faz-se uma cruz com saliva (Santo Tirso, Barroso, Turquel, *Revista Lusitana*, XVII-50, XIX-97, XX-79).

Nas empigens põe-se saliva em jejum (ibidem).

Quem passa por um espolinha-doiro de burro, cospe para lhe não virem os sete couros, espécie de abcesso (Santo Tirso, Barroso, Turquel, Beira), e tambem quem fala em sapo deve cuspir para lhe não crescerem espinhos na bôca (Santo Tirso).

Consequencia ainda da ideia da saliva representar o individuo, é o costume de duas crianças, quando entre si tomam um compromisso, para o ratificar, arrancar uma um cabelo à outra, cuspir nele e atira-lo para fora.

Luís Ribeiro.

DONDE TERÃO VINDO AS «VARAS» DA FESTA DO ESPÍRITO SANTO ?

A «vara» foi sempre, desde os longínquos tempos medievais, um símbolo da governança.

Usaram-na os corregedores, os meirinhos, os vereadores, os escrivães das Camaras, os provedores das Misericórdias, os juizes das irmandades e confrarias, os procuradores dos mesteres e o almotacé, o terrível «*senhor almotacé*» que tinha jurisdição sobre o regimento dos preços postos às vitualhas e outros artigos da vendagem pública, assistia à repartição da carne nos açougues e verificava a aferição de pesos e medidas, com um rigor tal que faria inveja a quantas brigadas de fiscalização a lei moderna tem criado para reprimir abusos, aliás de todos os tempos, comuns sempre a todas as raças da terra.

Administrar justiça «*de vara na mão*» era portanto, ao que parece, mais seguro meio do que «*nos termos da legislação vigente*» como ao presente soe dizer-se. E foi por isso talvez que, da pratica de sua applicação no desfilar das procissões de Corpus Cristi — em que o senhor Juiz de Fora, «*alçando varas*», tinha o magestático poder de «*fazer andar as danças*» — passou para as coroações dos Impérios e demais festas de Bodo, onde, nas mãos dos mordomos, obrou prodígios de disciplina impondo respeito às multidões.

Mas nem todas as varas terão talvez o mesmo significado, porquanto as que se usavam nas «*mudanças*», conduzidas pelos convidados acompanhadores ladeando a corôa e a

bandeira, tinham apenas efeito decorativo e seriam talvez mera reminiscência daquele outro costume de que nos fala Frei Manuel da Esperança ao descrever as solenidades do Espírito Santo na vila de Alenquer, ao tempo da Rainha Santa :

«... *sai da igreja do Espirito Santo o dito imperador com muitas festas e trombetas, grande multidão de gente com canas verdes nas mãos...*»

Embora certamente não faltasse, nestas ilhas, a matéria prima necessária à reprodução fiel do costume descrito, seria julgada a vara mais decorativo ornamento do que a caninha verde de que nos fala o frade erudito, usada com tão pouca parcimônia nas faustosas solenidades do «império» de Alenquer.

Nas nossas ilhas entenderam substituir as canas pelas varas, e nem da côr ao menos se aproveitaram, porquanto estas foram sempre pintadas de vermelho com ponteiros pretas, e não de verde como estaria mais de acôrdo com a origem.

As que, porém, se destinavam a «*administrar justiça*» e andavam nas mãos dos mordomos differenciavam-se bem daquelas: eram maiores e tinham sempre uma coroa ou pomba pintadas a branco, um palmo abáixo da extremidade superior que ficava á altura dos olhos pouco mais ou menos, à semelhança do que succedia com as varas dos «*procuradores dos mesteres*» da camara de Angra, as quais, por virtude de uma resolução de 12 de Julho de 1578 inserta no respectivo Livro 2.º do Registo, a fl. 273, passaram a ter um açor lavrado em prata.

Não usavam, é certo, «*capa e volta à cortezão*» como aos almotacés e

oficiais de justiça fôra determinado, nem também os lencinhos marôtos sob a gola das vestimentas de três, como ainda na última metade do século passado frequentemente se via; mas ostentariam com garbo a sua jaleca curta de pano fino, o seu colete de seda com garridas côres, camisa de linho branca fechada a botões de ouro e calça à bôca de sino, ou, mais recuadamente, os famosos calções até ao joelho, abaixo dos quais passavam os folhos das «bragas» até meia perna, seguindo-se as meias brancas, de algodão, e os sapatos pretos que a gente rica costumava ornar com grandes fivelas de prata reluzentes.

Acabou ha muito o respeitável uso da vara do mando, símbolo do poder e da justiça, posta de parte como o complicado e inestético guarda-roupa, mas ficou ainda nas confrarias dos marítimos e nos mordomos irmandadeiros do Espírito Santo.

Já não ha autoridades de «vara alçada» nem «senhores almatacês» a fiscalizarem nos talhos a venda de carne aos «*officiais mechanicos e povo meudo*» desta antiga e mui nobre cidade, mas ainda se distribui carne, pão e vinho, nos «*despensas*», de alguns impérios «*do monte*», sob a exclusiva vigilancia da vara vermelha dos senhores mordomos.

E — graças a Deus! — ainda não houve pé de se tirar devassa por via disso...

Frederico Lopes

ALPARDO

Em diversas ilhas dos Açores,

São Miguel (D. Ligia de Almeida Matos. *A Ilha de S. Miguel*, p. 68), Pico (Lacerda Machado, *Vocabulário Regional*, p. 22) e Terceira usa-se a palavra, alpardo no sentido de lusco-fusco, crepúsculo tanto matutino como vespertino.

Nas Flores, com a mesma significação ha também alpardecer — «Ao alpardecer» (Nunes da Rosa, *Pastorais do Mosteiro*, p. 103), e na Madeira alpardo, ante manhã e à tardinha (Eduardo A. Pestana na *Lingua Portuguesa*, V — 90).

Na Terceira é principalmente empregado pelos marítimos, mas como outros termos, mácaréo, bêta, atracar, etc., passou já à linguagem popular corrente.

Morais no *Dicionário* (ed. de 1813, II-398) regista: «*Ar pardo*, é de manhã antes de esclarecer o dia. Couto, 7,6-6. «ainda era o *ar pardo*». E «já era *ar pardo*»: i. — é, já começava a anoitecer».

Gonçalves Viana nas *Apostilas aos Dicionários*, v. II, p. 231, referindo-se à linguagem popular da ilha da Madeira, julga ser locução adverbial formada com o adjectivo pardo substantivado, em que persiste a contração al [a lo por ao (a o; ao escurecer.

Oscar Pratt (*Notas à margem do Novo Dicionário*, na *Revista Lusitana* XVI-261), citando Gonçalves Viana e Nunes da Rosa, dá o verbo alpardecer como derivado de alpardo e supõe «que o elemento *al* procede de outra palavra, que antecedeu o substantivo em uma locução equivalente — *ar pardo* < *arpardo* < *alpardo*. C p *alvorar* de *arvorar*».

Citando também Moraes, ao pas-

so de Couto, em que ele se abona, acrescenta Costa e Sá, que dá à locução significado de bôca da noite, e uma quadra do Cancioneiro Geral de Garcia de Rezende :

Como virdes o ar pardo,
que já quiere anoutecer
esse tomar queres prazer
nunca vos mostres covarde.

Na sua opinião alpardo provem de arparado, numa só palavra, em que houve dessimilação do r.

Na linguagem popular do arquipélago são frequentes casos semelhantes de substituição de r por l e vice-versa.

Nas Flores diz-se alcacél (Nunes da Rosa, 12), por alcacér, e na Terceira, como noutras ilhas, cadavel por cadaver, alvorado por arvorado, cristel por clister, pranta por planta, flecha por flecha, etc. Também se usa, como em Vale de Cioma citado por Pratt, ar de noite e ar de dia, no sentido de entardecer e amanhecer.

Luis Ribeiro.

BATATA DOCE

Linschott na sua História da Navegação, referindo-se à batata doce na Terceira, no ano de 1595 em que nela esteve, a propósito das culturas existentes na ilha, escreveu :

— «Entre outras cresce debaixo da terra uma certa raiz semelhante ao rabanête, cuja planta se estende

ao longo da terra, sendo semelhante à vinha, mas tendo as folhas de outra forma.

Este fruto chama-se batatas, é de peso de uma libra e mais estimado em Portugal de que neste lugar, porque aqui se encontra em grande abundancia; é um alimento muito bom e excelente comida de que o povo usa muito». (Boletim, I-151).

É a *ipomoea batatas* (Lin.), pois a batata branca ou inglesa, *solanum tuberosum*, só foi introduzida na ilha na segunda metade do século XVIII, por iniciativa e diligencia do Capitão-general Dinis Gregorio de Melo.

A batata doce deveria, porem, ter sido já cultivada na ilha algumas décadas antes da data da visita do celebre viajante holandês.

No livro *Relaçam verdadeira dos trabalhos q ho Governador Dõ Fernão d'Souto e certos fidalgos portugueses passaram no descobrimêto da Porvincia da Troeida, agora novamente feita per hu fidalgo Deluas*, impresso em Evora em 1557, lê-se com respeito a Cuba :

— «Ha outra fruta com que se mantem muita gente, e principalmente os escravos, a que chamam Batatas; estas se dão já na ilha Terceira deste Reino de Portugal e criam-se debaixo da terra e parecem-se com inhame, tem sabor a Castanhas».

(Transcrito pelo Prof. Dr. Luís de Pina, *Flova e fauna basilicas*, na «Brasilia» III-295).

Luis Ribeiro.

INDICE

Autores

Anglin (Dr. João H.)

- A Terceira na época da Expedição Liberal 22

Belo (Antonio Raimundo)

- Relação dos emigrantes açoreanos para os Estados do Brasil, extraída dos Processos de Passaportes da Capitania Geral dos Açores 35

Enes (Padre Inocencio)

- Tradições populares da freguesia dos Altares 08

Franco (Padre Antonio)

- Imagem da virtude no Noviciado de Lisboa L. II cap. 22 146

Lima (Dr. Manuel Coelho Baptista de)

- A Ilha Terceira na História de Portugal 1

Lopes (Frederico)

- Vária. Donde terão vindo as «varas» da festa do Espírito Santo 273

Pereira (Cónego J. A.)

- Sobre as festas do Espírito Santo 58
— A Imagem do Menino-Deus da Real Protecção 64

Ribeiro (Dr. Luis Ribeiro)

— Adivinhas populares terceirenses	114
— Discurso proferido na sessão de 29 de Dezembro	173
— A lenda de Nossa Senhora da Ajuda	223
— Vária. Excerto de um diário	271
Uma superstição	271
Alpardo	274
Batata doce	273

Rogers (Prof. Francis Millet)

— Pronuncia insular portuguesa	194
--	-----

Assuntos**Artigos :**

A Ilha Terceira na Historia de Portugal, pelo Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima	1
A Terceira na época da Expedição Liberal, Excerto de um capitulo da Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, por G. Lloyd Hodges. Tradução do Dr. João H. Anglin)	
Relação dos emigrantes açoreanos para os Estados do Brasil, extraída dos Processos de Passaportes da Capitania Geral dos Açores, por António Raimundo Belo	35
Sobre as festas do Espirito Santo, pelo Cónego J. A. Pereira	58
A imagem do Menino Deus da Real Protecção pelo Cónego J. A. Pereira	34
Tradições populares da freguesia dos Altares, pelo Padre Inocencio Enes	68
Adivinhas populares terceirenses pelo Dr. Luis da Silva Ribeiro	114
Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa, pelo Padre António Franco (L. II, Cap. 22)	144
Discurso proferido pelo Presidente do Instituto, Luis da Silva Ribeiro, na sessão de 29 de Dezembro	173
Pronuncia insular portuguesa pelo Prof. Francis Millet Rogers (tradução da Tenente-coronel José Agostinho)	194
A lenda de Nossa Senhora da Ajuda, pelo Dr. Luis da Silva Ribeiro	223

Bibliografia	236
Publicações recebidas	248
Campos Junior	252
Necrologia	254
Vida do Instituto :	
Comemorações centenárias	257
Actas das reuniões	259
Vária :	
Excerto de um diário — Luis Ribeiro	271
Uma superstição — Luis Ribeiro	271
Donde terão vindo as «Varas» da Festa do Espírito Santo — Frederico Lopes	273
Alpardo — Luis Ribeiro	274
Batata doce — Luis Ribeiro	275

ERRATA

No artigo «Pronúncia insular portuguesa», onde estiver escrito «*a* anterior» leia-se «*a* posterior».

Este número, que é o oitavo, do
«Boletim do Instituto Histórico da
Ilha Terceira», acabou de se imprimir na Oficina da Tipografia Andrade
aos 6 de Fevereiro de 1951.

